

EUA e CHINA:

A disputa pelo petróleo

Paulo Jorge Malva de Jesus Rêpas
Exército

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas
Relações Internacionais

Orientação: Professor Doutor Luís Moita
Co-Orientação: Mestre Luís Tomé

Junho de 2010

Agradecimentos

A ideia de agradecer a todos os que me ajudaram na elaboração deste estudo assustame-me. Não sou ingrato, reconheço a ajuda, mas receio esquecer-me de alguém. Seria imperdoável... Porém, se tal acontecer, aqui ficam, desde já, os agradecimentos a todos quantos tornaram possível este trabalho e não foram citados.

Entre os que devemos distinguir, temos o Professor Doutor Luís Moita, de quem recebemos a sabedoria e a orientação científica, e o Mestre Luís Tomé, pela excelência das aulas ministradas durante o ano curricular relativas ao tema, que me levaram a investigar e a desenvolver este trabalho, bem como o acompanhamento permanente e a orientação científica sem os quais este estudo não seria uma realidade.

Mas devemos ainda agradecer a todos os nossos docentes no ano curricular Cívica e Militares, que nos ajudaram a criar as bases sólidas para a realização da investigação, estimulando-nos a prosseguir o trabalho, em especial ao Director do Curso, o Sr. Coronel de Cavalaria Francisco Xavier Ferreira de Sousa, que sempre nos incentivou a atingir os mais altos patamares de desempenho.

Quanto às instituições, deixo um agradecimento muito especial à Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e ao Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), pela oportunidade que me foi conferida de, através do Curso de Estado-Maior Conjunto 2007-2008, poder evoluir para o Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais.

Ao camarada e amigo Major de Infantaria Páraquedista Carlos Pedro Silvestre Oliveira e ao meu irmão Luís pela amizade sempre demonstrada e pela preciosa ajuda prestada na revisão final do trabalho.

Agradecemos ainda aos pais, Maria e Sérgio, pelo voto de confiança e sentido crítico com que acompanharam o desenvolvimento das investigações, que, por diversos modos, ajudaram a concretizar o trabalho, sofrendo nas dificuldades e alegrando-se nos sucessos.

Finalmente,

À Cristina, minha esposa, pelo apoio, estímulo e compreensão que sempre manifestou. Aos meus filhos, Ricardo e Eduardo, pelo pouco tempo que lhes dediquei.

Resumo

Nesta tese estuda-se o desafio dos Estados Unidos da América (EUA) em continuar a controlar os fluxos petrolíferos mundiais e da potência económica emergente, a China, em disputar este recurso estratégico vital para garantir o seu crescimento, prospectivando-se dois cenários de competição ou cooperação entre eles.

De facto, o petróleo tem-se imposto de forma proeminente na agenda internacional, não só como condicionante do desenvolvimento económico, mas também em todas as vertentes que envolvem a segurança e a soberania das nações.

Numa altura em que a «corrente sanguínea» da civilização moderna se encontra em rápido declínio devido à forte procura e sem uma alternativa viável para a sua substituição, existe a probabilidade, a curto prazo, de se agudizarem as relações entre as grandes potências.

Um dos paradoxos referentes ao petróleo é que a superpotência EUA e a potência em ascensão China são os dois maiores consumidores mundiais, contudo têm ambos recursos próprios escassos.

A potência hegemónica actual, os EUA, não dá mostras de abdicar nem na esfera económica, nem no campo militar. Procura continuar a assegurar o domínio dos abastecimentos energéticos e percebe-se que não cederá com facilidade.

A emergente China tem conseguido excelentes desempenhos económicos, um significativo reforço do seu poder militar e um peso crescente nas relações internacionais, nomeadamente nos grandes *fora* de decisão mundial, mas necessita dos abastecimentos energéticos para continuar a crescer.

A incerteza persiste, a instabilidade é real e as previsões quanto ao futuro energético são muito falíveis.

Palavras-Chave: EUA, China, Petróleo, Conflito, Cooperação.

Abstract

The main subject of this thesis is the study the challenge of the United States of America (USA) to continue to monitor world oil supplies and the emerging economic power of China, to compete for this strategic resource vital to ensure its growth, projecting to two scenarios of competition or cooperation between them.

In fact, the oil has turned out prominently on the international agenda not only as a determinant of economic development but also in all aspects involving the security and sovereignty of nations.

At a time when the quothlood of modern civilization is in a rapid depletion due to strong demand, without a viable alternative to replace its method of use, are likely in the short term to further complicate relations between the great powers .

One of the paradoxes, related to oil, is that the super power USA and the rising power in China are the largest consumers and their own resources scarce. The current hegemonic power, the U.S., shows no signs of giving up or in the economic sphere, not in the military. It seeks to ensure the dominance of energy supplies.

We can see that will not yield easily. The emerging China has achieved excellent economic performance, a significant strengthening of its military power and an increasing weight in international relations, particularly in the major decision out of the world, but it needs energy supplies continue to grow.

The uncertainty persists, the instability is real and the forecasts of future energy are very unreliable.

Keywords: U.S., China, Oil, Conflict, Cooperation.

EUA e CHINA: A disputa pelo petróleo

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Lista de Abreviaturas.....	vii
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento e Contextualização	6
I.1. Estado da Arte.....	6
I.2. Política Mundial e conflitualidade em torno do petróleo.....	14
I.3. Situação Petrolífera actual	20
I.3.1 As Reservas	22
I.3.2 A Produção	24
I.3.3 O Consumo	27
I.2.4 O Futuro.....	28
Síntese Conclusiva	30
Capítulo II – Dependências Petrolíferas dos EUA e da China.....	32
II.1. A Persistente carência Americana de petróleo	32
II.1.1. A Política Energética Americana	32
II.1.2. A Economia Americana	41
II.2. A crescente dependência Chinesa de petróleo.....	45
II.2.1. A China	45
II.2.2. O Crescimento Chinês.....	48
II.2.3. Uma Nova SuperPotência?.....	60
II.2.4. A dependência Energética.....	67
Síntese Conclusiva	73
Capítulo III – Palcos de disputa petrolífera EUA-China	75
III.1. Fontes Produtoras.....	77
III.1.1. Médio Oriente	78
III.1.1.1. Arábia Saudita.....	81
III.1.1.2. Iraque	83
III.1.1.3. Irão	84
III.1.2. A Região do Cáspio	86
III.1.3. África	90
III.2. Rotas de abastecimento	113
Síntese Conclusiva	130
Capítulo IV – Cenários de interacção energética EUA-China.....	133
IV.1. Conflito	134
IV.2. Cooperação	150
Síntese Conclusiva	161
Conclusões.....	163
Referências bibliográficas.....	167

Índice de Figuras

<i>Figura 1 – Os Quatro Choques Petrolíferos.....</i>	<i>18</i>
<i>Figura 2 – Descobertas e consumo de Petróleo.....</i>	<i>21</i>
<i>Figura 3 – Gráfico do Pico de Hubbert.....</i>	<i>22</i>
<i>Figura 4 – As 20 Maiores Reservas Mundiais de Petróleo em 2007.....</i>	<i>23</i>
<i>Figura 5 – Gráfico do Pico de Hubbert OPEP/não OPEP.....</i>	<i>26</i>
<i>Figura 6 – Os seis Comandos Regionais Americanos.....</i>	<i>38</i>
<i>Figura 7 – A RPC na Ásia.....</i>	<i>46</i>
<i>Figura 8 – As sete Regiões Militares Chinesas.....</i>	<i>63</i>
<i>Figura 9 – Maiores Forças da Componente Terrestre.....</i>	<i>63</i>
<i>Figura 10 – Comandos da Componente Aérea</i>	<i>64</i>
<i>Figura 11 – Esquadras Navais da China</i>	<i>64</i>
<i>Figura 12 – Dependência das importações de Petróleo 2004-2030.....</i>	<i>69</i>
<i>Figura 13 – Distribuição Territorial dos Recursos Energéticos.....</i>	<i>71</i>
<i>Figura 14 – Elipse Energética Estratégica Mundial.....</i>	<i>78</i>
<i>Figura 15 – Shanghai Cooperation Organization (SCO)</i>	<i>89</i>
<i>Figura 16 – USAFRICOM.....</i>	<i>93</i>
<i>Figura 17 – Investimento directo estrangeiro da China em África.....</i>	<i>99</i>
<i>Figura 18 – Países maiores compradores de armas à China (2003-2007).....</i>	<i>102</i>
<i>Figura 19 – Golfo da Guiné.....</i>	<i>106</i>
<i>Figura 20 – Teoria de Spykman.....</i>	<i>114</i>
<i>Figura 21 – Domínio Regional e Global da RPC.....</i>	<i>115</i>
<i>Figura 22 – Disputas territoriais e fronteiriças no Sudoeste Asiático</i>	<i>116</i>
<i>Figura 23 – Territórios em disputa pela China.l</i>	<i>117</i>
<i>Figura 24 – Teoria Chinesa da primeira e segunda cadeia de ilhas</i>	<i>119</i>
<i>Figura 25 – Áreas de modernização do EPL (Período de 2000 a 2008)</i>	<i>120</i>
<i>Figura 26 – Teoria das Regiões Geoestratégicas de Bernard Cohen.....</i>	<i>121</i>
<i>Figura 27 – Rotas Marítimas Críticas de Abastecimento Energético Chinês.....</i>	<i>122</i>
<i>Figura 28 – Volume de Petróleo nos Pontos Estratégicos</i>	<i>123</i>
<i>Figura 29 – Corredores Marítimos para a China</i>	<i>126</i>
<i>Figura 30 – Orçamento de Defesa da China e despesas estimadas pelo Departamento de Defesa dos EUA</i>	<i>138</i>
<i>Figura 31 – Porta-aviões USS George Washington (CVN-73) da 7ª Frota Americana.....</i>	<i>144</i>

Índice de Tabelas

<i>Tabela 1 – Principais Países Produtores de Petróleo (2008)</i>	<i>25</i>
<i>Tabela 2 – Principais Países Exportadores de Petróleo (2008)</i>	<i>26</i>
<i>Tabela 3 – Principais Países Consumidores de Petróleo (2008)</i>	<i>27</i>
<i>Tabela 4 – Principais Países Importadores de Petróleo (2008)</i>	<i>28</i>
<i>Tabela 5 – As 20 Maiores Reservas de Petróleo.....</i>	<i>92</i>
<i>Tabela 6 – Países maiores compradores de armas (2004)</i>	<i>136</i>
<i>Tabela 7 – Orçamento militar da China de 1978 a 2007</i>	<i>137</i>
<i>Tabela 8 – Distribuição do Orçamento de Defesa da China 2007.....</i>	<i>138</i>
<i>Tabela 9 – Orçamento militar da China por % do PIB de 2003 a 2008.....</i>	<i>139</i>
<i>Tabela 10 – Países que mais gastam em armas (2008).....</i>	<i>139</i>
<i>Tabela 11 – Matriz SWOT.....</i>	<i>159</i>

Lista de Abreviaturas

A

ADM	Armas de Destruição Maciça
AFRICOM	African Command (Comando Africano)
AGOA	African Growth and Opportunity Act
AIE	Administração de Informação sobre Energia
ANG	Agência de Notícias de Angola
AOPIG	African Oil Policy Initiative Group
ARAMCO	Saudita Arabian-American Oil Company
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

B

BP	British Petroleum
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
BTC	Baku-Tiblissi-Ceyhan

C

CENTCOM	Central Command (Comando Central)
CFR	Council on Foreign Relations
CIA	Central Intelligence Agency
CNOOC	China National Offshore Oil Corporation
CNP	Congresso Nacional Popular
CNPC	China National Petroleum Corporation
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas

D

DoD	Department of Defense (Departamento da Defesa)
DoS	Department of State (Departamento de Estado)

E

EIA	Energy Information Administration (Administração de Informação sobre Energia)
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da América

F

FINUL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
FMI	Fundo Monetário Internacional

G

GM	Guerra Mundial
GNL	Gás Natural Liquefeito
GNPOC	Greater Nile Petroleum Operating Company
GWOT	Global War on Terror

I

IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
------	---

L

LCM	Linha de Comunicação Marítima
-----	-------------------------------

M

Mb/d	Milhões de barris/dia
MSC	Mar do Sul da China

N

NATO/OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NCS	Novo Conceito de Segurança
NEPAD	New Partnership for African Development

N	
NIC	National Intelligence Council
NNPC	Nigéria National Petroleum Corporation
NORINCO	China North Industries Corporation
NSS	National Security Strategy (Estratégia de Segurança Nacional)
NU	Nações Unidas
O	
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P	
PC	Partido Comunista
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Poder Nacional Abrangente
PNB	Produto Nacional Bruto
R	
RAM	Revolução dos Assuntos Militares
RAND	Research and Development
RPC	República Popular da China
S	
SCO	Shanghai Cooperation Organization
SI	Sistema Internacional
SINOPEC	China Petroleum & Chemical Corporation
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SLC	Sea Line of Communication (Linha de Comunicação Marítima)
SPR	Strategic Reserve Petroleum (Reserva Estratégica de Petróleo)
U	
UA	União Africana
UAL	Universidade Autónoma de Lisboa
UE	União Europeia
UNAMID	United Nations African Union Mission in Darfur (Missão das Nações Unidas e da União Africana no Darfur)
UNMONUC	United Nations Organization Mission in DR Congo (Missão da Organização Nações Unidas na República Democrática do Congo)
UNMIL	United Nations Mission in Liberia (Missão das Nações Unidas na Libéria)
UNMIS	United Nations Mission in the Sudan (Missão das Nações Unidas no Sudão)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US	United States
USA	United States of America
USAID	United States Agency for International Development (Agência para o Desenvolvimento Internacional)
USD	United States Dollars (Dólares Americanos)
W	
WS	World Strategy

“Uma feroz competição pelos recursos disponíveis pode resultar em violentos conflitos internacionais. (...) As implicações da escassez de certos recursos naturais, da má ou existente gestão e do acesso desigual aos mesmos, como potenciais causas de conflito, devem ser mais sistematicamente apontadas pelas Nações Unidas.”

Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas¹.

Introdução

Falar de diplomacia energética e da dependência das grandes potências é hoje um tema que está na ordem do dia, em virtude do Médio Oriente, região de maior produção de petróleo no mundo, atravessar um período de grande instabilidade e insegurança.

A energia é, e quase sempre foi, um dos factores impulsionadores do desenvolvimento mundial e constitui um elemento essencial na actividade económica que se repercute no desenvolvimento humano. A importância dos recursos energéticos ultrapassa por si só o domínio económico, social e ambiental, sendo um elemento fundamental do poder², determinante na hierarquização dos Estados, na acção política estratégica e na organização do espaço.

Num mundo globalizado, a segurança energética tem-se imposto de forma proeminente na agenda internacional. Na última década, esta foi colocada no topo das prioridades estratégicas dos EUA (Pulido, 2004: 15), sendo mesmo, para Todd, *“a sua estratégia fundamental passar a ter o controlo político dos recursos mundiais³”* (2002: 30), naquela que é, evidentemente, a era do relativo declínio económico americano, em que a sua economia já não é dominante (Hobsbawm, 2008: 51).

Os EUA estão conscientes⁴ que a China possui os mesmos requisitos que, cem anos antes, lhes permitiram ultrapassar a Inglaterra: dimensão geográfica, peso demográfico, um vasto mercado em expansão, um bom nível de instrução, acesso a capitais e a tecnologias e uma moeda subvalorizada. Alguns estudos confirmam que a emergência da China exercerá sobre a situação mundial um impacto comparável à ascensão dos Estados Unidos no século passado.

Não é de admirar que a China seja considerada uma potência mundial, na medida em que é uma potência nuclear desde Outubro de 1964, é membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) desde 1971 e é um gigante demográfico (com enorme potencial humano) e territorial (terrestre e marítimo, que em dimensão corresponde ao terceiro

¹ Em *Understanding Environmental Conflict and Cooperation* (Teunissen, 2005).

² Capacidade de uma unidade política impor a sua vontade a outras unidades políticas mediante a suposição de sanções eficazes no caso de não-aceitação dessa vontade (Couto, 1988: 40).

³ Os EUA foram o maior produtor mundial, até ao pico atingido nos anos 70 do séc. XX. Nos trinta anos seguintes, assistiram à diminuição da produção e ao aumento da procura, de onde resultou uma pesada dependência do petróleo importado (Abbott, 2007: 40). Em 2000 o Secretário da Energia, Spencer Abraham, referia que *“a segurança energética era um componente fundamental da segurança nacional”* (Silva, 2005: 13).

⁴ Asserção fundamentada nos relatórios do National Intelligence Council (NIC) sobre os cenários do futuro.

espaço mundial), que possui imensos recursos naturais e potenciais associados a uma civilização milenar. Por outro lado, a China alia a estes factores um invulgar e dinâmico crescimento económico que, nas últimas décadas, bateu todos os recordes e que a projectam como uma economia emergente, numa área de crescente importância mundial.

Se a estes factores e indicadores se acrescentar a reconhecida vontade de afirmação externa, uma forte, dinâmica e numerosa comunidade disseminada pelo mundo e o interesse e a capacidade de, no curto prazo, se fortalecer, quer económica, quer militarmente, a China poderá assumir um cada vez maior protagonismo político, económico e militar e, a breve prazo, poderá transformar-se numa potência à escala mundial⁵.

Cerca de 90% da energia consumida a nível mundial vem de combustíveis fósseis (Fik, 2000: 210); de entre estes, o petróleo, o recurso mais crucial do mundo, assume uma importância estratégica ímpar.

Numa época em que não existem certezas acerca do esgotamento iminente deste recurso, e sem alternativas economicamente viáveis para a sua substituição, há a probabilidade de, a curto prazo, se agravar o desequilíbrio entre a procura e a oferta. São vários os autores que nos alertam para o facto do declínio do petróleo já ter começado, em virtude da descoberta das jazidas ter atingido o seu máximo na década de 1960 e de, desde 1980, a taxa de extracção exceder sistematicamente o ritmo de novas descobertas. Neste contexto, é comumente aceite que, até à data, o mundo consumiu mais de um bilião de barris. Consequentemente, tendo em consideração as reservas comprovadas de petróleo bruto e o actual ritmo do consumo, o seu esgotamento poderá ser atingido dentro de cerca de quarenta anos.

Após 1945 o mundo não voltou a conhecer outro conflito mundial. Contudo, o papel do petróleo em inúmeros conflitos, quer militares quer diplomáticos, em alianças entre Estados, assim como a edificação de uma economia mundial largamente assente no seu consumo massivo, na qual os seus maiores consumidores não são os maiores produtores, converteram-no num dos principais assuntos internacionais (Pulido, 2004: 46).

Um dos conflitos mais significativos que poderão surgir resulta da intensificação da concorrência no domínio do acesso aos recursos energéticos e do seu controlo⁶. Este aspecto é, já de si, uma causa de instabilidade, e continuará a sê-lo.

⁵ Federico Rampini, no seu livro *O Século Chinês*, refere que “a China está destinada a transformar-se numa superpotência militar com projecção planetária, pelas mesmas razões que a Grã-Bretanha no século XIX e os Estados Unidos no século XX: ou seja, para assegurar o acesso às vias de abastecimento de matérias-primas, das quais se tem vindo a assumir como o principal consumidor a nível mundial” (2006: 203).

⁶ A segurança dos fluxos mundiais de petróleo permanece para os EUA uma *causus belli* (Pulido, 2004: 260).

Esta concorrência, cada vez mais forte, tem origem nas crescentes necessidades dos países desenvolvidos, mas também de países emergentes, como a China⁷, num mercado caracterizado por fluxos tensos de exploração acelerada. A crise energética global é fruto da maldição dos recursos, da dependência cada vez maior das grandes economias – EUA, Europa, Japão, China e Índia – em relação a países e regiões politicamente instáveis, da situação da oferta reduzida e da instabilidade crescente do Médio Oriente (Soros, 2008: 281).

A escassez de petróleo, devido às suas múltiplas utilizações e ao seu carácter indispensável para o funcionamento de todas as economias, desenvolvidas ou não, nomeadamente em matéria de transportes ou de defesa, criou um vasto problema geopolítico e a história moderna assinala que o petróleo é também uma arma política.

Kunstler lembra-nos que “os conflitos em torno destes recursos já começaram” e que o seu declínio desencadeará, decerto, uma luta crónica entre nações que disputam as reservas remanescentes (2006: 16). Até 2020, as faltas catastróficas de abastecimento de energia tornar-se-ão cada vez mais difíceis de superar, mergulhando o planeta na guerra⁸ (Laurent, 2007: 243).

Se o petróleo realmente serve para a manutenção das capacidades operacionais dos exércitos e, em último recurso, para fazer a guerra, também se pode transformar numa arma e num meio de pressão para tentar evitar conflitos (Lopez, 2006: 14).

Apesar da China se conduzir por políticas que procuram não hostilizar qualquer país, não deixa de marcar as suas posições e salvaguardar os seus interesses, já instalados na região do Cáspio e em África e em expansão no Médio Oriente e na Venezuela, o que levanta a questão de saber como irão reagir os países da região Asiática face a uma ameaça crescente e, sobretudo, os EUA, única superpotência, cujos interesses poderão entrar em conflito.

Num mundo marcado por perturbações constantes, tendo a incerteza como maior probabilidade e sendo a imprevisibilidade a sua característica mais relevante, não surpreende que, na análise do sistema internacional e do posicionamento dos seus diferentes actores, sejam necessários extremos cuidados e uma capacidade inovadora de perceber, na hora, os jogos de interesses de cada momento. As transformações imprevistas, mas reais, condicionam não só o nosso presente, mas também o nosso futuro. A verdade de ontem pode estar obsoleta hoje e completamente errada amanhã.

O presente estudo vai abordar o tema da *disputa pelo controlo do petróleo entre os EUA e a China, perspectivando as hipóteses do conflito ou da cooperação*. O seu enfoque encontra-

⁷ A China tornou-se, em 2003, com 5,56 Milhões de barris/dia (Mb/d), no segundo país consumidor mundial de petróleo, depois dos Estados Unidos e antes do Japão (Lopez, 2006: 259).

⁸ Opinião corroborada por Soros ao afirmar que, como a “civilização é alimentada por energia, a crise energética global pode destruí-la” (2008: 288), bem como por Attali que prevê a eclosão de uma guerra mais mortífera que todas as outras, um hiper conflito capaz de extinguir a humanidade (2007: 19).

se nos problemas que têm origem na excessiva dependência dos Estados em relação aos combustíveis fósseis, especialmente o petróleo, e nos prováveis conflitos daí resultantes (Abbott, 2007: 38).

Este assunto é extremamente interessante e contemporâneo, já que o petróleo é a fonte energética por excelência da sociedade industrial e, por força da actual tecnologia, é aquela que move o poderio militar das grandes potências. A dependência de fontes energéticas das sociedades actuais, nomeadamente do petróleo, é de tal forma vincada que a vida moderna, tal como a conhecemos, ficaria condicionada na sua plenitude sem este recurso – nos transportes (os carros paravam, os aviões ficariam em terra), na indústria, nos sectores públicos e privado. Enfim, sem este recurso deduz-se que as sociedades desenvolvidas entrariam em colapso e que a sobrevivência das pessoas seria drasticamente afectada. Deste modo, a problemática do acesso e controlo das fontes energéticas não só é cada vez mais actual como, para determinadas potências, se trata do acesso a um recurso vital, já que a sobrevivência das suas sociedades em tudo depende deste recurso.

Seria um desafio aliciente estender esta análise às potências intervenientes. Contudo, as limitações de tempo e de espaço, assim como a finalidade deste trabalho, obrigam à necessidade de delimitar o estudo. Neste contexto, importa, em prol de uma maior objectividade e rigor científico, limitar aquilo que, para efeitos deste trabalho, se constitui como o espaço a estudar: a dependência energética dos EUA e da China. Contudo, não se deixará de, quando necessário, por imperativos de clareza e de concisão, alargar o âmbito geoestratégico de incidência desta análise. Em termos temporais, dado o dinamismo do assunto, considera-se que este trabalho tem como data de fecho o final de 2009.

Para melhor se compreender a abordagem dada ao tema, no desenvolvimento do trabalho criou-se uma questão central: *“EUA e CHINA. A disputa pelo controlo do petróleo. Conflito ou Cooperação?”*.

Utilizando neste estudo o método hipotético-dedutivo (R. Quivy e L. Campenhoudt, 2003: 144) adoptado nas Ciências Sociais, pretendeu-se seguir um percurso metodológico baseado em fontes disponibilizadas através da “internet” e numa intensa pesquisa bibliográfica e documental nas áreas da estratégia, das relações internacionais e da segurança dos Estados, seleccionada entre as obras de referência publicadas.

Este foi, inicialmente, orientado para o enquadramento e contextualização da presente temática, com o objectivo de se encontrar a génese da situação que se vive acerca da problemática em estudo, o petróleo. De seguida, analisam-se as dependências petrolíferas dos EUA e da China, bem como os diversos factores passíveis de influenciar a disputa. Entre eles,

deu-se especial atenção àqueles que se podem considerar os palcos em disputa, potencial ou efectiva: as fontes produtoras e as rotas de abastecimento. Analisa-se, depois, em que medida esses factores podem interferir com a segurança e quais as percepções dos principais interessados sobre os cenários de interacção energética; procura-se perceber se existe uma tendência maior para a cooperação ou se, pelo contrário, predomina o conflito. Por fim deduzem-se, contextualmente, possíveis contribuições para que essa segurança se possa tornar mais real.

Perseguindo esse desiderato, o presente trabalho, *EUA e CHINA. A disputa pelo petróleo*, foi organizado em quatro capítulos principais. Assim, o primeiro capítulo apresenta os principais debates teóricos, uma evolução da importância e da conflitualidade em redor do petróleo desde a sua descoberta até este momento, bem como a sua situação actual em termos de reservas, produção e consumo, perspectivando-se um cenário futuro.

No segundo capítulo procura-se traçar, por um lado, uma panorâmica da política energética dos EUA e a forma como esta tem sido posta em prática e, por outro, um quadro de evolução da China, que aspira a ser a superpotência do século XXI, mas que, para tal, necessita desesperadamente de enormes recursos energéticos.

No terceiro procura-se perspectivar as fontes de abastecimento onde poderão existir tensões entre os EUA e a China, bem como a necessidade de segurança das principais rotas.

No quarto capítulo perspectivam-se cenários que podem ocorrer em resultado das disputas deste precioso recurso, oscilando entre a probabilidade de conflito e a de cooperação estreita.

Por último, extraem-se as conclusões que sobressaem da investigação realizada, pretendendo-se dar resposta à questão central e norteadora da investigação: a disputa pelo controlo do petróleo entre os EUA e a China dará lugar a um cenário de conflito ou de cooperação?

Capítulo I – Enquadramento e Contextualização

*“Existem três tempestades no horizonte, uma delas é a energia”
(Friedman, 2010: 164)*

I.1. Estado da Arte

É nossa intenção neste subcapítulo salientar os principais debates teóricos, posições de autores e apresentar as concepções em torno dos conceitos considerados centrais para a tese. Neste sentido importa desde já referir que a ascensão chinesa é um facto insofismável (razão pela qual George Friedman afirma que *“qualquer discussão acerca do futuro tem de começar pela China”* (2010: 117)), relativamente ao qual nem os EUA nem o mundo deixarão de sentir os seus efeitos.

De Steingart a Zakaria, de Gipouloux a Rampini, de Fukuyama, Hobsbawm, Kynge, Laurent, Nye, Pulido a Vasconcelos, são vários os autores a considerar que a China tem vindo a tornar-se o segundo país mais importante do mundo e que, se o seu trabalho de construção continuar a decorrer de uma forma relativamente pacífica, a China irá ultrapassar nos próximos anos⁹ os EUA como superpotência económica (Steingart, 2009: 132).

Segundo François Gipouloux, a China será a principal potência no mercado mundial nos próximos 30 anos e um dos motores do sistema económico mundial (2006: 248). Tal posição resulta da China ter tirado pleno partido da globalização para abrir mercados de exportação e crescer (Fukuyama, 2006: 95), razão pela qual Hobsbawm releva o facto de, no mundo industrializado do século XXI, a economia americana já não ser a dominante (2008: 142), sendo perspectivado que, dentro de dez anos, os consumidores americanos (elementos-chave de uma estruturada economia mundial, segundo Emmanuel Todd (2002: 77)) serão substituídos por chineses como principal motor da procura económica global (Rampini, 2007: 107).

De acordo com Daniel Cardoso, a ascensão Chinesa depende de uma condição extremamente importante: o declínio norte-americano. Neste sentido, a China parece estar a dar passos para entrar nos carris da evolução da hierarquia de poderes. À medida que a economia dos EUA decresce, a chinesa evolui. A definição dos limites da evolução chinesa está, assim, dependente da análise das bases da dicotomia entre o declínio norte-americano e a ascensão chinesa (Cardoso, 2008: 75 e 89).

Neste contexto, James Kynge argumenta que a emergência da China acarreta enormes

⁹ Consoante o autor, as datas variam entre 15, 25, 35 anos e a segunda metade do século XXI. Apresentam-se três exemplos: Gipouloux, ao afirmar que a China, com *“o seu crescimento impressionante, amplificado pela massa da sua demografia, elevá-la-á ao primeiro lugar mundial em 2040 ou mesmo antes”* (2006: 11), ultrapassando os Estados Unidos se o seu ritmo de crescimento continuar; Tiago Vasconcelos, ao asseverar que *“não é motivo de grande controvérsia poder afirmar-se que, em 2025, a China poderá ultrapassar os próprios EUA”* (2009: 14); ou ainda Rampini, ao afirmar que, assim como o século XX foi americano, também este será assinalado pela emergência definitiva da superpotência asiática – *“se há um país no mundo destinado a suplantar o papel dos Estados Unidos na economia global, este país é a China”* (2006: 24).

benefícios económicos em termos globais, sendo ela a principal beneficiária, mas atendendo que a mobilização de riqueza a uma tão grande escala está a beneficiar todo o planeta (2006: 257).

Um dos efeitos da pujança económica¹⁰ da China resulta, principalmente, do contributo que pode dar para uma maior projecção chinesa no mundo, colocando-a já num grupo de países liderantes do mundo contemporâneo, sendo que o chamado G20 não é mais que um G2 (EUA e RPC) mais 18 (Vasconcelos, 2009: 13). A China, pelo facto de ser já uma superpotência económica e nessa qualidade ter vindo a expandir os seus interesses, acrescenta um elemento novo ao sistema internacional (Zakaria, 2008: 94 e 113), já que está a caminho de poder vir a ser uma superpotência em todos os domínios do poder – económico, tecnológico, cultural e militar (Vasconcelos, 2009: 319) –, razão pela qual se prepara para se tornar o rival político e estratégico dos Estados Unidos¹¹ (Rampari, 2007: 197).

Outro dos efeitos que se podem apontar é o facto de a economia ter sido e poder continuar a ser o sustento de um intenso programa de modernizações militares, já que ao aumento da capacidade económica da China se associa o fortalecimento efectivo e a perspectiva de um ainda maior fortalecimento futuro das suas capacidades militares, razão pela qual se levantam cenários em que o crescimento acelerado chinês é tido como ameaçador, podendo ser gerador de situações potencialmente muito perigosas para a segurança internacional (Vasconcelos, 2009: 17).

Por outro lado, é pertinente admitir que o continuado desenvolvimento económico¹² chinês ameaça a segurança do abastecimento de matérias-primas de muitos outros países, em virtude de recentemente se ter tornado o maior consumidor de petróleo de toda a Ásia e o segundo a nível mundial, apenas ultrapassado pelos Estados Unidos da América, contribuindo de uma forma significativa para o agravamento rápido da situação mundial (a China é hoje responsável por 2/5 da procura mundial de petróleo (Gipouloux, 2006: 233)).

Nos próximos anos, a China necessitará de petróleo pelo menos tão desesperadamente como os EUA. Ultrapassou o Japão em 2004 e ergueu uma economia industrial baseada no seu consumo, tendo as suas importações duplicado desde então (Kunstler, 2006: 111), sendo que, de acordo com as estimativas da Agência Internacional de Energia (AIE), o consumo petrolífero chinês em 2030 será da ordem dos 12 Mb/d (Pulido, 2004: 139). Decorrente do exposto, é esperável que aumente a dependência energética da China (Vasconcelos, 2009: 72) e é legítimo

¹⁰ Gabor Steingart assegura que as exportações chinesas para a América ultrapassam cinco vezes as exportações americanas para a China (2009: 277).

¹¹ A China irá reduzir cada vez mais as opções dos EUA em termos regionais e irá limitar a sua influência estratégica. Em resultado disso, os EUA serão limitados na capacidade para impor a sua vontade e serão mais vulneráveis a uma crescente variedade de ameaças (Nye, 2005: 184).

¹² À medida que a riqueza produzida aumenta, a necessidade de produção de cada vez maiores quantidades de energia será fundamental para a sustentação do crescimento económico da China (Vasconcelos, 2009: 72).

afirmar-se que no topo da lista das necessidades da China está o petróleo (Kynge, 2006: 160).

Sem dúvida que esta ameaça interfere com o principal consumidor, os Estados Unidos, que pretende reforçar o seu controlo sobre todas as fontes de abastecimento energético do planeta, como forma de conter e limitar a concorrência da China (Laurent, 2007: 200).

O facto de a China depender de uma matéria-prima estrangeira em 40% das suas necessidades coloca-a numa posição seriamente desconfortável. O seu crescimento e a sua legitimidade dependem por completo da segurança do abastecimento de petróleo em grande parte controlada por regimes instáveis, hostis ou na esfera de influência do seu concorrente estratégico, os Estados Unidos da América (Kynge, 2006: 166), como o Médio Oriente, onde, devido à concentração das reservas petrolíferas, a concorrência será cada vez mais intensa, prevendo-se que, por esta razão, continuará a ser palco de profunda instabilidade e de conflitos (Abbott, 2007: 46).

Em virtude do suprarreferido, a China, na sua qualidade de um dos maiores consumidores mundiais de petróleo, além de ser um actor cada vez mais activo no Médio Oriente, volta-se também para o seu vizinho russo, um dos maiores produtores e exportadores desse pretendido produto, que a pode ajudar a satisfazer as suas crescentes necessidades energéticas, para o continente africano, onde tenta alargar a sua teia de influência, bem como para outras zonas do globo, como a Venezuela, na América Latina, e mesmo no Canadá, no Brasil ou na Austrália, estendendo ainda a sua influência a regiões onde, desde há muito, confluem interesses de outras grandes potências (Vasconcelos, 2009: 46).

Do exposto decorre que as companhias chinesas percorrem o mundo à procura de petróleo e de matérias-primas para satisfazer o aumento do consumo na China (muitas das recentes oscilações no mercado mundial, como o aumento dos preços do petróleo, tiveram origem no comportamento das autoridades chinesas (Vasconcelos, 2009: 13)), sendo que as motivações do investimento chinês no estrangeiro têm por objectivo assegurar o abastecimento da China e o essencial da estratégia chinesa nestes últimos anos reside na necessidade de diversificar os aprovisionamentos em petróleo e matérias-primas minerais (Gipouloux, 2006: 196 e 240) e garantir a segurança das fontes (Wolton, 2008: 118).

De acordo com Thierry Wolton, a China está condenada a importar cada vez mais para satisfazer um consumo que terá aumentado 80% até 2010. Para o país, o desafio é simultaneamente financeiro e estratégico. O efeito de tesoura entre a procura acrescida de ouro negro e a quebra de produção anunciada a nível mundial, devido ao esgotamento das jazidas conhecidas, terá inevitavelmente repercussões no preço do barril (Tiago Vasconcelos defende que o aumento da procura chinesa provocará uma escassez global (2009: 96)), razão pela qual o General Loureiro dos Santos defende que poderemos ter por certo uma escalada imparável

dos preços a que só terão condições de responder as potências mais ricas e mais poderosas – pagando os preços a que outras não conseguem chegar ou apropriando-se da energia pela força (2009: 22). Em termos de segurança, a China tornar-se-á cada vez mais vulnerável, dado que as suas importações passam pelo Estreito de Malaca, uma via marítima apertada que pode ser facilmente cortada. Esta é a razão segundo a qual a actual doutrina militar chinesa se resume em duas palavras: segurança externa (Wolton, 2008: 136).

Esta constatação levou a que Kynge afirmasse que a competição estratégica e militar entre a China e os Estados Unidos está a intensificar-se (James Kunstler advoga que é provável que os Estados Unidos tenham de enfrentar uma China faminta de energia dentro de uma ou duas décadas (2006: 128) em virtude dos seus dirigentes estarem obcecados com os aprovisionamentos do exterior necessários para satisfazer uma economia que se tornou na maior devoradora de matérias-primas do mundo), devido ao propósito desta ter de garantir a chegada ao destino do petróleo e de outros recursos naturais, em segurança, que adquire em paragens estrangeiras. Mesmo que, para isso, apoie regimes pouco fiáveis como a ditadura militar de Mianmar, o presidente do Uzbequistão e o ditador Robert Mugabe, sendo o principal comprador do petróleo do Sudão e concedendo grandes empréstimos a Angola quando o FMI se recusa a fazê-lo (Soros, 2008: 278). James Kynge reforça ainda que teve início uma competição económica e política, cada vez maior, que começou a pôr os países uns contra os outros na busca de recursos energéticos finitos, nascendo desta forma uma nova era de relações internacionais, definida pela “*geopolítica da escassez*” (2006: 261 e 273).

É difícil saber, a curto prazo, se a China se poderá tornar desesperada, politicamente psicótica ou agressiva nos seus intentos para obter os recursos energéticos (Kunstler, 2006:128) e, eventualmente, se poderá adoptar uma postura estratégica agressiva (Vasconcelos, 2009: 96). No entanto, Thierry Wolton considera que o momento de a China ditar a lei no que considera ser a sua zona de influência ainda não chegou (2008: 118).

As relações entre os EUA e a China no que respeita à questão dos abastecimentos de petróleo são bastante importantes, já que, como verificámos, a China está a aumentar rapidamente as importações desta matéria-prima, sendo que o imperativo de prover as suas necessidades veio acentuar o conflito estratégico e diplomático entre a China e os Estados Unidos, razão pela qual a América assiste com crescente irritação à celebração por Pequim de acordos que interferem com interesses vitais seus ou ameaçam as suas linhas de abastecimento tradicionais (Kynge, 2006: 262), já que, para os Estados Unidos, reforçar o controlo sobre todas as fontes de abastecimento energético do planeta é uma maneira de conter e limitar a concorrência de outros países (Laurent, 2007: 200).

A China, em virtude de não ter que se preocupar em ser o garante da segurança e da paz internacionais, nem em aumentar o seu poder para manter a hegemonia, preocupa-se única e exclusivamente em crescer e fá-lo através das condições proporcionadas pelos EUA (Cardoso, 2008: 87). Para já, a China irá procurar ser útil para a estabilidade do sistema e daí retirar dividendos, já que está claramente a ser assimilada pelo sistema internacional e os seus líderes já perceberam que seria contraproducente tentarem afastar-se dos Estados Unidos (Vasconcelos, 2009: 280). Por isso vai-se acomodando, optando por modos indirectos de resistência ao poder americano.

Os líderes chineses terão a noção de que os seus instrumentos do Poder¹³: diplomático¹⁴, informacional¹⁵, militar e económico¹⁶ (AJP-01(C), 2007: 2-18), vulgarmente designados pelo seu acrónimo – DIME –, ainda não estão ao nível dos EUA. Se em termos económicos essa aproximação se está a efectuar, com repercussões no nível diplomático, em termos militares e informacionais ainda têm um longo caminho a percorrer, apesar dos investimentos efectuados na última década.

Em termos económicos existe uma grande interdependência entre os EUA-China, e vice-versa, em virtude do crescimento e dos défices americanos serem cada vez mais financiados pela poupança chinesa. De acordo com Rampini, a China transformou-se no banqueiro central da América (2007: 115), mandando para os EUA a maior parte das suas exportações. Este relacionamento de dependência mútua é vital para a continuidade do modelo de desenvolvimento económico chinês e mundial, já que existem fluxos de bens e de capitais em que a existência de problemas numa parte tem reflexos no todo. Como tal, nenhum dos dois tem interesse em desencadear estratégias de natureza económico-financeira que afectem o outro, provocando-lhe uma profunda recessão, pois elas teriam um efeito de *boomerang* susceptível de provocar uma recessão mundial (a produção chinesa e o consumo americano são como prisioneiros que procuram libertar-se um do outro, mas não conseguem porque estão acorrentados entre si (Michel, 2009: 243)).

Fareed Zakaria, na sua obra *O Mundo Pós-Americano*, assegura que, por enquanto, as forças de integração têm triunfado (2008: 122), já que Pequim necessita do mercado americano para vender os seus produtos e os Estados Unidos necessitam da China para

¹³ O poder pode materializar-se por: coacção, mediante ameaças, indução, mediante pagamentos, ou por influência, atracção e coopção, fazendo com que o outro pretenda o mesmo objectivo (Nye, 2004: 2).

¹⁴ Também designado por instrumento político-diplomático. Materializa-se pela persuasão e resulta da aplicação de um conjunto de atributos não tangíveis que vão para além dos meios económicos ou militares e que normalmente se materializa pela persuasão (AJP-01(C), 2007: 2-18).

¹⁵ O instrumento informacional tem como foco de aplicação o ataque à informação e aos sistemas de informação do adversário e, simultaneamente, a protecção da informação e dos sistemas de informação próprias (AJP-01(C), 2007: 2-19).

¹⁶ O instrumento económico materializa-se pela aplicação de medidas de cariz económico, normalmente relacionadas com investimentos, comércio ou fluxos de capitais (AJP-01(C), 2007: 2-19).

financiar a sua dívida. Razão pela qual o General Loureiro dos Santos advoga que a China e os EUA se constituíram numa parilha de "irmãos siameses" em termos económicos, pois a prosperidade de uma das potências depende e projecta a prosperidade da outra (2009: 151), tratando-se de uma situação de dissuasão económica mútua (2009: 94).

Joseph Nye Jr. afirma que se podem gerar entre estados relações de interdependência ou dependência mútua pela partilha de recursos naturais (2002, 225), opinião essa que é corroborada pelo General Loureiro dos Santos ao declarar que é possível antever eventuais relacionamentos das megapotências entre si com zonas exportadoras de energia em que a China e os Estados Unidos se poderão aliar, diligenciando no sentido de obter as melhores garantias para assegurar os respectivos interesses essenciais (2009: 106 e 107).

Estas previsões vão de encontro à opinião de Kynge de que “*em diplomacia de Estado a Estado não existe amizade, apenas interesses comuns*” (2006: 116) e de que, apesar da divergência quanto a Taiwan, os Estados Unidos e a China têm conseguido, desde que em 1979 estabeleceram relações diplomáticas, evitar apontar-se mutuamente como futuros inimigos (2006: 273).

Actualmente, a economia do planeta encontra-se de tal forma integrada que levantar a ponte levadiça para proteger os mercados, pôr a China de castigo ou desencadear as represálias proteccionistas acarretaria prejuízos imensos a todos, provavelmente uma dramática recessão mundial. Se é verdade que o mundo já não pode passar sem a China, o contrário também se verifica (Rampini, 2006: 381).

Como efeitos positivos desta interdependência económica podemos afirmar que, embora a China e os Estados Unidos rivalizem no acesso à energia, Pequim participa intensivamente no plano de salvação americano (Michel, 2009: 242), estando o maior país exportador do mundo (China) muito dependente dos Estados Unidos ou, mais exactamente, do consumo americano, razão pela qual se pode afirmar que, em vez de se confrontarem pelo domínio do mundo, podem decidir cooperar em termos políticos e económicos para formar um directório de poder a nível internacional.

Segundo o General Loureiro dos Santos, para já, não parece que Barak Obama deseje alterar esta situação de dissuasão pelo terror económico, pela qual nenhuma delas pode tomar medidas que afectem gravemente a economia da outra, pois os efeitos negativos atingiriam ambas (2009: 151), em virtude da maior potência mundial (EUA) ser simultaneamente o principal garante e o primeiro interessado na preservação da ordem no sistema internacional (Vasconcelos, 2009: 29). De facto, as relações comerciais são apenas o corolário de uma estrutura de interdependência mais profunda, em que o modelo de relacionamento desenvolvido é benéfico para ambos, existindo, na actualidade, poucos incentivos para a sua

substituição (Cardoso, 2008: 139).

Efectivamente, o contributo da China, parceira dos EUA em termos económicos, mostrou-se indispensável para enfrentar a crise internacional, conseguindo um crescimento económico próximo dos 9%, durante o ano de 2009, tendo sido quem emprestou meios financeiros à maioria dos países para fazerem face às suas crises próprias (Santos, 2009: 30-31).

Como efeitos negativos desta interdependência económica podemos afirmar que, se a estabilidade financeira internacional é vital à prosperidade dos Americanos, como argumenta Nye Jr. (2005: 14), esta afirmação não é menos verdadeira para a China. Para autores como Wolton, o futuro da China é o futuro do mundo. Se a bolha económica chinesa se esvaziar, o país entra em derrocada, provocando um enorme buraco negro que sugará uma parte da economia mundial (2008: 155).

Outro dos efeitos é, segundo todas as previsões, a subida em flecha dos preços dos recursos petrolíferos, que poderá originar, se a situação de desequilíbrio surgir, uma escalada imparável dos preços (aquilo que é raro é caro), com consequências gravosas na economia dos países importadores (Pulido, 2004: 41), a que só terão condições de responder as potências mais ricas e mais poderosas, pagando os preços a que outras não conseguem chegar ou apropriando-se do petróleo pela força.

Segundo Pablo Piacentini, o encarecimento do petróleo tem efeitos sobre a inflação, o desemprego, o crescimento económico, os défices comerciais e as crises recessivas (1984: 104), sendo que as principais crises registadas na Europa, no Japão e nos EUA, desde 1970, foram precedidas por subidas na cotação do crude (Pulido, 2004: 41).

Os diversos autores consultados¹⁷ têm escrito sobre a elevada probabilidade de, num futuro próximo, o petróleo se tornar em fonte ou um factor crítico potenciador de conflitos entre estados (Moita, 2005a: 2), em virtude do agravamento da sua previsível escassez e da elevação do grau de risco¹⁸ atribuído às suas ameaças, entre as quais destacamos o elevado ritmo de crescimento económico.

A necessidade de acesso a recursos naturais, ao longo dos tempos, tem sido uma fonte permanente de tensões e conflitos. A escassez destes recursos tem vindo a aumentar progressivamente em determinadas regiões do globo. Neste século, o petróleo poderá ser a causa de grandes disputas e o factor limitador do desenvolvimento económico, nomeadamente quando este recurso se tornar insuficiente para todas as necessidades do ser humano.

¹⁷ Abbott, Attali, Cooper, Michael Klare, Kunstler, Santos, Nye Jr., Soros, Vasconcelos, Michel e Laurent.

¹⁸ Riscos – são incertezas susceptíveis de predição, em que há suficientes precedentes históricos, que tornam possível estimar as probabilidades dos vários resultados possíveis (DPP, 1997, 11).

No seu artigo “The political ecology of war: natural resources and armed conflicts”, Le Billon defende a tese de que “os recursos naturais têm desempenhado um papel notável na história dos conflitos armados” (2001: 561), advoga que as pessoas ou estados irão combater entre si para garantir o acesso aos recursos necessários para a sua sobrevivência e que, quanto mais escassos os recursos, mais violento será o combate, apadrinhando a hipótese da “guerra por escassez de recursos”¹⁹.

Na mesma linha, Chris Abbott e James Kunstler entendem que os conflitos em torno do petróleo já começaram, dando como exemplo a região do Golfo Pérsico (2007: 81) (2006: 16). Jacques Attali afirma que o aprovisionamento de petróleo, cada vez mais difícil e dispendioso, desencadeará uma luta crónica entre nações que disputam as reservas remanescentes, bem como as regiões marítimas das principais jazidas do futuro, com um intenso tráfego de petroleiros (2007: 232), e dará origem à multiplicação dos conflitos (2007: 19). Este conceito é também defendido pelo General Loureiro dos Santos e por Tiago Vasconcelos, que apontam a escassez de recursos estratégicos (combustíveis fósseis) como o motivo mais relevante no arrastar da China para a detonação de conflitos (2009: 114) (2009: 296).

Michael Klare admite que o mundo irá mergulhar em tensões ou em guerras que não serão baseadas em ideologias, mas no esgotamento das matérias-primas, já que a civilização é alimentada por energia (Soros, 2008: 288). Opinião idêntica tem Éric Laurent, apontando 2020 como a data em que a procura e a competição pelo acesso à energia passarão a ser a fonte de vida ou de morte para muitas sociedades, as faltas catastróficas de abastecimento de energia se tornarão cada vez mais difíceis de superar, o confronto entre os Estados Unidos e a China se revestirá de um carácter inelutável e o planeta mergulhará na guerra (2007: 196, 243 e 283).

De acordo com Serge Michel, os esforços da China e a vontade dos Estados Unidos em garantirem os seus abastecimentos energéticos irão conduzir, nos próximos anos ou décadas, a um confronto directo entre as duas superpotências (2009: 215).

Tudo dependerá da razão dos decisores políticos dos estados e da capacidade de auto-preservação, das opções estratégicas ou modalidades de acção estratégica adoptadas, pois considera-se que a guerra não constitui a única solução possível para a resolução de conflitos entre estados²⁰; existem outras opções, como a estratégia de cooperação.

¹⁹ Le Billon apresenta Bennett (1991), Brown (1977), Homer-Dixon (1999) e Suliman (1998) como defensores desta tese e Dalby (1998), Gleditsch, (1998) e Peluso & Watts (2001) como críticos da mesma.

²⁰ A única certeza que temos quanto às guerras deste século que agora se inicia, é que o factor diferença/surpresa é permanente, como permanentes são o fluir da História e a diversidade dos cenários e dos homens, pelo que a violência global é uma constante histórica que persistirá (Garcia, 2004).

“The global competition for energy and natural resources will re-define the relationship between security and economics”.
Jaap de Hoop Scheffer²¹

I.2. Política Mundial e conflitualidade em torno do petróleo

Em 1911, Winston Churchill foi o responsável político que pela primeira vez na história moderna se apercebeu que o petróleo tinha uma tripla dimensão: constituir um alvo estratégico, uma prioridade de segurança nacional e um trunfo militar (Laurent, 2007: 30).

A primeira Guerra Mundial (I GM) demonstrou, com clara evidência, as vantagens deste recurso, principalmente através da sua aplicação ao sector dos transportes. Historicamente, o exército alemão capitulou quando os Aliados, em 1916, bloquearam as suas rotas de abastecimento energético e impediram o acesso e controlo dos campos petrolíferos da Roménia. De facto, a falta de petróleo, em conjunto com a epidemia de gripe de 1918, acabou por pôr a máquina de guerra alemã fora de combate (Kunstler, 2006: 58) de tal forma que, quando o Alto Comando Alemão assinou o armistício, em 11 de Novembro de 1918, não havia combustível para que os carros de combate, aviões e comboios pudessem funcionar²².

Efectivamente, o petróleo passou a consubstanciar a fonte de energia mais importante, quer para a indústria quer para a defesa, a partir da I GM (Rodrigues, 2006: 101). Este foi o fundamento pelo qual Clemenceau afirmou que, *“doravante, para as nações e para os povos, uma gota de petróleo tem o valor duma gota de sangue”* (Laurent, 2007: 34).

Em 1919, como corolário da I GM, Winston Churchill declarou na Câmara dos Comuns que *“não há dúvida alguma de que os Aliados só puderam navegar até à vitória sobre uma torrente ininterrupta de petróleo”* (Laurent, 2007: 41).

A segunda Guerra Mundial (II GM) foi travada com petróleo e pelo petróleo, consagrando-o como a fonte energética decisiva, cuja posse contribuiu para o rumo e o desfecho do conflito (Pulido, 2004: 13), desempenhando um papel decisivo. Foi para aceder às reservas de petróleo do Cáucaso que Hitler se dirigiu para Estalinegrado, quebrando o Pacto Germano-Soviético que lhe assegurou o petróleo necessário às primeiras vitórias, e foi por causa do embargo ao petróleo que o Japão atacou Pearl Harbor em Dezembro de 1941 (Attali, 2007: 90).

Hitler, ao invadir a Polónia e posteriormente a União Soviética, teria como principal objectivo garantir o *“espaço vital”*, baseando-se na teoria idealizada por Ratzel, que postulava que *“o povo alemão era especialmente dotado de sentido de espaço, pelo que a Alemanha teria «direito» a um espaço em conformidade com o seu tamanho e a sua capacidade – o espaço*

²¹ Secretário-geral da NATO, GMF Brussels Forum, 15Mar2008.

²² Segundo Jean-Marie Chevalier, *“o petróleo passará a ser a fonte essencial do poderio militar, com o transporte dos homens e dos materiais, com os primeiros carros blindados e os primeiros aviões de combate”* (Laurent, 2007: 33).

vital” (IAEM, 2000), assegurando o controlo das fontes de energia vitais para o III Reich²³.

O petróleo também esteve no centro do pacto Germano-Soviético de 1938. Através deste acordo, Hitler preservava seguramente a paz no Leste da Alemanha, enquanto as suas tropas invadiam a Europa Ocidental, e obtinha, além disso, importantes fornecimentos de petróleo russo indispensável para o esforço de guerra. De 1939 a 1941, Moscovo forneceu a Berlim mais de 65 milhões de barris.

Quando o exército alemão ficou sem capacidade de controlar um dos principais centros petrolíferos mundiais, Baku²⁴ – capital do Azerbaijão –, a máquina militar alemã começou a perder o ímpeto (Silva, 2005: 7), dando-se então uma viragem decisiva na II GM, no teatro europeu (Lopez, 2006: 15), uma vez que tal facto contribuiu decisivamente para o seu colapso em pouco menos de três anos²⁵.

Tanto a Alemanha como o Japão se esforçavam desesperadamente por alargar a sua hegemonia a regiões distantes, produtoras de petróleo, de modo a assegurar a continuidade do rápido desenvolvimento das suas economias industriais. No entanto, ambas perderam a guerra, em grande parte por não terem sido capazes de assegurar os reabastecimentos (Kunstler, 2006: 58).

Foi o empenho de Churchill, com a enorme tenacidade demonstrada ao longo do período 1940-41, que impediu uma invasão relâmpago a Hitler, ganhando tempo até à entrada na guerra dos Estados Unidos da América²⁶. Este grande e combativo estadista acabou por salvar a liberdade do seu país, mas o preço que por isso teve de pagar foi elevado.

Por seu lado, Roosevelt acedeu aos pedidos e exortações de Churchill, mas a intervenção do exército norte-americano não foi gratuita. Após a Conferência de Yalta, na Crimeia, com Estaline e Churchill, em Fevereiro de 1945, Roosevelt e o Rei Ibn Saud encontraram-se a bordo de um cruzador americano no canal do Suez²⁷. Como corolário desta reunião, os EUA retiraram a Arábia Saudita à Grã-Bretanha, região onde se localizam as principais reservas mundiais do ouro negro (Attali, 2007: 90). O preço exigido pelo presidente norte-americano

²³ Para Hitler, a primeira prioridade era apoderar-se das reservas de petróleo controladas por Moscovo no Cáucaso para abastecer-se de carburante e impedir as unidades russas de fazer o mesmo; em seguida, pretendia assumir o controlo dos campos petrolíferos do Irão.

²⁴ As tentativas de Hitler para controlar Baku e o mar Cáspio – essa zona já fora um dos objectivos do exército alemão em 1914 – fizeram-no tomar consciência da vulnerabilidade da região: “*Os campos petrolíferos de Baku são a nossa principal fonte de abastecimento de petróleo*” (Hitler, cit. por Laurent, 2007: 217).

²⁵ Uma das grandes fraquezas da Alemanha hitleriana foi precisamente essa dependência petrolífera que provocou directamente a derrota de Rommel e do Africa Korps, por falta de combustível.

²⁶ Em 1945, tal como em 1918, o petróleo americano desempenhou um papel decisivo na vitória aliada: 68% dos abastecimentos mundiais, durante os cinco anos de conflito, provinham dos EUA (Laurent, 2007: 49).

²⁷ Este encontro denota que a Administração Roosevelt, tal como hoje, tinha uma percepção muito apurada do papel do petróleo e do poder que representa, já que em caso de conflito grave quem controlar os recursos energéticos possui a capacidade de asfixiar os adversários, como sucedeu à Alemanha na I e posteriormente na II GM. Deste encontro derivou um acordo secreto no qual os EUA providenciariam assistência militar, treino e a construção de uma base militar em Dhahran, na Arábia Saudita, em troca de um acesso seguro às reservas de petróleo Saudita (Smith, 2005).

foi nem mais nem menos do que a “*posição de dominação no mundo*” (Steingart, 2009: 52).

Se o petróleo influenciou o mundo antes e durante a II GM, é certo que, como anteriormente se referiu, o mundo pós II GM encontra-se quase totalmente dependente deste recurso. O esforço de reconstrução do pós-guerra edificou um mundo novo, assente num modelo de desenvolvimento económico baseado na abundância de petróleo comercializado a preços baixos, demarcando o início de um período em que o seu consumo cresceu progressivamente até se tornar a principal fonte energética, posição que agora ocupa firmemente, potenciando a proeminência económica dos Estados Unidos (Pulido, 2004: 13 e Rodrigues, 2006: 79). Este advento, o da ascensão do petróleo como principal recurso energético, coincidiu com a elevação dos EUA a superpotência global²⁸.

Em 1960 formou-se a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), inicialmente constituída pelo Irão, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela²⁹. No final dos anos 60, por via do poder financeiro, a Arábia Saudita reforçou a sua esfera de influência sobre os países árabes e o seu papel de principal exportador de petróleo conferiu-lhe uma grande importância junto das principais potências mundiais.

Porém, os eventos ocorridos em 1967, que opuseram Israel aos Estados árabes vizinhos (Egipto, Síria e Jordânia) e que ficaram conhecidos como “a guerra dos seis dias”, levaram a que apenas um dia depois do início daquele conflito, em 6 de Junho, um conjunto de países Árabes produtores de petróleo tivesse imposto limitações aos abastecimentos daquele recurso de forma a reduzir os apoios que os EUA e alguns países europeus prestavam a Israel (DoS, 2001). Este embargo demonstrou a entrada numa nova fase, na qual o petróleo passou a servir de arma política³⁰.

Em 16 de Outubro de 1973, integrado na estratégia que incluía a guerra do Yom Kippur (6-24.Outubro.1973), a OPEP cortou a produção de petróleo e impôs um embargo nas remessas de crude para o Ocidente (os preços do petróleo quadruplicaram), tendo como alvos especiais os EUA, a Holanda, Portugal, a África do Sul e a Rodésia, acusando estes países de apoiarem

²⁸ Existem quatro domínios decisivos numa potência global: Poder militar com um alcance à escala global; ser o motor do crescimento económico à escala mundial; tecnologicamente, manter a liderança geral em sectores de ponta na área da inovação; e culturalmente constituir um apelo sem rival. A combinação destes quatro domínios faz de um estado uma potência global, capaz de projectar poder e influência para o exterior das suas fronteiras à escala mundial (Brzezinski, 1997: 19/20 e 44).

²⁹ Em finais de 1971 aderiram a Indonésia, o Qatar, a Líbia, os Emiratos Árabes Unidos, a Argélia e a Nigéria. Estes países tomaram esta opção porque, após a fundação da OPEP, o valor real do seu petróleo baixou.

³⁰ O nacionalismo árabe Egípcio, que havia cortado uma das principais rotas de abastecimento aos países ocidentais, originou a invasão do Egipto por parte de Britânicos, Franceses e Israelitas. Os EUA ficaram de fora do conflito de forma a evitar que as tendências nacionalistas pudessem inflamar os países árabes e espalhar-se à Arábia Saudita (Silva, 2005: 6), minimizando assim as possibilidades de colocar em perigo as relações privilegiadas com aquele país.

Israel³¹. De facto, este choque petrolífero (o primeiro) paralisou o sistema económico e financeiro de muitos países ocidentais e desencadeou uma crise sem precedentes (Silva, 2005: 6).

Esta crise ocorreu porque os EUA tinham perdido a capacidade para fixar os preços a nível mundial, em virtude de terem atingido o pico de produção de petróleo, o que fez o preço do barril subir para o quádruplo em Março de 74 (Kunstler, 2006: 68). Mesmo que existissem dúvidas de que o poder para controlar os preços do crude tinha sido transferido dos EUA para a OPEP pouco depois da criação desta³², elas simplesmente dissiparam-se durante este embargo (Kunstler, 2006: 65).

Em 1979-1980, estoirou um segundo choque petrolífero, em consequência da Revolução no Irão, igualmente perpretado pela mão dos países exportadores (Rodrigues, 2006: 115). O movimento social e religioso dirigido por Ayatollah Khomeini, de contestação a Mohammad Reza Shah, o último Pahlavi (Costa, 2000: 38), paralisou um dos principais produtores de petróleo do mundo³³. Efectivamente, em Janeiro de 1979, antes do Imam Khomeini ter desembarcado em Teerão, a produção nesse país tinha baixado 93%. Como resultado, o preço do petróleo crude no mercado internacional, num escasso período de tempo, de Janeiro a Dezembro de 1979, subiu cerca de 118% (Lien, 2008). Esta crise demonstra a ligação directa existente entre o petróleo e a política e os perigos da desestabilização se instaurar nos grandes países produtores (Silva, 2005: 9).

Na década de 70 surgiu a tomada de consciência de que as matérias-primas não são inesgotáveis, facto que originou uma onda de preocupação sem precedentes que, em conjugação com os choques petrolíferos de 1973 e 1979, colocaram a descoberto a verdadeira dependência das economias mais avançadas do mundo em relação a este recurso estratégico³⁴ e reforçaram o sentimento de poder dos países detentores das maiores reservas.

A invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas, em 2 de Agosto de 1990, precipitou o terceiro choque (Rodrigues, 2006: 115) (ver figura 1). A situação de ameaça que pairava sobre a Arábia Saudita não poderia deixar indiferentes os países desenvolvidos. O Iraque, o Kuwait e a Arábia Saudita, em conjunto, representavam cerca de 50% das reservas de petróleo comprovadas existentes no mundo. A coligação formada para libertar o Kuwait do Iraque de Saddam Hussein, na primeira Guerra do Golfo, iniciou uma guerra de interesses que teve como

³¹ O embargo petrolífero, como sanção, será várias vezes praticado depois da II GM. O caso do embargo decretado pelos países árabes, em Outubro de 1973, continua a ser, até hoje, o único embargo decidido por países produtores contra países consumidores (Lopez, 2006: 15).

³² Tornou-se bastante evidente a sensibilidade extrema dos preços a cortes da oferta quando os preços aumentaram 400% em 5 meses (de 17/10/1973 a 18/3/1974).

³³ Na altura, dois ou três países, e não mais, abasteciam quase 90% do total da produção mundial (Arábia Saudita, Irão e Iraque).

³⁴ A segurança energética afirmou-se com especial relevância na agenda internacional e foi colocada no topo das prioridades estratégicas dos EUA e de vários países europeus.

objectivo a salvaguarda das fontes energéticas (Silva, 2005: 9 e Cooper, 2006: 69)³⁵.

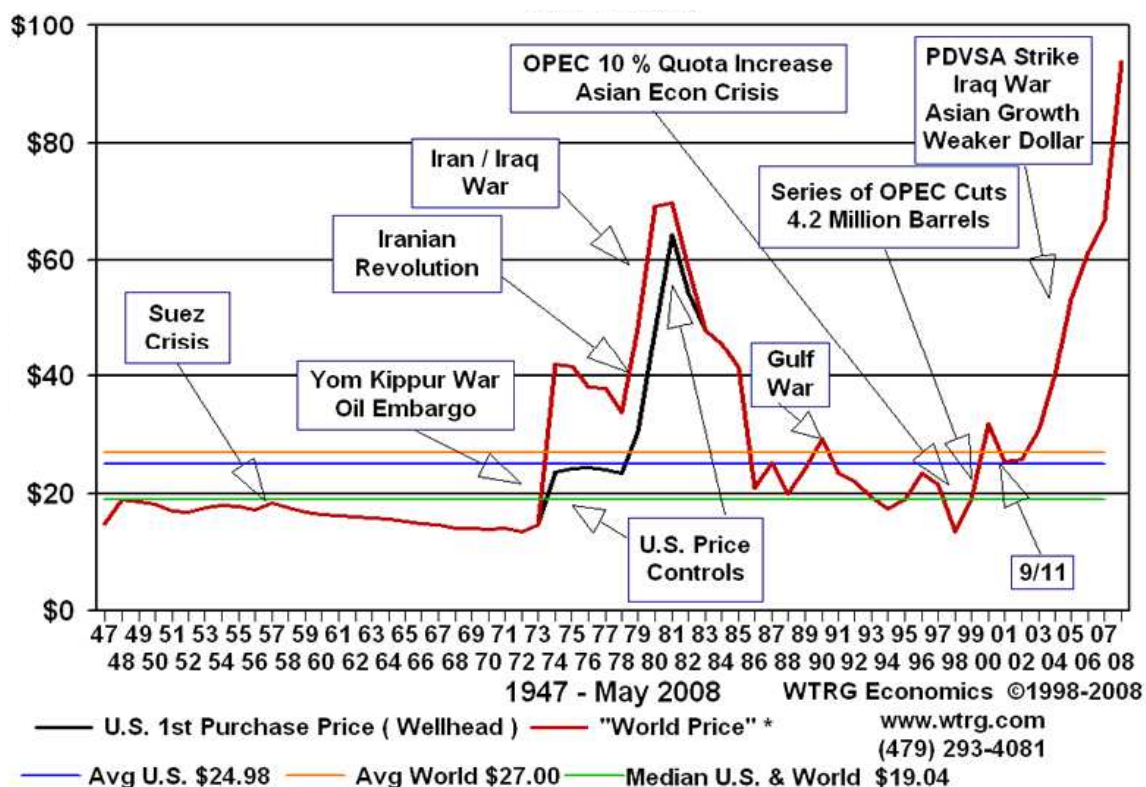


Figura 1 – Os Quatro Choques Petrolíferos

Fonte: WTRG Economics

Por fim, a Guerra do Iraque decorrida em 2003. Para a maioria dos autores, trata-se de uma invasão do Iraque e uma guerra motivada pelo petróleo³⁶ (Santos, 2008: 109), que se destinou, segundo Kunstler, a “estrategicamente estabelecer uma esquadra de polícia no meio de um enorme bairro mal frequentado” (2006: 114). Foi ainda considerada uma tentativa desesperada dos EUA de instaurar a estabilidade política no Médio Oriente, de onde vem grande parte do petróleo mundial (Kunstler, 2006: 118).

Segundo José Rodrigues dos Santos, os verdadeiros objectivos estratégicos da invasão do Iraque foram, por um lado, “controlar as reservas mundiais de petróleo e impor uma ordem americana numa zona onde mais petróleo se produz no mundo” e, por outro, “assegurar que o petróleo não iria cair nas mãos da China e da Rússia” (2008: 275-276), opinião já expressa por Wesley Clark. Segundo ele, os objectivos eram os seguintes: “pôr fim à velha política, de dupla contenção no Golfo Pérsico, pressionar outros Estados da região e solucionar os potenciais

³⁵ A razão para travar esta guerra não foi o facto de o Iraque ter violado as normas de comportamento internacional. Se um país invadir outro que de algum modo se situe fora dos interesses vitais dos poderosos, muito naturalmente, escapará a quaisquer consequências e levará a sua avante. Provavelmente, será condenado, perderá capital de confiança e reputação. Pode ser que sofra algumas sanções económicas, mas o mais plausível é que o invasor não seja atacado pelos poderosos.

³⁶ Teve por detrás motivos de alcance político, económico e estratégico, já que o Iraque dispõe da terceira maior reserva mundial e colocava no mercado cerca de dois Mb/d, além de dispor do petróleo mais barato do mundo (Santos, 2008: 371).

desafios ao domínio regional norte-americano no Golfo Pérsico, rico em petróleo, antes de poder surgir qualquer ameaça significativa às acções dos Estados Unidos” (2004: 150).

A invasão do Iraque em 2003 foi ignidora do quarto Choque Petrolífero, desta vez mais lento que os anteriores (o preço do barril de petróleo foi multiplicado por seis em seis anos³⁷), que atingiu o seu pico em 11 de Julho de 2008 com o petróleo a atingir os 147USD/Barril.

Segundo alguns analistas existe uma série interminável de argumentos plausíveis para justificar o preço elevado do crude, entre eles: a recusa da OPEP em aumentar a produção, um aumento "feroz" da procura na China e na Índia, os problemas nas regiões petrolíferas do Iraque, uma possível guerra com o Irão, os especuladores petrolíferos com os seus “*contratos de futuros*”³⁸, o enfraquecimento do dólar (a forte dependência da importação de petróleo fez aumentar o défice comercial) e, por fim, a crise económica.

Esta guerra, segundo Hobsbawm, foi um exemplo da absoluta frivolidade do processo de tomada de decisões dos Estados Unidos, já que o Iraque era um país tão fraco que facilmente podia ser derrotado. Apesar do móbil ser o petróleo, basicamente, a guerra foi um exercício de demonstração internacional de poder (Hobsbawm, 2008: 145). Os americanos pretendem fazer guerras, deixar governos amigáveis à sua passagem e regressar a casa. No entanto, o Médio Oriente ficou bem mais instável agora do que o era há cinco ou dez anos atrás.

A intervenção militar dos Estados Unidos e do Reino Unido no Iraque fez regressar em força o debate acerca da posição do petróleo no Sistema Internacional (SI) e da sua importância para a economia mundial. Esta conjuntura serviu, pelo menos, para nos lembrar que a conflituosidade que, persistentemente, se manteve associada ao controlo do petróleo enquanto fonte energética principal é ainda um dos aspectos mais importantes a considerar (Pulido, 2004: 15).

O petróleo é um dos recursos fósseis essenciais e um foco de conflitos importantes, sendo quase certo que, a manterem-se as actuais tendências, a instabilidade e os conflitos vão persistir, existindo uma deslocalização deste recurso natural, que se torna mais notória e ganha maior importância graças à combinação de dois factores: a crescente dependência dos maiores países industrializados do petróleo importado e a localização das reservas fundamentais em áreas muito limitadas, principalmente na região do Golfo Pérsico, onde é

³⁷ A tendência para a subida acentuada dos preços do petróleo revela-se a partir do início do ano 2003, com um máximo intermédio alcançado em Agosto de 2006, quando foi alcançado o record de 77,33 USD/Barril (Brent). A subida dos preços continua de forma mais acentuada, a partir de finais de Outubro de 2007, para em inícios de Março de 2008 ser ultrapassada a fasquia dos 100 USD/Barril, em Maio ultrapassados os 130 USD/Barril e a 11 de Julho atingir os 147USD/Barril.

³⁸ É um instrumento financeiro derivado que consiste num acordo de compra e venda de um determinado activo (acção ou obrigação), a um preço fixado previamente e num determinado prazo ou data. Os contratos de futuros são, geralmente, efectuados em Bolsas de Valores especializadas, locais onde também podem ser transaccionados. Além das acções e obrigações, os contratos de futuros também podem ser respeitantes a mercadorias, moeda e instrumentos de dívida.

visível a insegurança derivada da luta pelo petróleo (Abbott, 2007: 39 e 81).

Sem dúvida, o problema da escassez de petróleo é, antes de mais, um problema de riqueza e de poder (um reduzido grupo de empresas poderosas e nações produtoras decidem os preços e os níveis de produção para maximizar os lucros (Yeomans, 2006: 209)), como tal, gerador de conflitos pela supremacia do seu controlo³⁹. Só assim se compreende a decisão do governo norte-americano de, em 2001, estabelecer uma hegemonia mundial sem qualquer ajuda externa, denunciando as convenções internacionais actualmente aceites, reservando-se o direito de iniciar guerras de agressão ou outras operações militares sempre que o desejasse e fazendo-o efectivamente (Hobsbawm, 2008: 15).

Esta teoria vem relevar a seguinte afirmação: *"Quem tem petróleo tem o mundo na mão. Não só as grandes potências precisavam de petróleo para fazer a guerra, elas começaram a fazer a guerra por petróleo"* (Santos, 2008: 108). Como tal, nada nos impede de extrapolar que as grandes potências vão continuar a precisar do petróleo para fazer a guerra e vão fazer a guerra por petróleo⁴⁰.

"Os combustíveis fósseis são uma dádiva única"
(Kunstler, 2006: 49)

I.3. Situação Petrolífera actual

A industrialização no decurso do século XX está marcada pela ascensão do petróleo como a mais importante fonte de energia primária; porém, sobrevém a evidência de que a capacidade de produção de petróleo "convencional" está a atingir os seus limites. O petróleo convencional é aquele de que o mundo se tem alimentado desde o princípio do século XX e que na década de 60 ultrapassou o carvão como principal fonte de energia. É de extracção relativamente acessível e económica (no caso das jazidas gigantescas da Arábia Saudita, o preço ronda os cinco dólares por barril). Tal como Kunstler afirmava, *"nada se equipara ao petróleo em termos de energia, versatilidade, facilidade de transporte ou de armazenamento, além de tudo isto, tem sido barato e abundante"* (2006: 50).

Para José Rodrigues dos Santos, *"o declínio do petróleo"* já começou e *"decorre de duas observações incontroversas: a descoberta das jazidas atingiu o seu máximo na década de 1960"*⁴¹ (2008: 364) e, desde 1980, a taxa de extracção excede sistematicamente o ritmo de novas descobertas. Sabemos que, *"desde 1995 (...) o mundo gasta um mínimo de vinte e quatro*

³⁹ A disputa por recursos naturais de elevado valor como o petróleo é variadíssimas vezes o factor dominante que está na origem da violência. Um quarto das cinquenta guerras e conflitos armados activos em 2001 foram despoletados, exacerbados ou financiados pela exploração legal ou ilegal de recursos naturais (Renner, 2002).

⁴⁰ O petróleo é um produto estratégico clássico; há muito que os decisores políticos das nações economicamente mais desenvolvidas lhe atribuem características de unicidade e necessidade (Pulido, 2004: 40).

⁴¹ Com os campos chinês de Daping (1961), russo de Samotlor (1963) e americano de Prudhoe, no Alasca.

mil milhões de barris por ano, mas só estão a ser descobertos nove mil milhões de barris de petróleo novo por ano”

(Santos, 2008: 368) e que, segundo George Soros, em 2004 foram consumidos 30.000 milhões de barris, mas só foram descobertos 8.000 milhões (2008: 282); como tal, haverá apenas mais quarenta anos de petróleo, e isto na situação ideal de ele ser extraído até à última gota (ver figura 2).

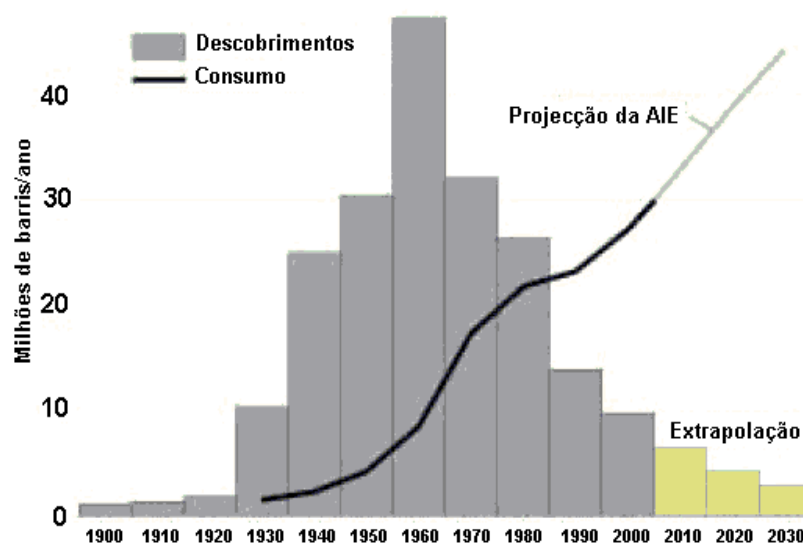


Figura 2 – Descobertas e consumo de Petróleo

Fonte: AIE, 2007

O planeta foi esquadrihado de alto a baixo. Os conhecimentos geológicos são tais que está quase excluída a possibilidade de descobrir novas jazidas importantes (Laurent, 2007: 172); dos seiscentos sistemas existentes no mundo com condições adequadas para produzir petróleo, quatrocentos já foram ou estão a ser explorados e os restantes duzentos situam-se em zonas de águas profundas ou no Ártico (Santos, 2008: 112).

É usualmente aceite que, até agora, o mundo consumiu um pouco mais de um bilião de barris. Tendo em atenção as reservas comprovadas do petróleo bruto⁴² e o ritmo do consumo actual, significa que atingir-se-ia a sua extinção dentro de um curto espaço de cerca de quarenta anos⁴³.

A curva de Hubbert⁴⁴ (ver figura 3) baseia-se no facto de o processo que conduz ao esgotamento de um recurso finito ser constituído por três etapas: 1) A produção principia no zero; 2) O fluxo de produção ascende até alcançar um pico, ou seja, um máximo que já não pode ser ultrapassado; 3) Após o pico, o fluxo de produção declina, até ao esgotamento do recurso.

No caso do petróleo, a curva de Hubbert tem um formato de sino (ajustamento logístico), tendo início por volta de 1850. A nível mundial o seu pico verificou-se entre 2003 e 2006. Isto significa que a espécie humana já começou a gastar a “segunda metade” do seu stock de petróleo, das suas reservas provadas e possíveis.

⁴² De acordo com o relatório da British Petroleum (BP) Statistical Review of World Energy 2007, as reservas provadas de petróleo em 2006 correspondiam a 1371,7 biliões de barris (BP, 2007: 8). Segundo estudos da US Geological Survey, calcula-se que as reservas mundiais de petróleo se situem por volta de 1,6 biliões de barris (Santos, 2008: 364).

⁴³ Este valor varia, consoante o autor, entre os vinte e seis (Rodrigues, 2006: 19), trinta e sete (Kunstler, 2006: 72), quarenta (Lopez, 2006: 403) e quarenta e cinco anos (BP, 2007: 8).

⁴⁴ Descoberta pelo grande geofísico norte-americano Dr. King Hubbert (1903-1989), está subjacente às políticas desenvolvidas pelas grandes potências e pelo cartel das “Sete Irmãs”.

Se a nível mundial o pico foi por volta de 2005⁴⁵, a nível de muitos países, regiões e províncias petrolíferas o pico já se deu há alguns anos. É o caso dos Estados Unidos, do Canadá, da Venezuela, da Rússia e do Mar do Norte (Santos, 2008: 115).

Para outros o pico ainda está no futuro.

É o caso da Arábia Saudita, do Iraque, do Kuwait e da bacia do Cáspio. Como tal, não é difícil aceitar que “a era do petróleo barato está a acabar” (Santos, 2008: 405), que “a idade do petróleo acabou e estamos a entrar numa nova era” (Yeomans, 2006: 210) ou que “temos de nos preparar não para um petróleo mais caro, mas para a falta de petróleo” (Laurent, 2007: 9).

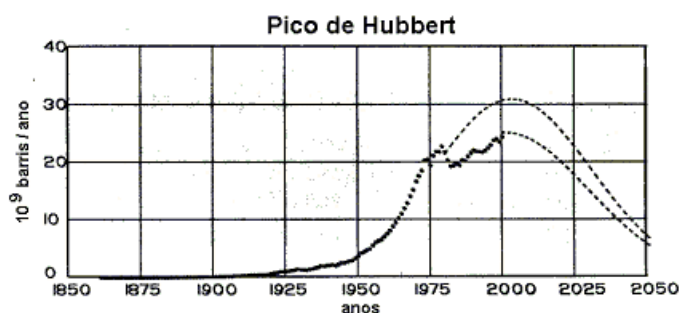


Figura 3 – Gráfico do Pico de Hubbert
Fonte: “Hubbert’s Peak: The Impending World Oil Shortage”, Kenneth S. Deffeyes, Princeton University Press, 2001: 8

I.3.1 As Reservas

É essencial para o planeamento futuro do desenvolvimento da economia mundial que haja uma noção clara das quantidades disponíveis e das que o poderão vir a estar, quer por mais jazidas descobertas quer por mais disponibilidade tecnológica na sua exploração e rentabilização. Estas quantidades são designadas por reservas e a sua avaliação é de primordial importância para os governos, agências internacionais, economistas, agências bancárias e para a indústria energética internacional. Como vimos anteriormente, até agora, o mundo consumiu um pouco mais de um bilhão de barris. Tendo em atenção as reservas comprovadas do petróleo bruto (figura 4 - existem cerca de 1,4 a 1,6 biliões de barris), perspectiva-se que, ao ritmo de consumo actual, a sua extinção ocorrerá num prazo de cerca de quarenta anos.

O que está em causa não é uma nova crise, que por definição se resolve. Nada que se possa comparar com boicotes, choques petrolíferos ou consequências de pontuais situações políticas vividas no passado. É, pelo contrário, um problema estrutural de esgotamento de uma fonte de energia que é finita e que é a base que permite a vida, como a conhecemos (Rodrigues, 2006: 11).

Como se pode constatar pela análise da figura 4, apenas cinco países (a Arábia Saudita, o Irão, o Iraque, os Emirados Árabes Unidos e o Koweit) detêm perto de dois terços de todas as reservas conhecidas do mundo. Além disso, o petróleo destes países tende a ser de melhor qualidade, grande parte dele é extraído a baixo custo de campos em terra e algum nem precisa de ser bombeado do subsolo, pois chega à superfície sob pressão (Abbott, 2007: 43).

⁴⁵ Robert L. Hirsch afirma que a Real Academia de Ciências da Suécia notou que 54 dos 65 mais importantes países produtores de petróleo do mundo tinham ultrapassado o pico da produção e estavam em declínio. Kenneth Deffeyes, da Universidade de Princeton, aponta mesmo uma data (16/12/2005) (Kunstler, 2006: 84).

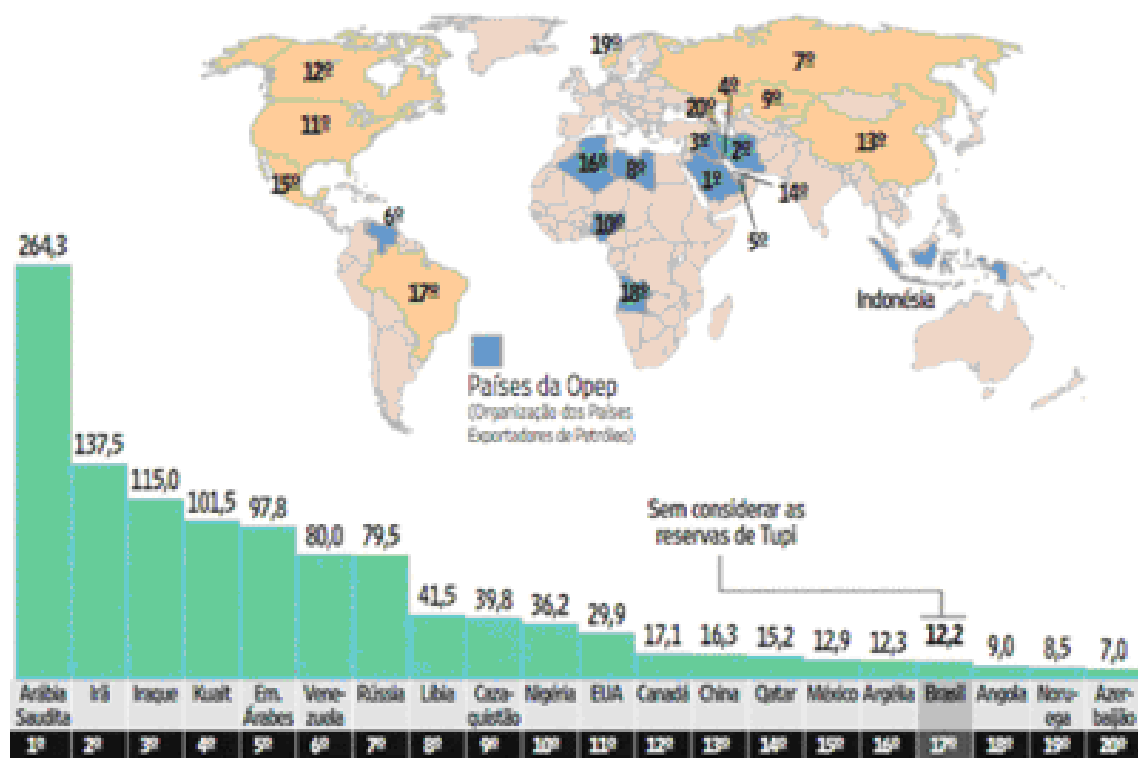


Figura 4 – As 20 maiores Reservas Mundiais de Petróleo em 2007
(em bilhões de barris)

Fonte: Departamento de Estatística dos EUA

Ainda que existam algumas incertezas sobre a importância exacta das suas respectivas reservas⁴⁶, estes quatro países (sem o Iraque) representavam, em 2004, com 19,7 Mb/d, quase um quarto (24,6%) da produção mundial.

Se bem que as jazidas petrolíferas estejam disseminadas um pouco por todo o mundo, a maioria da sua produção flui de uma relativamente pequena área geográfica, o Médio Oriente (Rodrigues, 2006: 35). Esta é, com efeito, uma região estratégica, enquanto conjunto geográfico, pela sua posição de encruzilhada entre três Continentes. Para além disso, apenas uma pequena parte, localizada principalmente em terras xiitas, à volta do Golfo Pérsico, é vital para o futuro energético do planeta (Lopez, 2006: 310).

Por razões geográficas, históricas e estratégicas, a Arábia Saudita, o Iraque e o Irão são os países que assumem maior peso no âmbito da geopolítica regional. A importância destes países para os mercados petrolíferos é inquestionável (Pulido, 2004: 194).

Em matéria petrolífera, nenhum Estado no mundo pode apresentar argumentos tão preponderantes como a Arábia Saudita. Os dados são sobejamente conhecidos: em 2007, o reino saudita detinha cerca de 23% das reservas comprovadas de petróleo convencional (264 bilhões de barris) e foi responsável por, aproximadamente, 13% da oferta global. Para além

⁴⁶ O petróleo, para a Arábia Saudita, não é apenas uma matéria-prima estratégica, é também o segredo de Estado mais ciosamente guardado (Laurent, 2007: 184). A Arábia Saudita, que tem as maiores reservas potenciais, não fornece dados sobre o esgotamento das reservas existentes (Soros, 2008: 283).

destes valores incontornáveis, a Arábia Saudita regista ainda custos de produção de petróleo bastante baixos, menos de dois dólares por barril, o que lhe dá uma vantagem competitiva muito importante em relação à maioria das explorações mundiais. Com uma produção diária que, ao longo da segunda metade dos anos noventa, oscilou entre valores próximos dos nove milhões de barris, o país detém também uma posição preponderante no interior da OPEP, no seio da qual foi responsável por 32% da produção em 2003 (Rodrigues, 2006: 226).

O Irão é provavelmente a peça principal no tabuleiro de xadrez constituído pela elipse energética mundial já anteriormente mencionada; detém 11,4% das reservas mundiais de petróleo, as segundas depois da Arábia Saudita, ou seja, cerca de 137 mil milhões de barris (Lopez, 2006: 366).

No âmbito do mercado petrolífero, o Iraque pode ser classificado como o *Monstro adormecido*⁴⁷. É possível ter uma noção mais completa acerca das potencialidades do país nesta matéria, atendendo aos seus 113 (Rodrigues, 2006: 226) ou 115 mil milhões de barris (que equivale às terceiras maiores reservas comprovadas de petróleo convencional), às grandes quantidades de petróleo por descobrir (pela ausência de verdadeiras campanhas de prospecção há mais de vinte e cinco anos e ainda devido a guerras sucessivas e ao embargo), ao fácil acesso e baixo custo de extracção e à sua situação geoestratégica no centro das formidáveis reservas do Golfo Pérsico. O potencial está praticamente intacto (Lopez, 2006: 345).

A menos que surjam outras origens entretanto desconhecidas, apenas a Arábia Saudita, a Rússia, o Iraque, o Irão, o Kuwait, os Emirados Árabes Unidos e a Venezuela terão, individualmente, capacidade para acompanhar o ritmo de crescimento da exigência da procura (Rodrigues, 2006: 150).

Bem ou mal, os Estados Unidos, plenamente conscientes da importância desta região para a economia mundial, já conduziram duas guerras em doze anos e decidiram amarrá-la ao resto do mundo. Sejam quais forem as razões invocadas oficialmente, tanto as bases militares permanentes ou as facilidades utilizadas a título temporário, que se multiplicaram depois do 11 de Setembro, ilustram a perenidade do interesse petroestratégico dos Estados Unidos em relação ao conjunto da zona (Lopez, 2006: 309).

I.3.2 A Produção

O único desígnio da nossa geração é o de satisfazermos as nossas necessidades de hoje sem pormos em causa a sustentabilidade das gerações futuras, com qualidade de vida

⁴⁷ As reservas comprovadas encontram-se em 73 estruturas, seis super-gigantes, 17 gigantes e 20 grandes campos. Das 73 estruturas referidas, apenas 15 já foram exploradas, o que concede, no domínio petrolífero, uma margem de manobra elevada ao país.

(Rodrigues, 2006: 12).

A explosão demográfica, aliada à exigência de perpetuação dos altos níveis de vida conseguidos nos países ricos e à pretensão de os atingir, reclamada pelos países pobres, introduziram aberrantes pressões no fornecimento estabilizado e continuado dos recursos naturais à escala mundial.

A produção anual mundial atinge os 24 bilhões de barris; consomem-se 23 bilhões e 1 bilhão fica em depósito. Os quatro maiores produtores mundiais são a Arábia Saudita, a Rússia, os Estados Unidos e o Irão (ver tabela 1).

Pela observação da figura, facilmente se identificam as regiões de interesse político que têm movimentado os interesses dos países industrializados. Em números, a região do Médio Oriente detém cerca de 31% da produção mundial, seguida da Rússia, com cerca de 18%, e dos EUA, com cerca de 11%.

Em termos de produção petrolífera, a margem de manobra da Arábia Saudita é ainda elevada. O reino tem capacidade para aumentar, no imediato, a sua produção para os 10,5 milhões de barris diários e, em pouco tempo, capacitar as suas infra-estruturas para atingir os 15 milhões de barris por dia (Pulido, 2004: 201).

O Irão, por seu turno, é o segundo maior produtor de crude da OPEP, com limitadas capacidades de aumentar no curto prazo a sua produção, em virtude da capacidade das suas refinarias serem muito limitadas (cerca de 1500 Mb/d), tendo o Irão de importar cerca de metade da gasolina que consome (Alterman e Garver, 2008: 66).

Ao nível da produção, o Iraque não se encontra sequer entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo. No entanto, tem capacidade para produzir na ordem dos seis milhões de barris diários. Nestas circunstâncias o Iraque pode tornar-se uma peça incontornável no âmbito dos mercados petrolíferos mundiais e poderá assumir uma posição que, no fundo, lhe pertence por força da dimensão das suas reservas (Pulido, 2004: 210).

Através da análise da tabela 2, podemos verificar que a Arábia Saudita foi, ao longo do ano de 2008, o maior exportador de petróleo do mundo, com uma capacidade exportadora diária superior a 8,4 milhões de barris; na segunda posição posicionou-se a Rússia, com quase 6,9 milhões de barris diários e em terceiro a Noruega, com mais de 2,5 milhões.

Tabela 1 – Principais Países Produtores de petróleo
(Valores de produção em 2008, em Mb/d)
Fonte: Departamento de Estatística dos EUA

Posição	País	Produção
1.	Arábia Saudita (OPEP)	10,782
2.	Rússia	9,790
3.	Estados Unidos	8,514
4.	Irão (OPEP)	4,174
5.	República Popular da China	3,973
6.	Canadá	3,350
7.	México	3,186
8.	Emirados Árabes Unidos (OPEP)	3,046
9.	Kuwait (OPEP)	2,741
10.	Venezuela (OPEP)	2,643
11.	Noruega	2,466
12.	Brasil	2,402
13.	Iraque (OPEP)	2,385
14.	Argélia (OPEP)	2,180
15.	Nigéria (OPEP)	2,169

Nove dos onze principais países pertencem à OPEP; quatro dos primeiros cinco estão localizados no Médio Oriente; do 7º ao 12º encontram-se quatro países africanos.

Os países da OPEP, apesar da perda de alguma influência do cartel desde os anos 90, controlam 42% da produção mundial (30 Mb/d), o que, em uníssono, aumenta o seu poder em relação à produção dos novos países que o fazem isoladamente.

No entanto, verifica-se que a casualidade geológica fez com que as províncias petrolíferas cujo pico de Hubbert ainda está afastado no tempo fossem aquelas de países da OPEP (ver figura 5). Ao observarmos o gráfico do Pico de Hubbert OPEP/não OPEP verifica-se que, a partir de 2007, passou a predominar o petróleo fornecido pelos países da OPEP em relação aos “não OPEP” (Santos, 2008: 276).

Os analistas destas matérias têm previsto uma redução contínua da ordem

dos 2 a 3% anuais. Segundo as estimativas de muitos analistas, o inevitável decréscimo de produção poderá atingir uma taxa de 8% anuais. Outros até predizem reduções da ordem dos 10%.

A maioria dos geólogos é da opinião de que o "pico" da produção mundial de petróleo ocorreu no ano de 2007, o qual seria o último ano da bonança do petróleo barato. A partir de então, verificar-se-ia uma maior escassez de combustíveis e um severo aumento de dificuldades de acesso, a começar entre 2008 e 2012 (Rodrigues, 2006: 203).

Tabela 2 – Principais Países Exportadores de petróleo
(Valores de 2008, em Mb/d)
Fonte: Departamento de Estatística dos EUA

Posição	País	Exportações
1.	Arábia Saudita (OPEP)	8,406
2.	Rússia	6,874
3.	Emirados Árabes Unidos (OPEP)	2,521
4.	Irão (OPEP)	2,433
5.	Kuwait (OPEP)	2,390
6.	Noruega	2,246
7.	Angola (OPEP)	1,948
8.	Venezuela (OPEP)	1,893
9.	Argélia (OPEP)	1,888
10.	Nigéria (OPEP)	1,883
11.	Iraque (OPEP)	1,769
12.	Libia	1,597
13.	Cazaquistão	1,185
14.	Canadá	1,089
15.	Qatar	1,085

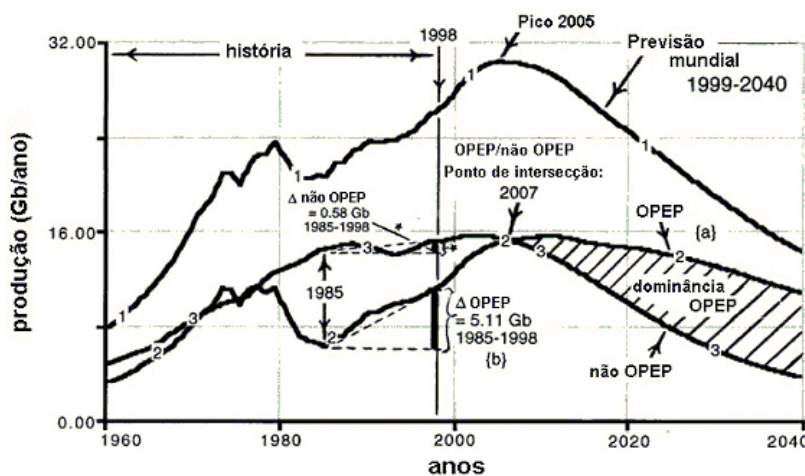


Figura 5 – Gráfico do Pico de Hubbert OPEP/não OPEP
Fonte: Departamento de Estatística dos EUA

“O século XX foi o do ouro negro
e das crises por ele provocadas”
(Boniface, 2003, 91)

I.3.3 O Consumo

Desde o início do século XVIII o consumo de recursos naturais aumentou trinta vezes e, desde que utilizamos o petróleo, foram queimados entre 900 mil milhões (Attali, 2007: 139) e um bilhão de barris (Santos, 2008: 365). É esperado que o consumo de petróleo bruto passe dos 80 milhões de barris/dia registados em 2004, para os 103 milhões em 2015 e para os 119 milhões em 2025 (Rodrigues, 2006: 41).

Os analistas são unânimes em concluir que a utilização dos recursos naturais aumentou exponencialmente. Grande parte dos recursos disponíveis e indispensáveis à manutenção do conjunto humano continua a aumentar, em muitas regiões, a um ritmo superior ao aumento populacional.

Enquanto a população mundial aumentou três vezes e meia desde 1890, a energia industrial consumida *per capita*, apesar de desigualmente repartida, aumentou mais de sete vezes durante o mesmo período e a energia total consumida a nível mundial aumentou quase catorze vezes (Rodrigues, 2006: 13).

Pela análise da tabela 3, e no âmbito do consumo mundial de petróleo durante o ano de 2008, destacam-se claramente três regiões, a saber: a América do Norte, a região da Europa e Eurásia e a região Ásia/Pacífico. Em termos percentuais, o Continente norte-americano (EUA, Canadá, México) foi responsável por 30% do consumo mundial, a região Ásia/Pacífico por 29% e o consumo da Europa e Eurásia chegou aos 26% do total mundial.

Os EUA distinguem-se claramente de qualquer outro país no que ao consumo de petróleo diz respeito. Ao longo de 2008, consumiu quase 20 milhões de barris por dia, o correspondente a mais de 25% do total mundial.

A China tem vindo a incrementar progressivamente o seu consumo ao longo dos últimos anos e, em 2003, com 5,56 Mb/d, assumiu a segunda posição no ranking dos maiores consumidores mundiais (Pulido, 2004: 59). Em 2008 consumiu quase 8 milhões de barris por dia, o correspondente a mais de 10% do total mundial.

Há vinte anos, a China era o maior exportador de petróleo da Ásia Oriental. Agora é o

**Tabela 3 – Principais Países Consumidores de petróleo
(Valores de 2008, em Mb/d)**
Fonte: Departamento de Estatística dos EUA

Posição	País	Consumo
1.	Estados Unidos	19,498
2.	República Popular da China	7,831
3.	Japão	4,785
4.	Índia	2,962
5.	Rússia	2,916
6.	Alemanha	2,569
7.	Brasil	2,485
8.	Arábia Saudita	2,376
9.	Canadá	2,261
10.	Coreia do Sul	2,175
11.	México	2,128
12.	França	1,986
13.	Irão	1,741
14.	Reino Unido	1,710
15.	Itália	1,639

segundo maior importador de petróleo do mundo. Em 2004, era responsável por 31% do crescimento global da procura de petróleo. Para o National Intelligence Council (NIC), de hoje a 2020, o consumo de energia da China deverá aumentar cerca de 150% para garantir a manutenção da taxa de crescimento económico constante (Lopez, 2006: 291).

O apetite da China está a aumentar a um ritmo que reduz ao ridículo as previsões dos próprios especialistas; em 2005 já consumia quase tanto petróleo como a Administração de Informação sobre Energia (AIE) dos EUA previa que ela iria consumir daí a cinco anos (Kynge, 2006: 160). Em 2025, por razões de estrutura do seu forte crescimento económico e se este crescimento se mantiver até lá, a China poderá, segundo a EIA⁴⁸, importar 82% das suas necessidades de petróleo (Lopez, 2006: 261).

Através da tabela 4, confirmamos a dependência dos EUA que, apesar de ser o terceiro maior produtor, consome mais do dobro da sua produção, sendo o maior importador mundial, e da China, que ocupa o quinto lugar entre os maiores produtores, consumindo igualmente mais do dobro da sua produção, sendo o segundo maior importador mundial.

Tabela 4 – Principais Países Importadores de petróleo (Valores de 2008, em MBD)

Fonte: Departamento de Estatística dos EUA

Posição	País	Importações
1.	Estados Unidos	10,984
2.	Japão	4,652
3.	República Popular da China	3,858
4.	Alemanha	2,418
5.	Coreia do Sul	2,144
6.	Índia	2,078
7.	França	1,915
8.	Espanha	1,534
9.	Itália	1,477
10.	Taiwan	939

Dada a dimensão dos mercados em jogo, este grande novo consumidor sobrepôs-se às economias industrializadas que passaram a ficar relegadas para um lugar secundário na ordem de prioridades dos mercados dependentes.

Apesar de ser considerada uma economia em crescimento, a China conta com um quinto da população mundial e, em função da sua emergência económica, está dependente do petróleo para a implementação dos seus programas de desenvolvimento.

“Os combustíveis fósseis constituem a fonte energética na qual assenta a economia mundial”
(Santos, 2008: 204)

I.2.4 O Futuro

Sem pessimismos exagerados, temos, porém, de aceitar um facto incontestável: o primeiro trilhão de barris disponíveis desde as primeiras descobertas em Baku e na Pensilvânia,

⁴⁸ A EIA perspectivou, para os países asiáticos em desenvolvimento, um aumento de produtos petrolíferos da ordem dos 37% até ao ano 2020. No mesmo estudo é indicado que a China mais que duplicará o consumo, passando dos 4,2 milhões de barris diários registados em 2000 para os 10,5 milhões esperados para 2020 e cerca de 12 milhões em 2030. Até 2030 todas as regiões do mundo incrementarão o consumo de petróleo, ano em que o consumo global atingirá os 120 milhões de barris por dia.

em finais do século XIX, foi consumido nos primeiros 125 anos⁴⁹ e bastarão apenas mais 30 anos para consumir o segundo trilião.

Não obstante a acumulação de evidências, as grandes empresas petrolíferas e os governos e blocos político-económicos não assumem esse cenário. Porém, cerca de metade do petróleo ainda disponível⁵⁰ (as actuais reservas mais o pouco que ainda estiver por descobrir) será extraído e a quase totalidade das actuais reservas serão consumidas antes de 2045⁵¹.

Durante a década de 60 do século XX, o mundo consumia, anualmente, cerca de 6 mil milhões de barris, enquanto eram descobertos, em cada ano, entre 30 a 60 mil milhões de barris. Doravante, a razão está completamente invertida: consumimos mais de 30 mil milhões por ano, quando as descobertas efectuadas a cada doze meses variam entre os 4 e os 8 mil milhões de barris (Laurent, 2007: 274 e Soros, 2008: 282).

Perante estes valores é possível retirar duas conclusões principais: (1) a região do Médio Oriente manter-se-á no futuro absolutamente fundamental no âmbito dos mercados petrolíferos; (2) a Europa, a América do Norte e a região Ásia/Pacífico, os principais centros consumidores a nível global, detêm uma capacidade de produção bastante limitada, sendo este um elemento que se irá acentuar no futuro, com consequências óbvias no crescimento da sua dependência em relação à importação de crude (Pulido, 2004: 55).

O petróleo é presentemente o combustível fóssil mais procurado (estima-se, actualmente, em mais de 80 000 o número de produtos resultantes da indústria do petróleo) e o Golfo Pérsico a região produtora dominante, detentora de dois terços das reservas mundiais conhecidas. Uma região de grande instabilidade, com a possibilidade de constantes conflitos, em que os EUA pretendem manter o domínio contra a oposição de países e milícias armadas regionais. Existe também uma preocupação a prazo quanto às tendências do abastecimento de petróleo, em cujos mercados a China começa a ter um papel importante. Uma situação que deriva, em parte, do facto de a China, como acontece com os EUA, já não ter produção própria suficiente e precisar de importar petróleo do Golfo Pérsico (Abbott, 2007: 47).

Em 2050, não se verificando uma catástrofe de grande impacto, a Terra será habitada por 9,5 mil milhões de seres humanos, isto é, mais 3 mil milhões do que existem hoje.

⁴⁹ Este trilião representa a metade mais fácil de alcançar, cuja obtenção é mais económica, que apresenta maior qualidade e cuja refinação sai mais barata.

⁵⁰ O petróleo remanescente jaz em locais ameaçadores e de acesso difícil, como o Ártico e as profundezas do oceano. *“Uma grande parte da metade que resta é difícil de extrair e pode, de facto, consumir tanta energia que deixa de valer a pena obtê-la”* (Kunstler, 2006: 41). Daqui em diante, o petróleo vindouro será, segundo a expressão dos geólogos, *“mais rude e mais profundo”*, não só mais difícil de encontrar e de extrair como também de refinar. A exploração torna-se penosa e as jazidas que restam por descobrir serão cada vez mais difíceis de alcançar. Podemos comparar a exploração do petróleo com a caça. O caçador pode aperfeiçoar as suas armas e torná-las mais sofisticadas, mas não ganha nada com isso se a caça for rareando cada vez mais.

⁵¹ De acordo com a taxa de crescimento histórico de 2% ao ano prevista pela AIE.

Contaremos mais 360 milhões de habitantes na China, mais 600 milhões na Índia, mais 80 nos EUA. Dois terços dos habitantes do planeta viverão em cidades cuja população terá duplicado, pelo que consumirá o dobro da quantidade de energia (Attali, 2007: 15).

Todas as necessidades, todo o conforto, luxo e milagres da nossa época – aquecimento central, ar condicionado, automóveis, aviões, iluminação, roupa, música, cinema, supermercados, o que quiserem – devem, de uma maneira ou de outra, a sua origem e durabilidade aos combustíveis fósseis baratos. Acima de tudo, e de imediato, enfrentamos o fim desta era (Kunstler, 2006: 15).

Se as previsões em matéria petrolífera são muito delicadas e frequentemente erradas, passou a ser convicção dos operadores que o preço tenderá a aumentar e que a crescente escassez poderá potenciar a competição das grandes potências que necessitam deste recurso para o seu desenvolvimento. Seja qual for o preço do barril, poderemos pensar que se vai manter em alta a médio prazo.

Assim, até daqui a cem anos, a disponibilidade do petróleo terá apenas a ver com uma questão de preço. Em virtude de um princípio económico de base, sabemos que aquilo que é raro é caro. Como corolário, o preço daquilo que se torna raro aumenta (Lopez, 2006: 394).

“Os países industrializados e em vias de desenvolvimento estão cada vez mais dependentes de recursos que têm de importar, especialmente petróleo”.

(Abbott, 2007: 47)

Síntese Conclusiva

Como se explanou, a partir da I GM, o petróleo passou a ser considerado a fonte de energia mais importante do planeta, quer para a indústria quer para a defesa. Trinta anos mais tarde, o petróleo também desempenhou um papel decisivo na II GM, tendo esta sido travada e perdida por países que necessitavam de aceder às reservas de petróleo (Alemanha e Japão).

Os EUA, que viram ser travadas duas grandes GM na Europa e se aperceberam das fragilidades da Grã-Bretanha, aproveitaram para, no final da II GM, lhe retirar as principais reservas mundiais de petróleo da Arábia Saudita. Os EUA, a partir desse momento, e baseados num modelo de desenvolvimento económico assente na abundância de petróleo comercializado a preços baixos, conheceram um elevado crescimento económico que coincidiu com a sua emergência como potência global.

O primeiro choque petrolífero de 1973 serviu para demonstrar que os EUA tinham perdido a capacidade de dominar, controlar e fixar os preços do crude a nível mundial, tendo essa capacidade passado para a OPEP. Cerca de dezoito anos mais tarde, a I Guerra do Golfo provou que as grandes potências não hesitam em fazer a guerra para salvaguardar os seus

interesses vitais (fontes energéticas). Trinta anos após o primeiro choque petrolífero, ficou demonstrado que, quando os EUA sentem que os seus interesses e poder estão em risco, renegam tratados e convenções e, se necessário for, invadem nações soberanas com a finalidade de controlar reservas petrolíferas e assegurar que estas não se transferem para a posse dos seus competidores (China). Esta acção foi o rastilho do quarto choque petrolífero, que se propagou com o *boom* económico chinês, em 2004, com a recusa da OPEP em aumentar a produção, com um aumento feroz da procura na China e com a acção dos especuladores petrolíferos, tendo atingido o seu pico em Julho de 2008 e terminado com a crise económica mundial.

Na Região do Médio Oriente (muito instável) estão localizados os Estados contendo cerca de 65% das reservas mundiais com existência comprovada e grande parte dos maiores produtores e exportadores de petróleo a nível mundial. O remanescente encontra-se quase na sua totalidade no Continente Africano e na Região do Cáspio.

Como recurso natural não renovável, o petróleo encontra-se próximo do seu esgotamento, o seu consumo tem vindo a aumentar e é certamente aceite que as reservas poderão esgotar-se nas próximas quatro décadas, sendo que, as estimativas apontam para na melhor das hipóteses a actual matriz energética dos combustíveis fósseis se manter por mais vinte, a vinte e cinco anos.

Neste contexto, podemos afirmar que a manterem-se as actuais tendências em torno dos recursos fósseis essenciais, a instabilidade e os conflitos vão persistir, já que, existe uma deslocalização deste recurso natural, que se torna mais notória e ganha maior importância graças à combinação de dois factores: a crescente dependência dos maiores países industrializados do petróleo importado e a localização das reservas fundamentais em áreas muito limitadas.

Desta forma, existe a necessidade de se efectuar um esforço concertado na procura de produtos que possam substituir, ao menos parcialmente, o petróleo, numa perspectiva de médio e longo prazo, já que não subsistem dúvidas de que se impõe um novo paradigma energético. Durante milénios houve o da lenha, a partir do século XIX foi o do carvão, no século XX o do petróleo. No século XXI será preciso alcançar um novo, o das energias alternativas.

Capítulo II – Dependências Petrolíferas dos EUA e da China

*“Deus não colocou o petróleo nas democracias”
Dick Cheney, Vice-presidente dos EUA
(Cit. por Laurent, 2007: 46)*

II.1. A persistente carência Americana de petróleo

Nada fazia prever que o estranho grupo de colonos que se encontrava a bordo do *Mayflower* e que, em Novembro de 1620, desembarcou na colónia da coroa britânica pudesse vir a tornar-se não só um *great power*, como escreve o historiador britânico Paul Kennedy, mas também o maior império que o mundo conheceu desde a queda do império romano⁵².

Durante a maior parte do último século os Estados Unidos dominaram a cena global nos seus aspectos económicos, políticos, científicos e culturais. Nos últimos vinte anos, esse domínio não tem encontrado rivais, o que constitui um fenómeno sem precedentes na história moderna (Zakaria, 2008: 11).

Os EUA são a potência dominante actual⁵³ ou a *ilha de poder global* (Santos, 2009: 93), marcam a agenda e o mundo tem de responder (Soros, 2008: 122); são actualmente o maior actor e o único país a dispor de um poder militar verdadeiramente global (Abbott, 2007: 20), que aspira a liderar o mundo e tem capacidade para o fazer (Cutileiro, 2009: 13).

*“As reservas de petróleo representam interesses vitais dos EUA
que devem ser defendidos pela força militar, se necessário.”
(Kunstler, 2006: 110)*

II.1.1. A Política Energética Americana

Os EUA detiveram o controlo da decisão na área petrolífera desde o primeiro momento. Os EUA são o país com a mais longa e completa experiência na indústria petrolífera; as descobertas atingiram o seu máximo em 1930, de que resultou uma produção que atingiu o apogeu em 1971 (Kunstler, 2006: 63 e Soros, 2008: 281)⁵⁴. Desde então o declínio tem sido contínuo⁵⁵.

O petróleo é, de facto, uma invenção americana: foram pioneiros na troca do carvão para o

⁵² Desde o império romano que uma força militar não estivera tão acima de todos os possíveis adversários. Na campanha no Iraque, a destruição e desmembramento do exército Iraquiano foi conseguido sem recurso a muita das capacidades dos Estados Unidos. Como assegurava Wesley Clark, *“eram umas Forças armadas que faziam com que parecesse inevitável um novo tipo de Império”* (2004: 182). Os EUA, que são o império dominante há aproximadamente 120 anos, isto é, há mais tempo do que a média dos impérios mais recentes, deixarão em breve de dominar mundo. Não obstante, a América continuará a ser uma grande potência (Attali, 2007: 158).

⁵³ Apesar do astronómico défice orçamental dos EUA, 1,4 milhões de milhões de dólares (11% do PIB), os norte-americanos, que ainda marcam a agenda internacional, continuam a constituir a maior potência militar da História – a grande distância das restantes – e são líderes no domínio do conhecimento (investigação científica e tecnológica, educação superior), bem como a maior economia do mundo. São considerados como a principal potência regional no continente americano, na Europa, no Médio Oriente, na Ásia/Pacífico, enfim, em todas as áreas regionais (Santos, 2009: 30).

⁵⁴ Segundo outro autor, Laurent, o pico petrolífero dos EUA foi alcançado em 1970 (2007: 267).

⁵⁵ Os quatro maiores produtores mundiais são a Arábia Saudita, a Rússia, os EUA e o Iraque. Em números, a região do Médio Oriente detém cerca de 31% da produção mundial, seguida dos EUA com cerca de 18% e da Rússia com cerca de 11%. Os EUA, apesar de serem um dos maiores produtores, consomem cerca do dobro da sua produção, sendo o maior importador mundial.

petróleo, basearam o seu desenvolvimento económico nesta nova fonte energética e expandiram a nova tecnologia por todo o mundo⁵⁶. Segundo Pulido, a supremacia norte-americana estabeleceu-se através da sua estratégia sobre a energia (2004: 182). O domínio americano do mercado petrolífero mundial remonta à segunda metade do século XIX. Durante todo o século XX, apesar da natural evolução do mercado no que diz respeito à entrada de novos actores em cena, fora da esfera de influência dos Estados Unidos, estes continuam a dominar.

Encarar o petróleo como um recurso estratégico de fundamental importância tem constituído, para os mais experientes profissionais da política externa dos Estados Unidos, quase um acto de fé. A região do Golfo Pérsico, devido à sua posição na produção e reservas, foi, após o segundo grande conflito mundial, objecto de atenção especial por parte dos EUA.

No contexto da guerra-fria, a Doutrina Eisenhower, formulada em 1957 e cujo objectivo era impedir a progressão da influência soviética naquela parte do globo, demonstra de forma clara esta realidade. Após os dois choques petrolíferos, que vieram abalar profundamente o mercado, o controlo dos preços e a segurança dos abastecimentos constituíam a principal questão estratégica. Terminada a guerra-fria, as companhias e o governo americano têm um único objectivo a atingir: reassumir o controlo e a fixação dos preços e dos fluxos de produção do ouro negro.

O presidente americano Jimmy Carter anunciou, em 1980, que o acesso às maiores provisões mundiais de petróleo representava um interesse vital para os Estados Unidos⁵⁷, pelo que o país iria actuar no sentido de preservar o acesso privilegiado aos recursos petrolíferos do Golfo Pérsico⁵⁸ (Pulido, 2004: 216).

A produção nos EUA atingiu o seu apogeu⁵⁹ sem que fossem adoptadas políticas de desenvolvimento sustentado no plano doméstico, o que ilustra que o mercado não oferece soluções para o desenvolvimento sustentado. O caminho prosseguido está à vista: os EUA declararam como seu interesse vital o acesso às fontes de energia mundiais. E estarão a prosseguir uma política (Doutrina Kissinger)⁶⁰ que procura a todo o custo o controlo desse precioso bem, havendo correntes defensoras de que todas as actuais guerras são já o resultado dessa política, pois estas

⁵⁶ Em 1967, o petróleo ultrapassa definitivamente o carvão e impõe-se como a principal fonte de energia à escala mundial (Laurent, 2007: 94).

⁵⁷ A consecução dos objectivos vitais é directamente indispensável à sobrevivência nacional (Couto, 1988: 29).

⁵⁸ Em finais da década de 1970, o Pentágono decidiu criar a Força de Intervenção Rápida, que foi ganhando importância até se transformar, em meados dos anos 80, num novo comando militar unificado, o US Central Command (CENTCOM), responsável por uma área de intervenção que estava centrada no Golfo Pérsico, mas que se estendia para o Sudoeste Asiático e para o Nordeste da África (Abbott, 2007: 40).

⁵⁹ Desde 1971 que Richard Nixon tinha criado uma comissão para reexaminar a política energética norte-americana. A 28 de Junho de 1973, William Simon, Secretário de Estado das Finanças, declara: “os Estados Unidos impuseram-se como objectivo prioritário a adopção de um plano de acção destinado a reduzir a sua dependência energética em relação ao estrangeiro”. Um propósito retomado, praticamente palavra por palavra, por George W. Bush, no seu discurso sobre o estado da União, em 2006 (Laurent, 2007: 101).

⁶⁰ Esta política terá tido como primeiro mentor Henry Kissinger, nos anos 70, então Secretário de Estado, e preconizava, entre outros aspectos, a “captura do petróleo árabe” (Rodrigues, 2003:76).

desenvolvem-se em regiões estratégicas para o domínio de províncias petrolíferas.

A posição dos EUA no que diz respeito à dependência externa em matéria petrolífera é bastante complexa⁶¹. São, desde há longos anos, o maior consumidor mundial de petróleo e as estimativas disponíveis indicam que não perderá essa posição nas próximas décadas, evolução que provocará um crescimento acentuado da dependência externa (Pulido, 2004: 183). Esta evolução não deverá ser invertida; tem, isso sim, uma tendência para se acentuar ainda mais ao longo das próximas décadas⁶², até porque o país é um dos principais exemplos de uma exploração excessiva dos seus recursos petrolíferos.

Além disso, desde 1998, as importações de crude ultrapassavam, pela primeira vez na história dos EUA, 50% do consumo nacional, provocando uma certa ansiedade quanto à perspectiva do aprovisionamento energético do país num prazo mais longo (Lopez, 2006: 68).

Apesar de serem o segundo maior produtor mundial de petróleo, as suas taxas de consumo são de tal forma elevadas que necessitam de importar grandes quantidades; este facto faz dos EUA o maior consumidor e importador de petróleo do mundo. A extrema necessidade de importação obriga os EUA a reforçar a sua presença externa, aumentando a sua influência em zonas consideradas energeticamente ricas, como o Golfo Pérsico, a Ásia Central e a África Setentrional. Assim, além dos imensos custos inerentes à importação de dez milhões de barris de petróleo por dia, os EUA ainda têm que despende elevados recursos para a protecção dos canais de escoamento de petróleo nas regiões anteriormente referidas (Cardoso, 2008: 85).

Actualmente, Washington marca presença militar e estratégica nos principais centros petrolíferos a nível mundial. O grande desafio consiste em restabelecer a autoridade americana sobre os movimentos petrolíferos no Médio Oriente e monopolizar a prospecção e a aquisição de reservas ainda não exploradas no resto do mundo. O controlo dos fluxos globais de petróleo por parte dos EUA é uma realidade incontestável e um poderoso factor de poder. Os Estados Unidos decidiram reforçar o seu controlo sobre todas as fontes de abastecimento energético do planeta, que é para a América uma maneira de conter, de limitar, a concorrência de outros países. Para reforçar o seu controlo sobre a produção de petróleo, Washington desencadeou a guerra no Iraque e desafiou Moscovo a propósito das jazidas do mar Cáspio (Laurent, 2007: 200).

Não há país que use mais petróleo do que os Estados Unidos. Consome um quarto do

⁶¹ Os seus níveis de produção, quando comparados a nível global, são bastante elevados: durante o ano de 2003, o país produziu perto de 7,5 milhões de barris diários, posicionando-se em terceiro lugar no ranking dos principais produtores. Contudo, o nível de produção tem registado uma queda progressiva desde 1985, ano em que atingiu os 10,6 milhões de barris diários.

⁶² Em 1973, os Estados Unidos produziam por dia 9,2 milhões de barris e importavam 3,2. Em 1999 produziam 5,9 e importavam 8,6. Ao ritmo actual de exploração, as reservas americanas estarão esgotadas em 2010. Pode assim compreender-se a obsessão americana pelo petróleo (Todd, 2002: 143).

petróleo produzido no mundo inteiro. Embora produza quase oito milhões de barris/dia, tem de importar mais de 12 milhões de barris/dia só para cobrir as suas necessidades diárias (Yeomans, 2006: 17). Segundo Laurent, os americanos representam apenas 6% da população mundial, mas consomem 33% da energia produzida no mundo inteiro (2007: 17).

Para que todos os habitantes da Terra vivessem de acordo com os actuais níveis de consumo dos EUA, precisaríamos de cerca de cinco vezes os recursos actualmente disponíveis para nos sustentar: o equivalente a 5 planetas iguais à Terra (Abbott, 2007: 37).

No entanto, se o petróleo constitui realmente uma das raras fraquezas dos EUA, estes são a única superpotência a dispor actualmente de uma política energética e dos meios económicos e militares no plano mundial, em matéria de fornecimento e segurança no seu encaminhamento (Lopez, 2006: 41). Política essa que visa diminuir a dependência do Médio Oriente, conduzindo iniciativas diplomáticas com dois alvos privilegiados, África e a região do Cáspio, para conseguir recursos no exterior (Lopez, 2006: 72).

Nos Estados Unidos, as sucessivas administrações continuaram a decidir como antes. Como exemplo, podemos apontar as acções de Bush e, principalmente, do vice-presidente Dick Cheney⁶³, que se ocuparam mais com a segurança energética dos Estados Unidos e com as oportunidades que o Iraque oferecia do que com a ameaça terrorista e o perigo que poderia representar a Al-Qaeda (Laurent, 2007: 9). As suas primeiras preocupações não são as armas de destruição em massa no Iraque nem a ameaça terrorista, são a energia e a segurança dos abastecimentos de petróleo⁶⁴ que constituem a sua única e verdadeira preocupação⁶⁵ (Laurent, 2007: 155). Assim, a sua taxa de dependência do petróleo importado passou de 60% para 80% (Lopez, 2006: 39).

A intervenção militar no Iraque (2003) é perfeitamente enquadrável no âmbito dos desígnios estratégicos do Estados Unidos que objectivam, desde há meio século, conter a emergência de um poder hostil com capacidade de colocar em causa os equilíbrios estratégicos⁶⁶, assegurar os fluxos petrolíferos e garantir o controlo americano da região (Pulido, 2004: 225).

Os EUA vão tentar estabelecer um regime no Iraque que esteja disposto a cancelar grande parte dos contratos que Saddam rubricou com a França, Rússia e China, abrindo espaço para as empresas norte-americanas e britânicas (Pulido, 2004: 227).

⁶³ Que aderiu ao lema de Maquiavel “*é melhor ser temido que ser amado*” (Zakaria, 2008: 233).

⁶⁴ O Vice-Presidente assustava as pessoas sugerindo que os terroristas podiam ter acesso a ADM, mas a verdadeira ameaça era a dos terroristas e piratas na Nigéria, Hugo Chavez na Venezuela e a Al-Qaeda no Médio Oriente poderem interromper a cadeia de fornecimento energético (Soros, 2008: 283).

⁶⁵ Como revela o Chefe do Estado-Maior das Forças armadas, Gen. Tommy Francks, no seu *briefing*, no Pentágono, em Janeiro de 2003, onde expõe aos oficiais presentes, cujas unidades intervirão no conflito, “*as estratégias que permitem pôr em segurança e proteger com prioridade os campos petrolíferos tão rapidamente quanto possível, com ordem para os preservar de todo o risco de destruição*” (Laurent, 2007: 157).

⁶⁶ O interesse das grandes multinacionais petrolíferas no desenvolvimento dos recursos energéticos da região do Golfo Pérsico é outro argumento regularmente referenciado como uma das motivações da intervenção americana no Iraque.

A ocupação do Iraque é, por conseguinte, a pedra angular dessa nova estratégia. Uma das primeiras medidas tomadas pelos americanos será o afastamento de todas as companhias estrangeiras, russas, francesas ou chinesas que dispunham de contratos de exploração. O objectivo americano é aferrolhar e controlar a produção da OPEP, graças a uma superioridade militar que garanta a segurança dos abastecimentos dos Estados Unidos durante os próximos decénios. Controlar o Golfo permite também a Washington exercer pressões sobre a Europa e a China (Laurent, 2007: 161).

Como denuncia Luís Moita, é visível o cruzamento da presença e das intervenções militares americanas fora do seu território com os lugares e as instalações de prospecção, exploração, transporte e comercialização dos combustíveis fósseis (petróleo e gás natural) e matérias-primas estratégicas, em benefício dos interesses privados sustentados pelo poder do Estado (2005b: 13).

Nesta conformidade, o petróleo tem merecido uma atenção muito especial por parte de sucessivas administrações norte-americanas. A política petrolífera dos EUA tem sido, ao longo dos anos, enformada em redor de seis princípios fundamentais⁶⁷, dos quais resulta uma presença impar do petróleo, quer no âmbito da política interna, quer no plano da política externa americana (Pulido, 2004: 184).

Compreende-se a razão dos EUA se interessarem cada vez menos pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e de quererem cada vez mais “agir sozinhos” no domínio do militarismo teatral. O controlo dos campos petrolíferos do Golfo Pérsico ou da Ásia Central apresenta-se como o objectivo racional da acção americana na esfera dos países fracos. Os Estados Unidos pretendem assegurar a segurança dos aprovisionamentos petrolíferos dos seus aliados. A verdade é que, através do controlo dos recursos energéticos necessários à Europa e ao Japão, os Estados Unidos pensam ser possível exercer pressões significativas sobre estes (Todd, 2002: 145).

Enquanto o petróleo for um recurso estratégico e imprescindível à economia mundial, os Estados Unidos, na condição de única superpotência global, não estarão em condições de abdicar de uma presença efectiva no Golfo Pérsico (Pulido, 2004: 231).

A política norte-americana, depois de 2002, denunciou tanto as suas obrigações para

⁶⁷ 1º - As empresas americanas devem ter acesso em condições de igualdade a concessões petrolíferas localizadas em países estrangeiros; 2º - Devem ser apoiadas no caso de diferendos com Estados que desrespeitem contratos estabelecidos; 3º - A economia americana deve ter um elevado grau de auto-suficiência petrolífera; 4º - As principais regiões produtoras de petróleo não devem ser dominadas por poderes inimigos; 5º - As combinações entre países produtores que pretendam usar o petróleo como arma política ou económica devem merecer a veemente oposição dos EUA; 6º - A segurança energética do país exige a manutenção de uma reserva estratégica de petróleo que lhe permita fazer face a uma interrupção temporária da produção ou a um período marcado por uma alta de preços do crude nos mercados internacionais.

com um tratado como as convenções em que o sistema internacional se fundava, com base na força da supremacia da sua máquina de guerra, de alta tecnologia e com carácter ofensivo, a qual tornou os Estados Unidos o único Estado capaz de uma grande acção militar em qualquer parte do mundo e a curto prazo. O 11 de Setembro permitiu que um grupo de políticos levasse a cabo planos há muito gizados para uma acção individual de supremacia mundial. A doutrina Rumsfeld (guerras rápidas contra oponentes fracos, seguidas de retiradas rápidas) foi concebida para uma conquista global efectiva. Foi a política megalomaniaca dos Estados Unidos após essa data que maioritariamente destruiu as fundações políticas e ideológicas da antiga influência hegemónica. Devido a tal política, pela primeira vez na sua história, os Estados Unidos estão internacionalmente quase isolados e são impopulares entre muitos governos e populações (Hobsbawm, 2008: 46 a 50).

Por mais horrível que tenha sido a carnificina do 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque, não afectou de todo o poder internacional dos Estados Unidos ou as suas estruturas internacionais. A globalização da “guerra contra o terror” desde o 11 de Setembro e a revitalização da intervenção armada estrangeira por parte de uma grande potência, denunciando formalmente em 2002 as aceites regras e convenções do conflito internacional, transformou a situação para pior e não foi por acções de terroristas mas por acções do governo norte-americano (Hobsbawm, 2008: 124 e 125).

Tal como acontecia antigamente com os procónsules romanos, também os seis comandos regionais do exército norte-americano se encontram disseminados pelo globo terrestre, assumindo responsabilidades pela Europa, América Latina, Médio Oriente, espaço do Pacífico, América do Norte e, recentemente, África, como refere o nosso orientador *“estamos em presença de uma rede militar global, num desdobramento de forças nunca antes visto na história. A intenção de uma projecção sem fronteiras levou os EUA a estabelecerem um sistema de comandos militares que cobre o mundo inteiro”* (Moita, 2005b: 11) (ver figura 6).

Fora dos EUA encontram-se actualmente estacionados 320 000 soldados americanos. São eles que lideram intervenções militares humanitárias, ajudam na reconstrução de cidades destruídas e, muito naturalmente, combatem quem se oponha aos seus interesses económicos e às suas estratégias de segurança (Steingart, 2009: 52).

A força militar tem um papel político importante entre as nações desenvolvidas. A maioria dos países da Ásia Oriental saúda a presença de tropas americanas como uma garantia contra os vizinhos inconstantes. Além disso, dissuadir ameaças ou assegurar o acesso a um recurso crucial, como o petróleo no Golfo Pérsico, reforça a influência da América entre os seus aliados. Como declara o Departamento de Defesa, uma das missões das tropas

americanas estacionadas no estrangeiro é *moldar o ambiente* (Nye, 2005: 28).

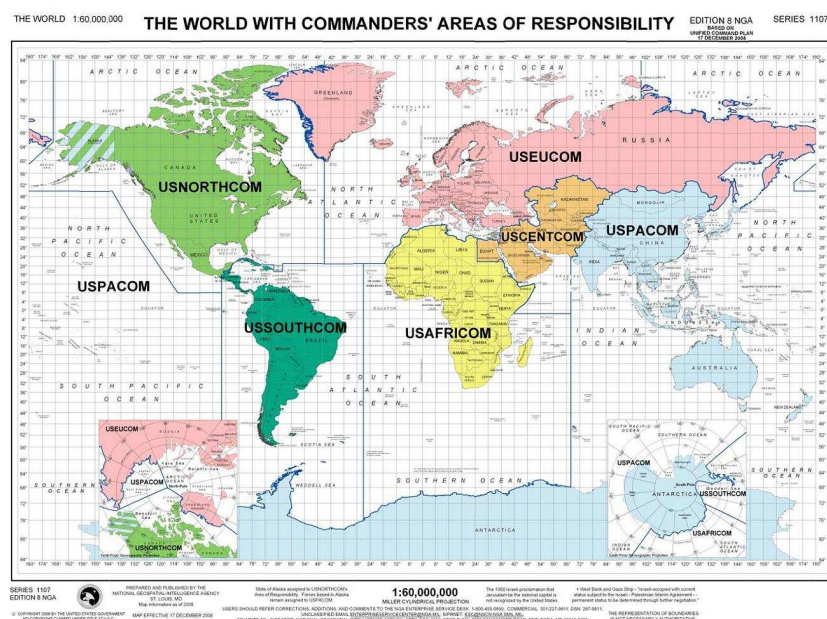


Figura 6 – Os seis Comandos Regionais Americanos
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:U.S._Unified_Command_Plan_Map

Em vez de um sistema de domínio imperial através de uma única administração, como acontecia com Roma, ou através de administrações coloniais separadas, como foi o caso da Grã-Bretanha, a América estabeleceu uma rede vasta de alianças, acordos militares e bases militares⁶⁸. Estes incluem mais de 700 instalações militares espalhadas por mais de 130 países e sessenta a setenta dessas instalações são bases no sentido normal da palavra.

Luís Moita apelidou de “*projecção militar*” ao somatório da atribuição de comandos geográficos, destacamento de tropas e instalação de bases referidos anteriormente em conjugação com o domínio do espaço sem fronteiras (2005b: 12).

O fim da Guerra-Fria não teve como consequência - como se poderia ter esperado - a redução do número de bases. Parece, pelo contrário, ter conduzido a um aumento dessas bases em número e em localização: o Uzbequistão e a Roménia, por exemplo, para não mencionar a Bósnia, o Kosovo, a Macedónia e o Afeganistão. Uma das vantagens prevista para um Iraque democrático era a de que poderia aceitar ter bases americanas no seu território. Não só o poder do exército americano não tem historicamente igual como também opera uma rede militar global em extensão, mais vasta e mais poderosa do que qualquer outra que anteriormente tenha existido. Nem qualquer outro país presta assistência militar na dimensão

⁶⁸ As bases estrangeiras, por vezes, podem, inesperadamente, revelar-se vitais. A Grã-Bretanha teria tido grande dificuldade em travar a Guerra das Falkland sem a base da Ilha de Ascensão, embora quase ninguém tenha, antes, ouvido falar dela. Os EUA e outros consideraram a falta de bases junto ao Afeganistão um problema fundamental, mesmo numa campanha limitada contra os Taliban, como era aquela.

com que os Estados Unidos o fazem - segundo algumas estimativas, equivalente a um terço da ajuda normal ao desenvolvimento. Os comandantes militares dos EUA, «a Guarda Pretoriana», segundo William Pfaff, demonstraram um poder e tiveram acesso a recursos muito para além de qualquer embaixador. Quando há uma crise no Estreito de Taiwan, é a marinha americana que lá vai. Quando há tensão em Cachemira, é o embaixador americano ou o representante do Secretário de Estado dos EUA que intervém (Cooper, 2006: 178 a 180).

Embora os Estados Unidos tenham mais tropas aquarteladas no estrangeiro do que a Grã-Bretanha no auge da sua glória imperial, elas não são usadas com o mesmo propósito. Tipicamente, elas estão onde estão para defender os aliados da América - a Alemanha durante a Guerra-Fria, a Coreia do Sul, o Japão e a Arábia Saudita (até ao afastamento de Saddam Hussein). Uma forma alternativa - geopolítica - de olhar para este facto é dizer que as forças dos EUA estão dispostas como um anel exterior defensivo na periferia do Continente da Eurásia: uma forma de defesa avançada bastante distante (Cooper, 2006: 60).

Os EUA são o país que apresenta um maior número de estudos, dados disponíveis e análises profundas sobre a questão energética, monitorizando e acompanhando a evolução do planeta, não só nos aspectos relativos aos recursos, mas também interligando factores de ordem económica, política, demográfica e social, dos principais países consumidores e produtores, o que lhe permite obter a *Big Picture* da energia.

Será assim importante apresentar as linhas mestras que foram traçadas por aquele país para o século XXI. Na definição da sua segurança energética, existem vários pontos que traçam a política daquele país para este século e que constituem os seus pilares de segurança: diversificar as fontes de abastecimentos e também os recursos energéticos.

Para além disso, os EUA construíram e mantêm aquilo a que eles chamam a sua *Jóia da Coroa*, a 1ª linha de defesa energética, que é a sua Reserva Estratégica de Petróleo (*Strategic Petroleum Reserve (SPR)*), e irão reforçar os meios da Agência Internacional de Energia, que foi criada após as duas crises petrolíferas, assim como aumentar o número de programas ligados à sua Iniciativa Estratégica de Energia.

Os Estados Unidos começaram a considerar a necessidade de uma reserva nacional de petróleo, há mais de cinco décadas, mais precisamente logo após o fim da II GM. No entanto, apenas foi estabelecida em consequência do embargo que lhes foi imposto em 1973-74, colocando nas mãos do Presidente⁶⁹ uma poderosa opção de resposta a uma eventual ruptura de abastecimento de petróleo que ameaça a economia americana.

⁶⁹ A decisão de utilizar esta reserva estratégica, colocada sob a autoridade do *Energy Policy and Conservation Act*, cabe ao Presidente dos Estados Unidos.

A SPR de petróleo bruto convencional dos Estados Unidos constitui⁷⁰ a primeira linha de defesa norte-americana contra uma interrupção de fornecimento de petróleo, garantida inteiramente à custa dos seus próprios recursos, a qual assegura um abastecimento de emergência⁷¹, constitui um significativo dissuasor aos eventuais cortes de petróleo importado e, em última análise, consubstancia um instrumento-chave da política externa americana.

A poderosa reserva constituída pela SPR encontra-se condicionada à política governamental dos Estados Unidos⁷², utilizável em caso de potencial emergência de abastecimento que a evidencie como instrumento de significativa detenção dos potenciais cortes de importação de petróleo. No entanto, esta reserva não se afigura suficiente para garantir uma interrupção de longa duração, um importante choque de preços ou uma alta falha no mercado (Rodrigues, 2006: 67).

A ideia de que os Estados Unidos se comportam, no palco mundial, de forma desinteressada não é aceite pela generalidade porque, na maior parte dos casos, não é efectivamente verdade, e nunca poderá ser verdade se os líderes americanos quiserem cumprir as suas responsabilidades para com o povo americano. Os Estados Unidos são capazes de agir de forma generosa no seu fornecimento de serviços públicos mundiais e têm sido muito generosos quando os seus ideais e interesses próprios coincidem. Mas os Estados Unidos também são uma grande potência com interesses que não estão ligados a serviços públicos globais (Fukuyama, 2006: 97).

Os interesses de Estado não são, de forma alguma, eternos, embora possam ter um tempo de vida mensurável pelo menos em décadas. É a função essencial de um Estado proteger os seus cidadãos de uma invasão: daí o carácter absoluto, se não eterno, destes interesses. Afinal de contas, a segurança é uma questão de vida ou de morte - por isso são designados de «interesses vitais».

Actualmente, é interesse vital do Ocidente que nenhum país por si só possa vir a dominar as reservas mundiais de petróleo (Cooper, 2006: 50). Os seus líderes tentarão manter o *status quo* e salvaguardar o acesso aos recursos naturais, especialmente ao petróleo do Golfo Pérsico, recorrendo à força militar sempre que necessário.

⁷⁰ Sendo considerada a maior armazenagem destinada a períodos de emergência detida por um Governo (atinge a enorme dimensão de 600 milhões de barris de petróleo bruto).

⁷¹ Foi utilizada uma só vez ao longo da história, precisamente durante a operação *Desert Storm*, pelo Presidente George Bush, em 16 de Janeiro de 1991.

⁷² Em 2003 a STR atingiu os 727 milhões de barris, representando um investimento de 17 biliões de dólares em segurança energética, a juntar aos 4 biliões de dólares aplicados na construção dos depósitos de armazenamento (Rodrigues, 2006: 72).

“Os presidentes americanos têm, ao longo do tempo, adoptado políticas que defendem o “status quo” energético e as indústrias de combustíveis fósseis”

(Santos, 2008: 270)

II.1.2. A Economia Americana

Até meados dos anos 70 o núcleo produtivo do país manteve-se de tal forma incandescente que irradiou para todos os lados. Os EUA forneceram dólares e mercadorias para todo o mundo. A energia nuclear do império americano ajudou à reconstrução da Europa e do Japão destruídos pela guerra.

Durante as últimas quatro décadas do século passado os Estados Unidos dominaram a cena global nos seus aspectos económicos, políticos, científicos e culturais. Nos últimos vinte anos, esse domínio não tem encontrado rivais (sendo o maior exportador líquido e o maior concesso de créditos do mundo), o que constitui um fenómeno sem precedentes na história moderna (Zakaria, 2008: 11).

Após o colapso da União Soviética, nenhum país podia igualar-se ou opor-se aos EUA. Detinham um poderio militar, económico e cultural global implacável. A economia cresceu e o mercado de acções disparou. Assemelhavam-se à Grã-Bretanha no auge da sua glória vitoriana, mas com uma abrangência global mais vasta (Nye, 2005: 9).

Em 1999, segundo o jornal *The Economist*, os Estados Unidos dominavam os negócios, o comércio e as comunicações; a sua economia era a mais próspera do mundo e o seu poderio militar não tinha rival; segundo este jornal, *“desde Roma que nenhuma nação se elevava tão acima de todas as outras”*.

O ministro dos negócios estrangeiros Francês Hubert Védrine afirmou, na época, que os Estados Unidos haviam superado o seu estatuto de superpotência do século XX. A supremacia norte-americana estendia-se à economia, à moeda, às áreas militares, ao estilo de vida, à língua e aos produtos da cultura de massas que inundavam o mundo, moldando o pensamento e fascinando mesmo os inimigos dos Estados Unidos. Ou como afirmaram dois triunfalistas americanos, *“o sistema internacional encontra-se hoje edificado não em torno de um equilíbrio de poder mas da hegemonia americana”* (Nye, 2005: 21).

O Verão de 2002 será visto como o apogeu, o momento romano dos Estados Unidos. A década precedente foi um período arrebatado. A economia estava robusta, a produtividade estava no ponto mais alto desde há décadas, Washington acumulava excedentes, o dólar estava muito forte e os presidentes das empresas americanas eram *superstars* globais.

Acontece que esses soberanos EUA, acima de toda a dúvida, já não existem. Muitos observadores e comentadores que analisaram a vitalidade do mundo emergente chegaram à conclusão que o tempo dos Estados Unidos já passou (Zakaria, 2008: 45). O seu centro de

força continua a ser ainda mais forte do que os outros, mas desde há já alguns anos a esta parte a energia flui na direcção contrária. Como afirma Steingart, “*actualmente, o núcleo produtivo da América do Norte é alimentado por asiáticos, sul-americanos e europeus. O maior exportador tornou-se o maior importador do mundo. A nação que mais crédito concedia passou a ser a que mais crédito contrai*” (2009: 97).

Há especialistas, académicos e até alguns políticos que se preocupam com um conjunto de estatísticas que não são favoráveis aos Estados Unidos. O mundo produz cada vez mais para que a América consuma. Nos Estados Unidos não se estabeleceu qualquer equilíbrio entre exportações e importações. A nação autónoma e superprodutiva do pós-guerra tornou-se o centro do sistema, no qual ela tem mais vocação para consumir do que para produzir.

Até 2003 a América era o maior exportador de produtos de tecnologia da informação. Desde há pouco tempo, essa honra pertence aos chineses⁷³. A produção automóvel segue a mesma tendência. Calcula-se que, presentemente, a Alemanha tenha já sido ultrapassada pela China. O mais tardar daqui a 15 anos, os orientais irão também conseguir ultrapassar os EUA e atingir a posição cimeira na construção automóvel (Steingart, 2009: 178).

À medida que os países rivais foram prosperando, os Estados Unidos foram perdendo indústrias-chave, surgiram problemas na sua economia (a moeda está a desvalorizar-se, o défice das transacções correntes, o défice comercial⁷⁴ e o défice orçamental são elevados), o seu povo foi deixando de poupar, a média do rendimento está estagnada e o país defronta-se com despesas governamentais crescentes, com o seu governo a ficar cada vez mais endividado para com os bancos centrais asiáticos (Zakaria, 2008: 46). O crescimento e os défices americanos são cada vez mais financiados pela poupança chinesa, que manda para os EUA o quádruplo das exportações americanas para a China (Steingart, 2009: 277).

A taxa de poupança dos salários americanos é nula (Zakaria, 2008: 189) ou, segundo Attali, não ultrapassa os 0,2%, sendo a mais baixa do mundo⁷⁵, enquanto em 1980 era ainda de 10%. A dívida das famílias americanas passou de 46% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1979, para 98%, em 2007. As dívidas privadas dos americanos com cartões de crédito atingiram os 900 mil milhões de dólares, vários anos de receitas⁷⁶. A dívida externa americana atingiu 70% do PIB e a dívida total 350% em 2007 (2007: 06).

⁷³ Os chineses exportam produtos *hightech* no valor de 180 mil milhões de dólares, enquanto os americanos já só conseguem realizar 150 mil milhões de dólares nessa classe rainha da economia global.

⁷⁴ A China, mais do que o Japão ou a Europa, manifesta hoje o maior excedente comercial nas suas trocas com os EUA, que já não são essenciais ao mundo pela sua produção, mas pelo seu consumo (Todd, 2002: 77).

⁷⁵ De acordo com Attali, a América protestante, nascida do Calvinismo, pondo acima de tudo a poupança e o trabalho, já não existe (2009: 65).

⁷⁶ O que é talvez mais preocupante é que os americanos estão a pedir emprestados uns 80% das poupanças mundiais e estão a usá-los para consumo (Zakaria, 2008: 191).

De acordo com Fukuyama, as desigualdades nos EUA dispararam ao longo da última década, porque os ganhos do crescimento económico foram desproporcionadamente desviados para os americanos mais ricos e educados, enquanto os rendimentos da classe trabalhadora estagnaram. A conturbada ocupação do Iraque e a reacção ao furacão Katrina puseram a nu as debilidades da economia americana (2008: 44).

Os EUA tiveram de aumentar as suas despesas de segurança para se protegerem no interior e para atacarem no exterior aqueles que designam como responsáveis pelo 11 de Setembro. Assim, desencadearam uma guerra interminável no Afeganistão e, depois, no Iraque. Encontram-se num atoleiro: só o custo da guerra no Iraque foi, em 2006, de 300 mil milhões de dólares, isto é, 2,5% do PIB americano.

Com o crescimento da dívida americana e a rarefacção da poupança mundial, o dólar será cada vez mais mal aceite como moeda de referência única. Os produtores de petróleo e outros grandes intervenientes no comércio mundial vão cada vez mais usar outras divisas, como o euro, para titular os seus contratos.

Nos primeiros anos do terceiro milénio da era cristã assiste-se à evolução da Ordem Mercantil⁷⁷ de Attali e à transferência da nona *cidade-coração* para Pequim, com novas mudanças geopolíticas, económicas, tecnológicas e culturais.

A redução da actividade económica, que já tinha começado antes da crise financeira actual, devido ao aumento do preço das matérias-primas, agravou-se em 2009 e vai acelerar a perda de confiança do mundo nos EUA (2009: 101).

Muitos observadores e comentadores que analisaram a vitalidade do mundo emergente chegaram à conclusão que o tempo dos Estados Unidos já passou⁷⁸ (Zakaria, 2008: 45). O ministro alemão das Finanças, Peer Steinbrück, a 25 de Setembro de 2008, chegou a declarar, triunfalmente, “*o fim do papel dos EUA como hiperpotência*” (Attali, 2009: 78).

Os estados industriais ocidentais tornam-se menos importantes. Os EUA e a Europa perdem postos de trabalho industriais que não são substituídos (no caso da Europa), ou não são substituídos por outros empregos de igual valor (no caso da América) no campo dos serviços. A dominação política e cultural do Ocidente é cada vez mais questionada e a sua soberania militar também diminuiu significativamente. Na Europa os americanos já não são ocupantes, mas apenas parceiros, enquanto na Ásia eles são sobretudo tolerados.

⁷⁷ A Ordem Mercantil conheceu nove formas sucessivas, em torno de nove “cidades-corações”: Bruges, Veneza, Antuérpia, Génova, Amesterdão, Londres, Boston, Nova Iorque e, por último, Los Angeles.

⁷⁸ Haverá certamente uma redução da importância dos Estados Unidos no decurso das próximas décadas. Isto é uma questão matemática. Se os outros países estão a crescer mais rapidamente, o peso económico relativo dos Estados Unidos diminuirá (Zakaria, 2008: 47).

Neste contexto, Fukuyama considera que, “*globalmente, os EUA não irão desfrutar da posição hegemónica que gozaram até aqui, algo que foi sublinhado pela invasão da Geórgia, desencadeada pela Rússia a 7 de Agosto*” (2008: 44). A capacidade da América para dar forma à economia global, através de pactos comerciais, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, vai diminuir, tal como os recursos financeiros. Em muitas partes do mundo, as ideias, os conselhos e até os auxílios americano serão muito menos bem recebidos do que agora.

Olhemos à nossa volta. O edifício mais alto do mundo é actualmente de Taipei, o homem mais rico do mundo é mexicano e a maior empresa cotada na bolsa é chinesa. Os maiores aviões do mundo são construídos na Rússia e na Ucrânia, a maior refinaria está a ser construída na Índia e as maiores fábricas situam-se na China. Dos dez maiores centros comerciais de todo o mundo só um está nos Estados Unidos; o maior do mundo situa-se em Pequim. Londres está a tornar-se o principal centro financeiro mundial e é nos Emirados Árabes Unidos que está o fundo de investimento soberano mais rico do mundo. Este tipo de listagens é arbitrário, mas é notável que, há apenas dez anos, os Estados Unidos estavam no topo em muitas dessas categorias, se não mesmo em todas. E aqueles que foram ícones especificamente americanos estão agora nas mãos de outros países (Zakaria, 2008: 13).

O poder hoje, numa era de informação global, encontra-se distribuído entre países, num padrão que se assemelha a um completo jogo de xadrez tridimensional. No tabuleiro superior, o poder militar é bastante unipolar⁷⁹. Como vimos, os Estados Unidos são o único país a superiorizar-se grandemente a todos os outros Estados: dispõem, simultaneamente, de armas nucleares intercontinentais e de enormes forças aéreas, navais e terrestres de topo, com capacidade de utilização global. Mas no tabuleiro económico do meio, que inclui as dimensões industrial, financeira, educacional, social e cultural, a distribuição do poder está a mudar, afastando-se do domínio americano (Zakaria, 2008: 14). É multipolar, com os Estados Unidos, a Europa e o Japão a serem responsáveis por dois terços da produção mundial. No entanto, o crescimento exponencial da China é susceptível de vir a torná-la num interveniente importante na parte inicial do século. O tabuleiro inferior representa as relações transnacionais fora do controlo dos governos; tem uma estrutura de poder muito dispersa e não faz qualquer sentido falar de unipolaridade, multipolaridade ou hegemonia. Isto levou alguns observadores a chamar-lhe um mundo híbrido unimultipolar (Nye, 2005: 166).

A supremacia norte-americana está agudamente vulnerável ao seu declínio relativo⁸⁰ e à deslocação do poder industrial, do capital e da alta tecnologia para a Ásia (Hobsbawm, 2008:

⁷⁹ Ao nível político-militar, continuamos a viver num mundo de apenas uma superpotência (Zakaria, 2008: 14).

⁸⁰ Num nível político-militar, os Estados Unidos ainda dominam o mundo, mas a unipolaridade - económica, financeira e cultural - está a enfraquecer (Zakaria, 2008: 204-5).

70). Em 2007, a China contribuiu mais para o crescimento global do que os Estados Unidos - a primeira vez que tal acontece desde pelo menos a década de 30 - e ultrapassou-os, em várias categorias de bens. Segundo Steingart, o poderio económico, não sendo a garantia, é sempre a condição indispensável para se poder ser uma potência mundial. Dele derivam as outras formas de dominação, a militar e a política. Até mesmo o gesto da superioridade moral extrai a sua particular força irradiadora da evidência de uma economia florescente (2009: 136).

No entanto, uma das debilidades dos EUA do século XXI é precisamente o facto de, no mundo industrializado dos nossos dias, a economia americana já não ser dominante (Hobsbawm, 2008: 142). Durante as cerca de duas décadas que decorreram desde 1989, o poder dos Estados Unidos definiu a ordem internacional. Todos os caminhos levavam a Washington e as ideias americanas sobre política, economia e política externa eram o ponto de partida das iniciativas globais (Zakaria, 2008: 47). Hoje, pelo contrário, o que marca a actualidade é o lento desmoronar do último império: o americano. Boa parte das instituições que marcaram o século XX - o século americano - tem ruído diante dos nossos olhos: bancos, seguradoras, a General Motors. Tal como outros impérios (Romano, Bizantino), primeiro perderam a liderança económica, depois a cultural e por fim a força militar.

O mundo vai ficar a ser gerido pelo estranho casal constituído pela China e EUA, aquilo a que o universitário Niall Ferguson chama a *Chimérica*, que só vai durar enquanto Pequim precisar (Attali, 2009: 40 e 107).

*“Deixem a China dormir porque
quando acordar fará o mundo tremer”*

Napoleão⁸¹

(Cit. por Rampini, 2006: 372)

II.2. A crescente dependência Chinesa de petróleo

II.2.1. A China

Dissertar acerca da República Popular da China (RPC) é extremamente complexo. Metaforicamente, podemos considerar que se trata de um dragão que se isolou e hibernou durante um século e meio, depois de dois mil anos de proeminência. No último quarto do século XX acordou deste sono profundo com um vigor e uma pujança tal que ameaça chamear todo o globo terrestre.

Este dragão simboliza uma China que não é apenas mais uma das potências emergentes (BRIC)⁸². Mais do que Brasil, Rússia e Índia⁸³, a China é a grande potência ressurgente, a *ilha*

⁸¹ Famosa profecia de Napoleão, em 1816, depois de ter lido o relatório de viagem do primeiro embaixador inglês na China, Lord Macartney. Esta profecia parece hoje destinada a confirmar-se na dimensão económica, antes mesmo da dimensão militar que o imperador tinha em mente (Zakaria, 2008: 90).

⁸² Designação criada pela Goldman Sachs, abrangendo as quatro potências ascendentes (Brasil, Rússia, Índia e China, por ordem do acrónimo). O General Loureiro dos Santos considera que, no futuro, serão as cinco grandes potências (*Ilhas do poder Global*), em conjunto com os EUA, que irão constituir o núcleo duro do governo mundial (Santos, 2009: 36).

de poder global, embora ainda em fase ascendente (Santos, 2009: 94), que está novamente a reaparecer e a abalar a ordem asiática e a internacional.

Autêntico “dragão de superlativos”, a RPC é um país da Ásia Oriental composto por 23 províncias⁸⁴, cinco regiões autónomas⁸⁵ e quatro municípios. Possui ainda as chamadas regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau⁸⁶. A sua capital é Pequim. A China possui um elevado potencial estratégico. Tem uma área total de nove milhões e seiscentos mil quilómetros quadrados (Barreau et al., 2008: 204) e é o quarto maior país do mundo em extensão territorial (ver figura 7), a seguir à Rússia, ao Canadá e aos EUA (Wilensky et al., 2005: 131). Estende-se por 5 500 km de norte a sul e 5 000 km de este a oeste. A sua localização é predominantemente continental, embora a sua faixa marítima, com 14 500 km, seja igualmente considerável.

É o país mais povoado do mundo, com uma população de 1,3 mil milhões de habitantes, a 6 de Janeiro de 2005, representando 22% da população mundial, com projecções de 1,4 mil milhões para 2010, 1,5 em 2020 e 1,8 em 2050 (Wolton, 2008: 17).

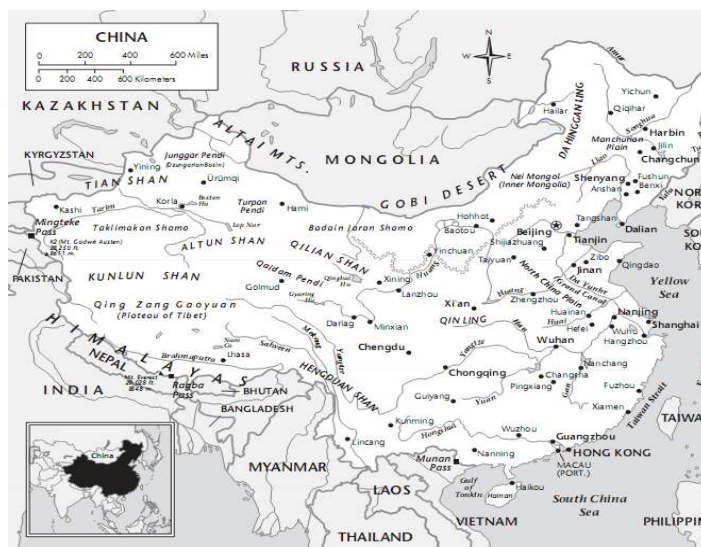


Figura 7: A RPC na Ásia
Fonte: (TG, 2007: 131)

Com um crescimento anual médio, desde o início das reformas, em 1978, até 1997, de 9,4%, um crescimento anual nos anos de 1998 a 2002 com valores médios de 7,8% (Lin, 2004: 3) e de cerca de 10%, entre 2003 e 2008, a China é uma das economias do mundo que mais cresce e que cresce mais rapidamente (Zakaria, 2008: 91).

O Exército Popular de Libertação (EPL) chinês é o mais numeroso do mundo (2,25 milhões de homens, em 2008⁸⁷), a que se somam mais 650 mil elementos da Polícia Armada

⁸³ Segundo o mesmo autor, Rússia, Índia e Brasil são, actualmente, *quase ilhas de poder global* (Santos, 2009: 103).

⁸⁴ A 23ª província é considerada, pela China, como sendo Taiwan.

⁸⁵ Nas quais se inclui o Tibete.

⁸⁶ Hong Kong foi incorporada na China a 1 de Julho de 1997 e Macau a 18 de Dezembro de 1999.

⁸⁷ Recentemente, a 01 de Outubro de 2009, Pequim empenhou-se para mostrar que, aos 60 anos, a China caminha para liderar o mundo. Hu Jintao anunciou que a China se “*levantara de novo*” está “*na estrada da modernização e ergue-se com firmeza perante o mundo*” e prometeu ao povo um “*futuro brilhante*”. A China preparou uma gigantesca parada militar para impressionar o mundo, a fazer lembrar os anos da Guerra-fria, foi uma demonstração de força do maior exército do mundo, durante duas horas e meia cerca de 200 mil chineses desfilaram pela Avenida da Paz Celestial incluindo 5 500 militares, que fizeram questão de mostrar o seu moderno arsenal (mísseis e aviões) produzido pela própria China.

Popular Paramilitar, outros tantos militares reservistas e ainda mais 10 milhões de membros de milícia organizados por todo o país (Wolton, 2008: 116), que consubstancia o segundo maior poder terrestre e aéreo do mundo, o quinto poder naval (WS, 2008)⁸⁸ e as Forças armadas mais numerosas da região do Sudeste Asiático, em valores de combate referentes às componentes terrestre e aérea. No que respeita à componente naval, apenas o poder naval do Japão se sobrepõe ao Chinês (Brito, 2009: 60).

A RPC, herdeira da China Imperial e possuidora de uma cultura ancestral, é, desde há muitos séculos, uma potência com capacidades de maior influência regional e mundial que tem primado, desde as reformas de Deng Xiaoping, em 1978, por um caminho de evolução das suas capacidades económica, militar e demográfica, de modo a concretizar a sua influência geopolítica e geoestratégica e garantir o seu lugar no xadrez mundial (Wilensky et al., 2005: 112 e 121). Esta potência regional em ressurgência, cuja presença geopolítica tem oscilado entre a tentativa de ascensão perante a periferia e a retracção diplomática para consolidação das fronteiras, com um ritmo de crescimento económico potenciador das características geoestratégicas, que influencia a sua atitude perante a configuração internacional, bem delineada pela sua actual estratégia de afirmação como potência mundial de primeira dimensão (Carriço, 2006: 31), influencia decisivamente as relações de poder na região Ásia-Pacífico.

Localizada, segundo Makinder, no Crescente Interior, a região circundante da área *pivot*, no arco que circunda o centro do poder mundial, consolidadas que sejam as potencialidades geoestratégicas e associadas à determinação do poder político, o *Império do Meio*⁸⁹ provoca expectativa face à influência que as suas acções futuras podem ter nas relações regionais, pela possibilidade de concretizar o poder potencial para manter a integridade territorial, sendo uma obrigação histórica e um contributo para o domínio dos recursos necessários à continuação do desenvolvimento que considera seu por direito: líder natural da Ásia.

O peso da China na Ásia é incomparável. Para além de ser o elo de ligação entre várias áreas geopoliticamente importantes, como o Sudeste Asiático, a Ásia Central e o Nordeste asiático ou Pacífico, o *Império do Meio* é o motor do actual crescimento económico da região. A maioria dos analistas é peremptória em afirmar que a definição do futuro estratégico da

⁸⁸ Os conceitos de medida espelhados são:

- a. Valor de combate naval: valor numérico de combate da frota da nação. Este valor reflecte a quantidade total e a qualidade dos navios e tripulação quando usado apenas para combate naval. Inclusive é a eficácia do apoio e da frota de base. São aferidas as quantidades conhecidas de navios, de recursos humanos. O factor qualidade foi obtido a partir de experiências históricas.
- b. Valor de combate terrestre: é o total da capacidade de combate das forças armadas da nação, excepto para os meios navais. O valor aqui apresentado é uma combinação da quantidade e qualidade dos recursos humanos, equipamentos e armas. Este é um valor bruto.
- c. Quantidade de aeronaves é o número de aviões de combate disponíveis, incluindo helicópteros.

⁸⁹ Designação histórica da China.

Ásia far-se-á à imagem do actor asiático mais importante: a China.

Deng Xiaoping, no início dos anos 90, reforçou a necessidade do pragmatismo e lançou a estratégia dos vinte quatro caracteres que, no fundo, são os seis princípios que devem guiar a “Ascensão Pacífica”⁹⁰/Silenciosa, Desenvolvimento Pacífico/Silencioso ou Crescimento Pacífico” (slogan lançado por Hu Jintao⁹¹, em 2004, na Universidade de Yale) da China: ver e observar calmamente, manter a posição actual, comportar-se com confiança e paciência, esconder as capacidades, manter o *low profile* e nunca reclamar a liderança.

A política externa chinesa é pragmática e paciente e os seus objectivos são sempre de longo-prazo. A sua concepção de *Poder Nacional Abrangente* (PNA) é assente no conceito que privilegia as acções não ofensivas e tem um comportamento marcado pela humildade, pela não interferência e pelas relações de amizade com todos, que deverá materializar a conduta de obtenção de recursos a que a sua economia obriga e que concorre para um mesmo fim: levar a China à hegemonia regional e, possivelmente, à liderança mundial (Cardoso, 2008: 77).

O ponto crucial é que, ao longo da história, as grandes potências consideraram que tinham as melhores das intenções, mas eram forçadas pela necessidade a proteger os seus interesses em permanente expansão. Segundo Nye, nas próximas duas décadas, a China com mais de 1,5 mil milhões de pessoas, uma economia em forte crescimento e, provavelmente, um governo ainda autoritário, na qualidade de país número dois no mundo, irá, quase de certeza, tentar expandir substancialmente os seus interesses (2005: 22 e Zakaria, 2008: 113), sem no entanto incrementar as relações conflituais na ordem regional, já que estas podem provocar a intervenção dos vários actores regionais, em especial dos EUA, poder com o qual a RPC não pode entrar em conflito.

“Um grande país emergente, a China, transformou-se, num abrir e fechar de olhos, no banqueiro central da América.”

(Rampini, 2007: 115)

II.2.2. O Crescimento Chinês

No decorrer dos últimos cinco mil anos, os períodos em que a China não foi o «número um» mundial constituem a excepção, não a regra. Desde o ano 1000 aos nossos dias, em pelo menos sete séculos em dez, a sua economia foi a mais rica e produtiva do planeta. Segundo

⁹⁰ Expressão utilizada, em 2002, por Zheng Bijian, director-adjunto da Escola Central do Partido, para transmitir a intenção da China ir subindo silenciosamente a escada global. Mais tarde, em 2003, desapareceu do discurso oficial, passando a ser designado por *Desenvolvimento Pacífico*. Segundo Zheng, “o conceito é o mesmo, apenas a expressão é que é diferente”. São vários os conceitos utilizados para a caracterização da presente actuação externa da China: após declarações de Jiang Zemin sobre os defeitos do conceito de “*desenvolvimento pacífico*” (Smal1, 2005: 27), muito se tem discutido sobre o chavão a utilizar para caracterizar a actuação internacional da China. Contudo, qualquer que seja o conceito utilizado, todos eles indicam o carácter pragmático da actual política externa chinesa e reflectem a preocupação da China de não perturbar ninguém no decurso do seu avanço – a palavra pacífico é uma constante (Zakaria, 2008: 106 e Wolton, 2008: 113).

⁹¹ Chefe do Governo desde 16 de Março de 2003.

Rampini, o século em que agora entramos não é uma anomalia mas, pelo contrário, coloca as coisas em ordem, devolve a China ao lugar que lhe cabe: o centro do mundo (2006: 371).

A potência económica mundial China, tal como a conhecemos hoje, foi obra de Deng Xiaoping. Sem ele, o imenso império ter-se-ia tornado, muito provavelmente, no maior Estado de pobreza da terra, comparável às deterioradas sociedades africanas (Steingart, 2009: 99). Quando as reformas começaram, em 1978, a China era ainda um dos países mais pobres do mundo, com 60% de uma população total de mil milhões de habitantes a viverem abaixo daquilo que a Organização das Nações Unidas (ONU) considera o limiar de pobreza (menos de um dólar por dia). Os pobres, na sua esmagadora maioria, encontravam-se nas zonas rurais, onde viviam três quartos da população chinesa. A China fez, então, não uma mas três transições notáveis: da planificação centralizada para a economia de mercado, da agricultura para a indústria, da predominância esmagadora dos campos para uma urbanização acelerada. Esta tripla transição acompanhou um aumento muito sensível dos rendimentos (Gipouloux, 2006: 20). De 1978 aos nossos dias, a produção foi multiplicada por dez, as exportações por 45, o rendimento *per capita* por 7 (atingindo os 2770 dólares), o PIB por 4, a esperança de vida aumentou 10 anos e a mortalidade infantil baixou 25%, assinalando o maior progresso económico jamais visto na história: nunca uma fatia tão considerável da população mundial se elevava acima do limiar da pobreza em tão pouco tempo (Bader, 2006).

Os sucessos dos últimos anos são os mais impressionantes que a história e a economia registaram até agora. Os ingleses precisaram de cerca de 60 anos para duplicar o seu produto nacional bruto *per capita*. Os Estados Unidos e o Japão necessitaram de cerca de 40 anos. A Indonésia conseguiu-o em 17 anos e a China apenas em 12. Desta vez, o Ocidente é desafiado no próprio campo da economia, cujo funcionamento legitimou, até agora, a sua dominação.

A economia chinesa é, seguramente, à data, a economia mais próspera da cena internacional. Com efeito, é a que mais influencia o mercado mundial, que apresenta mais elevadas taxas de crescimento não só relativamente ao seu comércio externo, nomeadamente à importação de recursos energéticos e *commodities*, mas também em termos de mercado interno.

Para Luís Tomé, a ressurgência deste autêntico *panda de superlativos* baseia-se numa impressionante ascensão económica nas últimas três décadas: entre 1978 e 2008. A China registou, em média, um crescimento anual de 9,4% entre 1979 e 2004 e de cerca de 10% entre 1990 e 2008 e é uma das economias do mundo que mais cresce; e que cresce mais rapidamente (Gipouloux, 2006: 47 e Zakaria, 2008: 91). Segundo o General Loureiro dos Santos, a China mostrou capacidade para enfrentar a crise financeira, conseguindo um crescimento económico de 8,7% durante o ano 2009, mas, para além disso, foi quem emprestou meios financeiros à

maioria dos países para fazerem face às suas próprias crises (2009: 30).

O PIB real da China multiplicou dez vezes e o seu *share* no PIB mundial (baseado em paridades de poder de compra - PPP) mais do que quadruplicou, saltando de 3,5%, em 1990, para perto de 12%, em 2008 (FMI, 2008); similarmente, o peso da China no comércio mundial tem aumentado abruptamente representando, em 2007, cerca de 8% das importações mundiais e 11,6% das exportações mundiais (as suas exportações para os Estados Unidos aumentaram 1600% nos últimos quinze anos), isto é, o dobro do seu *share* de há apenas uma década atrás (CE-External Trade e OMC) (Tomé, 2008: 2). Durante as últimas três décadas, os dirigentes chineses não regatearam nem meios nem esforços para chegar a esta posição, para que o planeta inteiro admire, se extasie e lhes inveje o sucesso (Wolton, 2008: 20).

O Ocidente pode apelidar os asiáticos de concorrentes ou continuar a considerar que são subdesenvolvidos. Mais honesto seria talvez aceitar que esses países são, de facto, estados concorrentes. Na guerra global pela prosperidade, os chineses, indianos e a maioria dos outros asiáticos têm vindo a registar um significativo avanço no terreno. Estes estados iniciaram uma caminhada para a prosperidade que irá modificar a arquitectura política, económica e, mais tarde, também militar do mundo (Steingart, 2009: 131).

Em termos de destinos predilectos para os investimentos das multinacionais no estrangeiro, 2003 foi o ano dum terramoto silencioso nas hierarquias mundiais: a China superou os EUA e alcançou o primeiro lugar absoluto como destino dos capitais produtivos, atraindo 53 mil milhões de dólares em investimentos contra os 40 mil milhões destinados aos Estados Unidos (Rampini, 2006: 23). George Bush, no seu discurso sobre o Estado da União, em Janeiro de 2006, admitiu que os seus concorrentes eram os dois gigantes asiáticos: China e Índia. É impressionante a amplitude da separação que se tem vindo a criar entre a China e os restantes grandes países emergentes. A China apresenta cerca de 60 mil milhões de dólares de capitais externos investidos no país, a Índia assistiu à entrada de apenas 4, a Rússia de 1 (Rampini, 2007: 13).

Em Fevereiro de 2005, os radares da economia mundial detectaram mais uma ultrapassagem plena de significado. A China tornou-se o maior consumidor mundial de produtos industriais e agrícolas, retirando este primado aos Estados Unidos, que o detinham há quase cem anos (Rampini, 2006: 13).

A China, porém, constitui um caso particular e de dimensões tais que a sua descolagem gera choques sem precedentes. Estamos a assistir a um daqueles movimentos sísmicos que alteram o curso da história humana. À medida que se transforma a si própria a uma velocidade inaudita, a China transforma, inevitavelmente, todo o planeta. Nunca, no mundo contemporâneo, um país emergente deteve semelhante poder para perturbar as relações das

forças económicas e os equilíbrios diplomáticos e militares.

A China está empenhada em lançar os alicerces infraestruturais de uma futura superpotência. Segundo Vasconcelos, muito provavelmente o *dragão asiático* vai ultrapassar os chamados *tigres asiáticos* e o Japão, a ponto de não ser nenhuma utopia poder afirmar-se que a China poderá ultrapassar os próprios EUA, já que são povos extraordinariamente numerosos que agora procuram alcançar a liderança (2009: 14). Se o seu ritmo de crescimento continuar a evoluir de uma forma relativamente pacífica, a China irá ultrapassar nos próximos 20 (Tomé, 2008: 3), 30 segundo Gipouloux (2006: 13) e Kynge (2006: 54) ou 35 anos os EUA como superpotência económica (Vasconcelos, 2009: 14). Por sua vez, Rampini apresenta uma projecção do banco de investimento norte-americano Goldman Sachs para afirmar que, dentro de trinta anos, a economia chinesa será três vezes maior do que a dos Estados Unidos. Segundo o autor entrámos, em todos os sentidos, no século chinês (2006: 14).

Gipouloux, tendo como referência o Centro de Estudos sobre o Desenvolvimento⁹², expôs que a China deveria ter um crescimento anual médio de 8% entre 2006 e 2010, no decurso do XI plano, e que esta continuará a crescer a um ritmo mais comedido, entre os 5 e os 7% ao ano, entre 2010 e 2020 (2006: 47). De igual forma, Tomé, baseando-se num estudo elaborado pelo professor Angus Maddison (2007: 95) para a OCDE, afirma que há 60 anos a China produzia perto de 4% da riqueza do mundo e que, hoje, o número rondará os 16%. A manterem-se as tendências actuais, o peso da China na economia mundial acentuar-se-á nos próximos anos e décadas. O referido autor estima que, tão proximamente como 2030, a China possa surgir destacada como a maior economia do mundo, com um PIB de 22.983 mil milhões USD. Comparativamente, esse estudo projecta para os EUA, nessa data, um PIB de 16.662 mil milhões USD, para a Índia 10.074 mil milhões USD, para o Japão 3.488 mil milhões USD e para a Rússia 2.017 mil milhões USD (Tomé, 2008: 2).

Sem dúvida, a China encarna o maior povo de consumidores (os economistas do Crédit Suisse First Boston chegam a afirmar que, dentro de dez anos, “*os consumidores chineses terão substituído os americanos como principal motor da procura económica global*”) (Rampini, 2007: 107), o mais vasto reservatório de força de trabalho, bem como uma nação que consegue destacar-se na investigação científica, na conquista do espaço e nas biotecnologias. Ameaça ou oportunidade, não podemos continuar a permitir-nos ignorá-la.

A 6 de Janeiro de 2005 a população da China atingiu o número redondo de 1,3 mil milhões de habitantes; Pequim previu 1,4 mil milhões para 2010⁹³, 1,5 em 2020; há especialistas que

⁹² Um organismo de reflexão estratégica dependente do Conselho dos Assuntos de Estado.

⁹³ Em 1979, a China proibiu os casais de ter mais do que um filho. A medida devia ser provisória, mas ainda hoje se mantém.

auguram mesmo 1,8 em 2050 (Wolton, 2008: 17). Anualmente, a população chinesa cresce cerca de 12 a 13 milhões de pessoas. Actualmente, mais de um ser humano em cada cinco é chinês e o mandarim é de longe a língua mais falada em todo o mundo, com uma difusão muito superior ao inglês (Rampini, 2006: 27). Muitos acreditam que dentro de uma ou duas décadas, o chinês será a língua dominante na Internet (Nye, 2005: 13). Graças a este reservatório de mão-de-obra a baixo custo, pelo menos nos próximos vinte anos, a China estará em vantagem competitiva em relação a todos os países. De acordo com Serge Michel, “*os chineses são uma raça à parte, fazem três turnos contínuos, sete dias por semana*” (2009: 112). O custo médio horário de um operário é, na China, de 0,7 dólares⁹⁴, comparado com 2 dólares na Tailândia, 4 dólares na Polónia, 18 dólares em França e 21 dólares nos Estados Unidos (Laurent, 2007: 191).

A globalização tornou muito mais fácil e vantajosa que no passado a transferência das fábricas e das tecnologias para países emergentes. Na era da deslocalização, possuir uma imensa força de trabalho constitui uma vantagem (Rampini, 2006: 29). Como tal, a população chinesa pode ser considerada o maior «recurso natural» do planeta. Ainda existem 800 milhões de habitantes nas zonas rurais da China. Esta é a amplitude do reservatório de seres humanos que ainda têm a possibilidade de dar o salto: o aumento da produtividade de 700%. É esta a grande massa protagonista do século XXI. É o motivo por que os Estados Unidos não conseguem evitar ser ultrapassados pela China. Em 2010, a produção industrial chinesa terá ultrapassado a de todos os seus concorrentes, com excepção dos Estados Unidos.

Actualmente o Império do Meio é o país de todos os recordes. Os altos funcionários chineses, cientes do fascínio dos números, gostam de confundir os seus interlocutores quando viajam pelo estrangeiro. Para Bo Xilai, ministro do Comércio em 2005, “*a China é uma grande família*”. Têm 200 milhões de estudantes do ensino secundário, casam-se 22 000 raparigas por dia, nascem 44 000 bebés, comem 1,6 milhões de porcos e 24 milhões de frangos por dia (Kynge, 2006: 70).

Estes são números impressionantes e a maior parte estará brevemente obsoleta. A China é o maior produtor do mundo de produtos agrícolas, carne, amendoins, algodão, fruta, fertilizantes químicos, carvão, aço, cimento, alumínio e tungsténio; em 2007, tornou-se também o maior produtor mundial de ouro; é ainda o primeiro produtor de filmes de sucesso mundial a seguir aos EUA; o maior fabricante de sapatos, televisores e computadores

⁹⁴ A China de hoje é continuamente denunciada como a pátria da pirataria industrial, da concorrência desleal e das contrafacções; nas suas fábricas não há sindicatos, não há seguros de acidentes de trabalho e os direitos humanos não são respeitados. Um sindicalista norte-americano, no seu relatório *As Razões para a Exclusão dos Chineses. A Dignidade Americana contra o Servilismo Asiático: qual irá ganhar?*, escrevia: “*a ameaça que os chineses representam para nós não reside simplesmente na sua disponibilidade para trabalhar a troco de salários mais baixos, mas na sua capacidade evidente de sobrevivência em condições que os ocidentais normalmente reservariam aos animais*” (Rampini, 2006: 373).

portáteis; o maior construtor de auto-estradas, caminhos-de-ferro, centrais eléctricas, habitações; o país que dispõe de mais linhas telefónicas e telefones portáteis (tem mais de 460 milhões de utilizadores, 35 em cada 100 pessoas (Zhibin, 2005: 165)); o maior exportador de tecnologias da informação e da comunicação (computadores portáteis, telefones portáteis, máquinas fotográficas digitais); tem o maior número de internautas do planeta, mais de 250 milhões, dos quais 10 milhões são viciados na internet; é o segundo maior produtor de electricidade e o terceiro maior fabricante de veículos automóveis. No final desta década, as viaturas *made in China* deverão atingir os 10 milhões de unidades por ano e, em 2020, a quota será de 15 milhões, com todas as probabilidades a apontarem para que a China ocupe o primeiro lugar (Rampini, 2007: 123). Por outro lado, é o maior consumidor de carvão, aço e cimento e o segundo maior consumidor de electricidade e petróleo (Wolton, 2008: 19).

Sem dúvida, de gigante agrícola, a China converteu-se na *fábrica do planeta* ou na *oficina do mundo*, onde se fabricam 85% dos tractores, 75% dos relógios de sala e de pulso, 70% das fotocopiadoras, das placas centrais dos computadores e dos brinquedos, 60% da penicilina, 55% das máquinas fotográficas, 50% da vitamina C, 50% dos aparelhos de ar condicionado, 45% dos DVD, 42% das motas, 40% dos televisores, 40% dos fornos microondas, 30% dos aparelhos de climatização e dos computadores pessoais e 20% dos sistemas de som dos carros, etc. (Kynge, 2006: 200 e Laurent, 2007: 191). A China apresenta-se ainda como líder nos sectores dos têxteis e vestuário, calçado, produtos electrónicos e fibras ópticas (Ramonet, 2004: 2). No pico da revolução industrial dizia-se que a Grã-Bretanha era a *fábrica do mundo*. Esse título pertence hoje à China (Zakaria, 2008: 92).

Rampini afirma que no *Wall-Mart*, uma das maiores redes de hipermercados mundiais, o rei das grandes superfícies americanas, os preços reduzidos têm uma única explicação: 80% dos produtos são oriundos da China (2006: 72). A *Wall-Mart* importa anualmente da China bens no valor de 18 mil milhões de dólares. Na realidade, a cadeia de abastecimento global *Wall-Mart* é uma cadeia de abastecimento da China (Zakaria, 2008: 93). As mercadorias vendidas em lojas de desconto europeias e americanas no valor de 120 mil milhões de dólares vêm da China, que está a exportar deflação em produtos transformados, e são os americanos e europeus que estão, cada vez mais, a viver a sua vida apoiados nestes produtos feitos na China (Kynge, 2006: 83).

Na produção manufactureira ninguém consegue bater a relação qualidade/preço que os chineses oferecem. Dos Estados Unidos ao Japão, da Coreia a Taiwan, mais tarde ou mais cedo, o grosso da indústria está destinado a deslocar-se para a China; é o prenúncio da redistribuição do poder geopolítico (Kynge, 2006: 94).

Hoje, com 15 milhões de habitantes e seis «periféricos», Pequim é uma megalópole

inteiramente voltada para o automóvel, sendo necessárias mais de cinco horas para a atravessar de um lado ao outro (Laurent, 2007: 194).

Em relação ao parque automóvel, este cresce à velocidade da Fórmula 1: circulavam três milhões de viaturas nas estradas chinesas em 1999, agora ultrapassam os 25 milhões de viaturas, concentradas nas grandes cidades. Em 2004 foram vendidas quase 5 milhões de viaturas; em 2007 as vendas foram de 8,8 milhões; no final da década chegarão aos 10 milhões e, em 2020, calcula-se que serão transaccionadas pelo menos 16 milhões. O McKinsey Global Institute prevê que, entre 2003 e 2020, o número de veículos na China aumentará para 120 milhões (Zakaria, 2008: 37). Em relação ao número de carros particulares na China, Laurent e Michel afirmam que deverá passar de 16 milhões, em 2005, para 100 milhões, por volta de 2015, e para 176 milhões, em 2020 (2007: 275 e 2009: 207). Segundo Rampini, o Ministério dos Transportes Chinês calcula que, dentro de quinze anos, o seu número ascenderá aos 200 milhões e que o seu crescimento estabilizará nos 250 milhões (2006: 271).

Actualmente, uma das prioridades das autoridades chinesas é passar da fase *made in China* para a fase *invented in China*, isto é, passar de um país manufactureiro para um país criativo e inovador; e pretendem alcançar esse objectivo até 2020 (António, 2008: 45).

Mas a China já não é só um centro manufactureiro, *a fábrica do mundo*. Está a tornar-se, cada vez mais, um centro de investigação e desenvolvimento, com a maior geração de académicos que jamais existiu à superfície da Terra. Por ano, entram 6 milhões de pessoas com formação superior no mercado de trabalho e formam-se 4 milhões de novos licenciados. A fuga dos cérebros, que em tempos se dava em sentido único, ou seja, sempre em direcção à América, está a mudar rapidamente de sentido.

Segundo Susan Traiman, da Business Roundtable, a indústria de alta tecnologia dos Estados Unidos sofre duma penúria crónica de engenheiros, matemáticos, físicos e biólogos e vê-se obrigada a importar talentos do estrangeiro, mas actualmente as multinacionais deslocam-se para locais onde se encontram os talentos, mostrando-se cada vez mais tentadas a transferir as suas actividades de investigação para países como a China (citada por Rampini, 2006: 121 e 124). Como consequência, muitos postos de trabalho em áreas de serviços como a contabilidade, direito, finanças e gestão de riscos, saúde, tecnologias de informação e várias outras estão a migrar para a China (Kynge, 2006: 122).

No Extremo Oriente está a surgir uma economia do conhecimento e só as verbas mobilizadas para os investimentos revelam uma enorme ambição. A China tem aumentado de uma forma impressionante os seus investimentos nos sectores da investigação e da formação (há já vários anos que os gastos estatais e privados com a investigação crescem até 20%)

(Steingart, 2009: 16); como exemplo, podemos referir as áreas de engenharia, de *software*, de gestão e, muito importante, dos computadores. Em 2008, a empresa mais criativa a nível mundial foi a chinesa Huawei (telecomunicações), com 1.737 patentes registadas na Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

O orçamento nacional chinês para a investigação e o desenvolvimento está já no terceiro lugar, logo atrás do dos EUA e do Japão (Steingart, 2009: 184). A China possui já 42 milhões de cientistas e 14 supercomputadores entre os 500 classificados como mais potentes do mundo. Já alcançou a Alemanha no quarto lugar deste sector e, se continuar a progredir ao mesmo ritmo, em breve estará pronta a ultrapassar o Japão e a Grã-Bretanha, para se colocar logo atrás dos EUA. Jeffrey Garten, o antigo director da Yale School of Management, no Connecticut, mostra-se impressionado com o processo de constituição de conhecimento chinês e profetiza a ascensão da China a um Super-Estado tecnológico (Steingart, 2009: 185).

Bill Gates admitiu em DAVOS, durante o Fórum da Economia Mundial, que as forças que estão a ser libertadas na China o surpreendem. Referiu ainda que há pouco tempo lhe tinham sido apresentados os dez maiores talentos da sua firma de software: “*só um deles possuía um nome americano, os restantes eram asiáticos*”, razão pela qual afirma, peremptoriamente, que “*o próximo Einstein será indiano ou chinês*” (Steingart, 2009: 187).

Até 2003 a América era o maior exportador de produtos de tecnologia da informação. Desde há pouco tempo, essa honra pertence aos chineses. Eles exportam produtos *hightech* no valor de 180 mil milhões de dólares, enquanto os americanos já só conseguem realizar 150 mil milhões de dólares nessa classe rainha da economia global (Steingart, 2009: 178).

Actualmente, a China já conquistou terreno decisivo nas tecnologias avançadas, como o laser, a bioquímica e os novos materiais para semicondutores, e no sector aeroespacial. Mesmo os gigantes da indústria farmacêutica ocidental – Novartis, Roche, Pfizer – abriram novos centros de pesquisa em Xangai, por ser ali que talvez se esteja a escrever uma nova página na história da medicina (Rampini, 2006: 128 e 136).

A ascensão do gigante asiático teve uma consequência na sua imagem: a China está na moda. Em Xangai foram recentemente inaugurados os seguintes hotéis de cinco estrelas: Marriott, Four Seasons, Ritz-Carlton e St. Regis. Nenhuma marca de luxo se pode permitir não ter lojas em Xangai: *Armani*, *Bulgari*, *Louis Vuitton*, *Rolls-Royce*. A *Louis Vuitton* viu as suas vendas triplicarem em três anos; a acreditar nas sondagens, o *Bentley* é o automóvel mais em voga entre os representantes da nova elite; a *Cartier* inaugura sete novas lojas todos os anos em Xangai (Rampini, 2006: 67 e 196), tudo isto em virtude de haver 345 mil milionários chineses.

Apesar da atracção que Xangai exerce sobre os ocidentais, Pequim continua a ser a sede

da política, da cultura e da arte da China, mesmo da sua economia. A cidade está a ser reconstruída num grau sem precedentes na história. Foram construídas seis novas linhas de metropolitano, 43 Km de um sistema de comboio ligeiro, um novo terminal do aeroporto (o maior do mundo), 25 milhões de Km quadrados de novas construções, uma «cintura verde» de 125 Km e um parque olímpico de 12 Km quadrados.

Em finais de 2009, segundo a agência oficial Nova China, foi inaugurada uma nova linha de transporte de passageiros que terá como percurso o trajecto entre Wuhan, no centro do país, e Cantão, cidade mais ao sul, sendo a viagem considerada a mais rápida do mundo. O Harmony Express (o Expresso da Harmonia) tem uma velocidade média de 350 km/hora e uma velocidade máxima de 394,2 km/hora, a mais rápida do mundo⁹⁵.

A China tem 118 megacidades com mais de 1 milhão de habitantes e 39 megametrópoles com mais de 2 milhões de residentes. As vinte cidades de maior crescimento em todo o mundo são chinesas. Em Pudong situa-se o hotel mais alto do planeta, os maiores grandes armazéns, a torre de televisão mais elevada, o comboio mais rápido. Um ingrediente do “*Boom*” Chinês foi o esforço admirável de modernização das infra-estruturas (auto-estradas, aeroportos, portos, telecomunicações, internet, etc.). Em 2005, a China tinha 2,5 mil milhões de metros quadrados de espaço em construção, cinco vezes mais do que os Estados Unidos (Rampini, 2007: 356). Para além da sua utilidade concreta, são importantes para o regime a entrada da China nos circuitos internacionais da Fórmula 1 e do ténis, o programa espacial, a maior barragem do mundo (a barragem das Três Gargantas, no rio Yangtze), a ponte oceânica mais comprida do mundo (na baía de Hangzhou, reduzindo para metade o trajecto entre Xangai e Ningbo), o maior sistema de canais do mundo (para transportar água de sul para norte), a linha férrea mais alta do mundo, o gasoduto mais comprido do mundo (4000 Km entre o oeste do país e o litoral), etc. (Vasconcelos, 2009: 117).

Muitos destes projectos encontravam-se ligados às Olimpíadas 2008, evento em que a China deu uma nova prova da sua espectacular eficiência, uma vez que Pequim foi a única cidade na história das Olimpíadas a conseguir terminar as grandes obras em estaleiro com dois anos de antecedência relativamente ao final do prazo. Pretendeu com a realização dos Jogos Olímpicos de 2008 a consagração universal dos seus triunfos nos campos económico, tecnológico e diplomático, bem como confirmar simbolicamente a sua entrada triunfal no mundo do século XXI.

⁹⁵ Segundo Zhang Shuguang, director do Gabinete de Transportes do Ministério dos Caminhos-de-ferro, o trajecto será feito em apenas três horas, sendo que, no comboio tradicional, a viagem demorava dez. A via-férrea chinesa tem cerca de 1.069 Km de extensão. A obra foi iniciada em 2005 e, segundo o governo chinês, esse é um dos trechos que, no futuro, ligará Pequim a Cantão, capital da província de Guangdong.

Os Jogos Olímpicos de Pequim impressionaram o mundo inteiro. Estes foram qualquer coisa de único, ultrapassou em muito os realizados em Sydney e Atlanta. Foi único também na história da construção da realidade espectáculo que é a nossa. Esse factor inédito foi a monumentalidade. O monumental foi o modo de expor o poder *imperial* da China moderna, confirmado quotidianamente pelo número de medalhas de ouro dos atletas chineses em contraste manifesto com o espírito olímpico (Gil, 2008: 28). No entanto, a mundialização da China continua em marcha: este ano, a China acolherá os Jogos Asiáticos (Cantão, 2010) e a Expo 2010 (Xangai).

Para alimentar este monstro de consumo, a China está a ser submetida a uma dura prova em termos energéticos. Até mesmo a capital, Pequim, à qual os dirigentes políticos procuram poupar qualquer incómodo, sofreu a humilhação de *blackouts* eléctricos. A calendarização estabelecida pelas autoridades chinesas é incrível. Em 2004 e 2005, a China construiu nove centrais nucleares equivalentes à produção total da Grã-Bretanha (Rampini, 2006: 267) e tem programada a construção de cerca de 30 centrais atómicas, mais do que todos os outros países do mundo juntos (Rampini, 2007: 229).

Constrói centrais hidroeléctricas com projectos faraónicos e controversos, como a barragem das Três Gargantas, no rio Yang-tsé, em 2003, no coração da China, para realizar um sonho titânico. As suas águas são contidas pela mãe de todas as barragens mundiais, duas vezes maior que a de Assuão, no Egipto, seis vezes maior e oito vezes mais potente que a Hoover Dam⁹⁶, nos EUA. É a Grande Muralha do século XXI, uma das maravilhas de engenharia do mundo. Com as suas 26 turbinas, a sua produção de energia eléctrica equivale à de dez centrais nucleares (Rampini, 2006: 278). Mas não é de modo algum um caso isolado: todos os anos, desde 2004, a China tem construído centrais eléctricas que seriam suficientes para fornecer as necessidades de electricidade de uma grande economia Europeia (Kynge, 2006: 53).

Em termos políticos, a pujança económica da China projecta-a como a maior economia mundial, colocando-a já num grupo de países liderantes do mundo contemporâneo, e não tardará que o clube dos países ricos, o G8, pareça uma ficção anacrónica. Os destinos da economia mundial – os nossos destinos – serão negociados de forma mais simples no interior dum G2, que junta os EUA e a China, claramente as duas maiores potências actuais (Rampini, 2006: 18; Vasconcelos, 2009: 13 e Santos, 2009: 36).

Em termos financeiros, a China tem acumulado ao longo dos anos avultadas reservas monetárias. Pequim guardava, em finais de 2006, quase um bilião de dólares nos cofres do

⁹⁶ A Barragem Hoover tinha 221 metros de altura, 379 metros de comprimento e capacidade para produzir 2080 megawatts (Kinge, 2006: 53).

seu Banco Central, mas, com a elevada tendência de crescimento⁹⁷, hoje, os números podem ascender a dois biliões, a maior reserva do mundo, aplicados numa quantidade extraordinária de moeda estrangeira, mas também em fundos de investimento dos EUA e em grande parte na compra de títulos do Tesouro dos EUA.

Isto não só tem ajudado o governo americano a financiar a despesa pública e a pagar a guerra do Iraque, como tem contribuído para manter baixas as taxas de juro. Estas reservas monetárias são acumuladas devido ao furor de exportar para a América muito mais do que aquilo que a China importa. Deste modo, o Banco Central chinês transformou-se no banco do mundo e num banqueiro dos Estados Unidos, com uma capacidade de crédito suficiente para exercer um poder crucial e fazer chantagem sobre o mundo financeiro de Washington (Rampini, 2006: 49).

Esta é uma das razões que levam o General Loureiro dos Santos a afirmar que a China e os EUA constituem uma parilha de *irmãos siameses* em termos económicos, pois a prosperidade de uma das potências depende e projecta a prosperidade da outra. Como tal, não parece que Obama deseje alterar esta situação de *dissuasão pelo terror económico*, pela qual nenhuma delas pode tomar medidas que afectem gravemente a economia da outra, pois os efeitos negativos atingiriam ambas (2009: 151).

Segundo um estudo do Banco da Coreia, a Ásia, dentro de trinta anos, representará 42% do PIB mundial, 23% os Estados Unidos e 16% a Europa. Até Henry Kissinger previu que, no século XXI, a Ásia seria o centro do mundo, enquanto a América e a Europa iriam derrapar para a periferia (Rampini, 2007: 17). Nessa projecção, aponta-se para a possibilidade de a economia chinesa ser, em 2025, a segunda maior do mundo, correspondendo, grosso modo, a apenas metade da economia americana (actualmente, o PIB chinês corresponde a cerca de um sétimo do americano), e mesmo de ultrapassar a economia norte-americana em meados do século XXI. Uma outra projecção, publicada no jornal *The economist*, em Setembro de 2006, aponta para que o PIB anual chinês supere o norte-americano por volta de 2040. A mesma projecção aponta para que, nessa altura, a Índia e o Japão sejam a 3ª e a 4ª maiores economias do mundo. Por outro lado, pode verificar-se como, de acordo com a projecção da Goldman Sachs, em 2050, as três maiores economias mundiais serão a China, os Estados Unidos e a Índia (Vasconcelos, 2009: 90).

Podemos apresentar vários estudos ou projecções, no entanto, a realidade diz-nos que 37 multinacionais chinesas estão no top 500 da revista *Fortune*. A China é actualmente a terceira maior economia do mundo, mas em 2010 vai ultrapassar o Japão e no final da década

⁹⁷ As reservas monetárias chinesas eram de 600 mil milhões de dólares, dos quais 200 mil milhões em Títulos do Tesouro dos EUA em finais de 2004 (Rampini, 2006: 30 e 49), 659 milhares de milhões de dólares em Março de 2005 (Gipouloux, 2006: 206), em finais de 2005 ascendiam a mais de 710 mil milhões de dólares e em finais de 2006 roçam o bilião de dólares (Rampini, 2007: 13).

estará a par dos EUA.

Em Março de 2006, a Assembleia Popular Nacional da China aprovou o 11º Plano Quinquenal, que aponta para um crescimento de 45% do PIB até 2010. Já em 2005 o governo chinês declarara publicamente as suas metas para o desenvolvimento do país até 2050. De acordo com as autoridades chinesas, os objectivos serão alcançados em três fases: até 2010 (quando termina o mencionado 11º plano quinquenal) duplicar o PIB de 2000; até 2020 duplicar o PIB de 2010, altura em que o PIB *per capita* chinês anual deverá atingir 3000 dólares; de 2020 a 2050, “continuar a avançar” até a China se tornar um “país socialista democrático e civilizado (Zheng Bijian, 2005: 23).

Daqui a 25 anos a China ainda não terá conseguido alcançar a riqueza per capita dos EUA. Mas enquanto economia, o produto nacional chinês irá ultrapassar o americano dentro em breve. E isso é o que importa na geopolítica. Se anteciparmos a evolução, veremos que a China se tornará em breve a economia nacional dominante no mundo. A China é já uma superpotência económica e prepara-se para se tornar o rival político e estratégico dos EUA (Rampini, 2007: 197).

Os Estados atacantes asiáticos evitam o campo do confronto ideológico. Eles não debatem com o Ocidente temas como a igualdade ou a justiça, não lançam acusações nem ameaças. Os aspectos religiosos, teológicos e ideológicos permanecem à parte; as potências mundiais em ascensão preocupam-se em não desencadear um conflito de culturas. São adversários silenciosos que apostam na eficiência económica. A Ásia prepara-se para escrever a história mundial. O século asiático não vai começar, já começou (Steingart, 2009: 137).

Recordando Attali, o centro económico e geopolítico prossegue a sua viagem de leste para oeste. Tendo partido da China há 5000 anos, passando depois pela Mesopotâmia, pelo Mediterrâneo e pelo mar do Norte, e tendo em seguida atravessado o Atlântico, volta agora a instalar-se nas margens do Pacífico (2007: 94).

Trinta anos após a reforma iniciada por Deng XiaoPing, a economia chinesa conheceu no seu conjunto não somente um grande desenvolvimento como também se integrou activamente na economia mundial, sendo a sua voz ouvida nos *fora* internacionais. Se há cerca de dez anos podíamos afirmar que na Ásia nada se fazia sem a China, e muito menos contra a China, hoje podemos retirar o âmbito regional da afirmação e declarar que no mundo nada se faz sem a China e muito menos contra a China (António, 2008: 45). Outro autor, Rampini, vai mais longe e afirma que, “*em todos os sentidos, entrámos no século chinês*”⁹⁸ (2006: 14).

⁹⁸ Tal como o século XX foi definido como o século americano, também o presente século será assinalado pela emergência definitiva da superpotência asiática. “*Se há um país no mundo destinado a suplantar o papel dos Estados Unidos na economia global, este país é a China*” (Zakaria, 2008: 37).

“São cada vez menos as grandes questões estratégicas mundiais em que não se faz sentir, directa ou indirectamente, o peso da China”.
(Vasconcelos, 2009: 45)

II.2.3. Uma nova superpotência?

A China está empenhada em construir os alicerces infraestruturais de uma futura superpotência. Hoje, é vulgar alguns observadores extrapolar, com base nas actuais taxas de crescimento, que a China irá ultrapassar os EUA como maior economia do mundo por volta de 2040. Outra justificação comum para fazer prognósticos de grandeza é o determinismo histórico, a crença em que, só porque a China foi a superpotência mundial durante a maior parte dos últimos dois milénios, está destinada a voltar a sê-lo (Kynge, 2006: 54).

Henry Kissinger, na sua obra *Diplomacia* a propósito de uma nova ordem mundial, escreveu: “o sistema internacional do século XXI...incluirá pelo menos seis grandes potências – os EUA, a Europa, a China, o Japão, a Rússia e, provavelmente, a Índia” (2002: 17). Não é de admirar que Kissinger considere a China uma potência mundial, na medida em que esta é, desde Outubro de 1964, uma potência nuclear, desde 1971, membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e um gigante demográfico e territorial. A sua política externa sempre se pautou por uma grande prudência e rigor, bem como por utilizar a cultura do tempo.

Dispondo de um espaço, quer terrestre, quer marítimo, que em dimensão corresponde ao quarto espaço mundial, de um enorme potencial humano e de grandes recursos naturais e potenciais, a China alia a estes factores um invulgar e dinâmico crescimento económico que nas últimas décadas bateu todos os recordes e que a projectam como uma economia emergente, numa área de crescente importância mundial.

Se a estes factores acrescentarmos uma grande vontade de afirmação externa, a grande importância de uma forte, dinâmica e numerosa comunidade espalhada pelo mundo, o interesse e a capacidade de, no curto prazo, se fortificar, quer económica, quer militarmente, a China, que neste âmbito dispõe do maior orçamento militar do mundo, poderá assumir um cada vez maior protagonismo político, económico e militar e, a breve prazo, transformar-se numa potência à escala mundial.

Segundo Tang Shiping, quatro ideias moldam o pensamento estratégico chinês: a China é uma grande potência, devendo assumir esse estatuto nas relações externas; considera a necessidade da existência de um ambiente de estabilidade regional para a realização do programa das quatro modernizações⁹⁹, assumindo a questão do dilema de segurança nas relações da China com outros países da região; reconhece a necessidade de contenção no presente face aos objectivos de projecção no futuro, o que, em conjugação com a ideia anterior,

⁹⁹ As quatro modernizações programadas pelo Governo chinês são: económica, científica, tecnológica e militar.

define a aproximação a uma estratégia realista com características defensivas; a China aceita a interdependência económica como um facto, devendo integrar-se neste mercado global como uma potência responsável e credível perante os seus parceiros (2006: 37).

A China é o Estado geoestrategicamente mais importante da Ásia. A posição é assumida como a peça chave da construção da política geoestratégica. Neste sentido, a China poderá potenciar a sua posição e tornar-se, efectivamente, no centro de poder da região mais dinâmica do mundo.

Como refere Henry Kissinger, “*a China (...) é o Estado com maior potencial para se tornar um rival dos EUA no novo século, embora, do meu ponto de vista, isso não venha a ocorrer nos primeiros vinte e cinco anos*” (2003: 135). Para caracterizar o potencial estratégico da China vamos muito sumariamente analisar as potencialidades dos factores físico, humano, recursos¹⁰⁰, económico-tecnológico, estruturas e militar (IESM, 2007)¹⁰¹.

O factor físico assenta na caracterização do território, tendo em conta a sua definição de existência política, jurídica e administrativa do Estado.

Como potencialidades, o território da China possui uma grande capacidade de alojar a sua enorme população e dispõe de vastos recursos naturais, ainda que não seja auto-suficiente para fazer face aos seus desejos de desenvolvimento.

Pela posição mista que ocupa, tem capacidade de influenciar directamente diversos teatros de operações do Continente eurasiático (Ásia do Norte e do Nordeste, Ásia Central e Ásia do Sul e do Sudeste), combinando com a defesa do território extenso e acidentado contra ataques convencionais, dados os obstáculos que as grandes barreiras geográficas a Sul e Sudoeste constituem. Possibilidades de dispersão contra ataques nucleares e, numa estratégia de resistência contra um invasor externo, as possibilidades conferidas pela extensão e compartimentação do território (Vasconcelos, 2009: 53).

O factor humano terá em atenção a sua relevância para a China, sendo que este é um *elemento de influências contraditórias*, com reflexo na mão-de-obra, nos efectivos militares e na massa crítica intelectual, mas podendo de igual modo contribuir para a desagregação social e política, obrigando a reorientar as políticas centrais.

Como refere Hans Morgenthau, nenhum país é considerado poderoso por possuir uma população numerosa, mas nenhum país pode ser poderoso se não possuir, relativamente aos restantes, uma população numerosa (Wilensky et al., 2005: 173). A grande massa populacional da China é, em absoluto, uma potencialidade indiscutível dada a massa crítica que pode incluir, a homogeneidade étnica que a caracteriza (92% da população é de etnia Han), apesar

¹⁰⁰ Estes três, de ordem geográfica, apresentam pouco variáveis.

¹⁰¹ Os restantes, de ordem estrutural, reflectem a forma como a sociedade se organiza nesse espaço.

de as minorias (8%) representarem um número impressionante em termos absolutos (mais de 90 milhões de habitantes), a capacidade produtiva que detém, a influência migratória que pode fazer sentir e o aumento dos efectivos militares. A deslocalização funcional da população, que tradicionalmente exercia a actividade agrícola, para o exercício da actividade operária provocou uma insuficiência da produção agrícola para alimentar a população, obrigando à importação de trigo e arroz (Barreau et al., 2008: 212). A diáspora chinesa é igualmente uma potencialidade a explorar não apenas por causa das remessas e do investimento, mas também pela pressão social e política que pode exercer nos Estados onde se encontra, e que podem ser orientadas pelos interesses da China (Vasconcelos, 2009: 65).

A análise do factor recursos centra-se na sua disponibilidade, na necessidade do seu consumo e na possibilidade de materializar influência no desenvolvimento económico e possibilitar ou condicionar a independência energética e alimentar. As potencialidades residem na quase auto-suficiência que a extensão e diversidade geomorfológica da China lhe permite relativamente à maior parte dos recursos estratégicos, onde se incluem os recursos alimentares que tem capacidade de produzir (ou, se não se quiser ser tão optimista, pelo menos um grau de auto-suficiência que permite afastar cenários catastróficos), com excepção do petróleo, que o desenvolvimento industrial obriga hoje a importar.

Na análise do factor económico-tecnológico, os pontos que interessa à partida sublinhar são essencialmente três: primeiro, a China está e estará cada vez mais integrada na economia mundial; segundo, a China vai provavelmente continuar a crescer nas próximas décadas; terceiro, dentro de pouco mais de três/quatro décadas (eventualmente, até um pouco antes), a China poderá ser a maior economia mundial. As potencialidades podem ser sucintamente referidas como: a vantagem comparativa do relativamente baixo custo da mão-de-obra, que permite colocar no mercado mundial uma grande panóplia de produtos a preços muito competitivos; a existência de elevadas taxas de poupança doméstica (os Chineses conseguem poupar em média 40% daquilo que ganham) (Kynge, 2006: 83), conjugada com o reduzido valor da dívida pública, aliado ao potencial de desenvolvimento de um já grande mercado interno; o incremento da captação de investimento externo; a integração nas grandes organizações que regulam o sistema económico internacional; bem como a capacidade de, através da interdependência com a economia mundial, aumentar a influência política da China nos países fornecedores de matérias-primas e, simultaneamente, cativar e manter o interesse no crescimento económico da China de importantes grupos de pressão nas principais economias mundiais, designadamente nos EUA (Vasconcelos, 2009: 122).

O factor estruturas será analisado na perspectiva da organização da sociedade, nas suas

No factor militar, a difícil acessibilidade ao território, conjugada com a sua profundidade, garantem-lhe a defesa contra ataques convencionais no interior profundo do território chinês. A dispersão de unidades abrangendo todo o território, com comandos descentralizados, permite melhor controlo e segurança do mesmo. As componentes terrestre e aérea encontram-se divididas por sete regiões militares (ver figura 8), num total de dezanove Grupos de Exército (ver figura 9) e dez comandos aéreos (ver

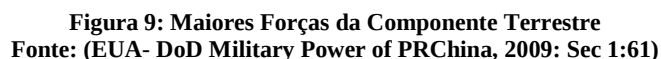




Figura 10: Comandos da Componente Aérea
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:63)

As forças navais da China possuem as esquadras do Norte, Este e Sul (ver figura 11).



Figura 11: Esquadras Navais da China
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:65)

O desenvolvimento económico sustentado possibilita a capacidade de mobilizar cada vez mais recursos financeiros para a requalificação do equipamento e armamento e para a sua

modernização, aumentando a eficácia das suas já numerosas forças armadas, as quais, associadas à disseminação territorial dos órgãos do poder político, contribuem com a sua dispersão para o fortalecimento do sentimento de segurança que aumenta a coesão nacional por a população entender que o Estado as protege das ameaças exteriores.

Por fim, a posse de um dissuasor nuclear permite à China parte da cobertura ao abrigo da qual pode ir executando o programa de modernização, sem esforço desmesurado ou economicamente insustentável de corrida aos armamentos (Vasconcelos, 2009: 212).

Em termos ofensivos, a médio e longo prazo, é provável que se a China se confirmar como uma grande potência económica, tornar-se-á também numa grande potência militar. A China está num processo gradual, relativamente lento mas imparável, de fortalecimento das suas capacidades militares. Daqui a 15-20 anos a China poderá estar a dispendir por ano, com as forças armadas, uma quantia comparável, mas ainda assim inferior, à dos EUA. De qualquer modo, mesmo que Washington, em termos de despesa anual, consiga manter a extensão da vantagem, o que não é certo, a superioridade relativa tenderá a diminuir.

Por outro lado, o atraso tecnológico das forças armadas chinesas, em relação aos Estados Unidos, situa-se mais ou menos na ordem dos 10 a 15 anos (Romana, 2005: 211). Para estreitar o fosso que as separa dos Estados Unidos, ou do Japão, as forças armadas chinesas terão não só de evoluir muito, como terão de fazê-lo a um ritmo maior do que o das forças armadas mais modernas do mundo, para conseguir uma convergência real (Vasconcelos, 2009: 209).

Uma boa parte do esforço de modernização convencional tem-se focado no fortalecimento do poder naval, sempre dependente da avaliação das capacidades militares dos vizinhos e das ameaças potenciais que circundam o território chinês (Vasconcelos, 2009: 213), bem como nas contingências respeitantes a Taiwan e dirige-se à necessidade percebida de a China estar preparada para responder a algumas ameaças da parte dos Estados Unidos, designadamente, visando aumentar o preço a pagar pelos norte-americanos em qualquer intervenção concebível no contexto de um conflito no estreito de Taiwan (Roy, 2003: 62 e Johnston, 2003: 38).

Não são raros, pois, nem destituídos de pertinência, os cenários em que o acelerado crescimento chinês é tido como ameaçador. Até porque ao aumento da capacidade económica da China se associa o fortalecimento efectivo e a perspectiva de um ainda maior fortalecimento futuro das suas capacidades militares. O que torna plausível a possibilidade de a China, mais do que uma potência nuclear, que já é há mais de 40 anos, se vir a tornar a prazo numa verdadeira superpotência militar (Vasconcelos, 2009: 16).

Para que não subsistam dúvidas, os dirigentes Chineses repetem, em todos os tons, que o mundo não tem nada a temer do regresso em força do Império do Meio à cena internacional.

“A China nunca poderá ser apelidada de hegemónica”, promete Hu Jintao; “a emergência da China não representará qualquer prejuízo ou qualquer ameaça para ninguém; não se fará à custa de ninguém”, insiste o primeiro-ministro Wen Jiabao (Wolton, 2008: 113)¹⁰².

No entanto, e apesar de os dirigentes chineses trabalharem a dobrar, financeira e tecnologicamente, para fazer da China a grande potência militar dos seus sonhos, com o objectivo de disputar aos EUA - o único adversário que conta para eles - a hegemonia do mundo, o Império do Meio continua a não ter recursos à altura das suas ambições. Mesmo seguindo o raciocínio do Pentágono sobre o orçamento militar real (três vezes os números oficiais apresentados por Pequim), mesmo acreditando nas projecções da Rand Corporation americana, que avalia em 185 mil milhões de dólares o orçamento para 2025, estes montantes ficam bastante aquém das actuais despesas americanas com armamento (mais de 500 mil milhões de dólares). No que respeita a capacidade militar, em sentido restrito, a China não é (ainda) uma ameaça para o resto do mundo nem para os EUA, em particular (Wolton, 2008: 117).

A China tem garantido a disponibilidade de recursos naturais e tem verificado um elevado e rápido crescimento económico, restando-lhe desenvolver o poder militar, que considera ser o novo salto em frente da sua afirmação, pois este instrumento da política é capaz de garantir a integridade territorial, proteger a sua soberania, projectando o país para a posição de grande potência, dado que considera ser o factor que a colocará a par das restantes potências, grupo onde já identifica a sua presença. Como afirma Alastair Iain Johnston, citado por Carriço (2006: 464), os estudos de vários organismos chineses apresentam a evolução do seu *Poder Nacional Abrangente*¹⁰³, comparativamente com o dos EUA, podendo atingir, segundo os mais optimistas, o equivalente ao poder norte-americano em 2020. Mas este entendimento não é consensual entre os académicos, considerando a maior parte que a paridade deverá ser atingida nunca antes de 2050.

Resumindo, o que torna a China única é uma combinação de factores. É o maior país do mundo, é a economia de grande dimensão que cresce mais depressa, é o maior produtor industrial, é o segundo maior país em termos de consumo, é o país com a maior poupança e

¹⁰² Chefe de Estado da China desde 15 de Março de 2003.

¹⁰³ Em 1992, a RPC assumiu a necessidade de reformular a sua estratégia internacional, em virtude das alterações verificadas na região da Ásia-Pacífico. A nova concepção da RPC na região e no mundo transcreveu-se para o seu conceito político-estratégico de desenvolvimento económico e afirmação internacional como “a totalidade do poder económico, militar e político de um país num determinado período. Ele sinaliza o seu nível de desenvolvimento e a sua posição relativa no seio do sistema internacional. Inserido no PNA, o poder económico, incluindo vectores como os recursos humanos, recursos materiais e poder financeiro, é o factor determinante e a base do poder político e militar de um país” (Carriço, 2006: 461). O PNA teve como objectivo o desenvolvimento económico, o aumento da qualidade de vida das populações e a criação das bases industriais e tecnológicas para o fortalecimento do instrumento militar, com vista à afirmação nacional regional e global da RPC.

(quase de certeza) é o segundo maior país em termos de despesa militar. A China não irá substituir os Estados Unidos como superpotência mundial. É pouco provável que, ainda durante muitas décadas, ultrapasse os Estados Unidos em qualquer dimensão importante - militar, política ou económica - e é ainda menos provável que ganhe o domínio em todas.

Mas, caso a caso, a China tem vindo a transformar-se no segundo país mais importante e poderoso do mundo, a seguir aos EUA (Cutileiro, 2009: 192), acrescentando assim um elemento novo ao sistema internacional. A China está sedenta de sucesso e isto pode bem ser a razão da contínua ascensão. O seu leque de pontos fortes - económicos, políticos, militares - garante que a sua influência se estende muito para além das suas fronteiras. Países com esta capacidade não nascem todos os dias (Zakaria, 2008: 94 e 104).

Pode assim concluir-se que a RPC tem todas as potencialidades para vir a alcançar as condições de uma superpotência, apesar de não ser previsível o tempo que isso possa demorar. O que se pode afirmar é que, em ambiente normal, não estão presentemente reunidas condições que o permitam concretizar nos próximos 25 anos.

No entanto, para os EUA é evidente qual será o novo centro do planeta, pois, em 2006, o departamento de Estado transferiu centenas de diplomatas e redimensionou os órgãos das suas embaixadas europeias para reforçar as asiáticas. A Ásia representa o teatro em que se *expande* o novo rival estratégico dos Estados Unidos (Rampini, 2006: 213), sendo que, actualmente, a China é o único país a temer, a única potência que no futuro poderá destronar a liderança americana, a única que poderá alimentar ambições expansionistas e imperiais à escala intercontinental (Attali, 2007: 204).

“Para este país, o verdadeiro problema não é o preço do petróleo, mas conseguir encontrá-lo em quantidade suficiente.”

(Rampini, 2006: 266)

II.2.4. A dependência energética

À medida que a riqueza produzida aumenta, a necessidade de obtenção de cada vez maiores quantidades de energia, qualquer que ela seja, será fundamental para a sustentação do crescimento económico da China. De facto, não existe, ou muito raramente existe, a fortuna sem o reverso da medalha. A China deixou de ser um país eminentemente agrícola e dedicou-se rapidamente à indústria, convertendo-se na “fábrica do planeta” ou “oficina do mundo”; adoptou a economia de mercado (com um elevado e continuado ritmo de crescimento económico); passou de uma predominância esmagadora das zonas rurais para uma urbanização acelerada¹⁰⁴; conseguiu aumentar a sua classe média em 300 milhões, a qual, sedenta de

¹⁰⁴ O impacto da imigração sobre os consumos energéticos é poderoso. Com 15 milhões de chineses que emigram dos campos para as cidades todos os anos, o efeito multiplicador sobre a procura de energia é dramático.

progresso, está a largar a bicicleta e a passar para os automóveis¹⁰⁵. A população chinesa, com mais rendimentos, melhor nível de vida e habitando no litoral, em grandes cidades, consome mais energia. Naturalmente, o crescimento chinês exige uma quantidade elevada de recursos.

Sem dúvida que no topo da lista das necessidades da China se encontra o petróleo. Há vinte anos, a China era o maior exportador de petróleo da Ásia Oriental. No entanto, hoje, esta é o segundo maior importador de petróleo do mundo. A China, depois de ter sido um exportador líquido até ao princípio dos anos 90 e auto-suficiente até 1993 (em 1996 ela era ainda o segundo exportador na Ásia), modificou radicalmente a sua situação em meados dos anos noventa e tornou-se um importante importador de petróleo, com o hiato entre a produção interna e o consumo nacional a aumentar drasticamente a partir do ano 2000, fazendo disparar o peso proporcional das importações no total do consumo de energia na China, o que obrigou Pequim a atribuir ao petróleo um lugar central na agenda da sua política externa (Pulido, 2004: 139).

Em 2000, as necessidades energéticas da China representavam 10% da procura mundial, porque o seu desenvolvimento assentava em actividades de alto consumo, que em 2010 representarão o dobro (Lopez, 2006: 257). Em 2003, os Chineses consumiram 7% da produção global de petróleo (Zhibin, 2005: 109), tornando-se no segundo maior consumidor e no terceiro maior importador de petróleo.

A questão que se coloca é até que ponto os recursos chineses e mundiais aguentarão o impressionante ritmo de crescimento da China (Cardoso, 2008: 90). Com o *boom* económico de 2004, ficou confirmado o formidável apetite de matérias-primas evidenciado pela China: fez subir em 40% as suas importações de petróleo. Com um crescimento tão «energívoro» e impossibilitadas de apostar na auto-suficiência, as autoridades de Pequim procuram controlar as fontes de energia nos termos de uma lógica capitalista, nomeadamente o fornecimento de crude, pelo que esta continuará a ser uma prioridade (Rampini, 2006: 56).

Em 2008, a China produziu 3,9 milhões de barris diários de petróleo, mas consumiu 7,8 milhões de barris diários (em 2005, o consumo diário era de 6,3 e, em 2001, era apenas de 4,9), praticamente o mesmo que o Japão, mas muito longe dos 19,7 milhões de barris diários dos Estados Unidos (que representam cerca de 1/4 do consumo mundial). A China, em 2008, mantém e cimenta o 2º lugar como maior consumidor mundial de petróleo, representando cerca de 9% do consumo mundial (em 2002, consumia apenas 7% (Laurent, 2007: 193)).

Nas próximas duas décadas a dependência da China em abastecimentos de petróleo deverá aumentar substancialmente (ver figura 12).

¹⁰⁵ “A China que antes se movia à força dos pedais das bicicletas, está agora a passar para os automóveis” (Santos, 2008: 115).

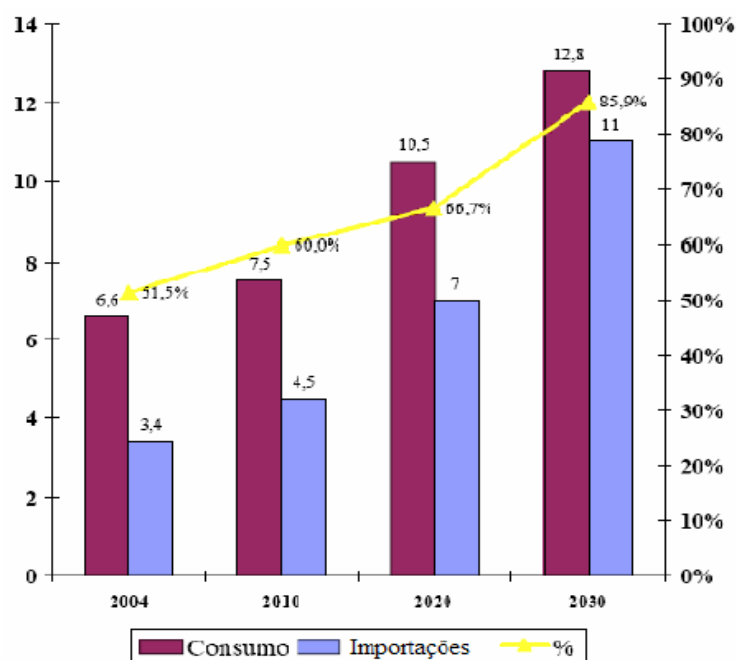


Figura 12: Dependência das Importações de Petróleo, 2004-2030

Fonte: (Bustelo, 2005: 17-Gráfico 9)

Na realidade, e apoiando-me nas ideias de Luís Tomé, a tendência aponta para o agravamento da dependência chinesa das importações de energia, nomeadamente do petróleo: estima-se que a parcela chinesa na procura mundial de energia passe dos actuais 15% para os 20%, em 2030, e que o seu *share* na procura mundial de petróleo ascenda dos actuais 8,5% para 11%, em 2030. Ou seja, o peso proporcional das importações no consumo total de energia na China aumentará ainda mais, podendo chegar, no caso do petróleo, aos 70-75% em 2020-2025 e aos 80-85% em 2030 (2008: 6).

Neste contexto, e tendo em consideração que a China importa actualmente cerca de 55% do total do petróleo que consome (*ibidem*; e IEA/AIE, 2008 e 2007), podemos verificar a sua forte dependência externa. Razão pela qual a energia se tornou num interesse vital para o desenvolvimento e a segurança da China: “a falta de petróleo e gás natural tornou-se um factor restritivo no desenvolvimento económico e social do nosso país”, conforme reconheceu o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao (cit. in Tomé, 2008: 6).).

Preocupado com esta dependência, o Governo chinês tem procurado tomar medidas: aumento das actividades de exploração no seu território; diversificação das fontes de energia e da origem das importações; criação e desenvolvimento de uma reserva estratégica de petróleo nas províncias de Zhejiang, Shandong e Liaoning, para um período de 75 dias, planeando reservas de emergência para os 90 dias padrão da AIE, até 2015, que previnam os efeitos perniciosos da oscilação dos preços do petróleo; aumento dos esforços no sentido de proteger as rotas marítimas de abastecimento vitais; lançamento de um gigantesco programa de investimentos na melhoria, reconversão e construção de infra-estruturas energéticas, como a

edificação de uma extensa rede de condutas e de refinarias capazes de receber crude proveniente do Golfo Pérsico (uma vez que 80% das importações chinesas de petróleo passam pelo Estreito de Malaca); apoio a uma vasta política de aquisições e fusões energéticas no estrangeiro, efectuadas pelos grandes conglomerados energéticos chineses, e abertura das explorações internas ao investimento externo (Tomé, 2006: 16 e 2008: 4).

Dispondo de um parque industrial antiquado e de uma mão-de-obra pouco qualificada, a China utiliza duas vezes mais energia que os outros países da Ásia - sete vezes mais que o Japão - para produzir uma unidade de PIB (a voracidade chinesa deve-se ao facto de o país consumir o dobro da média mundial para gerar 1000 dólares americanos de PNB (Laurent, 2007: 197)), tudo isto aliado a um gigantesco potencial aumento do consumo de energia, já que são muito poucos os imóveis aquecidos, o ar condicionado ainda é raro e o número de veículos automóveis por habitante é muito baixo. Hoje, por cada cem habitantes, existem na China dois automóveis (nos Estados Unidos são 50), mas estima-se que em 2040 este número possa aumentar para 29 (Vasconcelos, 2009: 73).

Segundo Laurent, podemos ainda apontar como uma das principais razões do forte crescimento do consumo de petróleo a penúria de electricidade. As regiões costeiras (onde estão concentrados 60% da produção chinesa e 75% dos investimentos estrangeiros privados na China), perante as dificuldades de abastecimento eléctrico, instalaram pequenos grupos electrogéneos, que consomem muito *fuel-oil* (2007: 194).

Daniel Yergin, do Cambridge Energy Research, lembrava: “*pela primeira vez na História, a Ásia, em 2005, consumiu mais energia do que a América do Norte e a Europa*” (Rampini, 2007: 228) e a China tornou-se, no início do milénio, o maior consumidor de petróleo de toda a Ásia e o segundo a nível mundial, apenas ultrapassado pelos EUA, sendo responsável por um terço do aumento global anual do consumo (Attali, 2007: 103).

Segundo as projecções da AIE, a procura chinesa deverá atingir cerca de 12 Mb/d em 2025 e as suas importações líquidas situar-se-ão à volta de 9,4 Mb/d; de acordo com as estimativas o consumo petrolífero chinês crescerá anualmente ao ritmo de 3% ao ano, chegando a 2030 com um consumo diário de 13 Mb (mais 55% que em 2008). Outro autor, Michel, vai mais longe e considera que as necessidades de petróleo da China são vertiginosas, apontando o ano de 2020 para que esta passe a importar diariamente entre 10 e 15 Mb, mais que a actual produção da Arábia Saudita e o equivalente a toda a produção africana (2009: 207).

Não obstante a China ter sido em 2008 o quinto maior produtor de petróleo do mundo, depois da Arábia Saudita, Rússia, Estados Unidos e Irão, ultrapassando o México e a Venezuela, o incremento no consumo exigirá um aumento significativo das importações.

Em 2005, as compras de petróleo da China no mercado mundial representavam um quarto das compras americanas, em 2007 representavam metade e em 2030 tanto quanto os Estados Unidos, de acordo com as estimativas da AIE (Wolton, 2008: 83). Temos, no entanto, de ter em consideração que o apetite da China está a aumentar a um ritmo que reduz ao ridículo as previsões dos próprios especialistas; em 2005 já consumia quase tanto petróleo como a AIE pensava que ela iria consumir em 2010 (Kynge, 2006: 160).

Para o país, o desafio é simultaneamente financeiro e estratégico. O efeito de tesoura entre a procura acrescida de ouro negro e a quebra de produção anunciada a nível mundial, devido ao esgotamento das jazidas conhecidas, terá inevitavelmente repercussões no preço do barril.

Um rápido olhar pela tabela dos indicadores de energia da China sugere que, se admitíssemos que o consumo e as reservas conhecidas permaneciam relativamente constantes, a China teria, grosso modo, petróleo para 10 anos (Vasconcelos, 2009: 70).

As reservas de petróleo localizam-se no interior do território, na sua região Oeste, que possui igualmente os maiores depósitos de gás natural e chumbo (Bednarz et al., 2008: 760) (ver figura 13).

Se o consumo de petróleo *per capita* na China for equivalente ao dos EUA, como se prevê, a China precisará diariamente, só para si, de 100 milhões de barris diários, uma produção que excede o total da produção mundial actual, que ronda os cerca de 85 Mb/d (Wolton, 2008: 137 e Vasconcelos, 2009: 95). Se a procura crescer ao ritmo actual, a China só por si - entre todos os países do mundo - consumirá em dez anos 100 % das actuais exportações mundiais, partindo-se do princípio de que não haverá aumento da procura em mais parte alguma do globo nem quebra da produção global (Kunstler, 2006: 112).

O petróleo é uma matéria-prima de importância estratégica. Desde a guerra no Iraque, os Estados Unidos reforçaram o seu controlo sobre o Médio Oriente e exercem, doravante, pressões sobre o Irão, um dos principais países produtores, o que criou uma incerteza ainda maior para os abastecimentos de petróleo da Ásia.



Figura 13: Distribuição territorial dos recursos energéticos
Fonte: Bednarz et al., 2008: 793.

A sede de energia orienta, portanto, grande parte da política externa e de segurança da China, preocupada em garantir, por um lado, o acesso às regiões ricas em recursos energéticos pelo desenvolvimento de relações com os países produtores e exportadores de petróleo e gás e, por outro, a segurança das rotas de abastecimento marítimo e dos oleodutos e gasodutos que fazem chegar a energia ao seu território (Tomé, 2008: 7). O crescente interesse e envolvimento chinês no Médio Oriente, na Ásia Central, em África ou na América Latina e a atenção que Pequim devota aos desenvolvimentos geopolíticos nessas regiões e também no Oceano Índico, no Atlântico Sul e no Sudeste Asiático ou nos Estreitos de Ormuz (50% do consumo de petróleo do mundo industrializado transitam pela *a veia jugular do Ocidente* (Laurent, 2007: 272)) e de Malaca e no Mar da China Meridional estão amplamente relacionados com preocupações de segurança energética, dado que as suas importações passam pelo Estreito de Malaca, uma via marítima apertada que pode ser facilmente cortada ou afectada por ataques terroristas ou acções de pirataria (Laurent, 2007: 199 e Tomé, 2008: 8).

Nos próximos anos, a China necessitará de petróleo pelo menos tão desesperadamente como os EUA, já que ergueu uma economia industrial que é, neste momento, o segundo maior consumidor de petróleo do mundo, tendo ultrapassado o Japão em 2003. As suas importações de petróleo duplicaram (Kunstler, 2006: 111). Mesmo a China está chocada e estupefacta por se ter tornado tão depressa tão dependente do mercado mundial do petróleo.

Diversos estrategas chineses têm argumentado que os investimentos devem privilegiar os países nos quais as empresas ocidentais não tenham muitas facilidades. Exemplos desta orientação são os acordos com os países que actualmente estão sujeitos a sanções económicas por parte dos EUA, impedindo os investimentos de empresas americanas (Pulido, 2004: 143). No entanto, quer a administração Bush, quer o Congresso, criticaram a «petro-diplomacia» chinesa, na qual as vendas de armas serviam muitas vezes para pagar as compras de petróleo (Laurent, 2007: 206).

Mas não restam muitas alternativas: a China tem de investir no estrangeiro devido à necessidade de diversificar os aprovisionamentos em petróleo e matérias-primas minerais (Gipouloux, 2006: 196), com o objectivo de assegurar o abastecimento da China em energia e matérias-primas. Esta necessidade está a levar a China a ser um actor cada vez mais activo no Médio Oriente, em África, na América Latina e mesmo no Canadá ou na Austrália, estendendo a sua influência a regiões onde confluem, desde há muito, interesses de outras grandes potências. As companhias chinesas percorrem o mundo à procura de petróleo e de matérias-primas, multiplicam os acordos com as repúblicas muçulmanas da ex-União Soviética, na primeira fila das quais se encontra o Cazaquistão, de modo a garantir fornecimentos regulares

em petróleo, e estão presentes em todos os lugares onde se trava uma batalha pela energia: negociam na Venezuela e estabelecem contactos em Angola e no Sudão.

O que aqui prevalece é a lógica mercantil. Os Chineses compram o petróleo no mercado internacional, provocando tensões sobre os preços (muitas das recentes oscilações no mercado mundial, como o aumento dos preços do petróleo, tiveram origem no comportamento das autoridades chinesas (Vasconcelos, 2009: 13)) e implicações profundas no equilíbrio geopolítico e estratégico a nível regional e mundial (Gipouloux, 2006: 241).

No entanto, o principal ponto de interrogação prende-se com o cálculo da necessidade de petróleo para alimentar o crescimento chinês. Segundo Zhao Xizheng, director-geral da empresa de produção de electricidade chinesa (a braços com uma emergência energética), quarenta ou cinquenta dólares por barril (provavelmente setenta e cinco, actualmente) são o último dos seus problemas (Rampini, 2006: 268).

Síntese Conclusiva

Foi possível constatar que os EUA basearam o seu desenvolvimento económico e a supremacia a nível mundial na abundância do petróleo comercializado a preços baixos, do qual são os maiores consumidores e importadores destacados, sendo os terceiros ao nível da produção. Por esta razão sempre encararam o petróleo como um recurso estratégico de fundamental importância, tendo constituído a sua reserva estratégica e decidido criar a Força de Intervenção Rápida e os seis comandos regionais do exército norte-americanos que se encontram espalhados pelo globo terrestre.

A extrema necessidade de importação (58% do consumo nacional) obriga os EUA a reforçar a sua presença externa, aumentando a sua influência em zonas consideradas energeticamente ricas, como o Golfo Pérsico, a Ásia Central e a África Setentrional. Além dos imensos custos inerentes à importação de onze milhões de barris de petróleo por dia, os EUA têm ainda de despender elevados recursos para a protecção das linhas de comunicação marítimas, para escoamento do petróleo das regiões anteriormente referidas. Não será, portanto, de estranhar os locais onde as suas tropas se encontram posicionadas no estrangeiro, pois estes têm como objectivo único a defesa dos interesses da América e dos seus aliados.

Por outro lado, a China esteve arredada dos grandes palcos durante grande parte do século XX, tendo renascido economicamente durante o último quarto de século e continuado a evoluir durante esta década com a velocidade de um *sprinter*, mas com capacidades inatas de um maratonista.

No entanto, este arranque fulgurante interfere com a generalidade dos seus pares e, principalmente, com o atleta à partida favorito, os EUA. Com um crescimento que não encontra paralelo na história moderna (cerca de 9,4% nos últimos trinta anos), este *Dragão, Panda ou Gorila* já começou a importunar os restantes animais, retirando-lhes a comida e obrigando-os a pagar mais por ela. E fruto do seu apetite desregulado, ameaça controlar o tratador e as origens dos alimentos, colocando em causa a normal distribuição e as quantidades previamente estabelecidas. Para agravar ainda mais a situação, mesmo sabendo das suas necessidades e o local onde se encontra, não lhe consegue proporcionar mais alimento. Como tal, não tenhamos dúvidas, para continuar a crescer e a saciar de uma forma voraz as suas necessidades, este animal vai esforçar-se por chegar primeiro, gastar mais energia, subornar os outros se necessário, para conseguir obter o máximo de víveres possível, até que vai chegar a uma altura em que irá interferir directamente com o Leão e aí vão ter de decidir se se confrontam ou se cooperam.

Esta fábula serviu para encerrar este capítulo, relevando a iminência do esgotamento do petróleo, a necessidade dos EUA continuarem a garantir a sua quota-parte e a carência e urgência da China de aumentar as suas importações em virtude do elevado consumo. Serviu ainda para lançar as bases dos dois próximos capítulos. De seguida vamos verificar os locais onde estas duas grandes potências se encontram em disputa, assim como as necessidades da China para diversificar as importações do Médio Oriente e garantir a segurança aos abastecimentos por via marítima. Depois, no terceiro capítulo, iremos tentar verificar se a China e os EUA têm mais vantagens em cooperar ou em iniciar conflitos para controlar este recurso estratégico.

*“Negócios são negócios.
Tentamos separar a política dos negócios”¹⁰⁶*

Zhou Wenzhong

(Cit. por Kynge, 2006: 265, Zakaria, 2008: 116 e Michel, 2009: 50)

Capítulo III – Palcos de disputa petrolífera EUA-China

Desde a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, em finais da década de 70, o Partido Comunista Chinês define a sua legitimidade em termos de proporcionar crescimento e usar o seu poder económico como alavanca para alcançar uma maior proeminência internacional. Apesar de não poder atingir uma coisa nem outra sem petróleo, a verdade é que pode importar o suficiente para colmatar o défice. Porém, o facto de depender de uma matéria-prima estrangeira em 55% das suas necessidades coloca Pequim numa posição seriamente desconfortável. De facto, o crescimento e a legitimidade da China dependem por completo do abastecimento de uma fonte de energia em grande parte controlada por regimes instáveis, hostis ou na esfera de influência do seu concorrente estratégico, os EUA. Espicaçadas por este desconforto, Pequim e as suas grandes companhias petrolíferas estatais têm vindo, com uma urgência crescente desde que, em 1992, o país se tomou um importador líquido de petróleo, a consolidar linhas de fornecimento e a reduzir a sua vulnerabilidade por todos os meios ao seu alcance. Obviamente com pressa e claramente necessitada, em virtude da forte carência energética, a China pagou quase sempre um prémio significativo sobre o preço de mercado das reservas que conseguiu comprar (Kynge, 2006: 166).

Com o imperativo de prover as suas necessidades, a China, mercê de recursos próprios insuficientes para a satisfação das taxas de desenvolvimento económico que estão perseguindo, veio acentuar o conflito estratégico e diplomático com os Estados Unidos (Rodrigues, 2006: 147). Como não tem tréguas nas decisões relativas aos seus abastecimentos, Pequim teve de fazer acordos que lhe dessem acesso aos recursos à medida que eles fossem estando disponíveis, onde quer que se encontrassem.

As relações entre os EUA e a China, no que respeita à questão dos abastecimentos de petróleo, são bastante mais importantes do que é geralmente admitido, pois a China está a aumentar rapidamente as importações desta matéria-prima. Os EUA levaram quarenta anos a passar da auto-suficiência nos abastecimentos de produtos petrolíferos à necessidade de importarem 50% do petróleo que consomem. A China está a levar cerca de metade desse período e chegará à mesma situação por volta de 2010. Assegurar a importação de petróleo foi

¹⁰⁶ Em 2004, Zhou Wenzhong, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, ao explicar a posição do seu país usou de franqueza: *“Negócios são negócios.”* Michel reforça esta posição referindo como exemplo o caso de África, onde os Chineses estão em vias de mostrar ao Ocidente que se pode fazer negócios rentáveis. Segundo o autor, os ocidentais sofrem de uma visão humanitarista. As únicas histórias africanas que têm são genocídios, doenças, violações, limpezas étnicas, ou seja, as piores atrocidades que os homens podem infligir. Os chineses não têm limitações mentais, vão para África fazer negócios (2009: 50).

a principal razão que levou a China a estabelecer acordos substanciais de longo prazo com o Irão, sendo também o principal motivo por detrás do objectivo do Pentágono: o desejo de «segurar» o Golfo Pérsico (Abbott, 2007: 41).

Aliás, os Estados Unidos queixam-se por vezes da China¹⁰⁷ por, deste modo, minar o esforço de isolamento e as sanções norte-americanas em países seus rivais, Estados pouco fiáveis, ou que Washington designa como Estados falhados¹⁰⁸, ou pária¹⁰⁹, em África e na Ásia Central (Zweig et al, 2005: 31, Soros, 2008: 289 e Vasconcelos, 2009: 266). Segundo Fukuyama, os Estados fracos ou falhados são uma das maiores fontes da actual instabilidade global (2006: 19), daí que a América assista, com crescente irritação, à celebração por Pequim de acordos que interferem com os seus interesses vitais ou ameaçam as suas linhas de abastecimento tradicionais.

Na sua busca de energia e de outras matérias-primas, a China está a tornar-se patrocinadora de regimes pouco fiáveis. De facto, é o principal parceiro comercial e protector da ditadura militar de Mianmar, elogiou o presidente do Uzbequistão após o massacre de Andijan e conferiu um título honorífico a Robert Mugabe¹¹⁰. É o principal comprador do petróleo do Sudão e concedeu um grande empréstimo a Angola, quando o FMI se recusou a fazê-lo (Soros, 2008: 278).

Noutras paragens, não se trata de a China se intrometer nos canais de abastecimento dos Estados Unidos, mas de, na sua ânsia de garantir fornecimentos, estar a tecer laços com países que Washington isolou por razões de estratégia. O Sudão é um caso paradigmático. Em 1997, quando o governo predominantemente muçulmano de Cartum desencadeou uma guerra sangrenta contra os rebeldes cristãos do sul, Washington proibiu as empresas americanas de operar neste país da África Oriental. Esta situação deixou o caminho livre para a China ir abastecer-se nas suas reservas de petróleo. Desde então, o Sudão tornou-se o maior projecto petrolífero da China no estrangeiro e esta transformou-se no maior fornecedor de armas do Sudão. Tanques, aviões de caça, bombardeiros, helicópteros, metralhadoras e lança-granadas-foguete, tudo de fabrico chinês, vieram dar novo impulso à guerra civil entre o Norte e o Sul

¹⁰⁷ Em 2006, o Council on Foreign Relations (CFR), no seu relatório sobre a necessidade de Washington aumentar a sua influência em África, elaborou um capítulo duro acerca da China. Acusa Pequim de apoiar Estados canalhas (*Rogue States*), visando o Zimbabué e o Sudão, e de exercer a sua influência contra as pressões ocidentais que exigem dos Estados africanos uma melhoria dos direitos humanos e em matéria de boa governação (Michel, 2009: 240).

¹⁰⁸ A ameaça por parte destes estados para a comunidade internacional advém da fraqueza dos seus governos. Como exemplo são apresentados a Somália, o Zimbabwe, o Sudão, o Chade, a Rep. Democrática do Congo, o Iraque e o Afeganistão (Foreign Policy e Sherman, 2003).

¹⁰⁹ São considerados como ameaças na National Security Strategy dos EUA. Como exemplo podemos apresentar o Irão (Foreign Policy e Sherman, 2003).

¹¹⁰ No Zimbabué, depois de americanos e europeus se terem retirado do país por causa da reforma agrária e do registo negativo do país em matéria de defesa dos direitos humanos, a China participa no capital de empresas que exploram no país matérias-primas e obtém facilidades a troco de apoio político, fornecimento de equipamento militar, etc.

do país, que já dura há duas décadas. Entretanto, o dinheiro para comprar as armas vinha das receitas do petróleo, geradas em grande parte pelas actividades da companhia estatal China National Petroleum Corporation (CNPC).

Do Irão à Líbia, do Canadá à Austrália, a diplomacia chinesa vai sitiando, silenciosamente, a Europa e os Estados Unidos, para garantir o acesso aos recursos naturais e às matérias-primas estratégicas. Até agora, a situação ainda não reavivou a dinâmica da Guerra-fria, em que as grandes potências disputavam os países do terceiro mundo para as respectivas áreas de influência, mas existem condições para que tal venha a acontecer.

Tomemos como exemplo a Venezuela, país da América Latina que é o décimo maior produtor mundial de petróleo e o oitavo maior exportador. Recentemente, Chávez começou a procurar clientes alternativos para as exportações de petróleo e a China está no topo da lista. A Venezuela de Hugo Chávez, forte opositora dos EUA, pediu mesmo aos chineses assistência militar em troca de petróleo¹¹¹. A Venezuela deverá em breve aumentar em muito as suas exportações de petróleo para a China¹¹². Atendendo a que a Venezuela é um importante fornecedor de petróleo dos Estados Unidos, vendendo perto de três Mb/d à superpotência mundial, se vierem a ser assinados acordos de fornecimento a longo prazo, eles poderão ser honrados à custa dos fornecimentos aos Estados Unidos e Washington já está em brasas.

De acordo com James Contiente, a ex. Secretária de Estado americana Condoleezza Rice, afirmou que os Estados Unidos “*saúdam a ascensão de uma China confiante, pacífica e próspera*”, mas esperam que ela “*saiba e queira fazer reflectir as suas crescentes capacidades nas suas responsabilidades internacionais*” (2006: 262). Dito de outra forma, não querem ver Pequim fazer amizade com os rivais de Washington para desviar os abastecimentos de petróleo que sustentam o crescimento da América.

*“Em diplomacia de Estado a Estado não
existe amizade, apenas interesses comuns”
(Kynge, 2006: 116)*

III.1. Fontes Produtoras

Mas porquê esta região e porquê agora? É em parte também porque esta região, que vai do Médio Oriente ao Cáspio, constitui a elipse estratégica mundial dos hidrocarbonetos, com cerca de 70% das reservas conhecidas que restam de petróleo. Ora, no espírito dos estrategas,

¹¹¹ Segundo fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros Venezuelano, pretende-se com esta acção ajudar a construção de um mundo multipolar, com centros de poder que visem balancear o actual poderio hegemónico dos EUA. É nesta linha de actuação que se insere o estreitar de relações com a China, com a qual Caracas assinou em 2001 oito acordos bilaterais de cooperação no sector comercial, energético, cultural e tecnológico (Pulido, 2004: 188).

¹¹² Em 2004, Chávez visitou Pequim, onde teve uma recepção calorosa e assinou acordos que podem representar investimentos chineses de 3 mil milhões de dólares no sector petrolífero da Venezuela, o dobro do montante actual. Em 2005, a nova afinidade continuou com o vice-presidente Zeng Qinghong a ser calorosamente recebido por Chávez em Caracas. O presidente da Venezuela disse a Zeng que o seu país tinha um “*extremo interesse em tornar-se um fornecedor seguro de petróleo e seus derivados à RPC*” (Vasconcelos, 2009: 98).

o petróleo não é apenas uma fonte de energia, é também um instrumento de poder.

Os Estados Unidos aspiram, de maneira mais vasta, ao controlo da «elipse energética estratégica mundial» que reúne o Golfo Pérsico ao mar Cáspio e se prolonga pela Ásia Central. Segundo eles, aquele que controlar os recursos petrolíferos do Golfo Pérsico controla a economia mundial e possui, por seu intermédio, o mais poderoso meio de pressão sobre qualquer eventual potência rival (Lopez, 2006: 168 e 175) (ver figura 14).

A economia mundial em crescimento acelerado depende do petróleo, as reservas estão a esgotar-se e os EUA encontram-se envolvidos numa temerária escalada política, procurando conseguir que o petróleo continue a fluir livremente (Klare, 2004: 37).

A generalidade dos estudos estima que o consumo de petróleo venha a aumentar exponencialmente nas décadas vindouras. À medida que esta dependência energética se acentue, a necessidade da China se envolver na disputa energética a nível internacional aumenta. A este facto não são alheias as aproximações que Pequim tem encetado aos Estados produtores de petróleo como a Indonésia, o Irão, o Sudão e a Arábia Saudita (Cardoso, 2008: 114).



Figura 14 – Elipse energética estratégica mundial

*“Para se ser alguém no mundo do petróleo,
há que ter um pé no Médio Oriente.”
(Laurent, 2007: 86)*

III.1.1. Médio Oriente

A região do Golfo Pérsico ocupa uma centralidade proeminente no âmbito da geopolítica do petróleo. Os Estados ali localizados detêm cerca de 65% das reservas mundiais com existência comprovada e muitos estão entre os maiores produtores e exportadores de petróleo a nível mundial. Para além da força dos números, esta região apresenta outras vantagens facilmente identificáveis. As exigências técnicas na exploração são menores e os custos de produção são significativamente mais baixos quando comparados com os de outras áreas produtoras. Por outro lado, os países produtores de petróleo do Golfo detêm bastantes facilidades na colocação dos seus recursos no mercado, factor que constitui um obstáculo para o desenvolvimento de explorações noutras regiões. Acresce ainda referir que o essencial da capacidade adicional de produção de petróleo existente no mundo está concentrado nos países do Golfo Pérsico, com destaque para a Arábia Saudita e, em menor dimensão, para o Kuwait e

para os Emiratos Árabes Unidos (Tomé, 2008: 7-8).

No ano 2003, os países exportadores do Golfo Pérsico supriram cerca de 40% da totalidade das importações chinesas de petróleo. Em 2004, 45% do total de petróleo importado pela China veio do Médio Oriente: a Arábia Saudita com 14%, Omã com 13% e o Irão com 11% foram os principais fornecedores de petróleo do Médio Oriente à China (Vasconcelos, 2009: 98)¹¹³.

As estimativas disponíveis indicam que esta dependência irá acentuar-se, substancialmente, ao longo dos próximos anos. O Departamento de Energia dos EUA estima que, em 2025, perto de 70% das importações chinesas de crude virão dos grandes produtores do Golfo Pérsico pertencentes à OPEP. Quer em termos económicos, quer em termos estratégicos, a evolução descrita torna a região do Golfo vital para Pequim. Actualmente, a estratégia chinesa para o Médio Oriente parece passar não por procurar uma influência estratégica que ameace a dominação americana, mas antes por assegurar a estabilidade regional no sentido de evitar perturbações na produção de crude e nos fluxos petrolíferos, assim como aprofundar as relações económicas e comerciais. Esta posição tendente a evitar o confronto directo com os Estados Unidos, que dominam estratégica e militarmente o Médio Oriente, pode ser interpretada como uma questão de prudência, até porque Pequim não possui poderio marítimo e militar que possa colocar em causa a dominação americana na região (Pulido, 2004: 232).

A centralidade da energia faz com que, paradoxalmente, no muito complexo xadrez geopolítico do Médio Oriente, as relações de Pequim com os governos da região pareçam relativamente simples: sem disputas essenciais entre si, a ressurgente China procura avidamente o que aqueles controlam em abundância, isto é, o petróleo. Porém, as interacções entre a China e os países do Médio Oriente, bem como os respectivos interesses, políticas, estratégias e cálculos mútuos envolvem bem mais do que a compra e venda de energia: armamentos, investimento e comércio não-energéticos, ambições e rivalidades regionais e globais, segurança, interesses e relacionamentos respectivos com outros grandes actores (nomeadamente, a superpotência Estados Unidos) e peso relativo da China nos assuntos regionais e da região na globalidade da política externa de Pequim são aspectos que influenciam e marcam profundamente a interface China-Médio Oriente (Tomé, 2008: 1).

A China baseia-se no princípio de que não tem nenhum conflito de interesses essencial com qualquer país do Médio Oriente, pelo que procura desenvolver laços cooperativos com

¹¹³ O Médio Oriente, onde se concentra a maior parte das reservas conhecidas, fornece cerca de 50% do petróleo mundial, embora a dependência do petróleo do Médio Oriente não se faça sentir por igual: os Estados Unidos abastecem-se no Médio Oriente de apenas 20% do total das suas importações de petróleo; já as importações da Europa dependem em mais de 40% do petróleo do Médio Oriente e as do Japão praticamente em 80%.

todos sem ser percebida como adversária por nenhum. Os interesses chineses são, evidentemente, mais relevantes nuns casos do que noutros, mas sem que algum valha os riscos associados à “parcialidade” nos conflitos regionais. Por outro lado, a China tem interesse na estabilidade regional e apresenta-se como “estabilizadora”, mas, se a situação se degradar e o Médio Oriente descambar no caos, espera que sejam outros primeiramente a intervir (Tomé, 2008: 21).

Em conformidade com os seus objectivos globais, o crescente envolvimento da China no Médio Oriente é largamente orientado por motivações económico-comerciais: garantir o acesso à energia e aos mercados da região. Para a China, o Médio Oriente rico em petróleo representa a mais importante fonte de abastecimento para suprir a sua crescente dependência de energia externa. Paralelamente, sendo o crescimento chinês baseado na internacionalização, Pequim encara o Médio Oriente enriquecido, de uma maneira geral, à custa da venda de energia, como um mercado atractivo quer para a colocação das exportações (incluindo armamentos) e dos investimentos chineses, quer para a atracção de investimentos na China (Tomé, 2008: 3).

O fortalecimento de laços cooperativos no Médio Oriente é visto, portanto, essencialmente, como um forte contributo para a segurança energética e o desenvolvimento económico da China, sendo os seus outros interesses (políticos, militares e diplomáticos regionais) relativamente subsidiários. Ainda assim, o reforço desses laços favorece outros interesses da China: permite-lhe expandir as *relações mutuamente produtivas* e motivar todos os actores regionais, residentes e não residentes, a desenvolverem com ela relações cooperativas; para além disso, aumenta o seu estatuto regional e internacional (Idem: 3).

Tendo por base o interesse energético-comercial, a política da RPC no Médio Oriente reflecte outras duas preocupações fundamentais. A primeira é o desenvolvimento de relações amigáveis e produtivas com *todos* os países da região, o que requer uma postura de neutralidade nos conflitos e disputas entre os países do Médio Oriente e uma política verdadeiramente omni-direccional. A segunda é a projecção da ambicionada *multipolaridade*, mas sem antagonizar os proeminentes EUA, o que implica alguma contenção nas suas manobras “anti-hegemónicas” e a gestão hábil dos seus interesses regionais no quadro dos interesses globais e de uma agenda bilateral com Washington muito mais vastos e, genericamente, prioritários (Tomé, 2008: 4).

Por seu lado, os povos e governos do Médio Oriente, à semelhança do resto do mundo, estão impressionados com a ressurgência da China, ainda para mais mostrando esta conseguir um elevado crescimento económico sob um regime autoritário, aspecto comum a muitos regimes da região. Assim, globalmente, a China representa, por um lado, um novo e extraordinário cliente

energético e parceiro comercial e, por outro, uma oportunidade política suplementar às tradicionais relações com outras grandes potências e actores “externos” (Idem: 4).

De uma maneira geral, todos os povos e governos do Médio Oriente olham a China como amigável; a China é percebida agora mais como um poder *status quo*, sem conflitos nem disputas essenciais com qualquer país da região, sem aliados nem adversários regionais e sem a agenda política de outros “actores extra-regionais”. Sentem-se particularmente confortáveis com a abordagem chinesa de “não intromissão nos assuntos internos” e de se concentrar, sobretudo, em fazer negócios e investir nas relações comerciais em vez de tentar fortalecer certos grupos da sociedade civil e reclamar reformas internas. Apreciam ainda a pragmática “diplomacia sim-sim” chinesa, isto é, desenvolver as áreas de interesse mútuo deixando de lado as questões susceptíveis de divergência (Ibid: 4).

Neste contexto, e seguindo de perto as teses do co-orientador deste estudo, concordamos que a China não tem o peso e o papel dos EUA no Médio Oriente, mas a percepção regional é de que será cada vez mais relevante podendo ser fonte de estabilidade ou de instabilidade, pelo que é um parceiro a ter do “seu lado” e a evitar alienar a todo o custo, por razões económicas, políticas e estratégicas. A RPC é um actor regional relativamente recente mas, na visão da generalidade dos povos e governos do Médio Oriente, um bom investimento no seu futuro (Tomé, 2008: 5).

Em termos concretos, a segurança do abastecimento de petróleo – devido à concentração das reservas petrolíferas no Médio Oriente e à concorrência cada vez mais intensa entre os EUA e a China – perspectiva que esta região continuará a ser palco de profunda instabilidade e de conflitos, uma situação que seria grandemente facilitada se a dependência em relação ao petróleo diminuísse de forma substancial (Abbott, 2007: 46).

III.1.1.1. Arábia Saudita

A relação entre Pequim e Riade conheceu um forte incremento, sobretudo desde o final dos anos 1990, altura em que a Arábia Saudita intensificou esforços de diversificação externa da sua economia e a China redobrou esforços na procura de fontes de abastecimento externo de petróleo: em 1999, durante a visita do então Presidente chinês Jiang Zemin à Arábia Saudita, foi assinado um acordo de Cooperação Estratégica no domínio do Petróleo. Desde então, o relacionamento energético e comercial Sino-Saudita expandiu-se enormemente. Nos últimos anos, a Arábia Saudita compete com Angola na posição de maior fornecedor de petróleo à China, representando cerca de 17% das importações chinesas de petróleo e mais de meio milhão de barris/dia; até ao fim da presente década, chineses e sauditas esperam que este número duplique (Tomé, 2008: 27; ver também Blumenthal, 2005 e Winning, 2008).

Para a China, o grande interesse nesta relação decorre, evidentemente, do facto da Arábia Saudita ser o maior produtor mundial e ter as maiores reservas mundiais de petróleo, a que se somam outras vantagens: apresenta uma situação política estável e um sector energético desenvolvido, organizado e capitalizado, ao contrário, por exemplo, do Iraque ou do Irão, cujos fornecimentos energéticos são severamente afectados pela instabilidade política e pelo subdesenvolvimento das respectivas infra-estruturas energéticas (Tomé, 2008: 26).

Para a Arábia Saudita, que procura, essencialmente, mais mercados consumidores, a ressurgente China representa uma excelente alternativa aos EUA ou à Europa, razão pela qual, recentemente, o rei da Arábia Saudita foi em peregrinação a Pequim - o seu segundo cliente, imediatamente a seguir aos Estados Unidos - para homenagear a nova superpotência que está a açambarcar jazidas petrolíferas em todos os Continentes.

Para a monarquia autoritária de Riade, os laços com a China permitem-lhe ganhar mais margem de manobra face às pressões de Washington – sobretudo, perante os esforços americanos de democratizar o “Grande Médio Oriente” e, portanto, de incitar a reformas políticas internas e a um maior respeito pelos direitos humanos na Arábia Saudita. Neste sentido, Riade aprecia a política chinesa de estrita “não-interferência nos assuntos internos” sauditas e de se concentrar nos interesses mútuos. Esta situação abriu uma janela de oportunidade para a China incrementar laços com a Arábia Saudita, interessada no petróleo e no mercado sauditas, mas espreitando a hipótese de promover outros interesses (Idem: 28).

Naturalmente, os investimentos mútuos, fundamentalmente no sector energético, dispararam nos últimos anos. Por exemplo, em 2004, a China Petroleum and Chemical Corporation (SINOPEC)¹¹⁴ juntou-se à Companhia Petrolífera Américo-saudita (ARAMCO) e à americana ExxonMobil para um investimento de 3,5 mil milhões USD numa refinaria em Quanzhou, província chinesa de Fujian, com o objectivo de triplicar a capacidade de produção daquela refinaria e permitindo-lhe processar crude *sujo* saudita. No ano seguinte, a Sinopec e a Aramco juntaram-se para um novo investimento de 300 milhões USD na exploração de um campo de gás natural no deserto de Rub al Khali, na Arábia Saudita, estando ambas também envolvidas no projecto para a construção de uma outra refinaria em Qingdao, província chinesa de Shandong, no valor de 1,2 mil milhões USD. Em 2006, os dois Governos acordaram a construção de um enorme complexo para acolher reservas de petróleo na ordem dos 63 milhões de barris, na ilha chinesa de Hainão (Ibid: 27).

Consequentemente, Pequim e Riade desenvolveram o diálogo político entre si, encontrando terreno comum em questões como o Iraque e o programa nuclear do Irão. Ainda

¹¹⁴ Segunda maior companhia petrolífera chinesa, depois da CNPC.

assim, é prudente ter em perspectiva a importância comparativa da China nas exportações petrolíferas Sauditas: é que a Arábia Saudita exporta uma média de 500 mil b/d de petróleo para a China, mas exporta sensivelmente o triplo (1500 Mb/d) para os EUA ou o Japão, sendo este último o seu maior cliente.

Uma vez mais, apoiando-me nas teses e ideias do co-orientador deste trabalho, somos da opinião que a aproximação e os novos laços sino-sauditas constituem um novo desafio para os EUA, embora tanto Pequim como Riade procurem evitar que a sua crescente cooperação seja entendida como antagónica aos interesses dos EUA no Médio Oriente. Para a Arábia Saudita, os EUA têm uma importância comercial e, sobretudo, estratégica muito superior à da China, incluindo a segurança energética e a “cobertura” face às ambições geopolíticas do rival Irão que, por sinal, é tradicionalmente próximo de Pequim. Para a RPC, os EUA têm uma importância económica e política incomparavelmente superior à da Arábia Saudita, o que não impede Pequim de promover e tentar articular os seus interesses com Riade. Nesta conformidade, o relacionamento China-Arábia Saudita, além dos interesses económico-energético-comerciais mútuos, tem para ambas uma utilidade política suplementar em termos de estatuto regional/internacional e, essencialmente, na interacção de cada uma com os EUA, numa autêntica triangulação Washington-Pequim-Riade (Tomé, 2008: 30).

III.1.1.2. Iraque

A intervenção militar americana e britânica no Iraque (2003), que derrotou o regime dirigido por Saddam Hussein, veio alterar o enquadramento do Iraque no sistema internacional e, conseqüentemente, lançou as bases para que o país possa assumir, durante os próximos anos, uma posição de relevo no âmbito dos mercados petrolíferos mundiais (Pulido, 2004: 212).

Quando a segurança voltar ao Iraque, isto é, num horizonte imprevisível, visto os cenários de evolução serem muitos e incertos, é contudo provável que os contratos de exploração vão parar às mãos dos que mais oferecerem, em termos de licitação de ofertas, sem considerar que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha irão procurar, indirectamente, fazer-se pagar em petróleo, por interpostas companhias, pelo seu esforço de guerra (Lopez, 2006: 349).

O interesse chinês no Iraque resulta, principalmente, deste ter no seu território as terceiras maiores reservas petrolíferas mundiais. No entanto, o sector energético iraquiano é relativamente pouco desenvolvido, pelo que as suas capacidades de produção são bastante limitadas. Ou seja, o Iraque tem muito petróleo para extrair e precisa de elevados investimentos nas suas infraestruturas energéticas para potenciar a sua produção (Tomé, 2008: 23).

A atitude relativamente cooperativa Sino-Americana em relação ao Iraque manteve-se no período pós-Saddam, dando a sensação de que os EUA estão agora a incluir a China como *constructive power* na reconstrução e desenvolvimento do Iraque, precavendo os interesses de ambas as potências, o que certamente facilita o relacionamento Pequim-Bagdade. Efectivamente depois da suspensão dos acordos petrolíferos sino-iraquianos no seguimento da Guerra do Iraque, em 2003, a China está de regresso aos negócios petrolíferos neste país (Idem: 25).

Entretanto, a China passou a procurar aceder ao petróleo no Curdistão norte-iraquiano, que goza, desde 2003, de uma quase independência. Esta região detém cerca de 40% do total das reservas petrolíferas do Iraque, existindo uma maior segurança face ao terrorismo sectário (Ibid: 26).

III.1.1.3. Irão

Em termos geográficos, o Irão ocupa uma posição estratégica. As suas fronteiras bordejam duas das principais áreas produtoras de recursos energéticos, o Mar Cáspio, a norte, e o Golfo Pérsico, a sul, e duas regiões importantes por constituírem rotas de escoamento dos recursos em direcção aos mercados internacionais, o Cáucaso, a noroeste, e as águas do Golfo Pérsico e Mar Árábico, a sul e sudoeste. Esta localização geográfica, que desde logo impressiona se levarmos em consideração que o Irão possui fronteiras terrestres e marítimas com quinze Estados, concede ao país¹¹⁵ vastas possibilidades de actuação e de influência em diferentes áreas estratégicas (Pulido, 2004: 195).

Se analisarmos o posicionamento estratégico do poder militar e da influência americana no quadro regional verificamos que os Estados Unidos estão presentes militarmente em vários países da região do Cáspio e da Ásia Central, que foi reforçada no âmbito da intervenção armada no Afeganistão e através dos laços estratégicos estabelecidos com o Paquistão. A intervenção Americana no Iraque deixou o Irão completamente isolado em termos regionais.

A relação da China com o Irão (outro país do topo da lista de Estados-pária dos Estados Unidos) é a mais preocupante de todas as que tem no Médio Oriente, uma vez que o Irão, alcançando a condição nuclear, é tido por ameaça pela maioria dos vizinhos Países Árabes, bem como, obviamente, por Israel e pelos EUA (Tomé, 2008: 30).

O Irão vê nos laços com a China uma excelente forma de atenuar a pressão Ocidental, romper o isolamento internacional e ampliar a sua margem de manobra externa, procurando capitalizar a influência política da China em seu favor. Conjuntamente, o Irão procura na ressurgente China um mercado para escoar a sua energia, atrair investimentos de que

¹¹⁵ A sua superfície, o seu relevo, a sua população e a sua localização fazem do Irão uma potência regional incontornável para Washington (Lopez, 2006: 363).

urgentemente precisa e adquirir armamento. Por seu lado, encarando há muito Teerão como uma grande potência regional, Pequim tem no proveitoso relacionamento com o ostracizado regime uma oportunidade para se abastecer de petróleo, vender armamentos e rentabilizar o seu estatuto junto de outros actores, nomeadamente os EUA. O desafio chinês tem consistido, em incrementar os laços energéticos, comerciais e políticos com o Irão sem alienar o “cooperativismo produtivo” com os EUA e com outros países da região (Idem: 30).

Parte significativa do relacionamento China-Irão passa, inevitavelmente, pelos interesses energéticos mútuos; Teerão está desesperado por ter clientes energéticos firmes e por atrair investimentos que lhe permitam desenvolver e aumentar a capacidade de exploração, produção e refinação – entre as poucas possibilidades que se lhe oferecem, a disponível e grande RPC é extraordinariamente atractiva; por seu lado, a China tem no Irão uma oportunidade ímpar para suprir parte substancial das suas carências energéticas e expandir os seus investimentos, tanto mais que, quer a China enquanto cliente energético, quer as companhias chinesas enquanto investidoras, têm no Irão muito menos concorrência do que em qualquer outro local do Médio Oriente e até do mundo (Ibid: 31).

Todas estas condições contribuem significativamente para que, nos últimos anos, a RPC seja o principal cliente energético do Irão e que este seja um dos seus principais fornecedores de energia, variando entre a terceira e a quarta posição e representando entre 13% e 15% do total das importações energéticas chinesas, sendo já um parceiro crucial em termos de recursos naturais motivo pelo qual são explicados os avultados investimentos chineses no sector energético iraniano (Ibid: 31). Provavelmente o mais significativo destes investimentos é o Memorando de Entendimento no valor de 70 mil milhões USD (o maior contrato de energia alguma vez celebrado por um membro da OPEP), assinado, em 2004, entre Teerão e a Sinopec chinesa, pelo qual esta comprará 250 milhões de toneladas de gás natural liquefeito (GNL), durante um período de 25 anos (10 milhões por ano). A Sinopec desenvolverá em parceria com uma participação de 51%, uma das maiores instalações de extracção petrolífera iranianas em Yadavaran, no Sudoeste do Irão, cujas reservas confirmadas se calculam em 3 mil Mb (Lopez, 2006: 376), comprometendo-se Teerão a exportar 150.000 b/d de crude, a preços de mercado, para a China, durante vinte e cinco anos. No final dos trabalhos realizados pelos chineses, serão extraídos daquela jazida até 300.000 b/d. Em Dezembro de 2007, foi assinado o contrato no valor de 2 mil milhões USD para a primeira fase de desenvolvimento do complexo de Yadavaran.

Neste contexto, o incremento das relações da China com o Irão revela também o pragmático sentido oportunista de Pequim e sugere uma postura chinesa de antagonismo face

aos EUA. Esta ideia é reforçada pelo aparente “escudo diplomático” que a RPC tem dado ao regime de Teerão ao longo dos anos, na medida em que, constantemente, tem atrasado a aprovação de resoluções e/ou evitado que estas contenham uma linguagem mais veemente e sanções mais penalizadoras para o Irão (Tomé, 2008: 31).

Como corolário, e apoiados nas ideias do co-orientador, concordamos que a China alcançou um estatuto tal junto da generalidade dos países do Médio Oriente, bem como dos outros actores envolvidos (EUA, Rússia e UE), que esta é genericamente receptiva a um maior papel da China na resolução desta questão, como que validando o seu estatuto de grande potência internacional e também o seu *peaceful rise* (Idem: 31).

“A região do Cáspio possui, actualmente, as segundas ou as terceiras maiores reservas de petróleo do mundo.”
(Pulido, 2004: 95)

III.1.2. A Região do Cáspio

Os EUA nunca esconderam o seu especial interesse pela região, conscientes de que o novo mapa da Ásia Central, surgido após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), lhe abria um conjunto de oportunidades que não podiam desaproveitar. Os recursos energéticos ali situados estavam já no centro das atenções. A política de diversificação das importações de petróleo e redução da dependência dos recursos do Golfo Pérsico levada a efeito pelos EUA elevou a região do Cáspio à condição de estrategicamente vital para Washington (Pulido, 2004: 107).

O interesse de Washington pelos recursos energéticos do Cáspio tem sido evidente. Com o intuito de reduzir as consequências económicas de futuros sobressaltos e da instabilidade nas regiões produtoras, a diversificação geográfica da produção de petróleo consubstancia um objectivo fundamental para os EUA.

No entanto, os recursos energéticos do Mar Cáspio e da Ásia Central (Cazaquistão, Turquemenistão, Azerbaijão e o Uzbequistão) foram descritos como uma hipérbole. Estes materializavam a última região petrolífera inexplorada no Mundo e a sua abertura gerou grande excitação entre as companhias petrolíferas. Os EUA, na década de 90, calcularam que as suas reservas de petróleo se situavam entre os 100 a 150 biliões de barris. Na realidade, as reservas possíveis são agora estimadas em 50 biliões e as comprovadas entre 16 e 32 biliões de barris (Rashid, 2001: 180).

Apesar das incertezas que ainda persistem quanto à real capacidade da região para se colocar entre as áreas do globo mais importantes ao nível da produção de hidrocarbonetos, diversos especialistas, grandes empresas petrolíferas, estados ocidentais e, sobretudo, vários governantes dos países ali situados não têm dúvidas e afirmaram por diversas ocasiões que a

zona do Mar Cáspio é “*o novo Golfo Pérsico*” (Pulido, 2004: 94).

A disputa pelo petróleo entre as grandes potências foi comparada à do Médio Oriente, nos anos 20. Hoje a Ásia Central é um enorme e complexo pântano com interesses concorrentes. Grandes potências como a Rússia, a China e os Estados Unidos, os vizinhos Irão, Paquistão, Afeganistão e Turquia, os próprios Estados da Ásia Central e os intervenientes mais poderosos de todos, as companhias petrolíferas, concorrem naquilo a que foi chamado *O Grande Jogo*. O Grande Jogo de hoje é também entre impérios em expansão e contracção. Os EUA estão a forçar a entrada na região à custa de propostas de oleodutos com rotas que não passam pela Rússia. Por seu lado, a China quer garantir a energia necessária para alimentar o seu rápido crescimento económico e ampliar a sua influência na região (Rashid, 2001: 181-182).

“*Fomos nós que fizemos do Cáspio uma alternativa petrolífera ao Médio Oriente*”, defendia Clinton, que falava frequentemente com dirigentes da região, recebendo-os na Casa Branca. E repetia-lhes: “*diversificar os nossos fornecimentos de energia é reforçar a América*”. Os Estados Unidos e o Ocidente tinham necessidade daquele petróleo, mas era preciso que ele não transitasse, em hipótese alguma, pela Rússia. E, além disso, havia o caso do Irão, à beira do mar Cáspio, a quem tinha sido imposto um embargo.

Em 2000, Clinton deslocou-se à Turquia para presidir, rodeado pelos chefes de Estado interessados, à assinatura do acordo que favorecia a construção desse gigantesco oleoduto, o famoso BTC (Baku-Tbilissi-Ceyhan). Um oleoduto que começa em Baku, junto a Sangachal, atravessa a Geórgia¹¹⁶ e depois a Turquia e acaba no terminal de Ceyhan – 1750 quilómetros, do Cáspio ao Mediterrâneo, que permitem à BP Amoco, mestre-de-obras do projecto, e aos seus associados evitar passar pela Rússia (Laurent, 2007: 212 e 226).

Helicópteros de combate de fabrico americano patrulham a zona em formação cerrada, mostrando a que ponto a questão é sensível e complexa para Washington: apostar nos recursos petrolíferos de uma região politicamente instável e, ao mesmo tempo, isolar o Irão e contornar a Rússia, os vizinhos mais poderosos.

A chegada ao poder, em Janeiro de 2001, da administração Bush, apelidada de “*protector natural dos magnatas do petróleo*”, veio reforçar o interesse dos Estados Unidos pela zona. O Vice-Presidente Dick Cheney dedicava muito tempo ao Cáspio e insistia às agências governamentais que “*reforçassem o seu diálogo comercial com o Cazaquistão*”

¹¹⁶ Esta pequena república, com menos população do que a aglomeração de Moscovo, passou pela guerra civil e por um poder autoritário, antes de rebentar, em 2003, a *revolução das rosas*, que levou à presidência o jovem Alexandre Saakachvili. Esse avanço da democracia coincide com a vontade de George W. Bush e da sua equipa de acelerar a construção do BTC (Laurent, 2007: 228).

(Laurent, 2007: 216). Nazerbraiev era tratado em Washington não só como um aliado, mas também como um governante carismático. Isto em virtude da importância essencial do Cáspio para Washington. Com a produção mundial de petróleo a declinar rapidamente, esta é a única zona em crescimento (uma produção diária de 2 Mb não é desprezável), com a vantagem suplementar de ser petróleo não-OPEP. Os recursos da região Cáspia foram encarados por Washington como fundamentais no âmbito deste propósito expresso, representando também uma oportunidade fabulosa para ampliar o investimento americano na região.

As bases temporárias existentes no Uzbequistão e no Kyrgistão transformaram-se em semi-permanentes, para além de Washington planear a instalação de uma base aérea de importância estratégica no Cazaquistão. Justificadas através do combate contra o terrorismo, estas acções visam também estabelecer um ambiente seguro para a produção e transporte de petróleo (Pulido, 2004: 98).

Enquanto o CENTCOM, com as suas centenas de aviões, esquadras e várias centenas de milhares de soldados, tinha por objectivo imediato observar o regime autocrático de Saddam Hussein e os radicais da República Islâmica do Irão, existia uma outra preocupação, esta a mais longo prazo, com as tendências verificadas na oferta e na procura do mercado de petróleo, onde a China estava a conseguir rapidamente posições de relevo. Pormenor importante, por um lado, devido ao facto de a China, como acontece com os EUA, já não extrair petróleo suficiente das jazidas internas e necessitar de importações crescentes da zona do Golfo Pérsico e, por outro, devido à esmagadora importância das reservas existentes nos países da região. É significativo que a responsabilidade do CENTCOM se estenda agora de forma a incluir a bacia do Cáspio, uma região que, sem reservas que possam comparar-se com as do Golfo Pérsico, é também uma zona em que a concorrência entre as necessidades energéticas dos Estados Unidos e da China está a tornar-se progressivamente mais importante.

No Uzbequistão, o petróleo revelou-se uma desilusão para as companhias ocidentais, mas também para o regime, que sonhava com um maná do petróleo. Apesar disso, a Rússia e a China efectuaram entradas em força. A Iukos e a Gazprom, duas empresas russas, estão sujeitas à concorrência da CNPC¹¹⁷. Apesar da produção ser fraca, os chineses, à procura da mais pequena gota de ouro negro, apresentaram-se como compradores, tal como fizeram no Cazaquistão (Laurent, 2007: 209 e 225). Pequim, aliás, enviou um forte sinal a Islam Karimov, o presidente do Uzbequistão em 2005, ao recebê-lo em visita oficial, estendendo uma passadeira vermelha e sendo recebido com uma salva de vinte e um tiros na Praça de Tiananmen, não havendo uma única referência pública aos acontecimentos ocorridos em

¹¹⁷ A maior companhia petrolífera chinesa.

Andijan, a cidade situada no Vale de Fergana, onde se tinham registado atrocidades. O presidente usbeque levava consigo um contrato de 600 milhões de dólares que concedia à CNPC acesso a vinte e três campos de petróleo usbeques.

Os sucessos alcançados nas explorações petrolíferas do Cáspio, sobretudo ao longo dos derradeiros anos, têm entusiasmado quer os países responsáveis, sobretudo o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Turquemenistão, quer as multinacionais petrolíferas e os grandes estados consumidores que, desta forma, podem prosseguir na diversificação da origem do petróleo que consomem e aliviar a dependência da região do Golfo Pérsico.

Em diversas ocasiões, o entusiasmo referido tem-se mesmo manifestado, como são exemplo as palavras de Saparmurat Niyazov, primeiro ministro do Turquemenistão após a independência, anunciando o seu país como o «Kuwait da Ásia», ou ainda a ideia regularmente veiculada que identifica o Cazaquistão como «a próxima Arábia Saudita».

A título de exemplo, refira-se que o campo petrolífero *Kashagan*, situado no Cazaquistão, constitui uma das mais importantes descobertas dos últimos trinta anos em todo o mundo. Não se comparando com o Golfo Pérsico, é possível afirmar com razoável certeza que a região do Cáspio possui actualmente as segundas ou as terceiras maiores reservas de petróleo do mundo (Pulido, 2004: 95).

A China, na sua qualidade de um dos maiores consumidores mundiais de petróleo, tem feito finca-pé na redução da sua dependência dos abastecimentos do turbulento Médio Oriente. O seu vizinho russo, um dos maiores produtores e exportadores deste pretendido produto, pode ajudar a satisfazer-lhe as suas crescentes necessidades energéticas.

No dia 1 de Julho de 2005, um encontro em Moscovo entre os presidentes Vladimir Putin e Hu Jintao foi a ocasião para um sucesso crucial. Os dois prepararam com cuidado o vértice da Shanghai Cooperation Organization (SCO), com o objectivo de bloquear a penetração americana na Ásia central. A SCO é uma organização pouco conhecida que, para além da Rússia e da China, une todas as repúblicas ex-soviéticas limítrofes: Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Usbequistão (ver figura 15).

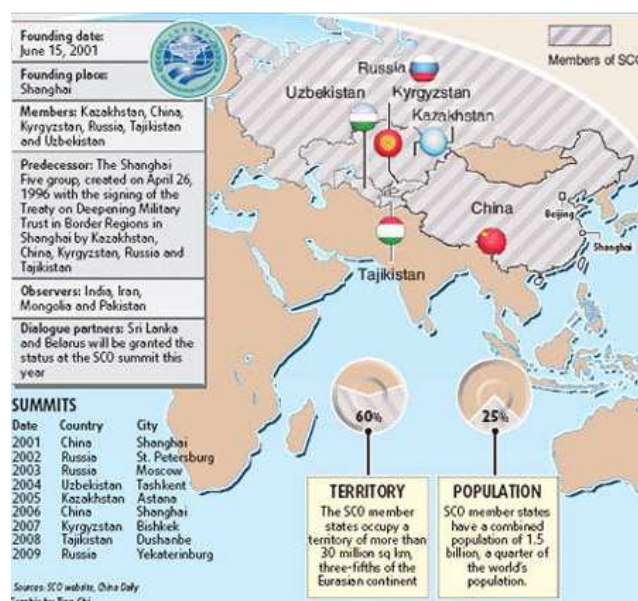


Figura 15 – Shanghai Cooperation Organization (SCO)
 Fonte: www.opfblog.com/.../2009/06/SCO-.jpg-1.jpg

São zonas ricas em petróleo e gás natural, onde Bush conseguiu, após o 11 de Setembro de 2001, obter apoios e a concessão de bases para operações no Afeganistão. Hu Jintao e Putin ofereceram o seu apoio aos ditadores locais, pedindo em troca que quebrem as ligações com os Estados Unidos. A operação teve sucesso no Uzbequistão, onde o presidente Islam Karimov decidiu fechar a base militar americana. Recomeçou nesta zona do mundo uma batalha de influências que lembra o «Grande Jogo», mas desta vez com o novo protagonista chinês que pode pôr no prato da balança a riqueza dos seus mercados (Rampini, 2007: 242).

Segundo Richard Weitz¹¹⁸, a China e a Rússia deviam ser parceiros energéticos naturais. De facto, a procura chinesa por energia é crescente e os depósitos de petróleo da Rússia estão muito mais perto da China do que outros mais distantes, situados em África e no Golfo Pérsico. Actualmente, a segurança energética representa invariavelmente um importante ponto da agenda nas cimeiras sino-russas. Como resultado da economia emergente da China, esta tornou-se num dos maiores compradores mundiais de petróleo, de gás natural e de tecnologias nucleares (2008: 17).

A Rússia tem programado o desenvolvimento das actuais províncias produtoras, novas pesquisas na zona Ártica e, ainda, o reforço e alargamento da rede de oleodutos para o ocidente, costa do Pacífico e China, já que será a Ásia Central a região do mundo onde os conflitos opostos de interesses das três grandes potências do século XX (Rússia, China e EUA) se vão chocar no século XXI, procurando alargar o seu poder a esta zona e afastar os seus rivais (Lopez, 2006: 170).

“The African continent has reemerged at the beginning of the 21st century as an arena of strategic importance and competition among the Great Powers”
(Schraeder, 2007: 171)

III.1.3. África

A instabilidade de outras regiões, entre as quais se destaca o Médio Oriente, induz as grandes potências, principalmente a China, EUA e também alguns países da UE, a procurar fontes alternativas de sustentação energética em África, que ressurge como uma região de assinalável potencial. De facto, na presente década temos assistido a uma nova competição das grandes potências, entre as quais a China e os EUA, na corrida aos combustíveis fósseis e na procura dos mercados (Santos, 2009: 35) que o continente africano encerra. Tal situação leva o General Loureiro dos Santos a relevar que, *“como nos finais do século XIX, estamos a presenciar uma nova corrida a Africa”* (2009: 142).

Ainda que a União Europeia, no seu todo, seja actualmente o principal parceiro

¹¹⁸ Analista político militar, Director associado do Instituto Hudson.

comercial africano, os EUA têm aparecido numa segunda posição, em crescendo, e a China, que por agora se encontra em terceiro lugar, aparece já como o principal exportador para a região da África Sub-sahariana.

A produção petrolífera em África teve o seu início no princípio do século XX. Actualmente, a totalidade do Continente detém perto de 11% da produção petrolífera mundial. Assume particular importância como alternativa energética ao Médio Oriente e a procura de matérias-primas a preços relativamente acessíveis, conjugada com as questões relacionadas com a segurança e a estabilidade no mundo, fazem crer que a presença norte-americana no continente se acentuará.

Uma série de factores determinaram o aumento do interesse norte-americano em África nos últimos anos: a procura de novas fontes de fornecimento de petróleo, a luta contra o terrorismo e o reconhecimento de que os Estados frágeis ou falhados constituem possíveis refúgios e bases de recrutamento para essas redes. Isto não significa, porém, que África seja agora um centro vital para os interesses estratégicos dos EUA, mas antes que a agenda da política externa norte-americana se alargou, se tornou mais complexa e urgente.

Apesar do início da administração de George W. Bush não fazer prever qualquer mudança de tendência nesta política, três novas realidades emergiram como determinantes de uma política africana mais activa e alargada. O 11 de Setembro e a subsequente luta contra o terrorismo originaram o reconhecimento de que a existência de um grande número de estados frágeis ou falhados em África poderia constituir um refúgio para elementos terroristas, tráfico de armas, drogas ou outros meios de financiamento das actividades terroristas. Simultaneamente, a invasão do Iraque e a instabilidade recorrente no Médio Oriente conferiram urgência à necessidade de assegurar novas fontes de fornecimento de petróleo.

Por último, a eleição de Barack Obama como Presidente dos EUA constituiu para os africanos que vivem quer nos EUA quer em África o momento esperado para alterar as políticas americanas, mobilizando mais recursos no apoio à política externa americana para África.

A percentagem do petróleo oriundo do continente africano aumentou de 14,5%, em 2000, para 18,6%, em 2005, no total das importações de petróleo dos EUA. George W. Bush anunciou, em 2006, a intenção de substituir cerca de 75% das importações norte-americanas de petróleo provenientes do Médio Oriente, até 2025, e as projecções do National Intelligence Council e do grupo de trabalho African Oil Policy Initiative Group (AOPIG) apontam para que o petróleo africano represente cerca de 25% das importações norte-americanas já em 2015 (Lopez, 2006: 89), com especial ênfase no Golfo da Guiné.

Nesta sub-região, as empresas norte-americanas, como a Exxon-Mobile, a Chevron-

Texaco e a Marathon and Ocean Energy, prevêem um aumento considerável dos investimentos e os maiores produtores de petróleo a sul do Sahara coincidem com os principais receptores do investimento norte-americano: Nigéria, Angola e Gabão.

Na óptica dos EUA, as vantagens associadas à importação de petróleo da África Ocidental face a outras regiões produtoras mundiais não podem ser desconsideradas: é menos caro, o crude é de boa qualidade, de mais fácil acesso e menos perigoso de produzir do que em qualquer outro lado; as explorações estão principalmente localizadas no *offshore*, o que as torna menos vulneráveis a crises sociais; a sua localização geográfica permite um transporte fácil do crude para o mercado americano; cada dia aparece mais; as explorações estão, ao contrário do que acontece em outras regiões do mundo, abertas ao investimento externo (Michel, 2009: 207) e, à excepção da Nigéria e de Angola, nenhum dos Estados da região pertence à OPEP¹¹⁹ (ver tabela 5), sendo que os EUA estão profundamente interessados em minimizar a sua dependência em relação ao cartel petrolífero e em limitar o seu campo de actuação¹²⁰.

Espera-se também um crescimento acelerado do investimento norte-americano no continente, sendo que entre 65 e 75% do capital investido será aplicado em projectos relacionados com o desenvolvimento dos recursos energéticos.

O reconhecimento norte-americano do continente africano como um território de crescente importância¹²¹ justificou uma série de iniciativas no decorrer da presente década, com o objectivo de expandir a sua presença em África, tendo como coroar da operação de controlo continental a criação, anunciada por George W. Bush, em Fevereiro de 2007, do primeiro centro de comando unificado do exército americano no continente negro, o *African*

Tabela 5 – As 20 maiores reservas de petróleo
Fonte: Departamento de Estatística dos EUA

1.	Arábia Saudita¹	264,3
2.	Irão¹	137,5
3.	Iraque¹	115,0
4.	Kuwait¹	101,5
5.	Emirados Árabes Unidos¹	97,8
6.	Venezuela¹	80,0
7.	Rússia	79,5
8.	Líbia¹	41,5
9.	Cazaquistão	39,8
10.	Nigéria¹	36,2
11.	USA	29,9
12.	Canadá	17,1
13.	China	16,3
14.	Qatar¹	15,2
15.	México	12,9
16.	Argélia¹	12,3
17.	Brasil	12,2
18.	Angola¹	9,0
19.	Noruega	8,5
20.	Azerbaijão	7,0
¹ Países Membros da OPEP		

¹¹⁹ A organização tem agora 13 países membros: os cinco fundadores, acrescidos de Qatar (Dezembro 1961), Líbia (Dezembro 1962), Emirados Árabes Unidos (Novembro 1967), Indonésia (Dezembro 1962), Nigéria (Julho 1971), Argélia (Julho 1969), Angola (Janeiro 2007) e Equador (Dezembro de 2007).

¹²⁰ Edward Royce, senador republicano do Estado da Califórnia, afirmou que o petróleo africano constituía uma prioridade estratégica para os Estados Unidos no período pós 11 de Setembro (Pulido, 2004: 177).

¹²¹ O ano de 1998, em que os americanos sofreram dois atentados nas suas embaixadas no continente africano, é considerado o momento em que os EUA passaram a dar uma maior importância estratégica a África. O mais recente documento da Estratégia Nacional norte-americana, datado de 2006, acrescenta África como sendo “(...) a high priority of this Administration (...)” (Ploch, 2007: 12).

Command (AFRICOM)¹²² (ver figura 16), acabando com a repartição desta área geográfica por três dos comandos regionais americanos – Comando Central, Comando da Europa e Comando do Pacífico –, e dando seguimento ao estreitamento de relações com numerosos países africanos, que incluem assistência militar, técnica e operacional (Santos, 2009: 143).

Os objectivos estratégicos definidos para esta nova estrutura consistem no apoio militar à política governamental norte-americana para África¹²³ (Warden, 2008), através da promoção da estabilidade, da paz e da segurança na região¹²⁴, bem como na contenção militar de agressões e na capacidade de resposta a crises (Ploch, 2007). Também a designada *Global War on Terror* (GWOT) e a derrota da Al-Qaeda aparecem como uma das tarefas essenciais deste novo Comando Militar¹²⁵. Para além disso, segundo Ploch, tem a missão de garantir a segurança dos campos de petróleo Nigeriano: “(...) a key mission for U.S. forces (in Africa) would be to ensure that Nigeria’s oil fields... are secure (...)” (2007, 13-14).



Figura 16: USAFRICOM
Fonte: (TG, 2007: 131)

O General William Ward, chefe do AFRICOM, anunciou muito rapidamente que procurava um país para acolher esta nova estrutura, até aí instalada em Estugarda, na Alemanha. No entanto, não obstante dois anos de prospecção, nem um só dos 53 estados africanos o aceitou alugar (Michel, 2009: 230).

No que se refere aos interesses comerciais¹²⁶, há a referir que as trocas norte-americanas com a África sub-Sahariana mais do que triplicaram entre 1990 e 2006. Ainda que

¹²² O AFRICOM foi criado em Outubro de 2007 e encontra-se totalmente operacional (*Stand-alone Command*) desde Outubro de 2008. O AFRICOM vem unificar a abordagem norte-americana para o continente africano. As diferentes iniciativas em desenvolvimento em África, sob a autoridade dos dois Comandos Militares (Central e Europeu), foram centralizadas num único. Com um orçamento de 389 milhões de dólares para 2009, coloca o trabalho humanitário anteriormente efectuado pelo Departamento de Estado e a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) sob direcção do Departamento da Defesa (Bernardino, 2007: 3).

¹²³ Peter Pham, consultor do Departamento de Defesa dos EUA, afirmou, em 2007, na audiência ao senado, prévia à criação do AFRICOM, que “a estratégia estaria antes relacionada com a protecção dos hidrocarbonetos e outros recursos que África possui e assegurar que outros países, como a China, Índia, Japão e Rússia, não obtivessem o monopólio ou um tratamento preferencial” (citado por William Enggahi, 2009: 3).

¹²⁴ Um exemplo da interligação entre a estratégia de segurança dos EUA e a necessidade de controlar as fontes de fornecimento de petróleo é a base militar no Djibuti – a maior base norte-americana em África –, que permite uma supervisão estratégica da zona marítima por onde passa cerca de um quarto da produção mundial de petróleo, sendo igualmente próxima do pipeline sudanês.

¹²⁵ A luta contra o terrorismo centra-se, fundamentalmente, nas regiões do *Sahara*, do *Sahel*, do Corno de África e do Leste do continente africano, as quais mantêm uma proximidade cultural e religiosa ao Médio Oriente (Schraeder, 2007: 171).

¹²⁶ Os EUA são o principal parceiro comercial do continente africano, a que se segue a França e depois a China, que ocupa a 3ª posição desde 2005 (The South African Institute of International Affairs, 2007).

estas tenham uma expressão de apenas 2,5% do total das trocas comerciais norte-americanas, 81% das mesmas derivam da área energética¹²⁷ e começam a destacar-se em relação a outras regiões de equiparável situação sócio-económica (Langton, 2007: 6). Derivado do designado acordo *African Growth and Opportunity Act* – AGOA¹²⁸, os EUA têm efectuado avultados investimentos, principalmente na área da exploração energética, no eixo que liga o Chade ao Golfo da Guiné (Langton, 2007: 9), permitindo, inclusivamente, que África tenha ultrapassado desde 2006 o Golfo Pérsico no fornecimento de petróleo aos EUA (EIA, 2008), sendo que mais de dois terços dos produtos importados de África pelos EUA, no âmbito do AGOA, são produtos petrolíferos (Delevigne, 2008:1). Ainda ao abrigo deste acordo comercial, os países africanos aumentaram seis vezes as suas exportações para os EUA desde 2001, sendo que 98% destas exportações entraram sem aplicação de tarifas e/ou taxas alfandegárias (White House, 2008).

Intimamente relacionado com a defesa dos interesses económicos, energéticos e da luta contra o terrorismo, surgem os conflitos internos e regionais, que induzem os EUA a uma intensa actividade político-diplomática, especialmente no seio das Nações Unidas. O conflito do Darfur, que representa actualmente um foco de instabilidade regional, designadamente para os vizinhos Chade¹²⁹, República Central Africana e, eventualmente, Golfo da Guiné, tem sido, desde 2003, objecto de confrontação com a China no CSNU, a qual se traduziu na relativa inocuidade de 13 resoluções¹³⁰ e não permitiu até ao momento pacificar a região.

A questão do petróleo vai colocar Washington em competição cada vez mais directa com Pequim, uma vez que a China está a aumentar a sua presença no sector petrolífero, em vários países africanos. O Sudão é apenas um exemplo. A construção, que agora se inicia, de uma refinaria gigantesca em N'Djamena, sob a inteira responsabilidade de Pequim, é outro caso.

Nos Estados Unidos, o acesso da China ao petróleo africano criou uma verdadeira psicose. Em 2005 e 2006, são inúmeros os relatórios confidenciais, as comissões do Senado e os

¹²⁷ O petróleo importado pelos EUA de África tem origem no eixo Magrebe – Golfo da Guiné – Angola.

¹²⁸ O AGOA proporciona relações comerciais privilegiadas com os países de África aderentes ao programa numa base bilateral (Ploch, 2007: 13). Os principais beneficiados deste acordo comercial são a Guiné Equatorial, a África do Sul, Angola, o Chade e a Nigéria, todos eles recebendo apoios na beneficiação das estruturas ligadas à exploração petrolífera e, num segundo plano, às estruturas mineiras (Langton, 2007: 9-15).

¹²⁹ Duas grandes companhias norte-americanas estão presentes na exploração de petróleo do Chade, a ExxonMobil e a Chevron (Archer, 2007: 13).

¹³⁰ A resolução 1769 do Conselho de Segurança, relativa à implantação da Força de manutenção de paz no Darfur (United Nations African Union Mission in Darfur, UNAMID), é referida pela Human Rights Watch como o espelho da desunião política internacional neste assunto. Aparentemente, a ameaça de sanções internacionais ao Sudão no caso de obstrução à futura missão da UNAMID foi levantada por pressão chinesa (Human Rights Watch, 2007: 71). Desde que teve início o conflito do Darfur, foram emitidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas 13 resoluções, as quais se revelaram bastante inócuas, impedindo que se criasse uma verdadeira ferramenta legal que colocasse cobro às atrocidades cometidas. Através do seu direito de veto, a China esteve envolvida directamente na limitação da amplitude das mesmas.

memorandos dos *think tanks* conservadores ou liberais que evocaram um estrangulamento do aprovisionamento petrolífero dos Estados Unidos e a perspectiva de uma *guerra dos recursos* em África, a qual poderia degenerar numa colisão frontal entre as duas potências ou precipitar a data de um conflito aberto, já considerado como inevitável no horizonte de 2020-2030.

No entanto, no Verão de 2007, Erica Downs, investigadora da Brookings Institution, veio sossegar a inquietação americana afirmando que “*as companhias chinesas não estão em vias de ganhar a corrida ao petróleo africano*” (Cit. por Michel, 2009: 210). Segundo ela, a carteira petrolífera chinesa em África é minúscula quando comparada com a das grandes companhias ocidentais e, com excepção do Sudão, a China não deitou a mão, por agora, senão a migalhas que americanos e europeus não queriam, no Gabão e na Nígeria, bem como em territórios muito instáveis. Daí que a China seja obrigada a comprar a preço de mercado a grande maioria do petróleo africano que utiliza, em lugar de o produzir ela própria, incluindo em Angola, o seu maior fornecedor mundial, à frente da Arábia Saudita e do Irão: nove mil milhões de dólares em 2006, ou seja, 15% das suas importações.

Porém, prudentemente, sublinhou também que a China não está senão no início da sua conquista do crude africano e que poderão verificar-se surpresas, pois ela carece muito mais do ouro negro africano (30% das suas importações) do que os Estados Unidos (15% das respectivas importações). Neste novo *grande jogo* que se inicia, o fim justifica os meios e o petróleo serve de bússola. Os dois maiores consumidores de petróleo figuram uma estranha simetria na sua dependência energética e ambos têm uma necessidade imperiosa dos recursos do Continente negro (Michel, 2009: 239).

No plano das energias fósseis, os Estados Unidos estão, portanto, numa situação preocupante, mas não desesperada. Em contrapartida, a sua dependência em relação aos hidrocarbonetos estrangeiros é patente, de que resulta a importância da sua estratégia, por todo o mundo, com vista a garantir os seus fornecimentos (Lopez, 2006: 96).

Em relação ao terrorismo internacional, para além das tendências de que já falámos, há um factor em grande parte negligenciado pelo governo dos EUA: o corte nos orçamentos de ajuda militar a países africanos que se recusaram a assinar acordos para libertar as tropas americanas da jurisdição do Tribunal Penal Internacional de Haia. Estes cortes nas ajudas também estão a colocar a China numa posição vantajosa, pois os chineses estão a gastar milhões de dólares em projectos de infra-estruturas e de treino militar que os ajudam a obter contratos de concessão de recursos naturais, especialmente de petróleo (Abbott, 2007: 82).

Por fim, um ano após a eleição de Barack Obama para Presidente dos EUA, podemos verificar que já foram tomadas algumas iniciativas para concretizar as promessas eleitorais.

Primeiro colocou pessoas conhecedoras da realidade africana em lugares chave, que o podem ajudar num novo relacionamento com África. Nomeou Susan Rice para embaixadora dos EUA na ONU, sendo a primeira afro-americana a deter esta posição, bem como outras personalidades para cargos importantes: Michel Gavin (especialista em assuntos africanos), Tony Lake (conselheiro de Clinton para África), Johnie Carson, também afro-descendente (Secretário de Estado Assistente para Assuntos africanos) (Duncan, 2009: 2). Vamos verificar no futuro o que poderá mudar com Barack Obama e se a sua administração terá capacidade para alterar as políticas americanas, mobilizando mais recursos no apoio à política externa americana para África, de modo que o Continente “*esquecido*” se constitua o Continente das “*oportunidades*”.

A estratégia chinesa para África parece directamente saída de “*A Arte da Guerra*”, de Sun Tzu: o Estado chinês financia enormes contratos, por vezes com prejuízo, garantindo assim o acesso a matérias-primas, mas acima de tudo proporciona às grandes empresas chinesas o seu baptismo de fogo no estrangeiro, preparando-as para outros mercados onde a concorrência é mais severa: Oceânia, América Latina e, talvez um dia, a Europa e os Estados Unidos. Ao entrar em África, a China está a tomar espaço económico, político e militar que antes era ocupado pela Grã-Bretanha, pela França ou pelos Estados Unidos (Michel, 2009: 267).

Desde 1949 que a China popular ajuda os povos africanos a emanciparem-se. As relações entre África e a China têm aumentado ao longo dos anos. Antes de 1990, as relações caracterizavam-se pela partilha da luta contra a hegemonia ocidental, com a China a apoiar África por intermédio do auxílio aos movimentos nacionalistas na sua luta contra o colonialismo, através do fornecimento de armas, bem como no lançamento de grandes projectos de construção, no envio de equipas médicas e na atribuição de bolsas a africanos para estudarem na China¹³¹. Nos anos noventa, as relações entre a China e África alteraram-se. Com um crescimento anual de cerca de 7%, a economia chinesa expandiu-se enormemente e o acesso a recursos naturais tornou-se uma prioridade. África, com os seus recursos naturais aparentemente ilimitados, era o parceiro ideal. Embora tenha feito pesquisa em muitas outras regiões, foi no Continente Africano (Sudão, Angola, Argélia e outros países) onde as três maiores empresas petrolíferas chinesas (CNPC, CNOOC e SINOPEC) obtiveram mais êxitos (Oliveira, 2007: 10).

Os chineses perceberam que África era um espaço virgem, abandonado pelo Ocidente, e que era necessário conquistá-la. Para o bem e para o mal, África transformou-se, novamente, num palco onde as superpotências competem. A rapidez com que a China vem reivindicando a sua parte nos recursos africanos – o petróleo e os votos de que o Continente dispõe na ONU – tem assustado os rivais de Pequim, tanto na América como na Europa. Mas

¹³¹ Desde 1956 o Estado chinês ofereceu bolsas a 18 mil estudantes de 50 países africanos.

também porque pretende o seu assento na ONU, (usurpado por Taiwan), e necessita das vozes do maior número de estados possível, sobretudo de estados de independência recente. O continente negro é um bom começo: representa mais de um quarto dos votos na Assembleia-geral das Nações Unidas (Michel, 2009: 89, 91 e 108).

As transacções comerciais entre a China e os países do Continente Africano triplicaram nas últimas três décadas, alimentando um surto que se esperava que levasse o crescimento africano, em 2005, ao nível mais alto dos últimos trinta anos (Kynge, 2006: 258).

Actualmente, à medida que crescem as necessidades de energia, os grandes consumidores mundiais, como os EUA, a UE e o Japão, têm de enfrentar um novo competidor na busca por fontes seguras de fornecimento de energia: a China, que está determinada em encontrar as fontes de petróleo e de outras matérias-primas que lhe permitam sustentar o crescimento da sua economia. Com o Médio Oriente envolto em instabilidade, a China virou-se para África como região produtora de avultadas quantidades de petróleo, cujos riscos e desafios intimidam a maioria dos países.

A sua busca implacável por recursos naturais e influência política através de grandes investimentos vem provocando preocupação não apenas em Estados asiáticos debilitados, como Mianamar e Laos, mas também em lugares tão distantes como o Continente Africano, onde Pequim é acusada de conluio com o genocídio no Sudão¹³² e de apoiar a ditadura do Zimbabué.

A China está a construir o seu relacionamento com África através de pacotes integrados de ajuda que levam a oportunidades de negócio e à partilha do mercado com as companhias chinesas. *"O que tem de interessante negociar com a China é que esta é um «fornecedor total»"*, dizem os economistas. E acrescentam: *"os chineses chegam e providenciam tudo o que o desenvolvimento de um país necessita"*. A China representa o que se pode chamar de *"one stop shop"* (Markman, 2009). Quando os chineses chegam às capitais africanas, não trazem apenas barris para encher e levar petróleo, trazem investimento e oportunidades de reconstrução, negócios, linhas de crédito, perdão de dívida, *know-how* em matérias tecnológicas, comércio, mão-de-obra especializada e, muito importante, a garantia de um assento permanente no CSNU. Em Angola, que correntemente exporta 25% da sua produção de petróleo para a China, Pequim já demonstrou o seu interesse no futuro da produção de petróleo com um pacote de empréstimos e de ajudas de 2 biliões de dólares, que inclui fundos

¹³² Na qualidade de membro do CSNU com poder de veto, a China bloqueou o envio de soldados da ONU para a região sudanesa de Darfur, sem consentimento de Cartum. Pelo menos 250 mil pessoas podem ter morrido nessa região por causa da violência e de várias doenças, enquanto cerca de 2,5 milhões tiveram de abandonar as suas casas desde o início do conflito, em 2003.

para as companhias chinesas construírem vias-férreas, escolas, estradas, hospitais, pontes e escritórios, bem como uma rede de fibra óptica.

Logo à partida, para se impor em África, a China adopta a diplomacia do livro de cheques: financiar enormes projectos de infra-estruturas para comprar a boa vontade das elites dirigentes ou, por vezes, até como contrapartida directa, o acesso às concessões petrolíferas. Uma estratégia facilitada pelas relações de estado a estado que Pequim favoreceu em todo o lado. Eis a razão por que a China se pretende amiga dos 53 países do continente. O mapa dos investimentos chineses sobrepõe-se quase na perfeição ao dos países produtores de petróleo: oito mil milhões de euros em Angola, a que se adicionam os créditos civis e as aquisições de grupos, onze mil milhões na Nigéria, dez mil milhões no Sudão (Michel, 2009: 208).

Os observadores internacionais dizem que o modo como a China negocia – particularmente a prontidão com que paga subornos e não pede quaisquer condições para a ajuda monetária, “*no questions asked*” (Cutileiro, 2009: 152) – mina os esforços locais para incrementar a transparência e a boa gestão e os esforços internacionais ao nível das reformas macroeconómicas por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional¹³³. Tal situação é conveniente para alguns governos africanos, já que Pequim parece não vincular quaisquer condições políticas, ambientais, económicas, cívicas ou éticas ao dinheiro que entrega – natureza *win-win* (idem: 171).

Pequim tem considerado útil tratar directamente com os governos porque estes continuam quase sempre a ser os proprietários dos recursos de que a China necessita. As transacções são mais fáceis quando se lida apenas com uma autoridade central, especialmente se se tratar de um estado mal visto na comunidade internacional e não lhe restar outra opção senão o apoio da China. O verdadeiro perigo na nova estratégia chinesa para África é que ameaça anular o progresso realizado ao longo das últimas duas décadas na construção de governos mais representativos e responsáveis. Em risco estão, também, as frágeis fundações da recém-criada União Africana (UA), bem como o seu programa New Partnership for African Development (NEPAD). Ambos apoiam-se na convicção de que o crescimento e o desenvolvimento de África – para não mencionar a paz e a estabilidade – requerem um compromisso sustentado na boa governação¹³⁴, no respeito pelos direitos humanos e no

¹³³ Como exemplo, apresenta-se a negociação, em 2007, entre o governo da Nigéria e o Banco Mundial, de um empréstimo de 5 milhões de dólares para sistemas ferroviários. O banco tinha insistido com o governo daquele país para que limpasse a burocracia notoriamente corrupta dos caminhos-de-ferro antes da concessão do empréstimo. O acordo estava quase concluído quando o governo chinês apareceu a propor ao governo da Nigéria um empréstimo de 9 mil milhões dólares para reconstruir todo o sistema ferroviário, sem exigências nem quaisquer requisitos prévios.

¹³⁴ Referido nos Acordos de *Cotonou*, que traduzem o quadro no qual se desenrolará nos próximos vinte anos a cooperação entre a UE e os países de África, Caraíbas e do Pacífico (Art.º 9, nº3) o conceito de Boa Governação é assim definido: “*num contexto político e institucional que respeite os direitos humanos, os*

ambiente propício ao investimento e ao comércio.

As relações entre a China e África são caracterizadas pela actividade comercial e económica¹³⁵. O comércio sino-africano cresceu 700% na década de 90. Entre 2002 e 2003, o comércio entre a China e África duplicou, alcançando 18,5 biliões de dólares, e no final de 2006 ultrapassou os 50 biliões. Estimava-se que ultrapassasse os 100 biliões de dólares em 2010, no entanto, esse valor de transacções foi alcançado em 2008 (com um valor de 106,8 mil milhões de dólares), representando um aumento de 45,1% no período de um ano. O crescimento foi devido, na maioria, ao aumento das importações de petróleo do Sudão e de outros países africanos. A China é, actualmente, o terceiro parceiro comercial mais importante, atrás dos EUA e da França e à frente da Grã-Bretanha.

África registou, em 2005, um crescimento de 5,2%, o maior de sempre, em parte devido ao investimento chinês. O investimento directo da China em África representava 491 milhões de dólares em 2003, 900 milhões de dólares em 2004, 7,8 mil milhões em 2008, num total de 15 biliões de dólares investidos no Continente, tendo ultrapassado, em termos de investimento, os países ocidentais (ver figura 17).

Como se não bastasse, foi recentemente (Novembro de 2009) anunciado pelo primeiro-ministro Wen Jiabao, em Sharm el-Sheikh, no Egipto, durante o Fórum de Cooperação China-África, um pacote de dez mil milhões de dólares de empréstimos bonificados (no Fórum de Pequim, em 2006, tinham sido prometidos cinco mil milhões de dólares de empréstimos, que foram cumpridos).

Apesar destes fortes apoios, os dirigentes chineses continuam a afirmar o seguinte: existe uma equação ganhador-ganhador entre a China e África, estes apoios são desinteressados, a

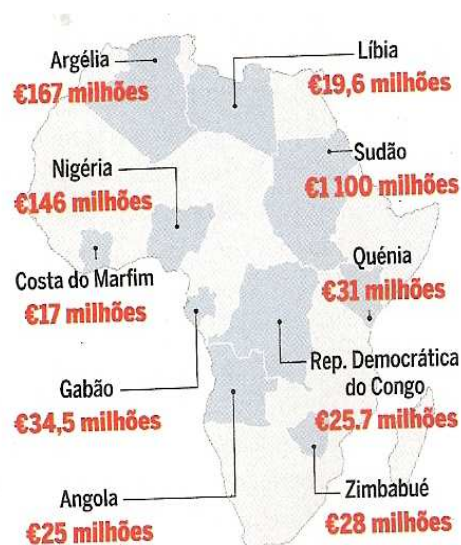


Figura 17 - Investimento directo estrangeiro da China em África

Fonte: Visão N° 815, Outubro 2009, Pág. 59

princípios democráticos e o Estado de Direito, a boa governação consiste na gestão transparente e responsável dos recursos humanos, naturais, económicos e financeiros, tendo em vista um desenvolvimento sustentável e equitativo. A boa governação implica processos de decisão claros a nível das autoridades públicas, instituições transparentes e responsáveis, o primado do direito na gestão e na distribuição dos recursos e o reforço das capacidades no que respeita à elaboração e aplicação de medidas especificamente destinadas a prevenir e a combater a corrupção” (Ferreira, 2004: 505).

¹³⁵ A sede da China por todo o tipo de recursos que alimentem o seu acelerado crescimento reflecte-se na variedade das suas importações do continente africano. Algodão bruto da África ocidental, cobre e cobalto da República Democrática do Congo, minério de ferro e platina de Zâmbia e madeira do Gabão. No sentido inverso, manufacturas e vestuário de baixa tecnologia invadem as cidades africanas.

ajuda não foi nem será ligada a condições políticas e pretendem juntar à vertente económica um maior protagonismo nas questões relativas à paz e à segurança.

As nações africanas estão entusiasmadas com o facto da procura chinesa por petróleo fazer subir os preços. As estradas, pontes e barragens construídas pelos chineses são baratas, de boa qualidade e estão completas numa fracção do tempo que esses projectos costumavam demorar.

À medida que a China se tornou um importador líquido de petróleo, têm aumentado as importações de regiões como a África e a América Latina. África abasteceu cerca de 29% das importações de petróleo da China em 2004. Actualmente, a China satisfaz no continente negro cerca de 30% das suas necessidades petrolíferas (Michel, 2009: 33). Em África, o principal país abastecedor de petróleo da China no ano de 2004 foi Angola, com uma percentagem das importações totais de 13,2%, equiparável à dos grandes fornecedores do Médio Oriente.

Se examinarmos os valores absolutos dos investimentos chineses na África subsariana, é claramente o petróleo a dominar. Porém, se nos concentrarmos no petróleo, passaremos ao lado do essencial que os chineses fazem em África. Eles investiram nos sectores mais fundamentais: as infra-estruturas, as telecomunicações, o têxtil, o turismo, a indústria alimentar. A China que empresta, a China que seduz. Negociar com ela é como entrar para uma grande família. Têxtil, infra-estruturas, petróleo, urânio, Pequim ocupa-se de tudo. As suas ofertas são articuladas e a sua motivação é a toda a prova (idem: 136).

Vamos agora de uma forma muito sucinta analisar o modo como alguns países africanos têm estendido o tapete vermelho para a entrada da China neste Continente.

A presença de africanos na China não constitui novidade. Em nome da amizade entre os povos, o Império do Meio atribui, desde há muitos anos, bolsas de estudo a milhares de estudantes de todo o Continente. E o processo acelerou-se a partir do ano 2000, quando, no Fórum Sino-Africano, o presidente Jiang Zemin afirmou que estas duas regiões tão distanciadas geográfica e culturalmente teriam, afinal, muito em comum: a China é o maior país do mundo em desenvolvimento, enquanto o continente africano reúne o maior número de países em desenvolvimento.

O mérito da China consiste em ter inventado uma nova língua, o *chinafricano*: «novos horizontes», «diálogo global», «não levar a cabo uma política de ingerência», falar sempre em «parceria a longo prazo», «ajuda mutuamente benéfica» e «relação mutuamente vantajosa» e «trocas mutuamente benéficas».

O périplo que se vai efectuar por um conjunto de países africanos tem como ponto de partida a Etiópia, onde a maior parte do dinheiro chinês tem chegado sob a forma de empréstimos, como contrapartida ao acesso a recursos ou à construção de projectos (85% para

o Exim Bank, 15% para o Governo, o que a China chama «modelo angolano»). Neste momento a China ascendeu a “*um importante parceiro comercial para a Etiópia*”, em virtude das trocas entre os dois países terem quintuplicado entre 2002 e 2006, passando dos 100 milhões para os 500 milhões de dólares (ibid: 223).

Continuando pela República Democrática do Congo, surge-nos uma novidade, o aparecimento de bases militares chinesas em África. De facto, no Verão de 2008, foram enviadas tropas para o estabelecimento de uma base inter-exército. O seu quartel-general foi situado em Kamina, na famosa província mineira do Catanga. A partir desta, a China passou a vigiar os seus crescentes interesses no país, onde Pequim entretanto investiu milhares de milhões de dólares. Os militares chineses poderão também irradiar como entenderem e, se for necessário, podem intervir na Nigéria, no Congo-Brazzaville ou no golfo da Guiné, onde se localiza o país que mais lhes interessa, São Tomé e Príncipe, um El Dorado petrolífero sacudido por tentativas de golpe de Estado fomentadas a partir do exterior.

Este arquipélago de 15 mil habitantes está hoje no centro de uma guerra aberta entre taiwaneses, americanos e chineses. Por seu lado, Washington acarinha a ideia de instalar uma base militar no país. Como São Tomé é um dos últimos aliados de Taipé em África, Pequim tem manobrado nos bastidores, apoiando a oposição, que exige a ruptura com Taiwan, que por sua vez se agarra à diplomacia do livro de cheques: só em 2007 o auxílio anual prestado passou de 10 para 15 milhões de dólares (Michel, 2009: 232).

Avançando pelo Continente Negro, encontramos o Sudão que, em 1995, ainda abrigava Osama Bin Laden e era o pária das nações, sendo classificado como «Estado canalha» pela administração Clinton, que não tardou a bombardear uma fábrica de produtos farmacêuticos no Norte da capital, a pretexto de nestas estarem a ser produzidas armas bacteriológicas.

Em 1997, Bill Clinton decretou um embargo contra o Sudão, provocando a expulsão da Chevron, da General Motors e de todas as empresas americanas. Para a China, há ali um lugar por ocupar. O general Omar Hassan al-Bachir, que ascendeu ao poder via golpe de Estado, em 1989, não recusa a ideia. Este necessita, sobretudo, de auxílio militar: o seu regime militar-islamista não se mostra mais capaz de fazer prosperar o país do que de ganhar a guerra contra o Sul.

A China surgiu então como uma tábua de salvação, investindo avultadamente no Sudão, entregando-lhe armas (2º maior cliente de armamento convencional) e oferecendo protecção sem falhas no CSNU, quando ocorreram os eventos de Darfur (ver figura 18). A China teve interesse em se aliar ao pária. Ela que, desde o massacre de Tienanmen, é também alvo da cólera das democracias. O Sudão deseja exportar petróleo? Ela vai ajudá-lo maciçamente. É preciso vencer o Sul? Ela vai armá-lo. À medida que as sanções americanas e internacionais

se intensificam, o império da China sobre o Sudão reforça-se (idem: 179-180).

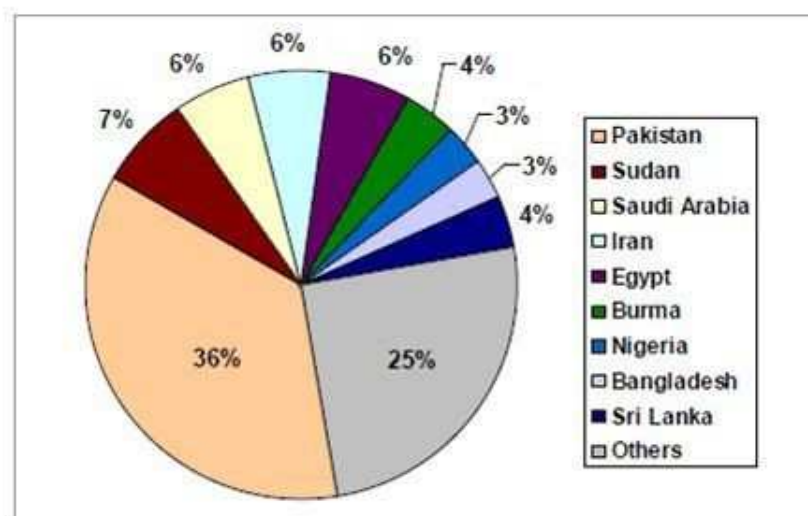


Figura 18 – Países maiores compradores de armas à China (2003-2007)
 Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:58)

O Sudão é o país de África onde a China mais se sente em casa e onde a sua influência é mais forte. Para comprar favores a Cartum, Pequim investiu 15 mil milhões de dólares em dez anos, cobrindo quase todos os sectores da economia. Constatase que, fundamentalmente, o investimento Chinês em África está associado à área energética, mais especificamente à construção e beneficiação de sistemas de exploração e transporte de crude.

De facto, os accionistas maioritários de dois dos maiores conglomerados do petróleo do país são empresas chinesas (a CNPC detém 40%, a maior participação, da Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC)¹³⁶) e têm participado na construção de refinarias e condutas desde 1999¹³⁷, tendo investido 3 mil milhões de dólares, comprando cerca de 65% das exportações de petróleo do Sudão. A China (através da Sinopec) construiu o essencial das infra-estruturas petrolíferas do país, nomeadamente um oleoduto com 1650 quilómetros que encaminha o ouro negro do Sudoeste para Porto-Sudão, no mar Vermelho (onde o China Petroleum Engineering Construction Group construiu um terminal de petroleiros), e um outro, um pouco mais curto, que se inicia na bacia de Melut (sudeste) e se liga ao primeiro, à latitude de Cartum (Michel, 2009: 178).

Aqui temos: Chineses para extrair o petróleo e metê-lo num oleoduto chinês vigiado por milicianos chineses, com destino a um porto construído por chineses, onde o crude é carregado em petroleiros chineses que navegarão para a China. O enorme investimento, que

¹³⁶ A GNPOC é uma empresa de exploração conjunta, com 40% de capitais da CNPC, 30% da Petronas (Malaysia), 25% da ONGC (Índia) e 5% da Sudapet (Sudão).

¹³⁷ O Sudão é o terceiro maior parceiro económico da China em África e o segundo maior fornecedor de petróleo, do qual deriva cerca de 7% das importações chinesas de petróleo, seguindo-se Angola com 14% (Online Africa Policy Fórum, 2007).

ascende a milhares de milhões de dólares, devido ao aumento de produção, permite ao Sudão fornecer à China 10% do total das suas importações de petróleo (Kynge, 2006: 264). É o único país de África onde ela se pode entregar à produção petrolífera com as suas próprias instalações, o que para a China é crucial – produzir ela própria petróleo no estrangeiro, em vez de o comprar (Michel, 2009: 206).

Na Nigéria¹³⁸, o Director-Geral da Nigeria National Petroleum Corporation (NNPC) confirmou recentemente que as reservas de petróleo bruto do país aumentaram dos 25 biliões de barris, estimados em 1999, para os 34 biliões actuais, esperando atingir os 40 biliões em 2010. Este aumento permitiu passar da produção média de cerca de 2,5 Mb/d, para uma capacidade de produção diária da ordem dos 3 Mb, em 2007, podendo vir a atingir os 4 milhões, em 2010, garantidos para um período superior a 30 anos. Por seu lado, a China, através do gigante petrolífero chinês CNOOC, em Janeiro de 2006, entrou com facilidade numa concessão gerida pela companhia francesa Total, com um investimento maciço de 2,3 mil milhões de dólares. Quatro meses depois, por ocasião de uma visita do presidente Hu Jintao, a CNOOC assinou contratos de exploração de quatro blocos petrolíferos suplementares, contra a promessa de investir quatro mil milhões de dólares em infra-estruturas nigerianas (idem: 48).

Já Angola representa um caso de sucesso extraordinário ao nível da prospecção e exploração de depósitos petrolíferos situados no *offshore* profundo. A descoberta de novas jazidas tem entusiasmado vários especialistas que não se coíbem de afirmar que estamos perante um verdadeiro *Oil Jackpot* do século XXI. Entre 1995 e 1999, o país viu aumentar as reservas com existência comprovada em mais de 600%. Nesse período, estes valores não foram superados por qualquer outro Estado em todo o mundo (Pulido, 2004: 159).

Angola tem recursos energéticos consideráveis, com enormes depósitos de petróleo ao largo do enclave de Cabinda e em quase toda a sua costa, sendo o segundo maior produtor da África Subsaariana, com reservas estimadas em 13,5 biliões de barris. O petróleo bruto e o gás natural consubstanciam as principais actividades da indústria angolana, representando 57,1% do PIB. A companhia nacional Sonangol é a única concessionária para a exploração e produção, participando com 45% da exportação total. As companhias estrangeiras, como a Chevron Texaco, a TotalFinaElf, a ExxonMobil e companhias nacionais do Brasil e China, apenas podem participar através de *joint ventures* e de acordos com aquela companhia (OCDE, 2007: 124).

¹³⁸ Um dos *quatro ilhéus de poder global* existentes em África. Os outros são: Líbia, Angola e República da África do Sul (Santos, 2009: 101).

Apesar de se situar num terceiro anel de produtores de petróleo, de acordo com a EIA, a produção de petróleo Angolano, no ano de 2007, foi de 1,7 Mb/d. A China tem um único desejo: implantar-se maciçamente em Angola e fazer dela o seu primeiro parceiro africano. A sua estratégia é subtil e simples. Joga com o papel de *"protector de última instância contra a pressão internacional"* que o assento permanente no CSNU lhe possibilita. Por outro lado, esgrime com a sua incrível liquidez financeira, sem forçar regras de transparência. O caso de Angola é apontado como um *case study*, uma vez que é o melhor exemplo de sucesso que o dueto Estado chinês/companhias petrolíferas chinesas poderia granjear.

A 28 de Novembro de 2003, os dois países assinaram o tratado que define as bases de uma «nova cooperação económica e comercial». A 22 de Março de 2004, em Pequim, Angola e a China assinaram outro acordo que garantiu ao primeiro uma linha de crédito de 2 mil milhões USD, concedida pela banca chinesa (Exim Bank of China) (CSIS, 2008: 3) ao Ministério das Finanças Angolano, deixando sem reacção o FMI. A imprensa angolana referiu-se a este acordo como um *"paradigma da cooperação sul-sul"*, em que *"não foram impostas a Angola quaisquer condições degradantes"* e onde a China *"mostra compreender as dificuldades de um país saído da guerra"*¹³⁹. Nos termos deste acordo, o governo Chinês, ao conceder o crédito, obteve como garantia créditos resultantes da compra de 10.000 barris de petróleo por dia e uma parceria na exploração de petróleo em águas não-profundas na costa (Lopez, 2006: 282).

No final do ano, o Governo angolano exerceu o direito de opção na venda da BP de metade do bloco 18 (Greater Plutonio field, 200.000 b/d), que se destinava aos indianos da ONGC, para o ceder à Sinopec. A companhia chinesa veio também recuperar o bloco 3/80, depois da licença dos franceses da Total não ter sido renovada. Dois anos depois, em 20 de Junho de 2006, o Exim Bank enviou mais dois mil milhões de dólares ao mesmo tempo que abriu, em data indeterminada, uma terceira linha de crédito avaliada em seis mil milhões de dólares. Ao todo, poderão ter transitado entre Pequim e Luanda 10 mil milhões de dólares (Michel, 2009: 249).

O ano de 2006 (também popularmente designado de *o ano da China em África*) parece ter sido um sucesso assinalável e parece ter marcado o ponto de mudança nas relações entre Luanda e Pequim, tão simplesmente porque Angola se tornou no maior fornecedor mundial de petróleo da China, ultrapassando, pela primeira vez, a Arábia Saudita. Esta vendeu, em Fevereiro desse ano, 2,12 milhões de toneladas de crude, contra 1,98 milhões daquele país do Golfo. Esse ano terminou com mais um périplo do Presidente Hu Jintao, em Fevereiro de 2007, por alguns países africanos (o segundo no espaço de um ano, o terceiro desde que é Presidente

¹³⁹ Agência de Notícias de Angola (ANGOP), 25 de Março de 2004.

da China). O futuro próximo confirmará se esta tendência se manterá ou se se esvairá mas, por ora, parece que a China terá atingido um objectivo maior da sua política externa.

Angola é um dos maiores fornecedores de petróleo à China, com o volume dos primeiros nove meses de 2006 a crescer 46% relativamente ao ano transacto. As estatísticas da *China's General Administration of Customs* demonstram que, pela primeira vez, as exportações de petróleo na primeira metade de 2007 fizeram de Angola o maior fornecedor deste produto à China, ultrapassando a Arábia Saudita. Nesse mesmo ano, a extracção de petróleo rondou 1,7 Mb/d (AfDB, 2008: 103) e em 2008 atingiu cerca de 1,9 Mb/d (490.000 b/d em 1994), prevendo-se que, até ao final da década, o número possa subir para cerca dos 2,2 milhões. Isto devido ao aumento da eficiência e ao surgimento de novos blocos. Estes números transformam Angola no segundo maior produtor de petróleo da África Sub-sahariana, e não é de excluir que Luanda possa vir a ultrapassar a Nigéria nos próximos anos¹⁴⁰.

Estes factos provam que a China está a diminuir a sua dependência do Médio Oriente para a obtenção do crude, em virtude da instabilidade que se vive na região e, em especialmente, devido à incerteza das ambições iranianas de desenvolver um programa nuclear.

Por fim, para terminar este nosso périplo, iremos abordar o Golfo da Guiné¹⁴¹. Situado na costa africana, desde a Mauritânia à Namíbia, este país foi identificado pelo Departamento de Energia dos EUA como situado numa das regiões mais promissoras ao nível do aumento da produção petrolífera durante os próximos anos (Pulido, 2004: 156).

Atendendo às importantes jazidas de petróleo que recentemente têm vindo a ser descobertas, a região do Golfo da Guiné passou a ser considerada pela indústria petrolífera como o novo *El-dorado*, o principal pólo de atracção mundial e o principal centro de produção petrolífera *offshore* em águas profundas (Lopez, 2006: 119) (ver figura 19).

Um dos aspectos catalizadores da crescente importância desta região no sistema petrolífero global foi a sua abertura ao investimento das grandes petrolíferas, situação que não se verifica em alguns dos maiores produtores mundiais.

O Golfo da Guiné representa cerca de 15% das actividades da Shell, 10% da TotalFinaElf e 35% da ChevronTexaco. Também a ExxonMobil e a BP têm investido fortemente na região ao longo dos últimos anos.

¹⁴⁰ Tendo a Nigéria sido ultrapassada por Angola nos meses de Abril e Maio de 2008 (CONFAGRI, 2002).

¹⁴¹ Inclui os seguintes países: Nigéria, Guiné Equatorial, Camarões, Gabão, Angola e a República do Congo.

As reservas petrolíferas comprovadas na região representam valores pouco significativos em relação ao total mundial. Contudo, estes números são permanentemente actualizados, sobretudo numa região, como é o caso do golfo da Guiné, em que a taxa de sucesso na descoberta de novas jazidas localizadas em águas profundas e ultra profundas tem sido assinalável (em 2004, Obiajulu Okuh afirmou que "o Golfo da Guiné detém, potencialmente, as maiores reservas de petróleo existentes em *offshore* de águas profundas¹⁴²". Por outro lado, os custos de produção podem sofrer bastantes flutuações de acordo com a exploração média da região: situados entre os cinco e os sete dólares por barril, enquanto a média mundial oscila entre os sete e os nove dólares.

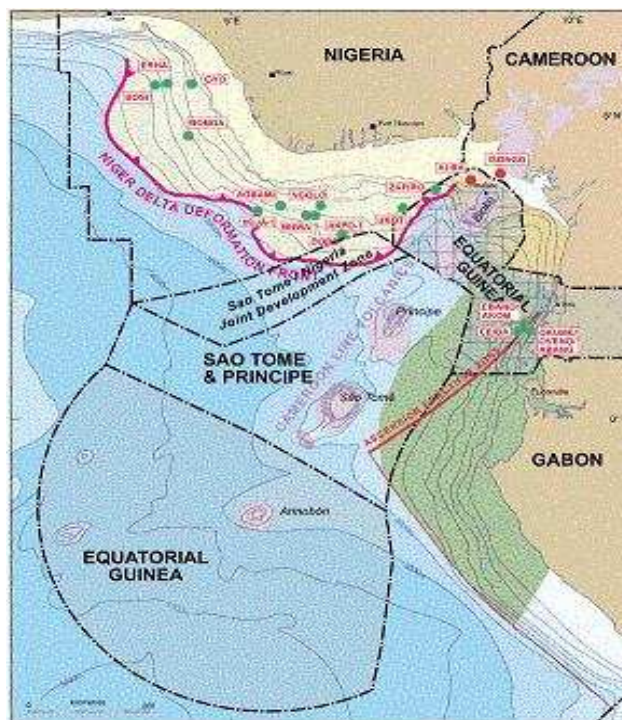


Figura 19 – Golfo da Guiné
 Fonte: <http://pagina-um.blogspot.com/2007/09/os-eua-conquista-do-golfo-da-guine-iii.html>

Nesta corrida ao ouro negro os chineses partem em desvantagem, como é exemplo a sua falta de mestria tecnológica na extracção *offshore* a grande profundidade no golfo da Guiné; este local é considerado a região «mais excitante» do planeta, pelo que poderia «substituir o Golfo Pérsico» e passar a representar, a curto prazo, um quarto das importações americanas. O *think tank* americano, denominado Center for International Policy, calculou que os países do golfo da Guiné irão receber, nos próximos 12 anos, cerca de um bilião de dólares de rendimentos provenientes da exploração de petróleo, se o preço do barril se mantiver acima dos 50 dólares, o equivalente ao dobro de toda a ajuda ocidental à totalidade de África nos últimos 50 anos.

Num outro plano, tem-se consolidado a cooperação militar e África tem crescido em

¹⁴² Note-se que o *offshore* clássico, com uma profundidade máxima até 300 metros, abriu à exploração cerca de 15 milhões de Km² de bacias sedimentares com potenciais reservatórios de hidrocarbonetos. O *offshore* profundo, por seu lado, veio acrescentar aproximadamente 55 milhões de km² de bacias totalmente virgens. Estes valores atestam bem da importância dos avanços tecnológicos a que nos temos vindo referir. Para além dos desenvolvimentos tecnológicos que permitem a exploração de reservas localizadas no *offshore* profundo, o sucesso da bacia Atlântica de África fica também a dever-se a outros factores. Desde logo importa referenciar a abertura das explorações às grandes multinacionais petrolíferas, detentoras do capital e do conhecimento sem o qual dificilmente qualquer Estado da região poderia aspirar a rentabilizar economicamente os seus recursos. Por outro lado, a produção petrolífera na bacia Atlântica de África beneficiou também dos melhoramentos ao nível das técnicas de prospecção que favoreceram a indústria petrolífera na sua globalidade. Entre eles destacam-se, pela sua importância, a aplicação da observação por satélite e o desenvolvimento de testes sísmicos a três e a quatro dimensões.

termos de mercado para o armamento de fabrico chinês. As armas estiveram sempre entre as mercadorias exportadas para África. Durante as lutas pela independência, a China exportou armas para combater o imperialismo ocidental e, mais tarde, apoiou os Estados Africanos fornecendo armas durante a Guerra-fria. Entre 1996 e 2003, a Rússia foi o único país que vendeu mais armas do que a China a um conjunto de onze países africanos. Actualmente, a China tornou-se num dos principais exportadores de armas do mundo¹⁴³, como atestou a Amnistia Internacional no seu retumbante relatório de Junho de 2006, no qual a acusa «de haver fornecido uma vasta variedade de material militar, de segurança e de polícia a países que revelam violações maciças dos direitos humanos» (Michel, 2009: 160).

China North Industries Corporation (NORINCO), Xinxing Corporation (explorada pelo departamento de logística do EPL) e Poly Group, dirigida pelo Estado-Maior General do EPL, são empresas que venderam armas ao Sudão e ao Zimbabué, países acusados de violar maciçamente o direito humanitário. Os nomes destas empresas circulam por toda a África. As companhias chinesas de armamento enfrentaram embargos e sanções internacionais regulares impostas a esses países. Noutros pontos de África, armas chinesas serviram para cometer atrocidades: no Congo, na Tanzânia, na região dos Grandes Lagos, no Chade e na Libéria (idem: 161).

A cooperação militar Chinesa com o Zimbabué, o Sudão e a Etiópia tem sido particularmente intensa. Em 2000, o Zimbabué entregou oito toneladas de marfim em troca de um carregamento de armas ligeiras. Em Abril de 2005, seis aviões a jacto destinados a operações militares “de baixa intensidade” foram fornecidos ao Zimbabué, que no ano transacto tinha comprado 12 caças e 100 veículos militares. Carros de combate, caças, bombardeiros, helicópteros, etc., têm também sido vendidos pela China ao Sudão.

Um dos melhores exemplos da venda indiscriminada de armas aos ditadores africanos é o Zimbabué, um país mergulhado no terror desde 1999 pelo regime de Robert Mugabe. Banido pela comunidade internacional e *Commonwealth*, o ditador da antiga Rodésia do Sul precisa de aliados poderosos e de armas eficazes para se conservar no poder. Ora as sanções não só o privam de material novo como também do «serviço pós-venda» para o anteriormente fornecido. Com a China, Mugabe encontrou um fornecedor compreensivo. Em Junho de 2004, ela ter-lhe-á vendido armamento no valor de 240 milhões de dólares, nomeadamente 12 caças de combate e 100 veículos militares.

Contudo, entre os países de África, o Sudão é o que recebe o apoio militar chinês mais maciço: armamento pesado, que inclui aviões de combate, utilizados na guerra contra o Sul do Sudão (1983-2001), onde os bombardeamentos aéreos e a fome provocaram um a dois

¹⁴³ Segundo o observatório Small Arms Survey, a China é um dos maiores exportadores de armas ligeiras do planeta.

milhões de vítimas civis: helicópteros Z-6 para transporte de tropas e Mi-8 fabricados pela Harbin Dongan Engine Manufacturing Company, máquinas destinadas ao transporte civil que também se revelaram temíveis em combate, depois de modificadas e armadas. Em 2005, a China exportou quase 100 milhões de dólares em armas para o Sudão. De facto, a revista militar *Airforce Monthly*, em Dezembro de 2006, revelou que a sociedade chinesa AviChina, supostamente, entregou seis aviões de combate e treino K-8 e recebeu uma nova encomenda para mais seis (Michel, 2009: 167).

Os Estados Unidos haviam assumido o compromisso de evitar qualquer transferência de armas «que pudessem ser utilizadas para fins de violação ou supressão dos direitos humanos e das liberdades fundamentais» (idem: 164). Em oposição aos EUA, a China não se contenta apenas em vender ou trocar armas. Pequim transacciona também o seu «saber» e o seu *savoir faire*. Consequentemente, desenvolveram-se parcerias militares com 43 países africanos. Entre 2001 e 2006, os líderes militares chineses apresentaram-se 30 vezes em África, nomeadamente no Egipto, de longe o país mais visitado.

Noutros lugares, a China tem de se confrontar com rebeldes hostis, como na Etiópia, no Níger, na Nigéria e, a curto prazo, talvez no Sudão. Ela, que se habituou mais a tapetes vermelhos nos aeroportos africanos do que a negociações com rebeldes em plena selva, tem, contudo, aprendido rapidamente. Alguns indicadores apontam para que a China já não exclua a possibilidade de avançar com tropas, ou até de subcontratar algumas tarefas a mercenários, para proteger os seus interesses locais ou trabalhos em infra-estruturas, como já fez no Sudão. Entretanto, já se podem encontrar mercenários pagos pelos Chineses no Zimbabué para dar formação aos milicianos de Mugabe.

Um outro indicador que não engana é o crescente interesse da China pelas Operações de Manutenção de Paz. De facto, como membro permanente do CSNU, a China tem apoiado e participado activamente nas operações de manutenção da paz compatíveis com o espírito da Carta das Nações Unidas. Em 1990, o EPL fez uma importante inflexão e participa agora em missões da ONU, inclusive na luta contra o terrorismo, tráfico de pequenas armas ou de drogas e crimes transnacionais. Desde essa data, enviou 11.063 militares para participar em 18 operações de manutenção da paz das Nações Unidas (China RP, 2009: 39)¹⁴⁴. Em finais de 2008, a China mantinha 1.949 militares¹⁴⁵ em cerca de 12 operações de *peacekeeping* em

¹⁴⁴ Desde 2006 mais de 3 mil chineses participaram nas operações de paz da ONU em África.

¹⁴⁵ Entre estes, havia 88 observadores militares e funcionários oficiais, 175 militares de engenharia e 43 de pessoal médico para a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (UNMONUC); 275 militares de engenharia, 240 soldados e 43 de transporte de pessoal médico para a Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL); 275 militares de engenharia, 100 soldados e 60 de transporte de pessoal médico para a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS); 275 militares de engenharia e 60 de

várias missões das Nações Unidas, muitas das quais em África (Ling, 1989-2009).

É certo que o número de efectivos enviados para cada local é modesto - algumas dezenas de soldados ou de observadores no máximo -, mas é um começo. É que, à medida que se envolve com África, a China vê-se confrontada com os mesmos problemas que as outras potências: para obter segurança para os seus investimentos, tem de se empenhar. Como que por coincidência, quatro dos seis países com os quais a China mantém relações de reciprocidade a nível militar são também aqueles aos quais compra petróleo (Argélia, Nigéria, Sudão e Egipto) (Michel, 2009: 171).

Até hoje, a China participou em seis operações de manutenção da paz em África: Costa do Marfim, Libéria, República Democrática do Congo, Eritreia e Shara Ocidental. Tem disponibilizado cada vez mais efectivos para integrar forças de manutenção de paz em África. Em 2004, contribuiu com 1500 elementos para as missões das Nações Unidas, incluindo a Libéria¹⁴⁶ (Vasconcelos, 2009: 46).

Neste contexto, os quatro principais objectivos chineses para África centrar-se-ão muito provavelmente na necessidade de: 1º - Assegurar e diversificar o acesso ao abastecimento de energia e a outros recursos estratégicos para o desenvolvimento chinês (médio prazo); 2º - Expandir o acesso aos mercados africanos, porta de entrada para os mercados ocidentais e, eventualmente, servir-se destes para se projectar nos mercados europeu e norte-americano (curto prazo); 3º - Reduzir o espaço de manobra de Taiwan no plano internacional, bem como o seu reconhecimento¹⁴⁷ (longo prazo); 4º - Coordenar as estratégias políticas estrangeiras em fóruns multilaterais e construir uma visão comum dos assuntos globais (médio prazo) (Medeiros, 2007). Poderemos ainda acrescentar um último item, a necessidade de suprir o défice de produção alimentar. De facto, conforme espelha o designado “*Africa Policy White Paper*”, a China encontrou no Continente Africano uma área de interesse económico e estratégico, procurando estabelecer e aprofundar parcerias com os Estados da região, que se revelam através do número de contactos oficiais que têm sido estabelecidos entre as lideranças políticas, e que culminaram na criação do “Fórum Sino-Africano”¹⁴⁸, atestando

peçoal médico para a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL); e 315 militares de engenharia para a União Africana, Operação das Nações Unidas no Darfur (UNAMID). Desde 2000, a China enviou 1.379 polícias para sete áreas de missão. Actualmente, encontram-se 208 polícias chineses em operações de paz na Libéria, Kosovo, Haiti, Sudão e Timor-leste (China RP, 2009: 39).

¹⁴⁶ Em apoio aos esforços da União Africana (UA) na manutenção da paz no continente, a China tem intensificado a sua assistência financeira e participação efectiva nas operações de manutenção da paz. No final de 2005, havia 843 militares chineses servindo em oito dessas operações, em África. Em Março de 2005, a China fora um dos primeiros países a designar um representante junto da UA.

¹⁴⁷ Havendo sete países africanos, entre os quais São Tomé e Príncipe, que mantêm relações diplomáticas com Taipé, o único pré-requisito do apoio chinês é o não reconhecimento de Taiwan (Alves, 2005: 100).

¹⁴⁸ Ao abrigo deste Fórum, a China tem perpetrado uma concorrência feroz com os EUA e a Europa, especialmente no plano comercial e na exploração dos recursos naturais.

exactamente o empenhamento colocado em África.

O móbil da China em África opõe-se em larga medida ao norte-americano, pois deriva também e essencialmente da procura do mesmo tipo de recursos, especialmente os relacionados com a energia e as matérias-primas para a construção e indústria, os quais são essenciais para sustentar o desenvolvimento económico chinês. No plano energético, é sabido que a China possui escassas reservas de petróleo e que as parcerias com África poderão permitir-lhe sustentar as suas crescentes necessidades de uma forma totalmente independente da regulação de certo modo controlada pelo Ocidente (Eisenman, 2006).

Paralelamente, a China encontrou no continente africano um mercado potencial de consumidores, cerca de 700 milhões (Malaquias, 2006: 208), onde poderá colocar a sua produção, inclusivamente bélica, como será o caso do Sudão e de outros Estados com conflitos internos¹⁴⁹.

Fruto das políticas económicas, de produção e de mercado extremamente agressivas, a indústria chinesa tem feito desaparecer algumas empresas africanas, destacando-se a indústria têxtil¹⁵⁰, colocando mais dificuldades no processo de crescimento económico africano. Através da parceria económica dos EUA com África, a já referida AGOA, a China tem aproveitado inclusivamente para se substituir às empresas africanas e entrar nos mercados americanos com condições vantajosas, que haviam sido definidas para os países africanos evoluírem economicamente (Medeiros, 2007). Será ainda de referir que a China não escolhe apenas as áreas de produção ligadas à energia economicamente mais interessantes. De facto, existem actualmente implantadas em África 674 empresas estatais que também investem em sectores eventualmente menos lucrativos, abandonados pelo ocidente (The South African Institute of International Affairs, 2007), mas que se revestem de particular importância para o país, como sejam os produtos alimentares, a madeira ou os metais. Exemplos concretos serão a exploração das minas de cobre da Zâmbia ou de ferro da Libéria.

Se atentarmos às palavras do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês: *“Business is business. We try to separate politics from business...You [the West] have tried to impose a market economy and multiparty democracy on these [African] countries which are not ready for it. We are also against embargoes, which you have tried to use against us”*, facilmente se deduz a estratégia política e diplomática que está por trás da sua agressividade económica no continente africano. O que a China prospectiva e coloca em prática no continente africano

¹⁴⁹ A China forneceu recentemente material militar ao governo do Zimbabué no valor de 200 milhões de dólares (Malaquias, 2007). Paralelamente, a China tem sido acusada de fornecer material militar ao governo do Sudão, para a sua luta contra os rebeldes e populações do Darfur.

¹⁵⁰ Países como o Quênia, Lesoto, África do Sul e Suazilândia viram já algumas fábricas encerrar em virtude da agressividade económica chinesa, que inclusivamente traz os seus empregados da China.

traduz-se numa alternativa ao ocidente e no impedimento de eventuais tentativas de ingerência nos assuntos internos dos Estados africanos (Feinstein, 2007), invocando inclusivamente o facto de a própria China ter sofrido recentemente tentativas de intromissão nos seus assuntos internos e um embargo por parte do mundo ocidental.

Através de financiamentos e créditos à margem das tradicionais instituições financeiras mundiais, de parcerias políticas e diplomáticas, especialmente no fórum das Nações Unidas, a China proporciona aos Estados parceiros, muitas vezes desacreditados no plano externo pela falta de legitimidade e pela falta de respeito pelos direitos humanos, a sua única hipótese de evitar intervenções da comunidade internacional. Os casos do Sudão e do Zimbabué espelham exactamente esta situação. Verifica-se, assim, que no plano das instituições e *fora* internacionais há como que uma concertação de acções entre alguns Estados Africanos e a China, a qual condiciona ou veta eventuais propostas de resolução do CSNU adversas aos seus parceiros. Em troca, para além dos dividendos económicos obtidos, a China vê obstruída, por força das nações africanas, a emissão de referências negativas da Comissão dos Direitos Humanos da ONU em relação a abusos dos direitos humanos por sua parte e dos seus aliados.

Um outro ponto interessante reside na tentativa de isolamento de Taiwan no plano comercial e político, que no caso africano se traduziu na retirada de apoio e reconhecimento por oito países deste continente¹⁵¹. Também o eventual ressurgimento japonês no plano internacional é alvo da estratégia chinesa, visando retirar-lhe qualquer possibilidade de concertar uma possível candidatura ao CSNU com outros Estados e, para isso, a China conta mais uma vez com as parcerias que tem estabelecido em África.

Em poucos anos, a presença da China em África passou de assunto complexo para especialistas em geopolítica a tema central nas relações internacionais e na vida quotidiana do Continente. Todavia, investigadores e jornalistas continuam a remexer os mesmos números macroeconómicos: o comércio bilateral entre as duas regiões multiplicou-se por 50 entre 1980 e 2005. Quintuplicou entre 2000 e 2006, passando de 10 para 55 mil milhões, e atingiu os 100 mil milhões em 2008, em vez de 2010, como se previra.

Em 2007, estariam já 900 empresas chinesas em solo africano; a China passou à frente da França como segundo maior parceiro comercial de África. Estamos perante números oficiais, que não têm em conta os investimentos de todos os imigrantes, que serão 750.000 no continente. Actualmente, o governo Chinês apoia a emigração, especialmente para os audazes que procuram a sua sorte em África. No espírito dos dirigentes chineses, e singularmente no

¹⁵¹ Chade (2006), Senegal (2005), República Centro-Africana (1998), Guiné-Bissau (1998), Lesoto (1994), Libéria (2003), Níger (1996), África do Sul (1997).

do presidente, por vezes cognominado o *Africano*, a emigração tornou-se até uma parte da solução para reduzir a pressão demográfica, o sobre-aquecimento económico e a poluição: “*temos 600 rios na China, 400 estão arruinados pela poluição*», não conseguiremos resolver isso sem mandar 300 milhões de pessoas para África!”. Até agora, foram centenas de milhar que deram o grande salto (Michel, 2009: 14 e 17).

Para alimentar o seu desmesurado crescimento, a China tem uma necessidade vital de matérias-primas que abundam naquele Continente, a começar pelo petróleo. Não lhe repugna a ausência de democracia nem a corrupção. Alguns vêem ali uma estratégia aprendida com Sun Tzu: «*Para venceres o teu inimigo, é preciso que primeiro o apoies, para que ele descure a vigilância; para tomar, é preciso começar por dar*». Efectivamente, a China não trata apenas de se apropriar das matérias-primas africanas. Escolha também os seus produtos simples e baratos, reconstrói as estradas, os caminhos-de-ferro e os edifícios oficiais. Falta de energia? Ela constrói barragens no Congo, no Sudão, na Etiópia e dispõe-se a ajudar o Egipto no relançamento do seu programa nuclear civil. É preciso telefone? Ela equipa toda a África com redes sem fios e fibras ópticas. As populações locais estão reticentes? Ela abre um hospital, um dispensário ou um orfanato (idem: 19).

Pequim suplanta Paris, Londres e Washington junto dos ministérios africanos e, por vezes, dos corações. Afasta também a sua rival Taiwan, bem implantada no continente desde há muito, impondo a regra «é ela ou eu». As reiteradas visitas do presidente Hu Jintao e da sua armada diplomática operam maravilhas (ibidem: 20).

Em Addis Abeba, a China procura seduzir toda a África. A 25 de Maio de 2007, dia de festa da independência africana, Pequim anunciou um donativo de 150 milhões de dólares à UA para a construção do seu novo centro de conferências. A sede da UA é o centro de todas as intrigas diplomáticas ou militares do Corno de África, desde há muito terra de confrontos. Na época colonial, assistiu à luta entre França, Itália e a coroa britânica. Durante a Guerra-fria, Moscovo e Washington travaram-se aí de razões, recorrendo a ditadores intermediários. A partir de agora, são a América e a China quem ali se defronta (Michel, 2009: 221).

As mesmas regras, mas num terreno novo: o Continente negro voltou a tornar-se objecto de todas as cobiças. Novos protagonistas, também: os Estados Unidos e a China. Esta última faz avançar os seus peões por toda a parte e apronta-se para controlar, com a sua frota de guerra, o Mar da Arábia e o Oceano Índico, a partir do porto paquistanês de Gwadar, no qual foram já investidas várias dezenas de milhares de yuan. Quanto aos Estados Unidos, compreenderam toda a importância de África e procuram instalar lá o AFRICOM, o seu novo centro de comando militar integrado.

III.2. Rotas de abastecimento

A RPC, potência de caracterização essencialmente continental, está enquadrada a Norte e a Sudoeste por duas potências regionais - Rússia e Índia - e a Oeste por um conjunto de novos Estados provenientes da desagregação da ex-URSS, pelo Afeganistão e pelo Paquistão. A leste do Continente e no sudeste asiático é que se encontram os aspectos mais sensíveis do relacionamento externo da RPC, principalmente a partir do momento em que esta começou a olhar para o Oceano Pacífico de forma diferente, com o intuito de aí se imiscuir como espaço de afirmação e porque se torna fundamental ao seu desenvolvimento económico.

De facto, Pequim, no pós-Guerra Fria, fruto das reformas efectuadas e do seu poderio militar, começou a desenvolver uma diplomacia muito activa, perseguindo os seus objectivos políticos, nomeadamente: manter a integridade territorial e a unidade interna; recuperar os territórios a que diz ter direito ou que fazem parte da sua soberania; incrementar a sua influência regional, desenvolvendo uma política de emigração e opondo-se ao surgimento de forças ameaçadoras da região; e potenciar o estatuto global da China. Como consequência, tem demonstrado que pretende utilizar o seu crescente poder para atingir maior protagonismo a nível internacional, que poderá tomar a forma de hegemonia regional ou mundial.

Neste contexto, a possibilidade da maritimidade ganha novamente importância no pensamento geopolítico das autoridades chinesas. Embora a China nunca tenha revelado um comportamento expansionista, nos últimos anos tem vindo a modernizar as suas Forças armadas através da aquisição de equipamento essencialmente naval e aéreo, visando a protecção dos seus interesses na área.

Contudo, importa indagar, neste momento, o porquê de se associar maior expressão a nível internacional com poder marítimo. Para esclarecer a questão é necessário recorrer ao contributo dos geopolíticos do poder marítimo. Entre estes o mais importante foi o do Almirante norte-americano Alfred Mahan. Este, baseando-se no exemplo da Inglaterra, assumiu que se os EUA quisessem conquistar poder a nível internacional teriam que se tornar numa potência marítima¹⁵². No seu livro *A influência do poder marítimo*, o referido almirante demonstrou as várias razões que o levavam a crer na importância do mar para se atingir poder a nível internacional.

Primeiro, o domínio dos mares significa o controlo de 7/10 da superfície do globo. Segundo, historicamente, o poder marítimo superiorizou-se sempre ao poder terrestre. Terceiro, os oceanos constituem um espaço contínuo que faculta o acesso a todos os

¹⁵² Tal como tinha acontecido, anteriormente, com os impérios de Portugal, Espanha, Holanda, França, Inglaterra, Alemanha, Japão e Rússia.

Continentes e ilhas. Por último, o domínio do mar significa o domínio dos mercados internacionais. Esta constatação está presente no silogismo, citado por Defarges, que sintetiza a tese do poder marítimo: *"quem dominar os oceanos domina o mercado mundial; quem dominar o mercado mundial, domina as riquezas mundiais; quem for o senhor das riquezas mundiais domina o próprio mundo"* (Cardoso, 2008: 107).

À semelhança de Mahan, também Nicholas Spykman¹⁵³, um continuador de Sir Haldorf John Mackinder¹⁵⁴, aludiu à importância do mar para se atingir um elevado estatuto a nível internacional. Contudo, este não se debruçou apenas sobre o poder marítimo, referindo-se também às vantagens do poder terrestre, entendendo-se, assim, a sua teoria como dualista¹⁵⁵. O professor norte-americano considerava o *rimland*¹⁵⁶, e não o *heartland*, a zona pivot do mundo (ver figura 20).



Figura 20 – Teoria de Spykman
Fonte: Aula de Geopolítica do CEMC 2007/08

Assim assumia Spykman que o controlo deste espaço geográfico gerava melhores condições para se atingir o domínio regional e mundial, por nele viver a maior parte da população mundial, por nele se encontrarem muitos dos seus recursos e porque é através dele que se pode dominar a Eurásia.

Desta constatação resulta o silogismo essencial da teoria de Spykman *"quem controla o rimland governa a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do Mundo"*.

Face às condições apresentadas por Mahan e Spykman, é possível perceber que a China é um Estado que facilmente se enquadra no estatuto de potência marítima. Dotada de um litoral extremamente extenso (9000 km), que vai desde o Golfo de Tonkin até à península

¹⁵³ Teorizador do Poder Marítimo, utilizando a base geográfica de Mackinder.

¹⁵⁴ Professor da Universidade de Oxford, Director da London School of Economics e autor de diversas obras, apresenta uma concepção do ambiente geográfico que combina os grandes espaços e a sua localização.

¹⁵⁵ O mundo não americano foi dividido em quatro grandes regiões: as terras centrais do continente do Norte, a zona de amortecimento circundante, as massas marginais e os continentes periféricos. As terras centrais do continente do Norte, ou *Heartland*, eram uma área continental; a zona de amortecimento, ou *Rimland*, eram as terras costeiras da Eurásia e coincidiam com o crescente interior de Mackinder; as massas marginais, ou *Ocean Belts*, eram constituídas pelo Atlântico, Índico e Pacífico; os continentes periféricos, ou *Off Shore Continents and Islands*, eram a África, a Austrália, a Nova Zelândia, a Indonésia e o Japão.

¹⁵⁶ O *Rimland*, entendido como as zonas costeiras que bordejam a Eurásia ou o arco ribeirinho envolvente do *heartland*, iria desde a Europa marítima ocidental até ao extremo oriente, incluindo o Médio Oriente, o sub-continento indiano e o Sudeste Asiático.

coreana, bordejado por três mares de extrema importância (Mar do Sul da China (MSC), Mar Amarelo e Mar da China Oriental), que fazem a ligação tanto ao Oceano Pacífico como ao Oceano Índico, e com portos de mar, considerados os melhores da região, a China apresenta uma ampla capacidade de projecção marítima, encontrando-se no centro da segunda rota marítima mais importante, que liga o Golfo Pérsico ao Pacífico.

Na opinião de Spykman, situada no *rimland*, apostando na maritimidade, a China usufrui de condições excepcionais para dominar a Eurásia ao encarnar, integralmente, os factores que tornam o *rimland* a zona pivot mundial: abundância de recursos humanos, energéticos e naturais.

Na elaboração da sua obra, em 1997, Brzezinski teorizou cenários acerca da possibilidade de domínio regional da China que, com o alargamento do seu espaço de influência, poderia considerar-se a hipótese do domínio global (ver figura 21).

Os cenários teorizados, em especial o global, podem ser contrariados por actores exteriores. A Este, os EUA, com a sua plataforma estendida ao Japão, poderiam recorrer ao uso efectivo do instrumento militar para impedir o domínio sobre a península coreana e a absorção forçada de Taiwan.

A concretização de qualquer dos cenários de domínio depende da capacidade de desenvolvimento económico, político e social da China e da atitude dos EUA como poder equilibrador no Pacífico. Garantidas as condições internas, a posição americana deve ser de indiferença para que se possa verificar o domínio global. Relativamente ao domínio regional, ainda que seja aceitável a sua ocorrência, necessita de uma posição de acomodação por parte dos EUA, pois o fluxo financeiro e económico no estreito de Malaca propaga-se ao Japão e, por conseguinte, aos EUA, que não pretendem ver estranguladas as vias que garantem as trocas económicas (Brzezinski, 1997: 86).

Neste contexto, a posição geopolítica anfíbia da China dota-a de um potencial de poder extremamente importante para se tornar o mais sério candidato a controlar este espaço geográfico e a partir para o domínio da Eurásia (Cardoso, 2008: 109).

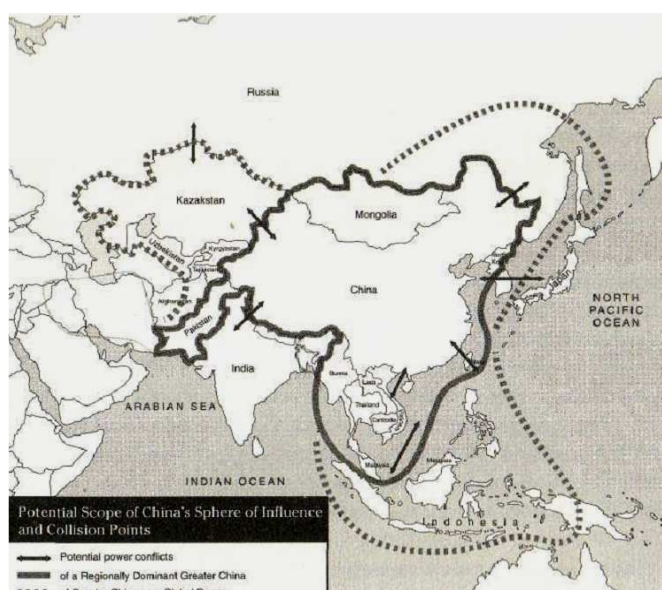


Figura 21: Domínio regional e global da RPC
Fonte: (Brzezinski, 1997: 85)

Brzezinski afirmava ainda que as relações na região asiática desenvolviam um percurso pacífico, sendo dada preponderância ao rápido crescimento económico que se verificava.

No entanto, as disputas políticas de cariz territorial podiam constituir um factor ignidor da conflitualidade regional. De entre as matérias passíveis de tal classificação, encontravam-se a declaração unilateral de independência por parte de Taiwan, não reconhecida pela RPC, a disputa sobre as ilhas Paracel, Spratly e Diaoyu, a instabilidade da divisão da península coreana, bem como as disputas fronteiriças que a China ainda hoje mantém (1997: 80) (ver figura 22).

De facto, o mar da China Meridional ocupa uma posição de extrema importância entre a China e o Sudeste Asiático. Para estes, começa a ser ameaçadora a capacidade de projecção de poder por parte daquela em direcção ao Pacífico Sul. No mar da

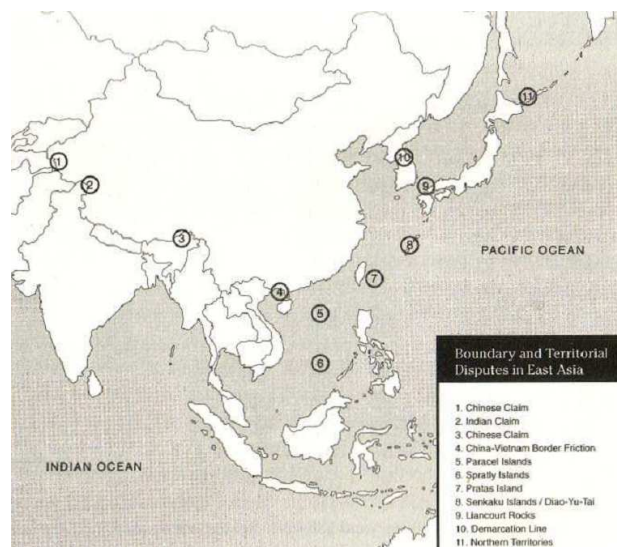


Figura 22: Disputas territoriais e fronteiriças no Sudoeste asiático
Fonte: (Brzezinski, 1997: 78)

China Meridional localizam-se algumas ilhas que constituem a fonte de múltiplas disputas. Neste âmbito inserem-se as complexas questões de soberania, nomeadamente o restabelecimento do controlo de Pequim sobre os *territórios perdidos* durante o *século da vergonha* (Spratly e Taiwan).

Em 1992 a China promulgou a lei das “Águas territoriais e Zonas Adjacentes”, que afirmava a soberania chinesa sobre grande parte do Mar do Sul da China. Este factor acicatóu a conflitualidade em torno do mar, já que os limites de soberania definidos por Pequim interceptavam as Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) do Vietname, Filipinas, Brunei e Malásia. Em toda a sua extensão, os 14,5 mil quilómetros de limites marítimos constituem áreas de crises potenciais e de tensões. Neles, os contenciosos são profundos e não-resolvidos.

Ao todo, Pequim reivindica o domínio pleno sobre 4 milhões de quilómetros quadrados de mar (ver figura 23). No centro da disputa entre a China e os restantes países estava um pequeno grupo de ilhas, ilhotas, recifes e corais, apelidado de Spratly¹⁵⁷ (Cardoso, 2008: 127).

As Spratly (Nansha, em chinês) incorporam grande parte das potencialidades estratégicas do Mar do Sul da China como um todo. Desde 1968, ano em que se descobriu petróleo nas ilhas, que

¹⁵⁷ As ilhas Spratly estão localizadas a 1500 km a Sul das costas da China, 320 km a Nordeste do estado Malasiano do Sabah, 280 km a Oeste das Filipinas e 400 km a Este do Vietname. Estas ilhas são ricas em petróleo e gás natural e são disputadas pela China, Taiwan, Vietname, Filipinas, Malásia, Brunei e Indonésia.

estas aumentaram consideravelmente a sua importância.

Além dos recursos energéticos, as Spratly tornaram-se relevantes, pelo que o controlo do arquipélago permitirá abrir linhas marítimas, na ordem de 200 milhas ou 12 milhas, conforme o ponto de partida seja considerado ilha ou apenas rochedo, nas quais se poderá proceder à exploração dos recursos nelas existentes (idem: 129).

A importância estratégica das Spratly resulta, sobretudo, do facto destas estarem enquadradas no chamado processo de ascensão da China, devido à proximidade das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM's) do Sudeste Asiático, as mais importantes do mundo. Tendo em conta a relevância do MSC enquanto espaço charneira entre o Pacífico e o Índico, as ilhas Spratly tornam-se extremamente importantes no controlo e vigilância das embarcações que transitam o mar. A acuidade geopolítica da China na procura de proteger as rotas dos super-petroleiros provenientes do Médio Oriente impõe, naturalmente, o domínio de espaços no MSC. Neste âmbito, as ilhas Spratly tornam-se num ponto fundamental¹⁵⁸.



Figura 23 – Territórios em disputa pela China
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRCChina, 2009: Sec 1:6)

A China questiona ainda o Japão sobre a posse das ilhas Diaoyu (Senkaku, em japonês), que abrigam uma base norte-americana. As ilhas Paracel (Xisha, para os chineses), situadas entre o Vietname e a China, são reivindicadas pela China e por Taiwan. O arquipélago das Pratas (Dongsha, para os chineses), ao largo de Cantão, e o banco Maclesfield, situado entre as Paracel e as Filipinas, são também reivindicados por vários países.

Estas ilhas no mar da China Meridional¹⁵⁹, que muitos autores consideram o Mediterrâneo asiático, contêm consideráveis recursos energéticos e alimentares e permitem controlar uma importante via marítima que passa por Singapura e liga a China à Ásia Meridional e aos países petrolíferos do Médio Oriente. Ao longo desta via marítima

¹⁵⁸ Muito mais que a apropriação das riquezas em hidrocarbonetos e recursos marinhos, o que importa é o acesso da frota chinesa ao alto-mar, conforme os planos traçados em meados dos anos 80. Numa primeira etapa, a marinha quer dominar a costa chinesa, projectando-se até ao Japão e à Indonésia. Em seguida, o plano é uma segunda bacia, que inclui Taiwan, onde haverá uma provável oposição da Marinha dos Estados Unidos.

¹⁵⁹ É o maior Mar do Mundo com uma área de 2.974.600 Km².

localizam-se as economicamente poderosas diásporas chinesas de Singapura, Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas, às quais a China pretende garantir o seu apoio político.

A soberania sobre as ilhas é para Pequim um facto indubitável, não aceitando, sob qualquer circunstância, discutir sobre algo que é seu por direito. Face aos interesses em jogo, se, para resolver a questão da soberania destas ilhas, não houver um entendimento pela via diplomática entre os países envolvidos, o recurso à força será, provavelmente, o único meio encontrado, o que, aliás, já não aconteceria pela primeira vez.

A China conseguirá, igualmente, tornar as ilhas no ponto essencial de ligação entre o MSC e o Oceano Índico. No curto-prazo não se espera que a China ponha em causa as suas relações com os EUA e com o Japão por causa da liberdade de circulação no MSC. Contudo, no longo-prazo, num momento em que a China fortalecida pelas benesses da *calculative strategy* decida arriscar a hegemonia regional, as ilhas Spratly tornar-se-ão uma peça essencial da estratégia da *Blue Water Navy* para vigiar e controlar a circulação das forças navais norte-americanas no MSC, que utilizam este Mar como via de ligação entre os EUA e as bases do Médio Oriente e Ásia Central. É necessário realçar duas questões relativamente à posição chinesa face às LCM's do Sudeste Asiático: primeira, a China considera o MSC *águas históricas*, ou seja, nestas, o Direito Internacional admite que o tráfego marítimo seja controlado pelo Estado que as possui; segunda, na lei chinesa de 1992, Pequim admite que a passagem de navios de guerra no seu mar territorial exigirá a sua permissão (artigo 6). Ambos os factores são indícios claros de que, quando a China controlar as Spratly, exercerá um controlo sobre as LCM's do Sudeste Asiático.

O Mar do Sul da China ganha relevo em termos de segurança energética. Dado que, actualmente, 58% das importações de petróleo da China provêm do Médio Oriente, torna-se extremamente importante garantir a segurança das linhas de comunicação marítimas do Sudeste Asiático (Cardoso, 2008: 115).

O governo chinês tem apostado, desde a década de oitenta, num plano de modernização tecnológica do EPL, com maior destaque para a marinha. Em 1982, a nomeação do Almirante Liu Huaqing¹⁶⁰ para o comando da marinha chinesa e as declarações de Deng Xiaoping, segundo as quais as actividades da marinha não deveriam ficar confinadas às águas costeiras,

¹⁶⁰ Liu Huaqing estabeleceu um plano de modernização da M-EPL em duas fases fundamentais: *Green Water Navy* (2010) e *Blue Water Navy* (até 2050) (Carriço, 2002: 997). “Nesta primeira fase, as forças navais deverão ser predominantemente compostas por bombardeiros de médio alcance sedeados em terra e esquadras de submarinos de ataque (...) a Marinha irá evitar qualquer confrontação naval que envolva os seus navios de superfície. No entanto, cada uma das três esquadras deverá estabelecer uma força-tarefa com capacidade oceânica (...). Na segunda fase de evolução, a Marinha irá alargar progressivamente o seu raio de acção até ao Pacífico Ocidental e Oceano Índico (...). As forças-tarefa constituídas na primeira fase já terão evoluído para esquadras combinadas de combate naval, lideradas por porta-aviões ou grandes cruzadores lança-mísseis” (Carriço, 2002: 998).

marcaram o ponto de viragem na estratégia naval, com uma nova aproximação a uma estratégia global. Em 1985, a Comissão Central Militar do Comité Central do Partido Comunista reestruturou a estratégia de defesa do país, passando a utilizar-se o conceito de *Active Defense*¹⁶¹, que pressupunha a intenção de projectar poder além-fronteiras.



Figura 24 – Teoria Chinesa da primeira e segunda cadeia de ilhas
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:18)

A última fase da visão marítima pretende que, até 2050, a China assuma um papel de potência naval mundial. Constata-se, pela estratégia delineada por Huaqing, que a China apresenta uma clara intenção de se tornar uma potência marítima. Esta intenção materializou-

¹⁶² A definição deste termo está entre os conceitos de *Brownwater* (defesa costeira) e *Bluewater* (defesa oceânica).

se na criação da *blue water navy*, uma força naval mais forte e tecnologicamente mais avançada, capaz de subjugar as marinhas dos países vizinhos mais fracos.

No passado, a sua principal tarefa era estar preparada para barrar uma tentativa de invasão por mar. Actualmente, com as tarefas atribuídas à Marinha, pretende-se que a sua área de operações se estenda progressivamente até às cadeias de ilhas que circundam a China. Com efeito, esta mudança no foco da estratégia naval, das *brown waters* para as *blue waters*, tem levado a uma redução das forças costeiras e a um esforço de construção e modernização naval sem precedentes (Vasconcelos, 2009: 189).

A China tem vindo a aumentar as suas despesas militares, nos últimos dez anos, em proporção directa com o aumento do PIB. Este aumento beneficiou principalmente a marinha, que tem vindo a modernizar a sua frota e a sua aviação e a expandir o raio de intervenção das suas reservas navais (em diversas ocasiões, ao longo do ano de 2004, submarinos chineses penetraram em águas territoriais do Japão, originando uma tensão considerável entre os dois países), indicando a preocupação de concluir, o mais rapidamente possível, a *blue water navy* (Rampini, 2006: 200).

Bernard Cole refere que, “em 2010, a China contará com dois ou três submarinos com lança mísseis, vinte ou trinta submarinos de ataque modernos, seis deles com capacidade nuclear, e vinte e quatro barcos anfíbios” (Cit. por Cardoso, 2008: 122). Serão também

adquiridos porta-aviões para acrescentar poder aéreo à capacidade marítima (ver figura 25).

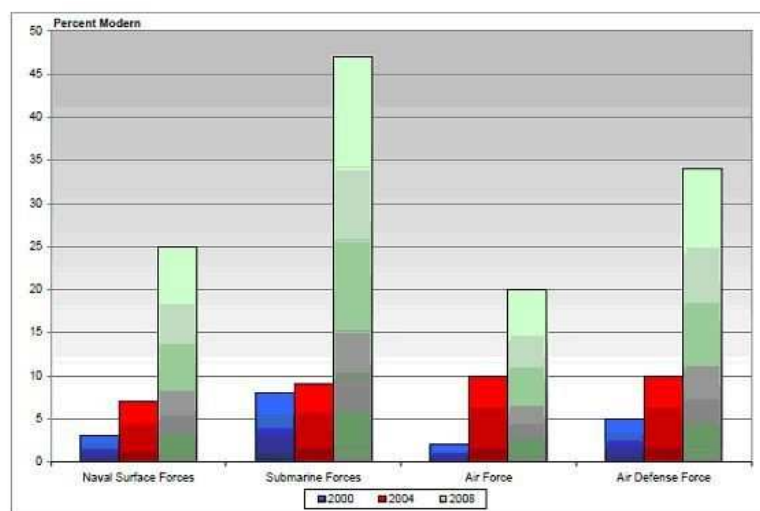


Figura 25: Áreas de modernização do EPL (Período de 2000 a 2008)
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:36)

A China já tem desenvolvido esforços para se estabelecer no MSC, nomeadamente, através da construção do posto de comando no arquipélago das Paracel. Esta iniciativa facilitará a intenção chinesa de se projectar para a totalidade do Mar do Sul da China. Além do Mar do Sul da China, o governo chinês tem procurado projectar poder para outros espaços marítimos. Esta projecção de dupla face visa, sobretudo, garantir a segurança das LCM's que partem do Médio Oriente rumo ao Pacífico.

Sem dúvida, a China compreendeu e adoptou a teoria que, em 1964, o professor americano Bernard Cohen redigiu na sua obra “*Geography and politics in a divided world*”, onde, na sua visão, o equilíbrio mundial será sustentado por duas ou três regiões geoestratégicas (mundo dependente do comércio marítimo¹⁶³, poder continental Euro-Asiático¹⁶⁴ e cinturas fragmentadas¹⁶⁵), cada uma dirigida por uma superpotência, podendo-se distinguir regiões de significado global e regiões de significado regional, sendo as primeiras denominadas de geoestratégicas e as segundas de geopolíticas (ver figura 26).

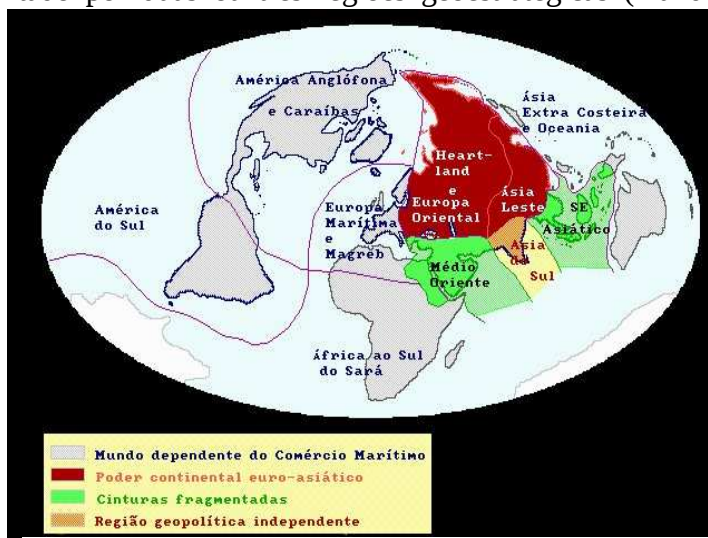


Figura 26 – Teoria das Regiões Geoestratégicas de Bernard Cohen

Fonte: Aula de Geopolítica do CEMC 2007/08

Por fim, na sua obra, Cohen propôs que o esforço dos EUA deveria ser executado não sobre o Rimland, como tinha defendido Spykman, dada a impossibilidade material de o controlar e organizar por completo, “mas sobre os «Shatterbelts» (Cinturas fragmentadas - Região do Médio Oriente e Sudeste Asiático), não perdendo a possibilidade de garantir o seu controlo e escolhendo criteriosamente, nessas regiões, os seus aliados preferenciais”.

Ainda segundo Cohen, “a contenção do Mundo continental deveria permitir concentrar o esforço em certas áreas em detrimento de outras que se assumam ser de menor importância, desde que essas áreas mais importantes mostrem mais aptidões para uma aliança ao poder marítimo, contenham recursos indispensáveis ao Mundo Livre, possuam condições para servir de amortecedores estratégicos e evitem um confronto entre as duas potências”. Em nosso entender, a única diferença, passados 45 anos, é o facto de as duas potências não serem os EUA e a URSS, mas sim os EUA e a China.

¹⁶³ O autor delimita o *Mundo dependente do Comércio Marítimo* integrando as Américas (do Norte e do Sul e as Caraíbas), a Europa Marítima e o Magrebe, as ilhas Asiáticas e a Oceânia.

¹⁶⁴ O *poder continental* ou Euro-asiático integra o Heartland Russo, a Europa Oriental e o Este Asiático e Continental.

¹⁶⁵ *Cinturas fragmentadas* são as regiões que: (1) Comandam pequenas áreas marítimas estratégicas; (2) Distinguem-se pelas suas riquezas; (3) São de vital importância para o «Trade Dependent Maritime World»; (4) São também importantes para o «Eurasian Continental World»; (5) São áreas politicamente fragmentadas; (6) São áreas economicamente fragmentadas; (7) Pelas suas diferenças internas parecem incapazes de conseguir uma unidade efectiva tanto no plano político como no económico; (8) O alinhamento dos «shatterbelts» é errático, tudo dependendo dos interesses nacionais e das pressões económicas e militares dos centros de poder estranhos à área; (9) Pela sua situação e características, é impossível o seu completo controlo por qualquer dos grandes poderes; (10) Servem de apoio às grandes potências em épocas de conflito; (11) São áreas-tampão, impedem o confronto entre as grandes potências; (12) Oferecem opções para as várias formas de contenção, o que não acontece com quaisquer outras áreas.

Sem dúvida, a China tem mostrado uma grande acuidade geopolítica na concretização deste objectivo. No entanto, é de prever que os níveis de ansiedade aumentem ainda mais à medida que Pequim procura reforçar a sua presença militar na Ásia-Pacífico, uma região em que os Estados Unidos são o árbitro incontestado da segurança.

Não se pode dizer que a China esteja a querer provocar os Estados Unidos, mas não tem outra opção que não seja a de tentar exercer alguma influência sobre os *pontos de estrangulamento marítimo* e consolidar as suas linhas de abastecimento de petróleo desde o Médio Oriente, passando pelo Estreito de Malaca¹⁶⁶, o braço de mar entre a Indonésia e a Malásia, bem como o Estreito de Sonda¹⁶⁷ e de Gaspar¹⁶⁸, por onde passa quase todo o petróleo que a Ásia importa do Médio Oriente e de África (Cardoso, 2008: 122) (ver figura 27).

No ano 2003, os países exportadores do Golfo Pérsico supriram cerca de 40% da totalidade das importações chinesas de petróleo. As estimativas disponíveis indicam que esta dependência irá acentuar-se substancialmente ao longo dos próximos anos. O Departamento de Energia dos EUA estima que, em 2025, perto de 70% das importações chinesas de crude virão dos grandes produtores do Golfo Pérsico pertencentes à OPEP.



Mapa 27 - Rotas Marítimas Críticas de Abastecimento Energético Chinês
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:4)

Quer em termos económicos, quer em termos estratégicos, a evolução descrita torna a região do Golfo vital para Pequim.

A larga dependência da produção de petróleo do Golfo Pérsico coloca dois problemas principais a Pequim: os recursos petrolíferos têm de ser transportados através de petroleiros e têm de atravessar rotas marítimas controladas por forças externas, com especial destaque para os Estados Unidos; a China nunca teve uma presença política significativa no Médio Oriente capaz de se equiparar à dos Estados Unidos (Pulido, 2004: 233).

¹⁶⁶ Estimativas disponíveis indicam que o número de petroleiros provenientes do Médio Oriente que, através do estreito de Malaca, atravessam o Oceano Índico e o Mar da China Meridional em direcção aos portos asiáticos triplicará durante o período 2000-2020 (Pulido, 2004: 135).

¹⁶⁷ O estreito da Sonda separa as ilhas de Java e Sumatra.

¹⁶⁸ O estreito de Gaspar separa as ilhas de Bangka e de Belitung, na Indonésia.

Para se ter uma ideia da grandeza do mercado, estima-se que no ano 2000 tenham sido transportados por via marítima cerca de 2.133 milhões de toneladas de hidrocarbonetos, correspondendo a cerca de 2/3 do total mundial, com as principais rotas marítimas a fluir dos portos dos países produtores (Lopez, 2006: 43) (ver figura 28).

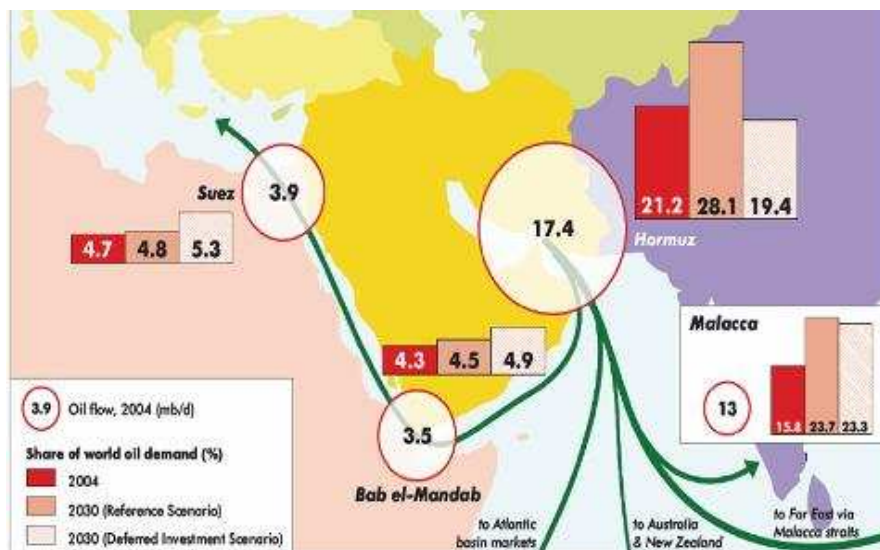


Figura 28 - Volume de Petróleo nos Pontos Estratégicos (Mb/d)

Fonte: <http://diariodopresal.files.wordpress.com/2009/10/geopolitica-dos-fluxos-maritimos.jpg>

Fazendo uma análise sumária, verifica-se que as origens com maior quantidade de tráfego são as do Médio Oriente e Norte de África. Os destinos preferenciais são os EUA, Europa e Japão. De realçar a importância das rotas do Oceano Índico, tanto para Este, para a China, Índia e Japão, como para Oeste, não só pelo sul de África como também pelo Canal do Suez. Claramente de destacar toda a região do Golfo Pérsico e da Península Arábica. Dos 100 milhões de toneladas expedidos diariamente em navios petroleiros, cerca de metade são carregados no Médio Oriente.

Os petroleiros com destino à China e ao Japão utilizam o Estreito de Malaca, enquanto os navios com destino à Europa e aos EUA passam pelo canal do Suez ou pelo Cabo da Boa Esperança, dependendo da capacidade do navio e do seu porto de chegada (Lopez, 2006: 44).

As rotas marítimas são percorridas por diferentes tipos de navios devido às distâncias e às restrições próprias de regiões críticas, como os pontos de passagem obrigatória ou pontos de estrangulamento, ou *choke points*, etc., que são de cariz estratégico¹⁶⁹.

Muitos destes pontos são próximos de regiões politicamente instáveis, sendo vulneráveis a actos de sabotagem, terrorismo, acidentes ou acções militares (Lopez, 2006: 44). Estes pontos são os verdadeiros calcanhares de Aquiles da Geoestratégia do Petróleo.

¹⁶⁹ Pelas suas características geográficas, pelo volume de tráfego e pela facilidade de utilização e acesso, é uma localização com limitada capacidade de circulação (estreitos, cabos e passagens), não podendo ser facilmente ou totalmente contornada (Lopez, 2006: 43).

Entre eles há dois a realçar: os estreitos de Ormuz e Malaca. Em conjunto contam com 60% de todo o transporte de petróleo mundial. Destes, sobressai o Estreito de Ormuz, que irá permanecer como uma área importante e um fraco elo de ligação nesta cadeia.

O Estreito de Ormuz é o único canal de navegação que dá acesso ao Golfo Pérsico, com uma largura de 48 a 80Km, sendo navegável em apenas duas faixas de 3 Km de largura cada, uma faixa para entrar e outra para sair (Lopez, 2006: 48). Mais de 17 Mb/d de petróleo fluem através deste estreito para o Japão, os EUA, a Europa Ocidental e outros países. Constitui o “*CheckPoint*” petrolífero mais pequeno e importante do mundo. O que se prevê é que o volume de tráfego neste estreito duplique em 2020. A partir deste estreito, o tráfego é dividido por duas rotas: uma para Oeste e outra para o Extremo Oriente.

Por seu lado, o Estreito de Malaca é uma das mais importantes rotas marítimas de transporte de hidrocarbonetos (Rodrigues, 2006: 20). Faz a passagem de cerca de 30% do tráfego mundial, representando cerca de 80% do transporte total destinado ao Japão, à Coreia do Sul e à China (Taiwan) (Lopez, 2006: 54). São cerca de 800 Km de comprimento por 2,5 Km de largura, no seu ponto mais estreito. É, em simultâneo, o mais longo estreito utilizado para a navegação internacional. Tem, no entanto, a alternativa do estreito de Sunda, na Indonésia.

Neste contexto, é natural que a China pretenda, ao longo das SLOCs, desde as origens do abastecimento até aos portos chineses, alguma capacidade autónoma de proteger o fluxo de recursos, designadamente o petróleo que importa do exterior. O mesmo se pode dizer das exportações chinesas, desde a origem até aos portos de destino. A China não verá com bons olhos a sua relativa impotência actual para impedir os Estados Unidos, caso estes o quisessem, de barrar os acessos de e para os portos de Xangai, Hong Kong e outros. Portanto, é natural a pretensão chinesa de não só aumentar a capacidade autónoma de produzir segurança nas suas águas territoriais, na sua zona económica exclusiva e nos principais acessos marítimos internacionais na vizinhança chinesa, como também de aumentar tal capacidade nas águas internacionais, por onde passam cargueiros e petroleiros chineses ou estrangeiros de e para a China.

Em 2006, *Daguo Jueqi* realizou um documentário para a Televisão Central Chinesa intitulado “*A ascensão das grandes potências*”, onde destacou, principalmente, os esforços das grandes potências no sector naval, no decorrer do seu processo de ascensão. A abertura para o exterior, o controle de importantes corredores marítimos e de pontos de apoio em áreas de águas profundas, além do domínio tecnológico, do aperfeiçoamento dos seus instrumentos de acção e da sua influência naval, são factores encontrados nas estratégias da maior parte dos “modelos” estudados, qualquer que tenha sido a importância da sua população ou a extensão do seu território.

Neste contexto, a diversificação e segurança das fontes constituem o essencial da estratégia chinesa nestes últimos anos. A crescente influência geopolítica chinesa no sul da Ásia é uma estratégia militar para aumentar o acesso a portos e aeroportos, bem como para afirmar que a China começou a pôr em execução uma estratégia de reforço das relações diplomáticas e militares com países pontuados como um «*colar de pérolas*» (cada pérola representa uma instalação militar ou um posto de escuta que os chineses podem usar ou estão a construir).

Do Médio Oriente ao Mar da China, Pequim instala, como diz Tóquio, uma fiada de bases navais que têm por missão garantir a segurança das suas vias marítimas; a marinha costeira está transformada numa frota com capacidade para enfrentar o oceano; dezenas de navios de grandes dimensões ultra-modernos e vários submarinos convencionais e nucleares vão estar operacionais muito em breve (desde 2000, essa característica passou a ser incluída entre os novos eixos prioritários do governo chinês, com o plano de alta tecnologia marítima, que propõe a expansão exponencial do poderio da marinha do EPL).

Em 2007, num esforço de diplomacia naval sem precedentes, os navios chineses não apenas efectuaram visitas oficiais a portos franceses, australianos, japoneses, russos, singapurenses, espanhóis e norte-americanos, como também participaram em manobras internacionais de luta contra a pirataria marítima, que está a recrudescer.

No seu conjunto, esta política responde aos temores dos dirigentes chineses de ver as suas fontes e vias de abastecimento ameaçadas ou cortadas, ao longo da rota que os seus petroleiros seguem na viagem desde o Médio Oriente¹⁷⁰, já que, todos os dias, 40% da produção mundial de petróleo do Golfo Pérsico passa pelo Índico. Os mercados mundiais são abastecidos por mercadorias das emergentes economias da China e da Índia, transportadas pelos seus canais de navegação. Esta realidade estratégica vai reformular o equilíbrio de poder no Oceano Índico (ver figura 29).

O potencial de conflito com os Estados Unidos reside no facto de Pequim não poder deixar o policiamento do Estreito de Malaca entregue aos navios americanos. Tem de instalar a sua própria rede de apoio naval na região e tem vindo a dedicar-se a esta tarefa com rapidez e determinação.

¹⁷⁰ O professor Xiaojun Ma, perito em segurança nacional, tem, como todos os dirigentes chineses, um pesadelo obcecante: o seu país consome, doravante, 7 Mb/d, dez vezes mais do que há dez anos, e importará, em breve, 60% do petróleo de que necessita. Os petroleiros efectuam um périplo de 12 000 quilómetros para o transportarem do estreito de Ormuz até Xangai. Linhas de abastecimento alongadas, que a marinha americana, omnipresente ao longo de todo o trajecto, pode cortar a qualquer momento, em caso de crise a propósito de Taiwan. A partir daí, todo o crescimento do país desabaria como um castelo de cartas.



Mapa 29 – Corredores Marítimos para a China
 Fonte: GoogleMaps_Corredoresmaritimos.jpg

Assim sendo, e ao abrigo dos acordos de parceria estratégica de segurança, a China adicionou algumas pérolas ao detalhe gráfico do seu "colar", que se estende a partir do seu porto em águas profundas de Hainan Island. Para além da concessão das facilidades navais e instalação de oleodutos (Laurent, 2007: 204), Pequim garante diversas instalações portuárias situadas na costa de Mianmar (antiga Birmânia, cujo governo recebe anualmente uma generosa assistência militar de Pequim), onde foram instalados postos de escuta electrónica em ilhas da Baía de Bengal de modo a permitir aos chineses vigiar as actividades das forças navais da Índia e dos Estados Unidos nas zonas circundantes ao Estreito de Malaca. No Bangladesh está em construção um porto para contentores, em Chittagong, com o apoio da China, mais um porto estratégico na vital artéria marítima que corre desde o Médio Oriente. No Sri Lanka, onde já conta com a base naval de Hambantota (contrapartida da ajuda militar na sua luta contra os Tigres Tamil), a China está a desenvolver uma base naval permanente. Por fim, a China conta ainda com a base naval de Gwadar, localizada na província paquistanesa do Balochistan, para onde vai expandir a sua frota de submarinos nucleares.

O complexo de Gwadar, no Paquistão, foi inaugurado em Dezembro de 2008 e está totalmente operacional. Fornece um porto de mar profundo, armazéns, instalações industriais e terminais petrolíferos. Grande parte da assistência técnica e 80% dos fundos para a construção do porto foram assegurados pela China, que de retorno obtém esta importante posição estratégica de acesso ao Golfo Pérsico: o porto, situa-se a apenas 180 milhas náuticas do Estreito de Ormuz, através do qual passa, por via marítima, o petróleo comercializado pelos países árabes.

Apoiada por uma força económica sem precedentes, projectada militarmente nos mares devido à necessidade de garantir vias de acesso próprias para as suas matérias-primas e legitimada pelo presidente Bush enquanto mediadora com a perigosa Coreia do Norte, a China está a transformar os equilíbrios asiáticos consolidados ao longo de cinquenta anos (Rampini, 2006: 198). A incerteza ocidental face a esta estratégia reside em saber se ela está em conformidade com a declarada política de *desenvolvimento pacífico* de Pequim ou se se trata de um plano para atingir a primazia regional.

Adicionalmente, ressalta à evidência que a crescente dependência de importações massivas de petróleo dos países do Golfo Pérsico acarreta vários desafios e vulnerabilidades que Pequim (ainda) não parece ter argumentos para contrariar. O resultado deste cenário é um elevado grau de vulnerabilidade face aos acontecimentos registados naquela região do Globo, sobre os quais a China pode exercer uma influência mínima. A dependência da China e da generalidade dos países da região Ásia/Pacífico dos depósitos petrolíferos do Golfo Pérsico constitui, sem dúvida, um dos elementos mais importantes que afectarão a geopolítica do petróleo durante as próximas décadas (Pulido, 2004: 234).

Um factor que desaconselha a China de desafiar os Estados Unidos, pelo menos abertamente, é o facto de os abastecimentos de recursos energéticos chineses estarem localizados em regiões que não são territorialmente adjacentes ao continente chinês e, assim, precisarem de ser transportadas através de SLOCs e de pontos de passagem obrigatória (*choke points*), em especial pelo estreito de Malaca¹⁷¹, cuja segurança repousa primariamente nas capacidades navais americanas, razão pela qual George Friedman afirma: “*a marinha dos EUA controla todos os oceanos do mundo. Quer seja um junco no MSC, um dhow ao largo da costa africana ou um petroleiro no Golfo Pérsico, todas as embarcações do mundo se movem debaixo dos olhos de satélites americanos no espaço e a sua movimentação é autorizada, ou negada, de acordo com a vontade da marinha dos EUA*” (2010: 36).

As implicações de segurança desta realidade são essenciais nas considerações estratégicas chinesas, havendo a noção clara de que não há qualquer perspectiva de modificar esta vulnerabilidade de segurança a curto ou médio prazos (Andrews-Speed et al, 2002: 65).

¹⁷¹ O Estreito de Malaca é o principal gargalo que “estrangula” estes corredores de abastecimento, por onde passam 80% dessas importações de petróleo. Em caso de conflito, o domínio sobre a área é um factor de preocupação. Para remediar o problema, Pequim tenta diversificar os seus acessos. Em primeiro lugar, desenvolvendo uma rede ferroviária que liga os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN); em segundo, concretizando o projecto de oleoduto directo sino-birmanês, entre Sittwe e Kunming (Sittwe situa-se na orla ocidental de Mianmar; Kunming é um porto do Yunnan, no sul da China); em terceiro, auxiliando o desenvolvimento das capacidades de produção em alto-mar de GNL no Sudeste Asiático, especialmente em Mianmar e na Tailândia, e até mesmo cavando um canal através do istmo de Kra, região ao sul da Tailândia marcada por uma insurgência islâmica endémica.

Diversos analistas chineses têm identificado os Estados Unidos como a principal ameaça à segurança energética da China. O domínio americano das principais rotas marítimas por onde transitam as importações chinesas de petróleo do Golfo Pérsico é encarado com apreensão por parte desses especialistas. Na base destas preocupações estão cenários que, em caso de divergência entre os dois países, Washington possa utilizar essa superioridade para provocar uma interrupção dos fluxos de petróleo, determinando um embargo petrolífero a Pequim.

A possibilidade da ruptura dos abastecimentos ao longo das linhas de comunicações marítimas que ligam o Médio Oriente, a África e a América Latina à China adquiriu uma importância estratégica que condiciona a política geral entre a China e os Estados Unidos. Em síntese, de acordo com Andrews-Speed, os receios e preocupações principais da comunidade estratégica ocidental são que as necessidades importadoras da China conduzam a uma escassez global de recursos energéticos, que a China utilize a força, particularmente no mar da China Meridional, para garantir a segurança dos abastecimentos e que isso possa levar a Rússia e a Ásia Central a condescenderem com uma hegemonia chinesa no sudeste asiático, em troca da garantia das suas livres exportações de energia, ou que a China seja tentada a vender tecnologia desestabilizadora (mísseis, nuclear, etc.) ao Médio Oriente, para assegurar os abastecimentos (Vasconcelos, 2009: 101).

Com efeito, actualmente não é plausível que a China possa utilizar a ameaça militar ou adoptar medidas de coacção para garantir o fluxo de abastecimentos energéticos nos mercados externos. A par da diversificação das suas origens de abastecimento, o mais provável é a China utilizar o comércio e o investimento como elementos-chave da sua política energética (Rethinaraj, 2003: 377).

Do exposto resulta, por exemplo, a evidente importância da estabilidade do abastecimento de petróleo importado e da segurança das linhas de comunicações marítimas, onde transitam as importações e as exportações chinesas; a necessidade de manter boas relações com os países produtores de recursos que a China importa, com os países emissores de investimento directo portador de tecnologia e com os mercados onde a China coloca as suas exportações; a necessidade de conter as forças centrífugas das periferias, designadamente a separação definitiva de Taiwan; a necessidade de tranquilizar os vizinhos quanto ao sentido, ao ritmo e ao alcance da modernização militar, etc. (Vasconcelos, 2009: 213).

Por seu lado, os Estados Unidos, tratando-se da maior potência mundial e da única superpotência sobrança da Guerra-Fria, procuram tirar partido da sua superioridade nos domínios militar, económico, tecnológico e cultural, desejando melhorar as condições que lhes permitem conservar a posição de primazia no sistema internacional, gerindo a mudança e

procurando a institucionalização progressiva de uma ordem global que venha ao encontro dos seus interesses económicos e de segurança, considerando fundamental garantir a segurança da circulação dos fluxos transatlânticos e transpácíficos de informação, de matérias-primas, de mercadorias, de capitais, etc. (idem: 30).

No entanto, quando o presidente George Bush anunciou, no Verão de 2004, que iria fazer regressar a casa 70 000 dos 200 000 soldados espalhados pelo resto do mundo, muitos deles colocados em bases norte-americanas no Extremo Oriente, os seus aliados tradicionais, como o Japão e a Coreia do Sul, foram obrigados a avaliar as consequências estratégicas desta retirada: o espaço que a América deixar livre será preenchido pela China¹⁷². O relatório da US-China Economic and Security Commission, entregue em 2004 ao Congresso de Washington, indica que o equilíbrio militar no estreito de Taiwan se alterou de forma dramática a favor da China (Rampini, 2006: 203).

A superpotência EUA está a trabalhar numa eventual integração com a China através de encontros multilaterais visando a segurança no Oceano Índico. O Secretário da Defesa, Robert Gates, afirmou que, nos próximos anos, não descarta a possibilidade de cooperação, na medida do possível, com a China¹⁷³. Os Estados Unidos multiplicaram as iniciativas para consolidar os intercâmbios e a cooperação com as marinhas indiana e japonesa, mas não se esqueceram dos chineses – sem dúvida para tentar controlar, tanto quanto possível, uma expansão que todos pressupõem ser fulgurante. A mais recente oferta foi a efectuada pela *Global Maritime Partnership Initiative*, que visa desenvolver uma aliança marítima mundial. Apresentada pela marinha norte-americana, em 2007, a proposta convida cada um dos “aliados” – entre os quais a China¹⁷⁴ – a prestar a sua contribuição para uma “frota de mil navios” para a luta contra a pirataria.

Os analistas consideram que a segurança da região depende do empenho dos EUA com a China e de que os chineses, crenes na sua hegemonia e na sua rápida modernização militar, se consideram a potência regional e, como tal, serão inflexíveis em matéria de segurança energética e de segurança regional¹⁷⁵.

¹⁷² No redimensionamento militar dos Estados Unidos e no clima de incerteza criado por alguns aliados históricos (da Coreia do Sul a Taiwan), a China inseriu-se como uma «cunha» no terreno de influência da América na Ásia.

¹⁷³ A China tem a segunda maior marinha do mundo, mas muito aquém do poder da marinha dos EUA, e espera-se que venha a ser a maior economia nos próximos 20 anos. Nessa altura equivaler-se-á a ¼ da Marinha dos EUA. Os gigantes asiáticos estão conscientes de que o Oceano Índico é a chave para os seus interesses económicos e de estabilidade e a possibilidade de um confronto naval nos próximos anos é reduzida.

¹⁷⁴ Mas não há certeza alguma de que a China aceite tais propostas enquanto não tiver conseguido identificar as segundas intenções desse acordo e as suas múltiplas implicações a longo prazo.

¹⁷⁵ Além dos Estados Unidos a China está convencida de que o Pacífico será o palco estratégico mais importante, no decorrer dos próximos 50 anos. Consciente dessa oportunidade, as bases navais chinesas, os portos fluviais, os diques e as bases submarinas protegidas vão-se multiplicando e modernizando, acompanhando a explosão económica de uma nação cujo comércio exterior depende 90% das rotas marítimas. Todos os

Os EUA e a China estarão sujeitos a atritos na região, venham eles do crescimento da marinha do Japão, da pequena Singapura, com quem partilham uma preocupação com a segurança da navegação, ou da cooperação da Índia com o Japão relativamente ao Estreito de Malaca. Os dias de hegemonia americana no Indo-Pacífico estão contados. A tarefa da Marinha dos Estados Unidos de cobertura às marinhas aliadas da Índia, no Índico, e do Japão, no Pacífico Ocidental, de forma a definir o limite à expansão chinesa, terminará em breve. Mas terá que o fazer ao mesmo tempo que aproveita todas as oportunidades de incorporar a Marinha da China em alianças internacionais. O entendimento EUA-China no mar é nuclear para a estabilização da política mundial no século XXI.

Síntese Conclusiva

Do estudo deste capítulo depreende-se que é inquestionável a importância da RPC como actor internacional, deixando o seu papel exclusivo de “*uma potência regional com influência global*”. Esta posição é de todo evidente pelo facto deste país pretender não só influenciar os acontecimentos na Ásia, mas também, especialmente, no sudeste asiático, assim como em África e na América Latina. Embora não o seja assumido oficialmente, a RPC pretende constituir-se como potência mundial e, para tal, utiliza como vectores principais o desenvolvimento económico e o estabelecimento e fortalecimento de relações diplomáticas (*soft power*) com Estados dos diversos quadrantes do globo. Contudo, esta estratégia chinesa é condicionada pelos interesses das grandes potências mundiais, nomeadamente dos EUA.

De facto, com a procura mundial de petróleo sensivelmente igual à capacidade de produção instalada e com a maior parte das reservas conhecidas já com dono, a China tem de ir ao mercado para alimentar o seu consumo ou de conquistar as fontes de aprovisionamento pela força.

Neste contexto, se no passado o petróleo atraiu os EUA ao Médio Oriente, presentemente, também atrai a China. Esta região tem um significado muito especial para a China, já que representa cerca de um terço da produção mundial e mais de 60% das reservas mundiais conhecidas de petróleo.

Adicionalmente, ressalta à evidência, a sua localização geográfica, que torna menos dispendioso o acesso e o transporte de petróleo para a China.

Para além do referido, estes países dispõem na sua maioria de capacidade extra de produção, resultante das excelentes infra-estruturas para a exploração, produção e distribuição energética, podem responder com relativa facilidade ao acréscimo da procura chinesa.

sistemas mais importantes estão envolvidos nesse processo: cada uma das três frotas (do Leste, em Xangai; do Sul, em Zhanjiang; e do Norte, em Qingdao) dispõe de uma divisão aeronaval própria, dotada de bombardeiros e de caças.

Por outro lado, a China procura diversificar a procura de energia noutras paragens, como a Eurásia, que representa 21,6% da produção mundial, 12% das reservas mundiais de petróleo e cerca de 20% das importações petrolíferas chinesas, sendo que, com o auxílio da Rússia (os abastecimentos de petróleo russo já têm, para a China, uma certa importância: cerca de 9% do total de petróleo importado) e através da SCO tentam travar a penetração americana na Ásia central.

Nesta zona trava-se, de momento, um *Grande Jogo* de disputa de influências, mas desta vez com o novo protagonista chinês a procurar alargar o seu poder a esta zona e a tentar afastar os seus rivais. Por outro lado, o acesso ao petróleo da Ásia Central permite à China diminuir a sua vulnerabilidade em relação aos abastecimentos do Médio Oriente, que têm de atravessar LCM's que podem ser bloqueadas com relativa facilidade pela marinha dos EUA.

Neste encadeamento, a China procura ainda energia noutras paragens, como em África, que consubstancia 12,1% da produção mundial e 9,7% das reservas mundiais de petróleo, bem como 30% das importações petrolíferas chinesas. África apresenta-se novamente, depois do período do colonialismo e mais recentemente da Guerra-fria, no contexto internacional com um peculiar interesse, pois em grande medida é neste Continente que assenta alguma sustentação do *status quo* das potências mundiais. A alternativa energética ao Médio Oriente, bem como a disponibilidade de outros recursos vitais para o crescimento económico, despertam a competição e até conflitos na corrida pela obtenção das melhores posições.

Para isso, fortalecida no estatuto de grande potência emergente, Pequim contenta-se em utilizar a sua capacidade de provocação para competir na cena internacional. A China é amiga da maior parte dos estados que os EUA consideram *malfeitores*, das ditaduras e de outros dirigentes corruptos do planeta.

Pequim mantém relações privilegiadas com a Coreia do Norte e a Junta Militar da Birmânia e com os islamitas iranianos, sudaneses, paquistaneses e afegãos; apoia (ou apoiou) os programas nucleares paquistanês, coreano, líbio e iraniano; os seus serviços secretos apoiam os grupos terroristas maoístas na Índia e no Nepal; viola o embargo da ONU ao Zimbabué; é uma comerciante de armas «irresponsável», culpada de atear numerosos conflitos no mundo.

Esta política externa ilustra a maneira como a China concebe o seu papel de desmancha-prazeres das relações internacionais.

Neste contexto, embora as características da política mundial contemporânea sejam bastante diferentes das do passado, a expressão "ameaça chinesa" tem-se tornado frequente, porque os investimentos chineses em países "pária", no encadeamento da política chinesa de

segurança energética, minam o efeito das sanções impostas pelos países ocidentais ou, simplesmente, diminuem a influência de instituições como o Banco Mundial e o FMI.

Por fim, a questão da segurança das rotas marítimas é vital para a China e ganha novamente importância no pensamento geopolítico das autoridades chinesas.

Muito mais do que a apropriação das riquezas em hidrocarbonetos do único mar da China meridional, o que de facto importa é o acesso da frota chinesa ao alto-mar, conforme os planos traçados em meados dos anos 80 por Liu Huaqing. Embora a China nunca tenha revelado um comportamento expansionista, nos últimos anos tem vindo a modernizar as suas forças armadas, essencialmente, através da aquisição de equipamento naval e aéreo, visando a protecção dos seus interesses, já que a possibilidade da ruptura do abastecimento ao longo das linhas de comunicações marítimas que ligam o Médio Oriente, a África e a América Latina à China adquiriu uma importância estratégica e condiciona a política geral da China com os Estados Unidos. Neste último cenário, a China tem de ter força militar para proteger as linhas de comunicações; no entanto, (para já) não tem.

Terminadas três das quatro modernizações definidas por Deng Xiaping (os líderes chineses consideram que falta apenas concluir a do EPL), resta o maior desafio de todos: continuar nesta senda, até finalizar a última das etapas do planeamento de Liu Huaqing constante do Livro Branco de Defesa Nacional, que consiste na aquisição de capacidade de projecção para as *Bluewater*.

É claro que nada disto significa que esteja iminente um conflito entre a China e os Estados Unidos, ou mesmo que tal seja provável. Contudo, a situação consubstancia um agravamento significativo das tensões e das desconfianças mútuas. No entanto, a situação recente de dependência de importações de recursos energéticos essenciais para o desenvolvimento económico e a prosperidade da China suscitam, sem dúvida, pelo menos duas questões de alcance estratégico: primeiro, o aumento da procura chinesa provocará uma escassez global destes recursos e, eventualmente, a adopção de uma postura estratégica agressiva para os obter? Segundo, como se repercutirá a dependência de recursos energéticos no padrão de relações da China com o exterior e nas percepções de segurança do Estado chinês? Efectivamente, estas são as questões a que vamos tentar responder no próximo capítulo.

“China e EUA ficarão em rota de colisão se a China perseverar na realização de negócios de energia em países como o Irão ou o Sudão. Os Chineses terão de decidir se estão dispostos a pagar o preço¹⁷⁶.”

(Michel, 2009: 215)

Capítulo IV – Cenários de interacção energética EUA-China

Será a energia, com particular destaque para o petróleo, um elemento catalisador para o conflito militar no Sudeste Asiático? Segundo Luís Tomé, a entrada da ressurgente China no “*grande jogo*” energético mundial acarreta um potencial suplementar quer de competição quer de cooperação, razão pela qual a energia poderá ser uma das duas principais questões (a outra é Taiwan) a servir de referência para aferir se a China é, afinal, “*gato preto ou gato branco*”, ou seja, para aferir o sentido da evolução do seu comportamento geoestratégico (2006: 25-32).

Irá a China adoptar uma postura de cooperação e integração nos mercados energéticos mundiais? Ou, pelo contrário, assumirá uma atitude baseada no conflito e na competição pelo controlo estratégico dos fluxos petrolíferos? Parece consensual entre a comunidade de especialistas que a China não deterá, num futuro próximo, capacidade de afrontar o domínio estratégico dos Estados Unidos sobre o Médio Oriente (Pulido, 2004: 233).

A China joga com a sua capacidade, suposta e assumida, de se converter numa grande potência, mas beneficia tanto mais desse estatuto quanto não o põe à prova. Dirigentes e estado-maior sabem que estão longe de ter conseguido recuperar o atraso sofrido pelo país em todos os domínios. A propaganda conseguiu fazer-nos acreditar que a era da China tinha chegado, mas os responsáveis do partido, que conhecem os bastidores, medem as fraquezas do seu país.

Desde a Guerra do Golfo, em 1991, a China percebeu que os Estados Unidos dispõem de uma supremacia militar esmagadora, que só poderia ser igualada algumas décadas mais tarde. Mas a força nunca foi uma noção que impressionasse os chineses, mesmo que a admirem e invejem. Militarmente, não a consideram um trunfo. A estratégia de Pequim difere, neste aspecto, da americana, como difere da da maioria dos outros países ocidentais.

A política dos Estados Unidos utiliza a máquina militar como um meio e como motor, e a sua superioridade tecnológica produz estratégias que moldam a sua diplomacia. Muito pelo contrário, a cultura estratégica chinesa favorece a guerra indirecta, a submissão do inimigo, a vitória sem combate, a primazia atribuída ao trabalho político. O uso da força é mais um fracasso do que um instrumento de política. Sun Tzu, o filósofo militar taoista chinês, defendeu no seu livro, *A Arte da Guerra*, que a melhor guerra é aquela em que, para vencer o inimigo, não é preciso chegar a combater: “*imobilizar o inimigo sem batalha, eis o que é excelente*” (Cooper, 2006: 96).

¹⁷⁶ Robert Zoellick, subsecretário de Estado Americano, Setembro de 2005.

Segundo o pensamento chinês, no momento do confronto, o adversário já deve estar vencido, o que vai contra a ideia ocidental, voluntarista, de querer que a vitória seja arrancada com grande esforço e que tudo termine rapidamente. Segundo a perspectiva chinesa, tudo se decide durante o desenrolar do processo. Pequim está a aplicar esta estratégia, evitando as tensões em vez de as alimentar, aliando uma política de “parcerias” com as grandes potências a uma política regional responsável e estabilizadora (moderar a Coreia do Norte), comprometendo o parceiro-concorrente (os Estados Unidos) numa rede reciprocamente benéfica (desenvolvimento das relações comerciais, dependência dos consumidores americanos em relação aos produtos chineses, posse maciça de títulos do Tesouro americano), insistindo nos valores da «harmonia» e da «unidade» característicos da cultura chinesa, tudo isto com o objectivo de transmitir tranquilidade quanto às suas intenções (Wolton, 2008: 120).

Na última metade do século XX, o mundo tem assistido a um relacionamento irregular entre os EUA e a China, com relações de conflito, cooperação e acomodação e com vários avanços e recuos, que muito têm afectado a estabilidade na região Ásia-Pacífico e no mundo em geral. O crescimento e o desenvolvimento das relações servem os interesses fundamentais dos dois países e representam os seus desejos e aspirações comuns e também a promoção da estabilidade regional e global. Contudo, a relação apresenta alguns aspectos geradores de desconfiança, alimentados pelas ambições e interesses de uma China com elevado potencial estratégico, a viver um período de alto crescimento económico, e pelos interesses dos EUA, única superpotência no momento.

Em Washington sempre têm existido os que vêem na China a próxima ameaça global aos interesses nacionais e aos ideais dos Estados Unidos. Dizer isto não é o mesmo que partir do princípio de que haverá guerra ou mesmo conflitos, mas reparar meramente que é provável que venham a existir tensões. A forma como os dois países lidarem com essas tensões determinará o futuro das respectivas relações e da paz no mundo.

“A China considera os EUA como o principal obstáculo à sua procura de proeminência mundial, mas igualmente à afirmação da sua predominância global. Nestas condições, a colisão entre a China e os Estados Unidos será inevitável?”

(Brzezinski, 1997: 198)

IV.1. Conflito

Tal como, no passado, se disputou o carvão e o ferro, também se irá combater pelo petróleo. Como se vem verificando desde há um século, o aprovisionamento de petróleo, cada vez mais difícil e dispendioso, dará origem a diversos conflitos.

Para melhorar a compreensão acerca do tipo de conflito a que nos estamos a referir, importa mencionar que, segundo o General Loureiro dos Santos, os conflitos onde estão presentes instrumentos, em acto ou em potencial, capazes de aplicar violência física podem desenvolver-se em três patamares: no patamar superior, apenas ao alcance de potências de grande potencial estratégico global¹⁷⁷, no patamar intermédio, onde têm lugar os conflitos armados de média/elevada intensidade entre actores estatais¹⁷⁸, e no patamar inferior, onde têm lugar conflitos de baixa intensidade¹⁷⁹ (2009: 118).

Para Jacques Attali, os EUA farão questão de manter o controlo sobre as suas fontes de aprovisionamento; continuarão a controlar a Arábia Saudita e o Iraque; e tentarão recuperar o controlo sobre o Irão, procurando impedir um bloqueio do estreito de Ormuz, que privaria o planeta de um quinto da produção mundial e faria o preço do barril de petróleo atingir os 250 dólares. A presença americana na Ásia Central será cada vez mais considerável, tanto para seguir os acontecimentos no Irão como para evitar que a China controle a região.

Os EUA dominarão cada vez mais o golfo do México e tudo farão para se assegurarem de que o Canadá, o México e a Venezuela terão, pelo menos, dirigentes dóceis. Os outros principais países consumidores (União Europeia, Japão, China e Índia) tentarão igualmente conservar, se necessário por via da força, o acesso às jazidas do Médio Oriente, da Rússia, da África e da Ásia Central, bem como o controlo das zonas através das quais este petróleo é conduzido até ao mar. Finalmente as regiões marítimas das principais jazidas do futuro, com um intenso tráfego de petroleiros, serão igualmente lugares de possíveis confrontos (Attali, 2007: 232).

Temos de admitir que o domínio exercido pelo petróleo não foi mais do que um breve parêntese na história do mundo e que nenhuma outra fonte de energia alternativa o poderá substituir, permitindo manter em funcionamento os nossos sistemas actuais de produção e de desenvolvimento. Admiti-lo é encarar um mundo mergulhado em tensões ou em guerras que, como escreve Michael Klare, já não se basearão na ideologia, mas resultarão do esgotamento das preciosas matérias-primas (Laurent, 2007: 282).

¹⁷⁷ O conflito é marcado mais por jogadas de antecipação e posicionamento tecnológico do que por acções operacionais. É aqui que entra o equilíbrio ou a superioridade no âmbito da capacidade nuclear, no domínio do antimíssil e no campo da utilização e exploração do espaço ar (Santos, 2009: 118).

¹⁷⁸ Estes conflitos tenderão a ser cada vez menos frequentes e mais limitados no tempo e no espaço, tendo em atenção os constrangimentos colocados aos países militarmente fortes numa guerra desta natureza, pelo tipo de organização (em rede) das sociedades actuais e crescentemente interdependentes por motivo da globalização (idem: 118).

¹⁷⁹ Acções simultaneamente internas e internacionais, na sua maioria, promovidas por grandes ou médias potências nos espaços de influência das potências suas adversárias, e levadas a efeito por actores para-estatais ou não estatais - são guerras insurreccionais. Estes conflitos de actores militarmente fracos contra actores militarmente fortes, além de serem os mais frequentes, tendem a ser prolongados no tempo por acção do fraco que pretende desgastar o forte; o seu objectivo é a conquista das mentes e dos corações dos cidadãos e não a destruição do inimigo ou a ocupação do terreno (ibidem: 118).

Em Junho de 2005, o *The Financial Times* publicou um artigo em que o antigo secretário de Estado Henry Kissinger, declarava que “a procura e a competição pelo acesso à energia podem passar a ser a fonte de vida ou de morte para muitas sociedades” (Cit. por Laurent, 2007: 283).

Não sabemos se este diplomata se referia às sociedades ou estados asiáticos, pois são os que mais necessitam de energia e se têm envolvido numa verdadeira corrida ao armamento. Sabemos porém, que não existe um automatismo para a violência; existe, isso sim, um aumento de probabilidades; tal como sabemos que as guerras não deflagram de uma forma espontânea, mas são preparadas com antecedência. No caso da Alemanha, não teriam sido necessários serviços de espionagem para reconhecer as intenções bélicas do governo de Hitler. Não era preciso ser profeta, nem mesmo especialista militar, para reconhecer que ali estava a ser preparada uma guerra como o mundo ainda não vira igual (Steingart, 2009: 229).

Se nos nossos dias o vírus de uma guerra mundial pode novamente desenvolver-se, então é no sobreaquecido clima da Ásia que ele irá encontrar um ambiente favorável. Ninguém pode calcular essa probabilidade, uma vez que apenas podem ser reconhecidas partes da equação. No entanto, um olhar sobre as despesas militares tem revelado, desde sempre, aquilo que os próprios governantes esperam do futuro. Se diminuïrem os gastos para o armamento, isso indicia, de um modo geral, que o seu estado de espírito é pacífico, ou que estão simplesmente cansados da guerra. Se, pelo contrário, fizerem esforços militares suplementares, então isso só pode querer dizer que ainda não desistiram da paz, mas que pretendem estar preparados para o pior.

Passemos agora à Ásia, sem cometer o erro de confundir comparações com certezas. O facto é que as novas possibilidades económicas prepararam o terreno para um esforço de armamento até à data nunca registado nestas latitudes. As despesas militares no Japão são tão elevadas como as francesas e as britânicas, só conseguindo ser ultrapassadas pelas dos Estados Unidos. A China, a Índia, o Paquistão e as duas Coreias também participam nessa corrida ao armamento (ver tabela 6).

Tabela 6: Países maiores compradores de armas, 2004

Fonte: SIPRI

Países	% do total mundial	Origem principal
China	11	Rússia
Índia	7	Rússia
EAU	6	EUA
Coreia do Sul	6	EUA
Grécia	4	Alemanha

Enquanto nos últimos 10 anos as despesas com o armamento em todo o mundo só aumentaram 3%, no Leste asiático registou-se um crescimento de 23%. Segundo cálculos de

especialistas, o total das despesas da Ásia para mísseis, tanques e porta-aviões ultrapassará já em 2010 o orçamento europeu para a Defesa.

Presentemente, pode observar-se uma série de corridas bilaterais ao armamento, em que um dos lados se esforça por adquirir precisamente o mesmo equipamento mortal que o vizinho também encomendou: a Coreia do Sul contra a Coreia do Norte, a China contra Taiwan, o Paquistão contra a Índia, a China contra a Índia.

Aparentemente, todos eles se preparam para um confronto marítimo, pois são especificamente os vendedores de corvetas, fragatas, submarinos e mísseis de apoio marítimo que anunciam recordes de encomendas. Os americanos já se aperceberam dessa evolução. O mais importante documento de planeamento da política de defesa americana, o «*quadrennial defense review*» do Pentágono, vê o Oceano Pacífico como o provável palco de guerra de um futuro próximo (Steingart, 2009: 231).

Segundo o livro Branco de Defesa da China de 2008, as suas despesas de defesa nas últimas três décadas de reforma têm estado alinhadas com as exigências de defesa nacional e de desenvolvimento económico, com o objectivo de modernização das forças armadas com um baixo custo e maior eficiência (ver tabela 7).

Tabela 7: Orçamento militar da China de 1978 a 2007

Fonte: (China RP, 2009: 36-37)

Ano	Orçamento militar - % do PIB
1978-1987	3,50 %
1988-1997	14,50 %
1998-2007	15,90 %

De 1978 a 1987, é do conhecimento comum que a China transferiu o seu foco para o desenvolvimento económico e o seu orçamento militar foi fortemente penalizado, reduzindo de 4,6% do PIB em 1978 para 1,74% em 1987. Durante este período, a média de aumento anual das despesas da defesa foi de 3,5%.

Sem dúvida que a importância do crescimento económico resulta, principalmente, do contributo que este pode dar para o sustento de um intenso programa de modernização militar. A China, desde 1985 – data do plano de reformulação estratégica do ELP –, apostou num reforço das suas capacidades militares, razão pela qual, de 1988 a 1997, para colmatar a insuficiência da década anterior, aumentou gradualmente as despesas na defesa, atingindo uma média de aumento anual das despesas de defesa de 14,5%.

De 1996 a 2008, para manter a segurança nacional e o desenvolvimento, bem como satisfazer os requisitos da Revolução dos Assuntos Militares (RAM) com características chinesas, a China continuou a aumentar as suas despesas de defesa em função do seu rápido crescimento económico. Durante este período, a média de aumento anual das despesas da

defesa atingiu 15,9%¹⁸⁰ (ver figura 30).

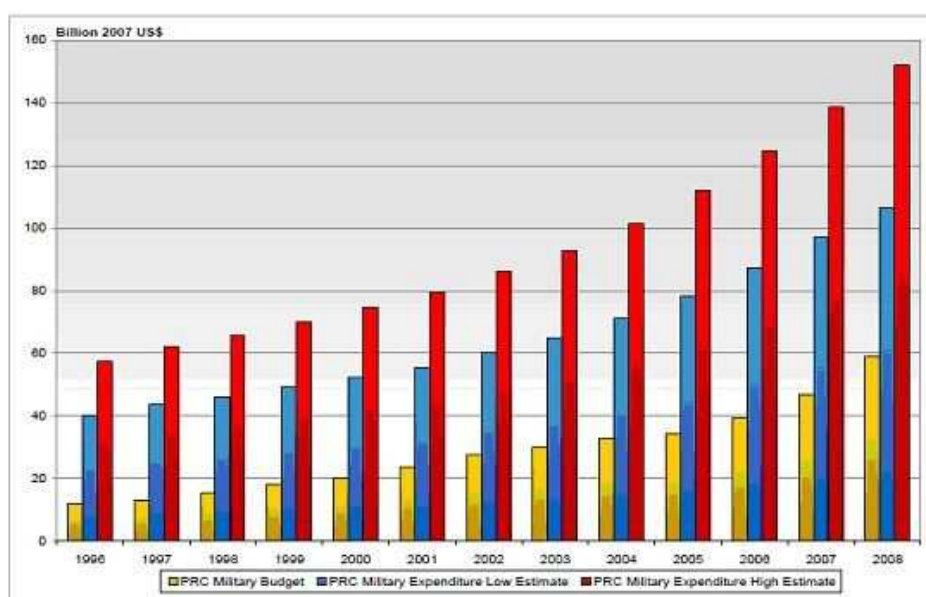


Figura 30 – Orçamento de Defesa da China e despesas estimadas pelo Departamento de Defesa dos EUA
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:32)

Nos últimos três anos, apesar da percentagem do PIB afectado a despesas de defesa estar a diminuir, em prol do crescimento económico, a verba disponibilizada tem estado a aumentar em cerca de 16% (China RP, 2009: 36-37).

As despesas de defesa da China em pessoal, formação e manutenção consubstanciam dois terços do orçamento, sendo o outro terço para equipamento (ver tabela 8).

Tabela 8: – Distribuição do Orçamento de Defesa da China 2007¹⁸¹
Fonte: (EUA- DoD Military Power of PRChina, 2009: Sec 1:33)

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (millions of US\$)				FISCAL YEAR: 2007	
	Active Forces	Reserve Forces	Militia	Total	
				Amount	Percentage (%)
Personnel	15,638	137	0	15,776	33.76
Training & Maintenance	14,757	199	954	15,911	34.05
Equipment	14,748	149	145	15,042	32.19
Total	45,144	485	1,099	46,729	100

¹⁸⁰ O gráfico mostra o orçamento militar oficial da China de 1996 a 2008 e as estimativas dos gastos militares reais do Departamento de Defesa Americano. Estas estimativas incluem despesas projectadas para as forças estratégicas, aquisições no exterior, I&D militar e as forças paramilitares. Os valores são em biliões de dólares respeitantes ao ano de 2007.

¹⁸¹ Valores de despesa militar relativos ao ano de 2007 apresentados pela RPC ao CSNUem Setembro de 2008.

- 1 - A despesa relativa a pessoal cobre: Salários, alimentação, vestuário, alojamento, segurança social, benefícios de saúde, pensões e civis contratados.
- 2 - Os custos em treino e manutenção contemplam: Treino operacional das forças, formação e os encargos relativos às actividades e ao trabalho diário.
- 3 - Os encargos em equipamento consideram-se ser relativos a: I&D, manutenção, transporte, armazenamento e obtenção de armamento e equipamento.

Segundo fontes americanas, a China está a expandir as suas forças armadas, com um orçamento que tem crescido 10% ao ano ou mais (ver tabela 9).

Tabela 9: Orçamento militar da China por % do PIB de 2003 a 2008

Fonte: CIA World Factbook 2008

Ano	Orçamento militar - % do PIB	Data da Informação
2003	4,30 %	FY02
2005	4,30 %	2004
2006	4,30 %	2005 est.
2007	3,80 %	2006
2008	4,30 %	2006

Mas a China continua a gastar apenas uma fracção do que os EUA gastam, segundo a maioria dos autores, no máximo 10% da conta anual do Pentágono (de acordo com o Embaixador José Cutileiro, o orçamento de defesa dos EUA é maior que a soma de todos os orçamentos militares do resto do mundo (2009: 14)); no entanto, através da tabela 9, podemos verificar que esse valor já se aproxima dos 15%, sendo o segundo país que mais gasta em armamento no mundo (ver tabela 10).

Tabela 10: Países que mais gastam em armas, 2008

Fonte: SIPRI

Ranking	Países	Despesa militar, em mil milhões de dólares
1	EUA	607
2	China	84,9*
3	França	65,7
4	Reino Unido	65,3*
5	Rússia	58,6

(*) Estimativa

Se a economia da China continuar a ter um crescimento efectivo, é provável que o seu poder militar aumente, tornando-a assim mais ameaçadora para os seus vizinhos e complicando o envolvimento americano na região.

Os EUA vêem assim a China como o seu opositor estratégico global¹⁸², considerando-a uma ameaça para a região e denunciando os seus gastos excessivos com as forças armadas¹⁸³.

Desde o início do século XXI, alguns relatórios alarmistas dos *dragon slayers* nos EUA referem a China como uma terrível ameaça. O estudo *National Intelligence Council's Global Trends 2015*, publicado em 2000, afirmava que, por volta de 2015, a China «terá instalado

¹⁸² Desde 2000 que o Pentágono produz um relatório anual sobre o Poder Militar Chinês.

¹⁸³ Numa visita que fez a Singapura, em 2005, Donald Rumsfeld, secretário americano da Defesa, perguntou num fórum aberto por que razão estaria a China a expandir as suas forças de mísseis por forma a poder atingir alvos em muitas partes do mundo, e não apenas na região do Pacífico: “Dado que não há nenhum país a ameaçar a China, é caso para perguntar: porquê este investimento cada vez maior?”. Um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros presente na plateia confrontou-o com outra pergunta: “Acredita mesmo que a China não está debaixo de nenhuma ameaça vinda de nenhuma parte do mundo?”. Mais tarde, nesse mesmo ano, de visita a Pequim, Rumsfeld voltou mais uma vez ao tema, perguntando aos seus altos interlocutores militares porque é que a China estava a gastar, pelas estimativas do Pentágono, qualquer coisa como 90 mil milhões de dólares por ano no reforço do seu poderio militar. Os seus anfitriões responderam-lhe que o Pentágono estava mal informado, e que o orçamento militar da China para 2005 era apenas de 29 mil milhões de dólares, uma pequena fracção daquilo que os Estados Unidos gastam anualmente. Seja como for, estes diálogos ilustram bem a crescente ansiedade americana.

dezenas, até muitas dezenas, de mísseis com ogivas nucleares orientados contra os Estados Unidos» e, recorda Horace Campbell, «procuraria ajustar os equilíbrios dos poderes regionais a seu favor, criando o risco de conflito com vizinhos e com alguns poderes exteriores à região». Um outro estudo da *Research and Development* (RAND) lança a projecção de que, em 2015, os gastos militares da China serão mais de seis vezes superiores aos do Japão. Sem dúvida que um aumento da capacidade militar chinesa significaria que qualquer papel militar americano na região exigiria mais recursos (Nye, 2005: 41).

A China (bem como outros países) desenvolverá algumas dessas capacidades mas, segundo o analista australiano Paul Dibb, a RAM “*irá continuar a favorecer fortemente a supremacia militar americana. Não é provável que a China venha, de modo significativo, a cobrir a diferença na RAM com os EUA*” (cit. por Nye, 2005: 42).

No entanto, enquanto os americanos, os russos e os europeus reduziram as suas Forças armadas durante a última década, na Ásia continuam a ser mantidas tropas terrestres em impressionantes ordens de grandeza: Taiwan possui actualmente cerca de 200 000 soldados armados; o Paquistão conta com um exército de 550 000 homens, enquanto a Coreia do Norte dispõe de 950 000 homens, sendo só ultrapassada pelos exércitos da Índia (1,1 milhão) e da China, com 1,6 milhões de soldados.

Considerando que a América é responsável por 38% de toda a despesa militar efectuada no mundo, com fortes probabilidades de aumentar (segundo a avaliação de Michael Klare, em 2002, ano em que o Departamento de Defesa lançou o National Security Strategy (NSS) of the United States of America), é de concluir que os EUA estão apostados em exercer e proteger, de facto, a sua hegemonia e, de acordo com os objectivos de política externa apresentados pela administração Bush¹⁸⁴, é de crer que as despesas continuarão a crescer. Par além disso, os EUA detêm uma percentagem muito mais elevada de infra-estruturas militares e de armamento.

Durante as cerca de duas décadas que decorreram desde 1989, o poder dos Estados Unidos definiu a ordem internacional. Todos os caminhos levavam a Washington e as ideias americanas sobre política, economia e política externa eram o ponto de partida das iniciativas globais. Washington tem sido o actor externo mais poderoso em todos os continentes, dominando o hemisfério ocidental, continuando a ser a base crucial do equilíbrio na Europa e na Ásia oriental, expandindo o seu papel no Médio Oriente, na Ásia Central e no Sul da Ásia

¹⁸⁴ No seu artigo "Os verdadeiros propósitos de George W. Bush", Michael Klare revela que as "três prioridades estratégicas que presidem, actualmente, a acção internacional dos EUA (inscritas no NSS) – o *melhoramento das capacidades militares, busca de novas fontes de petróleo e guerra contra o terrorismo* – fundiram-se agora num único objectivo estratégico que pode ser resumido pela seguinte fórmula: uma guerra em prol da dominação americana. Deste modo, o autor considera que as intervenções americanas no Afeganistão e no Iraque são as primeiras etapas da implementação desta estratégia, que visa, sobretudo, a eliminação de qualquer ameaça à supremacia de Washington.

e continuando a ser o único país que pode dar força a qualquer operação militar global importante (Zakaria, 2008: 47). Não existe nenhuma força convencional no mundo capaz de desencadear e sustentar uma guerra global contra a América e de a vencer. Na realidade, para pôr a questão em termos completamente irrealistas, nem mesmo que todo o resto do mundo, se isso fosse possível, decidisse organizar um ataque combinado contra os Estados Unidos, eles seriam derrotados. Segundo Robert Cooper, não existe nenhuma força convencional no mundo capaz de derrotar os Estados Unidos, numa guerra clássica (2006: 57).

Não obstante os custos da guerra do Iraque e a desmobilização de tropas na Ásia, os americanos continuam a ser os únicos que possuem forças armadas capazes de intervir rapidamente em qualquer ponto do globo. São os únicos que possuem as infra-estruturas logísticas (bases militares e navais, aviões de transporte de longo alcance, frotas dotadas de porta-aviões e de porta-helicópteros) e as infra-estruturas políticas (redes de alianças) necessárias para alcançar, quer com bombas, quer com ajudas, todos os cantos da Terra (o *tsunami* que atingiu Sumatra e se abateu sobre a Ásia meridional a 26 de Dezembro de 2004 permitiu aos Estados Unidos exibirem com grande eficácia perante os países asiáticos a onnipresença global do seu dispositivo militar).

Os Estados Unidos têm doze porta-aviões nucleares e cada um deles aloja oitenta e cinco aviões de ataque; os engenheiros navais chineses ainda estão a trabalhar no primeiro do mesmo tipo. De acordo com as estimativas do Pentágono, a China tem vinte mísseis nucleares que podiam atingir a costa dos Estados Unidos, mas essas armas «pequenas e pesadas» são «inerentemente vulneráveis a ataques preventivos». Em contrapartida os Estados Unidos têm 9 mil ogivas nucleares intactas e cerca de quinhentas ogivas estratégicas.

Os EUA são o único poder com uma estratégia global - de certo modo, são o único poder com uma estratégia completamente independente. O resto do mundo reage à América, teme a América, vive debaixo da protecção americana, inveja, ressent-se com, conspira contra, depende da América. Qualquer outro país define a sua estratégia tendo em conta os Estados Unidos. A globalização avançou em quase todos os campos – económico, tecnológico, cultural e até linguístico – excepto num: política e militarmente¹⁸⁵ os Estados Unidos são esmagadoramente mais poderosos¹⁸⁶ (Hobsbawm, 2008: 29-30).

Os Chineses percebem que há um grande desequilíbrio militar e por isso a China não pretenderá ser uma nova União Soviética, com Pequim a tentar manter-se à tona em termos

¹⁸⁵ Os Estados Unidos têm as forças armadas mais poderosas da história do mundo (Zakaria, 2008: 229).

¹⁸⁶ No entanto, nenhum Estado ou império alguma vez foi grande, rico ou poderoso o suficiente para manter uma hegemonia sobre o mundo político, muito menos estabelecer uma supremacia política e militar em relação ao mundo inteiro (Hobsbawm, 2008: 29-30).

militares. É mais provável que a China continue a ser uma «superpotência assimétrica». Já está a explorar e a desenvolver formas de complicar e desgastar a supremacia militar americana, como a tecnologia do espaço e tecnologia com base na Internet. Mas o que é mais importante é que utilizará a sua força económica e a sua competência diplomática para atingir os seus objectivos sem ter de recorrer à força militar.

Exemplo disso é o "*Novo Conceito de Segurança*" (NCS) chinês, onde se afirma a intenção de construir uma ordem internacional baseada na justiça, confiança, prosperidade mútua, respeito pela soberania nacional e integridade territorial, multilateralismo e resolução pacífica dos conflitos. Este pode ser tido como um instrumento subtil que visa aumentar a influência chinesa e diminuir a norte-americana, criando as bases para uma transição pacífica da Ásia do domínio norte-americano para a supremacia benevolente da China. Em segundo lugar, pode ser o prenúncio literal do tipo de ambiente internacional que a forte e próspera China deseja e a prova documental de que a China ambiciona desempenhar um papel activo e construtivo, nomeadamente, nos assuntos multilaterais, procurando assim elevar a sua posição e influência internacional a um lugar de maior destaque a nível regional e mundial (Cardoso, 2008: 102 e China RP, 2009: 3).

De acordo com o livro Branco de Defesa da China, de 2008, esta reconhece que o desenvolvimento e a paz mundial estão confrontados com várias dificuldades e desafios, entre eles, as lutas pelos recursos estratégicos, pelos locais estratégicos e pela posição estratégica dominante têm sido intensificadas. Considera ainda que existem muitos factores de incerteza na segurança da região Ásia-Pacífico, tendo a estratégia dos EUA aumentado a sua atenção nesta área, consolidando ainda mais as suas alianças militares, ajustando o seu destacamento militar e reforçando a sua capacidade militar, para continuar a garantir o poder político hegemónico. Mas as turbulências regionais têm-se alastrado, bem como os hot-spots, e existe uma maior possibilidade de emergirem guerras e conflitos locais (China RP, 2009: 2 e 3). Razão pela qual, na nova doutrina militar chinesa, se fala abertamente da probabilidade de instabilidade regional e de guerras circunscritas, para as quais o enorme império quer estar preparado.

A China prossegue uma estratégia de desenvolvimento de três etapas para modernizar a sua defesa nacional e as forças armadas (de acordo com os requisitos de segurança nacional e ao nível de desenvolvimento económico e social), passo a passo, de forma bem planeada. Este quadro estratégico é definido da seguinte forma: (1) promover a informatização da defesa nacional e das forças armadas chinesas¹⁸⁷; (2) aprofundar a reforma da defesa nacional e das forças armadas¹⁸⁸;

¹⁸⁷ Com o objectivo de modernização, e à luz das suas condições nacionais e militares, a China procura activamente atingir a RAM com características chinesas. Foram formulados de uma maneira científica os planos estratégicos para atingir a completa mecanização até 2010, e fazer grandes progressos na

(3) complementar uma estratégia militar de defesa activa¹⁸⁹ (China RP, 2009: 5).

Actualmente, a China não é só uma grande compradora de petróleo e de produtos para construir máquinas. Se analisarmos os últimos cinco anos, a China tornou-se também a maior importadora de armas a nível mundial. De acordo com Steingart, eles acenam com um substancial orçamento militar que, em 2006, ultrapassou sensivelmente em 50% as despesas sociais do Estado. Não é possível um governo documentar de uma forma mais clara as suas prioridades (2009: 232).

De momento a China encontra-se em negociações com a Rússia para a aquisição de aeronaves para equipar o futuro porta-aviões chinês de 48000 toneladas, que pretende construir a partir de 2011. A China anunciou, também, a intenção de construir um porta-aviões nuclear até 2020 (Novosti, 2009).

No entanto, tudo isto são intenções a médio prazo. Como releva Friedman, para a China se tornar uma importante potência naval e criar uma armada são *“necessárias gerações, não só para a construção de navios, mas também para treinar as tripulações e incutir uma cultura apropriada”* (2010: 23). Mas na verdade, para os países da região, é motivo de forte preocupação a expansão naval da China ao longo do Mar da China Meridional. O reforço das forças navais pelos vários Estados tem sido uma das características mais vincadas do contexto geopolítico regional (Pulido, 2004: 145).

As rotas do Mar da China Meridional são também vitais para os Estados Unidos da América na medida em que são utilizadas pela Marinha americana para transitar entre o Oceano Pacífico e o Oceano Índico.

Apesar da China não ser expressamente referida em qualquer dos documentos tornados públicos, as posições assumidas podem ser interpretadas como uma séria advertência a Pequim, lembrando que os EUA não hesitarão, se tal for necessário, em utilizar a força.

De resto, a sétima frota americana¹⁹⁰ (ver figura 24), com base no Japão, vive patrulhando Taiwan e tem conduzido regularmente manobras militares no Mar da China Meridional, marcando uma presença naval bastante assinalável (Pulido, 2004: 151).

informatização até 2020, para alcançar a meta da modernização da defesa nacional e das forças armadas até meados do século XXI.

¹⁸⁸ A China está a ajustar e reformar a organização, estrutura e políticas das forças armadas, com a finalidade de desenvolver até 2020 um conjunto completo de modos de organização científica, instituições e modos de operação em conformidade com as leis que regem a construção de forças armadas modernas. Esforça-se para ajustar e reformar os sistemas de defesa relacionados com a indústria de ciência e tecnologia, a aquisição de armas e equipamentos, bem como reforçar a sua capacidade de inovação independente em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de armas e equipamentos com melhor qualidade e relação custo-eficácia.

¹⁸⁹ Estrategicamente, segue o princípio da caracterização das operações defensivas, a auto-defesa é o princípio fundamental, atingindo o forte do inimigo só depois deste ter começado um ataque. Em resposta às novas tendências no mundo militar, a China tem formulado uma orientação estratégica militar de defesa activa para o novo período.

Ko Chen-heng, em Janeiro de 2008, então vice-ministro taiwanês da Defesa, denunciou a intensa actividade da marinha chinesa nos arredores da passagem de Bashi, um gargalo muito estreito situado entre Taiwan e as Filipinas.

Quando chegou ao poder, Mao afirmou que “os Estados Unidos devem ser taticamente respeitados, mas desprezados estrategicamente” (cit. por Wolton, 2008: 121). Os seus sucessores retiveram estas lições do passado, bem como a opinião do Grande Timoneiro.

Wang Xiadong, em 1993, explicou o pensamento chinês nos seguintes termos: «os Americanos querem estrangular-nos lentamente, sem nós darmos por isso. Não querem que voltemos a ocupar o nosso lugar na Ásia, o primeiro. São os nossos inimigos. Nós temos de nos preparar, de nos armar. Serão eles ou nós». Hu Jintao, à época o responsável ideológico do Partido Comunista (PC), declarou que «em consequência da sua estratégia hegemónica global, os Estados Unidos têm actualmente como principal rival a China» (Wolton, 2008: 118 a 121).

Mais recentemente, em Julho de 2005, uma declaração infeliz do general Zhu Chenghu não contribuiu para acalmar os ânimos: “advertiu Washington que, se tivesse que explodir um conflito entre as duas nações devido a Taiwan, os chineses usariam armas atómicas e centenas de cidades americanas seriam destruídas”. Segundo Rampini, para a China, Taiwan é uma questão interna. Não toleram as interferências estrangeiras¹⁹¹ e estas não os assustam (2006: 383).

Apresentam-se os ingredientes para alimentar previsões pessimistas sobre o potencial confronto EUA-China. O Pentágono, de acordo com o teor de um relatório de Janeiro de 2006, em anexo ao orçamento da Defesa, apresentado ao Congresso de Washington, evidenciou a preocupação com a corrida chinesa ao rearmamento, definindo-a como uma «ameaça credível» para os interesses vitais dos Estados Unidos na área da Ásia e do Pacífico, isto é, na região que se está a tornar o novo centro de gravidade do poder económico mundial. Os militares dos Estados Unidos consideram a China o único rival estratégico dos Estados Unidos em condições de alterar os equilíbrios planetários; segundo eles, “a China terá o



Figura 24 - Porta-aviões USS George Washington (CVN-73)

¹⁹⁰ É a maior da Marinha dos EUA, composta por 50-60 navios, 350 aviões e cerca de 60.000 Marine Corps; tem por base permanente Yokosuka, no Japão, com unidades localizadas em Sasebo, também no Japão, Chinhae, na Coreia do Sul, e Guam, nas Marianas. O Comando das actividades da 7ª Frota da Marinha dos EUA está sediado na Base Naval de Yokosuka, Japão. É considerada, estrategicamente, a Base Naval mais importante do Pacífico Ocidental. Está localizada na entrada da Baía de Tokyo, 65 km a sul de Tóquio e, aproximadamente, 30 km a sul de Yokohama. Os comandos que compõem esta instalação de apoio operacional ao WESTPAC incluem a Sétima Frota, o Destroyer Squadron 15 e o apoio permanente ao porta-aviões USS George Washington (CVN-73).

¹⁹¹ Da lei anti-secessão consta que a China está disposta a usar meios não-pacíficos (Rampini, 2006: 382).

máximo potencial para competir militarmente com os Estados Unidos”. Muitos neoconservadores estão convictos de que estamos a presenciar os ensaios de uma nova Guerra-fria, com um rival com recursos bem mais ricos do que a URSS. Daí a decisão de Washington organizar uma estratégia de contenção da China, na qual o Japão e a Índia terão um papel decisivo (Rampini, 2007: 361).

Em Junho de 2005, Chris Hill, subsecretário de Estado para os Assuntos da Ásia e do Pacífico, afirmou perante uma sub-comissão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos que uma tarefa importante dos Estados Unidos e dos seus aliados asiáticos era a de *“garantir que, na sua busca dos recursos naturais e matérias-primas de que necessita para alimentar a sua máquina económica, a China não apoie a perpetuação de regimes que prosseguem políticas destinadas a minar, em vez de sustentar, a segurança e estabilidade da comunidade internacional”* (cit. por Kynge, 2006: 268). Alguns meses depois, na ausência de mudanças visíveis no comportamento da China, Robert Zoellick, secretário de Estado adjunto dos Estados Unidos, foi mais frontal. Declarou que *«o envolvimento da China com Estados problemáticos indica na melhor das hipóteses cegueira em relação às consequências e na pior uma coisa mais inquietante»*. E acrescentou que, se Pequim tentasse usar a sua influência *«para excluir os Estados Unidos, teria uma contra-reação»* (Kynge, 2006: 268).

Sem dúvida, a China está hoje a esforçar-se activamente para expulsar os EUA da Ásia Oriental, tanto quanto a Alemanha tentou intimidar a Grã-Bretanha antes da I GM. Se a deixassem, gostaria de forçar a restituição de Taiwan, de dominar o Mar da China Meridional e de ser reconhecida como o Estado principal da região da Ásia Oriental (segundo Robert Kagan a China aspira, a curto prazo, a substituir os EUA como potência dominante na Ásia Oriental e, a longo prazo, a desafiar a posição da América como potência dominante no mundo), mas os líderes chineses terão de se haver tanto com os preços impostos por outros países como com as limitações criadas pelos seus próprios objectivos de crescimento económico e com a necessidade de mercados e de recursos externos (Nye, 2005: 38 e 42).

Com as duas potências em oposição tão implacável, qualquer alteração do equilíbrio militar no Estreito de Taiwan é um factor de preocupação para toda a região Ásia-Pacífico. A posição de Taiwan no eixo das rotas marítimas que contornam o MSC e sobem em direcção ao Japão confere-lhe uma importância estratégica crucial para o comércio e para a projecção de poderio militar na região. David Shambaugh, especialista americano em assuntos militares, assevera que, com o agressivo reforço qualitativo das capacidades da M-EPL, o equilíbrio de poder militar entre as duas margens do estreito inclinou-se decididamente para o lado da China.

Para já, os EUA continuam a ser a potência dominante no Sudeste Asiático e o principal garante da segurança na região (Cardoso, 2008: 92), mas não se pode permitir a travar um conflito nesta região do mundo. Embora a sua capacidade de primeira intervenção seja poderosíssima, ela não chega para conduzir até ao fim uma campanha militar bem-sucedida.

Fareed Zakaria considera que em certas áreas, como é exemplo o MSC, a força militar dos Estados Unidos será provavelmente menos relevante que a da China (2008: 227). Os EUA são militarmente demasiado fracos, e política e culturalmente demasiado isolados para conseguirem pacificar uma nação asiática insurrecta. Hoje em dia, poucos são os amigos com que os americanos podem contar na Ásia. Embora possuam bases aqui e ali, patrulhem constantemente o Mar da China Meridional com os seus porta-aviões e disponham de dois aliados de peso como o Japão e a Coreia do Sul, ao contrário do que acontece na Europa, eles não são vistos ali em parte nenhuma como amigos e pacificadores (Steingart, 2009: 228).

Pequim é uma superpotência atômica que, graças à nova riqueza de que desfruta, reforça a sua própria influência política e estende de ano para ano as suas próprias capacidades militares em zonas do mundo cada vez mais vastas.

Neste contexto, será a energia, com particular destaque para o petróleo, um elemento catalisador para um eventual conflito militar entre a China e os EUA ou entre interpostos Países no Sudeste Asiático? Verifica-se que existem vários elementos de fricção, entre os quais se destacam: (1) as crescentes necessidades energéticas da China e o consequente aumento da dependência de importações petrolíferas; (2) as disputas territoriais no Mar da China Meridional pelo domínio das ilhas Paracel, Spratly e vastos territórios marítimos; (3) o conflito sino-japonês pelo controlo das ilhas Senkaku/Diaoyu; (4) as disputas militares já ocorridas e os largos investimentos dos países da região no reforço das forças militares navais; (5) a emergência da China como potência multidimensional sedenta de acentuar a sua preponderância regional e afirmar a sua posição internacional.

As crescentes necessidades energéticas chinesas e o seu impacto nos mercados mundiais têm sido aspectos crescentemente debatidos por vários especialistas e instituições ao longo dos últimos anos. Algumas opiniões veiculadas referem que a intenção chinesa de domínio total do Mar da China Meridional é uma ambição permanente, apenas à espera que Pequim desenvolva as capacidades militares necessárias para o sustentar. Outros sublinham que a necessidade de a China manter boas relações com os países da região pertencentes à ASEAN pode conter o seu ímpeto expansionista. Todavia, as consequências da primeira posição referenciada podem revelar-se demasiado gravosas para serem desconsideradas.

A juntar a tudo isto, temos de ter em consideração que, à medida que o crescimento

chinês aumentar, mais próximos da China vão ficando os restantes Estados do Sudeste Asiático. A América, se prosseguir a sua onerosa e improdutiva «guerra ao terrorismo», pode sofrer o declínio do poder económico e moral que lhe permitiria enfrentar uma China fortalecida. Na medida em que a China continuar a crescer e mais países se aperceberem de que os EUA poderão não estar aptos a garantir-lhes a segurança, mais governos se voltarão para a China e para outros países poderosos mas antidemocráticos, por razões de segurança e de satisfação de necessidades económicas (Abbott, 2007: 83). Na difícil escolha entre a China e os EUA existe um factor geopolítico, de extrema importância, que influencia decisivamente os países da região: o facto dos EUA serem uma potência extra-regional, enquanto a China é o país vizinho com que terão de conviver no presente e no futuro.

No Verão de 2007 decorreram exercícios militares conjuntos da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Quando, num inquérito realizado em 2007, se fizeram perguntas sobre o país em que confiavam para deter o poder global, os inquiridos de países como a Tailândia e a Indonésia, aliados tradicionais dos Estados Unidos, atribuíram mais pontos à China do que aos EUA. Mesmo na Austrália as atitudes face à China e aos Estados Unidos estavam equilibradas (Zakaria, 2008: 118). Na origem desta alteração de comportamento estarão, certamente, para além do reforço das relações institucionais e comerciais, a forma como a China tem procurado aumentar a sua influência na região através do *Soft Power*.

Uma realidade é indiscutível: a competição estratégica e militar entre a China e os Estados Unidos está a intensificar-se. Duas questões interligadas sustentam esta competição. A primeira é uma rivalidade, antiga mas potencialmente explosiva, a propósito de Taiwan¹⁹² e a segunda é uma expressão muito mais recente da crescente capacidade de afirmação da China: o propósito de garantir a chegada em segurança ao destino do petróleo e outros recursos naturais que adquire em paragens estrangeiras.

Em termos geopolíticos, ambos os Estados procuram uma influência determinante na região, nenhum aceita estar subordinado ao outro e opõem-se mutuamente nas iniciativas regionais de cada um. Do conjunto destes factores resulta uma região com elementos de um elevado potencial de conflito (Pulido, 2004: 152).

Pelo já exposto, consideramos que existem três questões que, em conjunto ou isoladamente, podem desencadear um conflito entre a China e um País apoiado pelos EUA (Taiwan, Japão, Coreia do Sul, Índia, etc.) ou, no pior dos cenários, entre estas duas Nações:

¹⁹² Contudo, apesar da divergência quanto a Taiwan, os Estados Unidos e a China têm conseguido, desde que em 1979 estabeleceram relações diplomáticas, evitar apontar-se mutuamente como futuros inimigos. Mas também isto pode estar a mudar de modo subtil.

- (1) Segundo país consumidor de petróleo, a China contribui para o agravamento rápido da situação mundial, há cada vez menos petróleo disponível e a procura é cada vez maior – uma equação insolúvel;

Na opinião de vários autores é muito provável a sua ocorrência, como é exemplo Philippe Le Billion, que no seu artigo “*The political ecology of war: natural resources and armed conflicts*” afirma que “os recursos naturais têm desempenhado um papel notável na história dos conflitos armados” (2001: 561). Para o autor, as pessoas ou Estados irão combater entre si para garantir o acesso aos recursos necessários para a sua sobrevivência e quanto mais escassos os recursos, mais violento será o combate¹⁹³. Também Michael Klare, na sua «guerra dos recursos», acredita que o nosso mundo se meta em violentos conflitos motivados pela escassez dos aprovisionamentos, dando como exemplo aquilo que ele apelida de “ocupação do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003”. Nye Jr. perspectiva que a China venha a representar uma ameaça aos interesses americanos e é mais provável que os Estados Unidos venham a entrar em guerra com ela do que com qualquer das outras grandes potências (2005: 39). Recentemente, na sua obra, George Friedman advoga que “quanto mais elevado for o preço do petróleo..., maior será a probabilidade de um confronto por causa das rotas marítimas” (2010: 96), augurando que “o século XXI verá ainda mais guerra que o século XX” (2010: 22). Termina com Eric Laurent, que considera que “o confronto entre os Estados Unidos e a China se reveste de um carácter inelutável” (2007: 196).

- (2) Qualquer tentativa de restituição pela força de Taiwan, por parte da China, ou grande alteração do equilíbrio militar no Estreito de Taiwan, que pela sua posição no eixo das rotas marítimas que contornam o Mar do Sul da China e sobem em direcção ao Japão confere-lhe uma importância estratégica crucial para o comércio e para a projecção de poderio militar na região.

Pequim exige uma reintegração da *província renegada*, mesmo que essa reintegração não tenha de ocorrer imediatamente. «Podemos esperar 100 anos», disse Mao. Embora reconheça a posição da chefia chinesa, a América continua a abastecer Taiwan com todo o tipo de material de guerra. Sob o ponto de vista militar, o pequeno Estado rebelde, fundado por adversários de Mao na sequência da guerra civil chinesa, encontra-se sob o escudo protector dos americanos. Se este fosse retirado, os dias de Taiwan estariam contados. Poderosos amigos dos taiwaneses em Washington têm conseguido, até agora,

¹⁹³ Le Billion apresenta como defensores da tese da “guerra por escassez de recursos” os seguintes autores: Bennett (1991), Brown (1977), Homer-Dixon (1999), Renner (1996) e Suliman (1998); por outro lado, Dalby (1998), Gleditsch (1998) e Peluso & Watts (2001) são apontados como críticos da mesma.

que isso não aconteça. Para muitos americanos Taiwan é um espinho espetado na carne do comunismo chinês, espinho que eles não se importam de continuar a empurrar.

Nye Jr. avalia ser mais provável que os Estados Unidos e a China acabem por se envolver numa guerra ou numa guerra fria na Ásia Oriental e que isso seja provocado por uma política inábil relacionada com a independência de Taiwan (Nye, 2005: 43).

- (3) Qualquer esforço sério da China no sentido de se afirmar como potência regional e de dominar o Mar da China Meridional e as suas rotas estratégicas irá certamente desencadear um grande conflito entre potências no Sudeste Asiático.

Como vimos, para a China é vital garantir a segurança dos seus abastecimentos energéticos, já que a possibilidade da rotura do abastecimento ao longo das linhas de comunicações marítimas que ligam o Médio Oriente, África e a América Latina à China adquiriu uma importância estratégica; para atingir esse desiderato a China, nos últimos anos, tem vindo a modernizar as suas forças armadas, através da aquisição de equipamento essencialmente naval e aéreo. Fica a faltar o acesso da frota chinesa ao alto-mar.

Apesar de ser evidente a intenção chinesa de se afirmar regionalmente, de forma responsável e positiva, dificilmente esta postura se manterá no futuro. São vários os autores que defendem a ideia de que existe a real possibilidade de o século XXI ser o momento em que a China, fortalecida, parte para a conquista da hegemonia regional e mundial. A competição China-Estados Unidos, ainda que cada um se justifique, começou agora e Washington, claro, acompanha de perto os diferentes projectos estratégicos de modernização do exército popular e as modificações resultantes no equilíbrio regional (Lopez, 2006: 290).

De facto, muitos defendem que a ascensão de uma nova grande potência conduz com frequência à guerra, seja porque a potência em ascensão utiliza a força para conformar o sistema internacional aos seus interesses, seja porque uma potência hegemónica, quando existe, ou uma aliança de potências preocupadas provocam uma guerra preventiva¹⁹⁴ para preservar a sua predominância enquanto têm capacidade para o fazer (Vasconcelos, 2009: 44). Um sistema que torne a acção preventiva¹⁹⁵ necessária só será estável se for dominado por um único poder ou um conjunto concertado de poderes. A doutrina da prevenção necessita então de ser complementada por uma doutrina de manutenção de uma superioridade estratégica - e

¹⁹⁴ A doutrina da guerra preventiva foi um dos factores que conduziram ao deflagrar da I GM.

¹⁹⁵ No contexto estratégico, faz referência ou à gestão de crises e conflitos ou ao pré-posicionamento de forças perante uma eventual ameaça. Assim, a acção preventiva será desencadeada para evitar que se confirme uma agressão ou a ameaça que, posteriormente, obrigaria ao uso da força maior (Tomé, 2004: 206 e 207).

este é, na realidade, o tema principal da NSS dos EUA (Cooper, 2006: 77).

Na descrição imortal de Tucídides, a Guerra do Peloponeso, na antiga Grécia, foi provocada pela ascensão ao poder de Atenas e pelo receio que isso gerou em Esparta. A I GM deveu muito à ascensão da Alemanha do *kaiser* e ao receio que isso originou na Grã-Bretanha. Cada um dos lados, acreditando que acabará por envolver-se numa guerra com o outro, realiza alguns preparativos militares, que são interpretados pelo outro lado como uma confirmação dos seus piores receios (Nye, 2005: 39). Algumas pessoas pressagiam o aparecimento de uma dinâmica semelhante neste século com a ascensão da China e o receio que isso provoca nos Estados Unidos, que são historicamente um país bélico (Friedman, 2010: 61).

A pergunta que toda a gente faz a si mesma é a de se o aumento da força da China e a vontade dos Estados Unidos de conservar o seu primeiro lugar mundial e os seus esforços de garantir os abastecimentos energéticos irão conduzir, nos próximos anos ou décadas, ao confronto directo entre estas duas superpotências? Para alguns especialistas, não se trata já de responder «sim», mas «quando» (Michel, 2009: 215).

Após terem sido dissecados os principais focos de instabilidade e conflito, vamos examinar de seguida as relações de cooperação que servem os interesses fundamentais dos dois países e representam os seus desejos e aspirações comuns e também a promoção da estabilidade regional e mundial.

“The future and destiny of contemporary China is more and more closely linked to the future and destiny of the world. China’s development cannot be done without the world, and the world’s development needs China.”

PRC President Hu Jintao

(Cit. em EUA-Dep. Defesa, 2009:Sec1:46)

IV.2. Cooperação

O poder dos norte-americanos é impressionante (têm um poder incomparavelmente superior a qualquer potência que tenha alguma vez existido na história); *“são económica, militar e politicamente, o país mais poderoso do mundo e não existe um país que constitua um verdadeiro desafio a esse poder”* (Friedman, 2010: 20). Os EUA apresentam tal supremacia que os mais cépticos poderão afastar a possibilidade de qualquer Estado poder sequer aproximar-se da sua capacidade no médio-prazo. Segundo o General Loureiro dos Santos, os EUA continuam a manter uma significativa vantagem sobre os seus rivais aliados e a preservar a iniciativa estratégica. Isto deve-se tanto à permanência de um expressivo peso absoluto, de uma vantagem militar e do domínio sobre importantes organizações internacionais, como às vacilações dos demais protagonistas, pois os riscos e os custos da construção de uma hegemonia alternativa, por parte destes, são grandes e eles preferem adaptar o sistema existente (2003: 34).

De qualquer forma, enquanto os EUA vão elevando esforços para manter a sua hegemonia, outras potências vão crescendo livremente no sistema internacional.

A China é uma destas potências. Pequim não tem de se preocupar em ser o garante da segurança e da paz internacionais, nem tem de se preocupar em aumentar incansavelmente o seu poder para manter uma dada hegemonia. A única preocupação que a China tem, actualmente, é crescer e fá-lo através das condições proporcionadas pelos EUA (Cardoso, 2008: 87). A RPC joga com a sua capacidade, suposta e assumida, para se converter numa grande potência, mas beneficia tanto mais desse estatuto quanto não o põe à prova (*“Quando os tigres lutam, o panda deve observá-los no cimo da árvore e continuar a comer”* – é um antigo provérbio chinês que sintetiza bem a estratégia que a China tem prosseguido; até agora, esta estratégia tem-se revelado altamente produtiva). Os dirigentes e o estado-maior sabem que estão longe de ter conseguido recuperar o atraso sofrido pelo país em todos os domínios.

As capacidades actuais da China não estão à altura das suas ambições, o que não a impede de já ser o interlocutor privilegiado dos Estados Unidos. Este reconhecimento não é suficiente para Pequim. A ambição de se tornar numa superpotência continua a ser o fundamento da sua política externa. Para o conseguir, os dirigentes chineses necessitam dos capitais ocidentais, de tecnologias de ponta, da competência profissional das empresas capitalistas e das quotas de mercado para sustentar a reconstrução militar. Têm em mente o único confronto que conta, com os Estados Unidos, pela liderança mundial. Toda a estratégia de Pequim se orienta nesse sentido, segundo o método chinês, percorrendo caminhos ínvios e contornando os obstáculos.

A RPC tem orientado a sua actuação política face aos EUA no sentido de evitar dar pretextos a qualquer envolvimento militar na região, balizando a sua postura por criar confiança nos meios políticos, económicos e na opinião pública dos EUA, por forma a não dar argumentos para uma intervenção militar, apostar na cooperação e resistir à confrontação.

Segundo o livro branco de defesa, a China irá encorajar os diálogos e a cooperação com outros países e opor-se ao alargamento das alianças militares e aos actos de agressão e expansão. Por outro lado, afirma que nunca vai procurar a hegemonia militar ou participar em qualquer tipo de expansão agora ou no futuro, independentemente do desenvolvimento que atingir (China RP, 2009: 4).

A política externa da China é paciente e de longo alcance. É muito provável que, segundo Pequim, o desafio geopolítico não seja a conquista de países vizinhos, mas apenas a necessidade de evitar que um conjunto deles se volte contra si. Ainda menos provável será que os dirigentes chineses pretendam provocar os Estados Unidos, o país mais distante e aquele que historicamente nunca ameaçou a unidade da China nem a sua integridade. Por

outro lado, a enorme aposta que a China fez no sistema económico internacional, em que os EUA são o investidor e cliente de maior dimensão, leva a que haja um interesse mútuo e uma forte motivação para não pôr em causa o *status quo* em toda a região da Ásia Pacífico.

De acordo com Henry Kissinger, “os EUA desempenham um papel de opção geopolítica para a China – até como potencial rede de protecção –, mais do que um adversário inato. Visto do seu todo – e apesar de alguns altos e baixos, na sua maioria devidos a Taiwan – este tem sido, de facto, o motor da política chinesa.

Claro que à medida que a China desenvolve aquilo a que chama a sua força nacional abrangente, o seu poderio militar ir-se-á tornando um desafio mais significativo. Contudo, tanto quanto é possível prever as próximas décadas, os EUA dispõem de vantagens diplomáticas, económicas e militares que lhes permitem encarar o futuro sem terem de recorrer a um confronto preemptivo com a China” (2003: 137).

As actuais relações de Pequim inserem-se no entendimento de que o seu desenvolvimento não lhe é devido em exclusivo, necessitando de assumir compromissos que lhe permitam colher dividendos para alimentar o crescimento económico e lhe confirmem o posicionamento desejado na cena regional e global, pelo que assume a necessária interacção multilateral, a que não está habituada, mas da qual, em parte, depende a concretização de pretensões de soberania territorial e independência energética.

Há cinco anos apenas, os líderes de Pequim quase não precisavam de se preocupar em saber onde e como as suas companhias iam buscar os fornecimentos de petróleo. Nessa altura, a procura do país, sem deixar de ser significativa, era satisfeita com relativa facilidade nos mercados mundiais. Mas hoje a China é o segundo maior importador de petróleo do mundo, a seguir aos Estados Unidos. Daí que a necessidade de explicar *publicamente* as intenções de crescimento foi necessária, pois o nível do crescimento ficou irreversivelmente dependente dos recursos exteriores. Assim, para continuar a ser destinatária destes fluxos energéticos, a RPC precisou de contribuir para a paz e estabilidade internacionais (a China afirma constantemente que se irá manter nos caminhos da paz, do desenvolvimento e da cooperação, persistindo em continuar o caminho do desenvolvimento pacífico, prosseguir a abertura estratégica de benefício mútuo e promover a construção de um mundo harmonioso com uma paz duradoura e prosperidade comum), não se constituindo como potência militarmente ofensiva na região asiática (a China persegue uma política de defesa nacional de natureza puramente defensiva¹⁹⁶), nem promovendo conflitos (irá persistir na prossecução do novo

¹⁹⁶ No entanto a China coloca a defesa da soberania nacional, a segurança, a integridade territorial, a salvaguarda dos interesses do desenvolvimento nacional e os interesses do povo chinês acima de tudo. Esforça-se para construir uma

conceito de segurança caracterizado pela confiança mútua, benefícios mútuos, igualdade e coordenação, e preconiza a resolução de disputas internacionais por meios pacíficos (China RP, 2009: 4)), mesmo noutras regiões, que pudessem ou ainda possam vir a afectar a alimentação energética necessária ao desenvolvimento económico (Mori, 2007: 15).

Por outro lado, o crescimento da riqueza e da influência da RPC na Ásia-Pacífico é levado a cabo tendo como enquadramento o entendimento por parte das potências vizinhas de que a sua ascensão é pacífica e replicará os benefícios nos vários actores da região, sendo cumulativamente um contra-peso à hegemonia dos EUA (Gill, 2007: 10).

Mas, ao mesmo tempo que a China tem a noção clara de que os Estados Unidos são a principal potência com capacidade para fazer fracassar o seu crescimento económico, e apesar de interessada em contrariar a hegemonia americana, sabe que qualquer conflito grave com os Estados Unidos teria consequências devastadoras para o seu programa de fortalecimento do potencial estratégico. Por isso vai-se acomodando, optando por modos indirectos de resistência ao poder americano.

Neste contexto, estamos de acordo com Luís Tomé, quando declara que a afirmação internacional da RPC se desenvolve através da pretensão de se constituir numa potência estabilizadora, não ameaçadora¹⁹⁷ (2004: 119), tendo para isso assumido como “língua oficial” o *soft power* (Nye, 2008: 1), poder este que é definido como “*a habilidade de influenciar e persuadir, implicitamente, as acções e as agendas de outros países*” (Naidu, 2007: 2).

Segundo Joseph Nye, a RPC ambiciona, para além do crescimento económico e militar, incrementar o seu *soft power* (2006: 1). Há quem advogue que a China tem, historicamente, uma rede bem estabelecida capaz de promover este tipo de influência (Pan, 2006: 1) e que a imagem da China perante o mundo tem melhorado devido não só aos erros cometidos pelos EUA¹⁹⁸, mas também ao crescimento do seu *soft power* (mesmo que este ainda esteja algo distante do seu congénere norte-americano), conferindo-lhe influência pela persuasão, mais do que pela coacção (Kurlantzick, 2006: 1).

O *soft power* é mais do que o investimento e desenvolvimento económico, acumulando em si aspectos culturais, de educação e de diplomacia (Pan, 2006: 1). Este poder pode ser conduzido recorrendo a diferentes meios: cultura¹⁹⁹, diplomacia²⁰⁰, participação em

defesa nacional forte e umas forças militares compatíveis com a segurança nacional e o desenvolvimento dos seus interesses, para a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos (China RP, 2009: 4).

¹⁹⁷ Além deste, Tomé apresenta mais dois vectores: a criação de uma política de reformas económicas e sua integração no mercado regional e mundial e a necessidade de afirmação de uma ordem imperial chinesa na Ásia e a defesa intransigente do “*princípio da não ingerência*”.

¹⁹⁸ Espelhados na miopia com que executaram o combate ao terrorismo no pós 11 de Setembro, na invasão do Iraque em 2003, na não ratificação de acordos e protocolos internacionais e na reacção lenta à recente crise financeira.

¹⁹⁹ O ensino da língua chinesa dentro e fora de fronteiras e o apoio a estudantes estrangeiros (Pan, 2006: 2).

²⁰⁰ No pós-guerra fria, a RPC aumentou o orçamento para a sua diplomacia pública, ao invés dos EUA que concretizaram inúmeros cortes orçamentais.

organizações multinacionais, negócios em larga escala e desenvolvimento do poder económico de uma nação (Kurlantzick, 2006: 1).

Até à última década o *soft power* da RPC era insignificante. No entanto, a partir de 1997, decorrente da janela de oportunidade aberta pela crise financeira asiática desse ano, este torna-se um poder emergente. Assim, a partir desta data é possível identificar quais as estratégias de *soft power* que a RPC começou a desenvolver: uma doutrina de relações “win-win”, onde todas as partes envolvidas devem retirar dividendos e assim alcançar a prossecução dos objectivos estabelecidos (como vimos em África e no Médio Oriente); um fortalecimento de relações bilaterais com países com os quais os EUA falharam tal desígnio (Estados Pária e Falhados); uma política de não intervenção em assuntos internos de outros Estados (os valores intangíveis como a transparência, a boa governação e a democracia não constam do léxico chinês; negócios são negócios); por fim, o facto da RPC se constituir num potencial ideal de Estado para os países em desenvolvimento, tanto mais que o seu modelo de desenvolvimento se torna bastante apelativo (Política do Supermercado) (idem: 2).

Em oposição, os EUA acreditam que o *soft power* chinês poderá apoiar os grandes objectivos do *hard power*, que entretanto poderão ameaçar os seus interesses. Estes incluem a integridade territorial dos países do sudeste asiático, o apoio regional aos EUA em caso de conflito, o controlo das rotas marítimas e vias fluviais, as alianças formais e a promoção da democratização e a boa governação na região. Consideram que o declínio da afinidade do sudeste asiático pelos seus aliados tradicionais (Japão e Taiwan) poderá obrigá-los a reforçar o seu apoio a estes países no caso de emergir um conflito envolvendo as questões ainda por resolver sobre Taiwan (Ibid: 6).

Como é natural, a China, estando numa posição de desvantagem em relação à potência dominante, opta, pragmaticamente, por adoptar uma postura de não confrontação, concentrando-se, apenas, no seu crescimento económico e estando pronta para fazer concessões que a beneficiem no longo prazo. É esta flexibilidade e este pragmatismo, constantemente visíveis na transformação da China, que fornecem o contra-argumento de cenários futuros carregados de ameaças. Talvez a China esteja demasiado ligada ao mundo, demasiado implicada nas suas organizações e tratados e demasiado dependente dos outros para morder as mãos que lhe dão de comer (Kynge, 2006: 277).

No fundo, a China tem sido muito pragmática e cuidadosa não só em não confrontar os EUA como em não se deixar envolver por certos parceiros regionais nos respectivos conflitos com os EUA, mostrando claramente que prossegue na região uma política muito distinta da antiga URSS, em tempo de Guerra Fria.

A China passou a cativar as atenções. Para uns como ameaça e para outros como um bom aliado de contenção ao poder hegemónico dos EUA; e ainda, em simultâneo, como uma ameaça e um grande aliado económico em conjunto com os EUA e o Japão. A China tem como verdade que o maior obstáculo ao seu desenvolvimento são os EUA, mas estes são-lhe cruciais ao seu desenvolvimento, não só pelos avultados investimentos como pela aquisição de modernas tecnologias.

Apesar da questão de Taiwan ser o maior contencioso entre a RPC e os EUA (a China não cedeu, tendo apenas negociado a sua pretensão de soberania sobre Taiwan, opondo-se aos EUA, que se centravam na renúncia a tal desiderato dominador (Kissinger, 2007: 631)), as relações externas da RPC, tanto a nível regional como mundial, têm sido de cooperação e mútuas vantagens²⁰¹, o que não significa que o aumento do seu poder, para além do económico, não venha a ocasionar outros fenómenos. Sobretudo porque interessa a todos os países da região, EUA incluídos, a existência de uma China estável e desenvolvida.

Mesmo nos momentos de maior tensão, envolvendo os EUA e actores não-estatais ou governos e que representam oportunidades diplomáticas e comerciais habilmente aproveitadas por Pequim, a China só se expõe frontalmente contra os EUA depois de outras potências o fazerem primeiro e, em regra, numa postura mais resguardada ou *soft* - como se viu, por exemplo, por ocasião da crise em torno da intervenção americana no Iraque, com a China a mostrar-se significativamente mais branda do que a França, a Alemanha ou a Rússia no seu oposicionismo.

A razão de fundo para o comedimento chinês face aos EUA, no Médio Oriente, em África ou em qualquer outro local, não é ideológica mas sim de ordem pragmática; por muito importantes que sejam os seus interesses e certos parceiros, nenhum vale o risco de alienar a relação bilateral mais importante para a China (os Estados são actores racionais que avaliam os custos e os benefícios das suas acções) e, logo, outros interesses prioritários: os EUA são absolutamente cruciais para um ambiente internacional favorável ao crescimento e desenvolvimento da China; confrontar a *hyperpuissance* seria, pois, motivar verdadeiras estratégias de contenção anti-China. Mais: para a China, os Estados Unidos são um parceiro económico e comercial incomparavelmente mais importante do que toda e qualquer região e têm um papel determinante noutros “interesses vitais” chineses.

No espaço extra-periférico da China, o mundo em desenvolvimento abrange basicamente a África e a América Latina. Deste mundo em desenvolvimento o que a China quer são recursos naturais, designadamente hidrocarbonetos, alguma diversificação de mercados, capacidade de isolar diplomaticamente Taiwan e conquistar influência política

²⁰¹ As duas potências firmaram acordos em 1972 e 1973 para oficializar a vontade de contrariar as pretensões de qualquer Estado em dominar o mundo, relegando as questões regionais para segundo plano, firmando os esforços de aproximação diplomática e retirando os seus diferendos da agenda principal (Kissinger, 2007: 636).

global. A China não querará desafiar ostensivamente ninguém (excepto Taiwan), e muito menos os Estados Unidos, em África e na América Latina.

África constitui hoje um componente na estratégia mais vasta da China para cultivar o apoio político, reforçar as suas pretensões sobre Taiwan, adquirir energia e recursos naturais e garantir a satisfação dos seus interesses comerciais. Pequim também vê as nações africanas como apoiantes valiosos das suas pretensões de liderar o mundo em vias de desenvolvimento e na luta contra a "hegemonia" americana. Em África, os Estados Unidos (como a Europa, aliás) também procuram matérias-primas e influência política global, principalmente no sentido de garantir a ordem do sistema internacional.

Para além de, eventualmente, a China disputar aos Estados Unidos a obtenção de matérias-primas em África, a China pode minar, com a sua política comercial e de investimentos, o efeito de sanções económicas que possam estar a ser aplicadas pelo Ocidente a determinados países com a finalidade de restabelecer a ordem no sistema.

Na América Latina não se coloca, como em África, o problema dos "estados falhados" e do fundamentalismo islâmico, etc., mas, para já não falar em Cuba, países produtores de matérias-primas como a Venezuela e a Bolívia, por exemplo, começam a desafiar muito localmente os Estados Unidos, ao mesmo tempo que a China começa a ser um mercado importante para as suas exportações (Vasconcelos, 2009: 296).

No entanto, a China depende demasiado do exterior: precisa de recursos (que vai buscar cada vez mais longe: à Austrália, a África, à América Latina, ao Canadá, etc.), precisa de mercados e, sem ter capacidade própria para minimamente o garantir, precisa que as SLOCs, por onde fluem as suas importações e as suas exportações, permaneçam seguras (Vasconcelos, 2009: 293). A China, incapaz de o garantir *per si*, tira benefício da omnipresença estratégica dos EUA em termos da segurança das rotas para o abastecimento energético e das transacções comerciais, já que os custos do controlo das rotas marítimas são enormes e poucos são os países que têm recursos para o fazer (Friedman, 2010: 47). Em última análise, confrontar directamente os EUA poria em causa os interesses e objectivos chineses.

A decisão de se "*acomodar*" à liderança regional e mundial dos EUA é o corolário dos desenvolvimentos que se têm vindo a operar na política externa chinesa após Mao Tsé Tung. O comedimento e a postura cooperativa com os EUA, quando acontece, não significam que a China o faz de cabeça baixa ou que cede aos exclusivos interesses americanos. Na verdade, não se pode considerar a circunspecção chinesa como indicadora de que não tem aspirações a alterar em seu próprio benefício o *status quo*. Em vez disso, o que essa circunspecção reflecte é um cálculo de custos e benefícios, dado o actual ambiente internacional e a sua força

relativa (Roy, 2003: 73).

Na verdade, a China executa um hábil jogo de articulação em que, na sua visão da aplicação dos instrumentos de poder, sempre de uma forma astuta, alterna entre a acomodação, a cooperação e, por vezes, a clivagem estratégica (Wilensky et al., 2005: 150), sem contudo abdicar de tentar promover os seus interesses regionais e atenuar a supremacia dos EUA. Sem afrontar os interesses vitais americanos, vai conseguindo obter contrapartidas de Washington numa agenda bastante mais ampla, elevando-se como actor de fundo no panorama internacional.

Vários autores indicam o início da segunda metade do século XXI como a data em que a China atingirá a paridade, em termos de poder, com os EUA. No entanto, convém referir em primeiro lugar que a concretização deste objectivo só ocorrerá no longo-prazo, dado que ainda existe um importante diferencial de poder entre os EUA e a China. Em segundo lugar, a China terá que continuar a crescer ao ritmo actual. Tal só é possível se continuar a beneficiar de um ambiente externo estável e seguro. Isto quer dizer que qualquer acontecimento que altere este *status quo*, antes da China estar forte o suficiente, poderá ter o efeito pernicioso de impedi-la de atingir os seus objectivos mais ambiciosos (Cardoso, 2008: 145).

Teremos, desta forma, no início da segunda metade do século XXI, dois Estados igualmente fortes, nuclearizados e com modelos de organização da ordem internacional diferentes. Estes três factores perspectivam a possibilidade de se gerarem dois pólos superiores de poder a nível internacional, que não podendo confrontar-se directamente, desenvolvem um “*modus vivendi*”, tornando a ordem bipolar.

Esta ordem bipolar poderá ser construída pelos Estados Unidos e pela China que, em vez de se confrontarem pelo domínio do mundo, decidem, face a cálculos de racionalidade política e económica, cooperar e formar um directório de poder a nível internacional. Este cenário facilmente poderá ser perspectivado se tivermos em conta a elevada interdependência económica²⁰² e política entre eles. Entre os dois Estados, distantes a nível político, existe uma intensa dependência económica, em que o modelo de relacionamento desenvolvido é benéfico para ambos, existindo, na actualidade, poucos incentivos para a sua substituição: “*a China tem o maior interesse em que os EUA continuem a funcionar o melhor possível; os EUA têm um interesse recíproco, e dos dois lados está a haver um esforço claro para que se entendam*” (Cutileiro, 2009: 36).

Pelo contrário, a política dos EUA em relação à China é baseada em princípios definidos e pragmáticos, expandindo-se em áreas de cooperação enquanto se continua a

²⁰² Os EUA são, actualmente, um dos mercados preferenciais para o escoamento dos produtos chineses, já que absorvem 20% das exportações chinesas. A China é o quinto importador mundial de produtos norte-americanos e um dos principais destinos do investimento directo das empresas norte-americanas.

negociar continuamente as suas divergências. Na sua relação actual com a RPC, os EUA têm advogado o princípio do *primado comercial* como importante para a sua economia, separando as matérias de orientação político-social das económico-financeiras, alimentando a prosperidade económica e a robustez da classe média chinesa (Wilensky et al., 2005: 138).

No entanto, as relações comerciais são apenas o corolário de uma estrutura de interdependência mais profunda. A relação económica sino-americana é de dependência mútua e ambos os Estados estão interessados na manutenção desta estrutura, de acordo com o nosso orientador “*as guerras económicas serão o teatro de operações onde se jogam os grandes conflitos, mas a densidade das interdependências é de tal modo acentuada que a iniciativa da guerra pode implicar fortes prejuízos recíprocos*” (Moita, 2005a: 3).

Os EUA conseguem, através dos produtos e do investimento chineses, sustentar o elevado padrão de vida dos seus habitantes e financiar a sua dívida, enquanto a China (o maior país exportador do mundo está também dependente dos Estados Unidos ou, mais exactamente, do consumo americano) obtém, através das exportações para os EUA, as condições para se continuar a desenvolver (Cardoso, 2008: 140 e Zakaria, 2008: 122).

Esta é uma situação bem sintetizada por Walden Bello, director do Transnational Institute: “*A produção chinesa e o consumo americano são como prisioneiros que procuram libertar-se um do outro, mas não conseguem porque estão acorrentados entre si*” (cit. por Michel, 2009: 243). Importa efectuar uma chamada de atenção em relação ao facto de que, embora as trocas comerciais aumentem a mútua dependência económica dos países que nelas participam, não fazem com que as pessoas dessas nações gostem mais umas das outras (Kynge, 2006: 270-273); no entanto, em virtude dos muitos argumentos anteriormente referidos, acreditamos que, nestas condições, a médio prazo, não será fácil ver-se as duas potências a confrontarem-se directamente.

A China realiza com o planeta negócios cujo sucesso reforça a visão do mundo por ela defendida. A potência americana, capitalista e liberal, vê-se pela primeira vez frente a um rival, também capitalista, mas adepto de um sistema autoritário que encadeia êxitos. Por outras palavras, a China financia a dívida pública dos Estados Unidos. Esta elevava-se, em 8 de Janeiro de 2009, a mais de 10 biliões de dólares. Sem dúvida é difícil levantar demasiado a voz contra aquele de quem somos devedores. Deste modo, embora a China e os Estados Unidos rivalizem no acesso à energia, Pequim participa intensivamente no plano de salvação americano (Michel, 2009: 242).

No intuito de perceber a sua postura, vamos efectuar uma análise SWOT²⁰³

²⁰³ A análise SWOT é uma ferramenta de gestão muito utilizada pelas empresas como parte do plano de marketing ou do plano de negócios, para a formulação de estratégias.

relativamente aos factores que levam a China a cooperar com os EUA. O termo SWOT vem do inglês e representa as iniciais das palavras *Strength* (força), *Weakness* (fraqueza), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). A ideia central desta análise é avaliar os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças da organização e do mercado onde actua. É importante no apoio à formulação de estratégias e deriva da sua capacidade de promover um confronto entre as variáveis externas e internas, facilitando a geração de alternativas de escolhas estratégicas, bem como de possíveis linhas de acção.

Tabela 11 – Análise SWOT da China

Forças (ou Pontos Fortes da China)	Fraquezas (ou Pontos Fracos da China)
✓ <u>Localização Geográfica</u> – Capacidade de influenciar directamente diversos teatros de operações do Continente eurasiático; – Capacidade de projecção marítima para os Oceanos Índico e Pacífico; ✓ <u>Questão Cultural</u> – Os Chineses sempre cultivaram um certo conceito de superioridade e de etnocentrismo, fazendo do seu mundo o centro do universo (Império do Meio). Os caracteres chineses do nome do país “China” – significam “nação central”; – Para os Chineses a distância mais curta entre dois pontos nunca é uma recta; a estratégia a adoptar é sempre de aproximação indirecta; – Os objectivos definidos são sempre a longo prazo; – A grande virtude e principal característica do povo chinês é a sua “eterna paciência”; ✓ <u>Crescimento Económico</u> – Historicamente a sua economia é a mais rica e produtiva do mundo; – Prevvia-se um crescimento de 9,5% do PIB em 2009. – Capacidade de mobilizar mais recursos financeiros para a modernização das forças armadas. ✓ <u>Capacidade Financeira</u> – Fruto do aumento das exportações e do aumento do investimento externo; – Resultante de elevadas taxas de poupanças domésticas; – Acumuladas importantes reservas monetárias em fundos de investimento, títulos do tesouro e moeda Norte-Americana. ✓ <u>Grande efectivo populacional</u> – Maiores Forças armadas Mundiais – Enorme mão-de-obra barata disponível; – Imensa diáspora ultramarina; ✓ <u>Ambição política:</u> – Capacidade de através da interdependência com a economia mundial, aumentar a influência nos países fornecedores de matérias-primas;	✗ <u>Localização Geográfica</u> – Cerco Geopolítico (Rússia, Índia e Japão). ✗ <u>Dependência Energética</u> – Crescente dependência das importações de petróleo; ✗ <u>Coesão Social</u> – Assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior, bem como entre ricos e pobres; ✗ <u>Capacidade Militar</u> – Atraso tecnológico e <i>know-how</i>; – Falta de capacidade militar, mais visível na marinha; – Falta de capacidade de projecção – Incapacidade de controlo das rotas de abastecimento comercial e energético. ✗ <u>Capacidade política:</u> – Imagem externa da China de autoritarismo, falta de democracia, violação de direitos humanos;

Oportunidades	Ameaças
➤ <u>Continuação do crescimento económico:</u> – Estimular e controlar a economia global; – Continuar a RAM para aperfeiçoamento da capacidade militar. ➤ <u>Disputa pacífica das fontes de energia:</u> – Estabelecer uma teia comercial com os países produtores; ➤ <u>Segurança das rotas de abastecimento:</u> – Continuar a política do “colar de pérolas”; – Coadjuvar a Marinha Americana. ➤ <u>Afirmação internacional:</u> – Intervenção nas decisões políticas mundiais; – Aumento de prestígio e credibilidade; – Controlo do sentido de voto de outros países.	✘ Desconhecimento das intenções de alguns actores regionais (Índia e Japão); ✘ Capacidade Naval dos EUA na região do Índico, Mar da China Meridional e Pacífico; ✘ Bloqueamento das rotas de abastecimento comercial e energético; ✘ Dependência extrema das importações de petróleo do Médio Oriente.

Da análise SWOT conclui-se que o crescimento económico é o ignidor da sua capacidade financeira e do aperfeiçoamento das forças armadas e a melhor arma para minimizar fragilidades, bem como para potenciar a capacidade de influenciar outros actores da cena internacional, países amigos com relações comerciais, aumentando a capacidade de negociação, em relação aos outros, e de exercer pressão sobre os que não pugnam pelos princípios e interesses fundamentais da China.

A China, para enfrentar os desafios futuros, tem de aproveitar todas as oportunidades de crescimento económico em ambiente pacífico, com a finalidade de garantir todas as vantagens diplomáticas, económicas, militares e culturais, para se tornar numa superpotência.

Se, ao invés, optar por uma postura de confronto, os riscos de isolamento, de asfixia energética, de colapso financeiro e social, poderão não antever um cenário pessimista mas antes muito realista, motivo pelo qual, sem dúvida, Pequim e Washington fazem bem em tentar cooperar. O mundo não viu conflitos entre grandes potências desde a Guerra-fria. Se eles regressassem, todos os problemas que actualmente nos preocupam – terrorismo, Irão, Coreia do Norte – tornar-se-iam insignificantes (Zakaria, 2008: 122).

A China procurará ser útil para a estabilidade do sistema e daí retirar dividendos e, indirectamente, espera que os Estados Unidos tenham mais coisas com que se preocupar do que com a ascensão da China. E irá procurando manter a credibilidade do seu dissuasor para o que der e vier. Por quanto tempo esta situação se arrastará é que é mais difícil de prever. E prever o que acontecerá depois é mais difícil ainda. De acordo com Fareed Zakaria (2005: 9), *"uma guerra mundial é altamente improvável. Dissuasão nuclear, interdependência económica e globalização militam contra essa possibilidade. Mas por trás desta calma, existirá uma guerra mole (softwar), uma competição surda por poder e influência em todo o globo (é provável que continuem a alimentar a sua rivalidade mediante interpostos actores, sobretudo em África). A América e a China serão amigas um dia, rivais no outro,*

cooperativas numas áreas, competitivas noutras" (cit. por Vasconcelos, 2009: 286).

Nesta conformidade, e seguindo as teses do orientador deste estudo, somos também da opinião que *"As estratégias de competição são desvalorizadas a favor das condutas cooperativas, na base da estratégia de negociação visando o benefício mútuo"* (Moita, 2006: 2), em que a tónica das relações sino-americanas tenderá então a transformar-se num conjunto de acções variáveis, marcadas por envolvimento de compressão e de elasticidade, determinados pelas reacções de cada um e em que ambos procuram vantagens, em virtude da tendência natural do sistema internacional *"mover-se em busca do equilíbrio"* (Friedman, 2010: 69).

Síntese Conclusiva

Da análise pura aos dados estatísticos deste capítulo, pode-se verificar que ao aumento da capacidade económica corresponde também um aumento das despesas com o aparelho militar.

No contexto da eventual redefinição do papel dos EUA no mundo, face a um grande acréscimo do défice comercial, sobretudo entre 1997 e 1999, o aumento nas despesas militares foi um facto e terá decorrido de opções tomadas antes dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001, indiciando a existência de um planeamento de acção estratégica que preconiza, a médio prazo, a preponderância da estratégia militar, pelo menos, em espaços geográficos importantes.

Como é sabido, os EUA têm interesses estratégicos e económicos a defender, já que a dependência do ponto de vista do consumo exige segurança, no sentido da garantia do controlo das zonas de produção petrolífera, na estabilidade das "regiões supermercados" e na tentativa de condicionar outros actores que possuam condições para emergir como pólos do sistema político internacional.

Naturalmente, a estratégia de segurança chinesa não pode ser dissociada da sua estratégia global de desenvolvimento. Continuando a ser assumidamente o desenvolvimento económico a sua primeira prioridade, interessa à China poder contar com uma zona limítrofe estável. Com este fim, e tendo também presente o disposto no "Novo Conceito de Segurança", é previsível que a China, pelo menos no imediato e curto prazo, deixe para segundo plano as disputas territoriais com os países vizinhos, em nome da prossecução do objectivo de "segurança comum".

No entanto, e porque nos estamos a referir ao factor estruturas económicas, não podemos omitir que os poderes económicos rivais, China e EUA, necessitam de recursos energéticos, numa lógica de sobrevivência. Assim, parece ser de interesse geopolítico/geoestratégico da superpotência e da potência em ascensão condicionar as linhas

de acção política, em virtude do facto de se desenvolverem fluxos de mercadorias e dinheiro que são de primordial importância para a prossecução do interesse geral norte-americano e chinês bem como para a conservação da sua sociedade política.

A China irá tentar ser útil para a estabilidade e retirar dividendos exercendo uma competição por poder e influência em todo o mundo através da *softwar*, em que será amiga num dia, rival no outro, cooperativa numas áreas, competitiva noutras, utilizado manobras de estratégia indirecta (ao gosto de Sun Tzu) com os EUA, já que a prioridade da superpotência está mais vocacionada para os “assuntos globais” (terrorismo internacional, novas formas de terrorismo global, Iraque, Afeganistão, Médio Oriente, Península Coreana, etc.).

Neste contexto, a tónica das relações sino-americanas tenderá num futuro próximo a pautar-se por acções e envolvimento flexíveis de compressão e de elasticidade, determinados pelas reacções de cada um e em que o ambiente de cooperação será a matriz principal procurando ambos retirar os proveitos possíveis. Naturalmente, esta postura é susceptível de ser alterada, caso venha a estar em causa a liberdade de circulação marítima na zona em resultado de uma hipotética escalada militar do conflito, cenário que, no entanto, não se afigura crível ou previsível num futuro próximo.

Conclusões

Iniciou-se a investigação, como o próprio título induz, partindo do pressuposto que o problema do petróleo e das matérias-primas é, antes de mais, um problema de riqueza e de poder, gerador de conflitos pela supremacia do seu controlo.

Como demonstrámos no primeiro capítulo, após a I GM o petróleo passou a ser considerado a fonte de energia mais importante do planeta, quer para a indústria quer para a defesa, razão pela qual ocorreu a II GM, os choques petrolíferos, a primeira Guerra do Golfo e a Guerra do Iraque em 2003. Até à II GM, o homem usava sem qualquer tipo de limitações os recursos oferecidos pela natureza. Contudo, no início da década de 70, surgiu a tomada de consciência de que as matérias-primas não são inesgotáveis.

Na actualidade, o petróleo apresenta-se-nos como o elemento-chave da configuração das relações de forças, em virtude de ser um recurso natural não renovável, de se encontrar próximo do seu esgotamento, de o seu consumo ter vindo a aumentar e de não se prever que diminua, antes pelo contrário, razão pela qual é unanimemente aceite que as reservas poderão esgotar-se daqui por 40 anos, sendo que há estimativas que apontam para um período mais reduzido, de vinte a vinte e cinco anos.

Foi ainda comprovado que todas as previsões apontam para a subida em flecha dos preços dos recursos petrolíferos. Teremos por certo, se a situação de desequilíbrio surgir, uma escalada imparável dos preços (aquilo que é raro é caro e aumenta) a que só terão condições de responder as potências mais ricas e mais poderosas – pagando os preços a que outras não conseguem chegar ou apropriando-se do petróleo pela força.

Confirmámos também que os EUA, maiores consumidores e importadores de petróleo, basearam o seu desenvolvimento económico e a sua supremacia mundial, durante as últimas décadas do séc. XX, na abundância deste recurso, comercializado a preços baixos. Os hidrocarbonetos constituem-se, assim, como um dos pilares do poder dos Estados Unidos, mas também uma das suas raras fraquezas. Com efeito, a sua dependência em relação ao petróleo e aos produtos importados não pára de crescer desde há um quarto de século e prevê-se aumentar 50% nos próximos 20 anos, razão pela qual sempre encararam e continuam a encarar o petróleo como um recurso estratégico vital, que fazem questão de controlar.

Por este motivo, os EUA, altamente pressionados pelas suas necessidades de importação, são obrigados a garantir a sua presença e a sua influência em zonas consideradas energeticamente ricas, como o Golfo Pérsico, a Ásia Central e a África Setentrional. Consequentemente, têm de despender elevados recursos com o posicionamento de tropas no

estrangeiro, com a finalidade de garantir a protecção das linhas de comunicação marítimas para escoamento do petróleo (onze milhões de barris de petróleo/dia).

Ficou ainda claro que a China é hoje um país em ascensão, apresentando uma das maiores taxas de crescimento económico a nível mundial. No entanto, a China, para assegurar a continuidade do seu modelo de desenvolvimento económico, terá de garantir os aprovisionamentos exteriores necessários para satisfazer uma economia que se tornou na maior devoradora de matérias-primas do mundo. Tomando uma atitude pacífica, não tem ficado passiva face à possibilidade de uma corrida ao acesso do petróleo, muito pelo contrário: iniciou-se na região do Cáspio, após a queda do muro de Berlim; continuou pelo continente africano, que é, de momento, disputado pelas maiores potências mundiais, pois é neste continente que assenta alguma alternativa energética ao Médio Oriente; e, por fim, encontra-se a disputar a região do Médio Oriente, onde estão localizados os estados que contêm cerca de 65% das reservas mundiais comprovadas e grande parte dos maiores produtores e exportadores de petróleo a nível mundial.

Verificámos ao longo do terceiro capítulo, seguindo de perto as teses do nosso Orientador, que a política chinesa em relação aos países produtores visa desenvolver uma “multipolaridade positiva”, baseada numa política “win-win”, ou de “ganhos mútuos”, que permita à China ter relações amigáveis e produtivas com *todos*, sem, contudo, antagonizar os EUA.

Em consequência de tal política, a questão da segurança das rotas marítimas tornou-se vital para a China. Embora, historicamente, a China não seja considerada um país expansionista e a sua política externa sempre se tenha pautado por um grande rigor e prudência, as necessidades de recursos energéticos indispensáveis à actividade industrial, de controlo da sua diáspora e de tudo o que ela representa, de unificação do território nacional, etc., levam-na a olhar para o Pacífico, especialmente para o Mar da China Meridional, como um espaço de interesse quer político, quer económico. Por esta razão, nos últimos anos tem vindo a empreender um grande esforço de modernização militar nas suas forças armadas, através da aquisição de equipamento essencialmente naval e aéreo, podendo ser, dentro de aproximadamente 15 a 20 anos, uma superpotência militar, com toda a panóplia de forças convencionais, nucleares e de mísseis, em Terra e no Espaço, visando, desta forma, proteger os seus interesses, já que a possibilidade da ruptura do abastecimento ao longo das linhas de comunicações marítimas que ligam o Médio Oriente, a África e a América Latina à China adquiriu uma importância estratégica e condiciona a política geral da China com os Estados Unidos.

Ficou ainda demonstrada a importância estratégica, para a China, das rotas do Mar da China Meridional, sendo que, para os EUA, estas rotas são vitais, na medida em que são

utilizadas pela sua Marinha para transitar entre o Pacífico e o Índico. Apesar de a China não ser expressamente referida em qualquer dos documentos tornados públicos, as posições assumidas podem ser interpretadas como uma séria advertência a Pequim, lembrando que os EUA não hesitarão, se tal for necessário, em utilizar a força.

Do exposto anteriormente, e atendendo ao confirmado no quarto capítulo, a primeira conclusão a retirar é que podemos inferir que as probabilidades de confrontação são reais (a necessidade chinesa de energia e as suas preocupações de segurança relacionadas com o acesso a esses recursos aumentam essa possibilidade) e advêm da eventualidade dos Estados Unidos terem de enfrentar uma China faminta de energia (as grandes potências começam a fazer a guerra por petróleo) dentro de uma ou duas décadas. Vários autores apontam o ano de 2020 como o horizonte temporal em que é muito provável a ocorrência de disputas efectivas entre estes dois países. Um conflito militar em torno do petróleo poderia incendiar um teatro de guerra que se estenderia do Médio Oriente ao Sudeste Asiático, deixando a infra-estrutura produtiva petrolífera de muitos países em ruínas. Um conflito desse tipo poderia ser a última Guerra Mundial.

A conclusão seguinte, que abre um cenário alternativo ao primeiro, é que existe uma grande interdependência económica entre os EUA e a China. Este relacionamento de dependência mútua pode ser comparado a um intrincado sistema em que existem fluxos de bens e de capitais e em que a existência de problemas numa parte tem reflexos no todo. Segundo o General Loureiro dos Santos, os EUA e a China possuem laços de uma tal interdependência que se transformaram em irmãos adversários. Nenhum dos dois pode desencadear estratégias de natureza económico-financeira que afectem o outro, provocando-lhe uma profunda recessão, pois elas teriam um efeito de *boomerang* susceptível de provocar uma recessão mundial. Trata-se de uma situação de dissuasão económica mútua (2009: 94).

Decorrente do exposto, é possível afirmar que, actualmente, a China está disposta a ser paciente, pacífica e cooperativa, colocando em prática o princípio orientador da sua política de *Ascensão Pacífica* (conceito defendido e difundido por Zheng Bijian e, posteriormente, modificado para *Desenvolvimento Pacífico* pelo Presidente Hu Jintao), que engloba noções de paz, multilateralismo e regionalismo, – pelo menos enquanto os acontecimentos decorrerem de forma a favorecer a sua emergência. No entanto, é impossível saber se a China procura ser genuinamente uma potência responsável ou apenas transmitir a imagem de o ser, camuflando intenções futuras. Também é impossível adivinhar se as intenções chinesas, no futuro, corresponderão ou não àquilo que podem ser hoje os desígnios mais ou menos camufladas quanto ao futuro.

Por ora, em virtude de a necessidade de manter a economia mundial aberta à economia chinesa, e vice-versa, ser vital para a continuidade do modelo de desenvolvimento económico chinês e mundial, o mais provável, a curto e médio prazo, é que as relações sino-americanas se transformem num harmónio com maior ou menor pressão, marcadas por permanentes oscilações de temperatura entre o quente e o frio, e os altos e baixos, no meio de uma complexa e ambígua relação de parceria e competição, envolvimento e contenção, determinados pelas reacções de cada um e em que ambos procuram vantagens, situação essa que tem acontecido com os incidentes registados entre a China e os EUA.

Em suma, e respondendo à questão central colocada no início, o petróleo apresenta-se-nos como o elemento-chave da configuração das relações de forças durante o século XXI, entre os Estados Unidos e a China, em que, no curto e médio prazo, existirão dois mundos paralelos nestes relacionamentos e em que os antagonismos (conflitos) existentes no âmbito dos recursos energéticos são perfeitamente superados pelas vantagens económicas (cooperação) de que ambos podem usufruir. Como tal, na actualidade, não se afigura provável a possibilidade de um conflito entre estas duas grandes potências, com origem específica na vontade de alguma delas, sendo que os conflitos mais frequentes entre estes centros de poder tenderão a efectivar-se através de terceiros (Santos, 2009: 38).

Com efeito, os factores apresentados, entre outros, permitem acalentar a esperança de que, acomodando pacificamente as necessidades energéticas e a ascensão da China no sistema internacional, as duas grandes potências se continuem a concertar para garantir o funcionamento de mecanismos de segurança colectiva que preservem a Humanidade das consequências de um grande conflito mundial.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, Chris; ROGERS, Paul, SLOBODA, John (2007) - **As ameaças do mundo actual. Alterações climáticas. Escassez de recursos. Marginalização. Militarização. Terrorismo.** 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença. Depósito Legal n.º 260 534/07.
- AEGIS.COM (2003) - **População: Mundo terá 8,9 bilhões de habitantes na metade do século (ONU).** [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <http://www.aegis.com/NEWS/AFP/2003/AF030288_PT.html>
- AfDB, African Development Bank (2008). [Em linha]. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/doc/Eng/docs/PT/ANGOLA_PORT_08.pdf>
- AFRICA POLICY FÓRUM (2007) - **China and Africa's Natural Resource Sector: A View from South.** [Em linha]. [Consult. Outubro 2009]. Disponível em <http://tpmcafe.talkingpointsmemo.com/2007/04/24/china_and_sudan/>
- ÂNGELO, Victor (2009) - **Petróleo coloca cada vez mais Washington em competição com Pequim.** (Visão N.º 828, Janeiro, Pág. 56)
- ALTERMAN, Jon B. e GARVER, John W. (2008) - **The Vital Triangle. China, the United States and the Middle East.** Washington, DC: Center for Strategic and International Studies (CSIS) Press.
- ANTONENKO, Oksana (2007) - **The EU should not ignore the Shangai Co-operation Organisation.** [Em linha]. Centre for European Reform. [Consult. Setembro 2009]. Disponível em <http://www.cer.org.uk/pdf/policybrief_sco_web_11may07.pdf>.
- ANTÓNIO, Nelson Santos (2008) - **Economia e Gestão Chinesas. Aspectos Fundamentais.** 1ª ed., Lisboa: Edições Sílabo. ISBN 978-972-618-508-6.
- ARCECE (2008) - **Alterações climáticas e segurança internacional.** [Em linha]. Documento do Alto Representante e da Comissão Europeia para o Conselho Europeu. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/99395.pdf>
- ARCHER, Toby, POPOVIC, Tihomir (2007) - **The Trans-Saharan Counter-Terrorism Initiative: The US War on Terrorism in North Africa.** [Em linha]. [Consult. Outubro 2009]. Disponível em <www.upi-fiia.fi/document.php?DOC_ID=220>
- ASEA, Association of Southeast Asian Nations (2003) - **ASEAN Secretariat.** [Em linha]. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <<http://www.aseansec.org/>>
- ASPO - **O Pico de Hubbert** [Em linha]. [Consult. Agosto 2009]. Disponível em <<http://www.aspo-portugal.net/hubbertpeak.asp>>
- ATTALI, Jacques (2007) - **Breve História do Futuro. A incrível História dos próximos 50 anos.** 1ª ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 978-972-20-3354-1.
- ATTALI, Jacques (2009) - **A crise, e agora?** 1ª ed., Lisboa: Tribuna da História. ISBN 978-989-8219-13-8.
- BADER, Jeffrey (2006) - **China's Emergence and its Implications for the United States.** [Em linha]. [Consult. Novembro 2009]. Disponível em <<http://www.brookings.edu/views/speeches/bader/20060214.htm>>

- BAYLIS, John, SMITH, Steve (2006) - **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 3rd ed. with corrections. New York: Oxford University Press.
- BARREAU, Jean-Claude e BIGOT, Guillaume (2008) - **Toda a geografia do mundo**. [trad.] Manuel Ruas. Lisboa: Teorema.
- BECK, Roger B., et al. (2008) - **World History - Patterns of interaction**. EUA: McDougall Littell.
- BEDNARZ, Sarah, et al (2008) - **World Cultures and Geography**. EUA: McDougall Littell.
- BERNARDINO, Luís (2007) - **A “nova” estratégia americana para África**. [Em linha]. Revista Militar. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=195>>
- BESSA, António Marques (2005) - **Continentalidade e maritimidade** in Amaro, Ana Maria e Martins, Dora (coord.), Estudos sobre a China. Lisboa: ISCSP
- BILLION, Philippe Le (2001) - **The political ecology of war: natural resources and armed conflicts**. Political Geography 20 (5), 1 Junho de 2001, Pág. 561-584.
- BONIFACE, Pascal (2000) - **Atlas das Relações Internacionais**. Lisboa: Edições Plátano.
- BONIFACE, Pascal (2001) - **Dicionário de Relações Internacionais**. Lisboa: Edições Plátano.
- BONIFACE, Pascal (2003) - **Guerras do Amanhã**. Lisboa: 1^a ed., Mem Martins: Editorial Inquérito. ISBN 819517/2008.
- BONIFACE, Pascal. (2005) - **Atlas das Relações Internacionais**. [trad.] Germano Rio Tinto. Lisboa: Plátano Editora.
- BONNY LING - **Human Right in China. 1989-2009**. [Em linha]. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <http://hrichina.org/public/PDFs/CRF.1.2007/CRF-2007-1_Peacekeeping.pdf>
- BRITO, Rui Miguel de Sousa Ribeiro Rebordão de (2009) - **Implicações Estratégicas do Crescimento Chinês na Região Ásia-Pacífico**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- BROADMAN, Harry G. (2007) - **Africa's Silk Road: China and India's New Economic Frontier**. [Em linha]. Washington. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <[http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/Africa_Silk_Road .pdf](http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/Africa_Silk_Road.pdf)>
- BROOKES, Peter (2007) - **Into Africa: China's Grab for Influence and Oil**. [em linha]. Washington. [Consult. Julho 2009]. Disponível em <http://www.heritage.org/research/africa/upload/hl_1006.pdf>
- BRZEZINSKI, Zbigniew. (1997) - **The Grand Chessboard - American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books. ISBN 0-465-02726-1.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2004) - **The Choice, Global Domination or Global Leadership**. Basic Books, USA.
- BUSTELO, Pablo (2005) - **China y la Geopolítica del Petróleo en Asia-Pacífico**. DT N° 38/2005, Septiembre 2005. Real Instituto Elcano.
- CAEIRO, António (2005) - **Pela China Dentro**. 1^a ed., Lisboa: Dom Quixote.

- CALABRESE, John (2005) - **The Risks and Rewards of China's Deepening Ties with the Middle East** in Jamestown Foundation China Brief, Vol. 5, Nº 12, 24 de Maio de 2005.
- CAMACHO, Pedro (2008) - **O Presidente-messias** (Visão Nº 818, Novembro, Pág. 44)
- CARDOSO, Daniel Augusto de Oliveira (2008) - **A ascensão Chinesa e as ilhas Spratly: uma viragem geoestratégica para o mar? Os fundamentos da geoestratégia da China para o Século XXI**. Estratégia, Instituto Português De Conjuntura Estratégica, Vol. XVII, Pág. 75 a 164. ISSN 1645-9083.
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas (2002) - **A Evolução da estratégia de Defesa Naval Chinesa e o Processo de Modernização em Curso: A Questão do Porta-Aviões** in Vários, Revista Militar, N.º 2411, Europress, Lisboa, 983-1023.
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas (2006) - **De Cima da Grande Muralha - Política e estratégia de defesa territorial da República Popular da China**. 1ª ed., Lisboa : Editora Prefácio.
- CARRIÇO, Manuel Alexandre Garrinhas (2008) - **Present and Future Trends of China's Military Modernization** in Tomé, Luis (Ed.), East Asia Today. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.
- CARVALHO, Rui Conceição (2004) - **A China no século XXI**. [Em linha]. Jornal de Defesa. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <http://www.jornaldefesa.com.pt/lconteudos/view_txt.asp?id=64.html>
- CGNPG, China Guangdong nuclear power group (2009) - **Development of clean energy** [Em linha]. [Consult. Setembro 2009]. Disponível em <<http://www.cgnpc.com.cn/n1093/n463576/n463677/index.html>>
- CHEN YAN (2002) - **O Despertar da China - as mudanças intelectuais do pós-Mao 1976/2002**. Lisboa: Instituto Piaget.
- CIA, China (2009). [Em linha]. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>
- CLARK, Wesley K. (2004) - **Vencer as Guerras Modernas: Iraque, Terrorismo e o Império Americano**. 1ª ed., Lisboa: Temas & Debates. ISBN 972-759-708-4.
- COC, China.org.cn (2009) - **Joint Communique of the United States of America and the People's Republic of China (Shanghai Communique)**. [Em linha]. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.china.org.cn/english/china-us/26012.htm>>
- COHEN, Ariel (2001) - **The Russia-China Friendship and Cooperation Treaty: A Strategic Shift in Eurasia?** [Em linha]. The Heritage Foundation. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.heritage.org/research/russiaandeurasia/bg1459.cfm#pgfId=1151087>>
- COHEN, Saul B. (2003) - **Geopolitics of the World System**. New York, Oxford: Rowman & Littlefield Publishers Inc.
- COOPER, Robert (2006) - **Ordem e Caos no Século XXI**. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-3510-3.
- CORREIA, Armando (2000) - **Quando a China acordar, o mundo abanará**. [Em linha].

- [Consult. Julho 2008]. Disponível em: <<http://www.terraviva.pt/portosanto/1143.html>>
- CORREIA, A. Dias (2007) - **O futuro sem Petróleo**. [Em linha]. Lisboa: In Revista da Armada. N.º 405. [Consult. Dezembro 2009]. Disponível em <http://www.marinha.pt/extra/revista/ra_fev2007/pag_10.html>
- CORREIA, Pedro de Pizarat (2002) - **Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Conceitos, Teorias e Doutrinas**. Vol. I, Coimbra: Quarteto Editora. ISBN 972-8717-70-9.
- CORREIA, Pedro de Pizarat (2003) - **Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito**. Vol. II, Coimbra: Quarteto Editora.
- CORREIA, Pedro Pizarat (2005) - **A Tendência para a Privatização da Violência**. In Janus 2005: Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa, p. 128-129.
- COUTO, Abel Cabral (1988) - **Elementos de Estratégia**. Lisboa: Nova Esperança, vol I.
- COUTO, Abel Cabral (2007) - **Uma nova base conceptual para a Estratégia**. In Grandes Estrategistas Portugueses: Antologia. Lisboa: Edições Sílabo, p. 295-314.
- CRAVINHO, João Gomes (2002) - **Visões do Mundo - As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo**. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- CRAVINHO, João Gomes (2006) - **Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CSIS, Center for Strategic Studies & International Studies (2008) - **Angola and China: A Pragmatic Partnership**. London.
- CUNHA, Luís. (2008) - **China: Cooperação e conflito na questão de Taiwan**. Lisboa: Prefácio.
- CURTIS, Glenn E. (1996) - **Japan: A Country Study, Library of Congress**. [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://countrystudies.us/russia/85.htm>>
- CUTILEIRO, José e ALEXANDRE, Ricardo. (2009) - **Visão Global: Conversas para entender o mundo**. 1ª ed., Lisboa: PrimeBooks. ISBN 978-989-655-034-9.
- DEFARGES, Philippe Moreau (2003) - **Introdução à Geopolítica**. 1ª Edição, Gradiva, Lisboa.
- DELEVIGNE, Lawrence (2008) - **Critics Target US Military Command**. [Em linha] [Consult. Junho 2009]. Disponível em <<http://www.globalpolicy.org/component/content/article/153-expansion-a-intervention/26498.html>>
- DENNIS, M. Sherman (2003) - **Why Non-Globalized States Pose a Threat**. [Em linha]. School of Business, University of Wisconsin – Madison Magazine, Fall winter. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <<http://www.bus.wisc.edu/update/winter03/globalization.asp>>
- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2005) - **Geopolítica: Teorização Clássica e Ensaios**. Lisboa: Prefácio. ISBN 972-8816-74-X.
- DoD, Department of Defense (2007) - **Annual Report to the Congress: Military Power of the People's Republic of China. Global Security**. [Em linha]. [Consult. Março 2009]. Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/>>
- DoD, Department of Defense (2008) - **Annual Report to the Congress: Military Power of the**

- People's Republic of China. Global Security.** [Em linha]. [Consult. Outubro 2009]. Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/>>
- DoD, Department of Defense (2009) - **Annual Report to the Congress: Military Power of the People's Republic of China. Global Security.** [Em linha]. [Consult. Fevereiro 2010]. Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/>>
- DOUGHERTY, James E., PFALTZGRAFF Jr., Robert L. (2003) - **Relações Internacionais: As Teorias em Conflito.** Lisboa: Gradiva.
- DPP (1997). **Prospectiva e Cenários - Uma Breve Introdução Metodológica.** [em linha]. [Consult. Dezembro 2009]. Disponível em <<http://www.dpp.pt/pages/pesquisa/detalhes.php?ct=1&cod=71>>.
- DUNCAN, Nikki (2009) - **Predicting Obama's Africa policy. The proof of the pudding is in the eating.** [Em linha]. International Centre for Trade and Sustainable Development. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://ictsd.net/i/news/tni/42040/>>
- EIA, Energy Information Administration (2008) - **U.S. Imports by Country of Origin.** [em linha] [Consult. Abril 2009]. Disponível em <http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_move_impcus_a2_nus_ep00_im0_mbb1_a.htm>
- EISENMAN, Joshua (2006) - **China's Africa Strategy.** [em linha]. [Consult. Abril 2008]. Disponível em <<http://www.afpc.org/china-africa.shtml>>
- EMMOT, Billy. (2008) **Rivals - How the power struggle between China, India and Japan will shape our next decade.** New York: Penguin Group.
- EMRPCB, Embaixada da República Popular da China no Brasil (2008) - **China reduz consumo de energia por unidade de PIB em 2,88%.** [Em linha]. [Consult. Setembro 2009]. Disponível em <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t481696.htm>>
- ENGGAHI, William (2008) - **China and the Congo Wars: AFRICOM. America's New Military Command.** [Em linha]. Global Research.ca. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=11173>>
- ERIC KOO PENG KUAN (2004) - **"The US as Benevolent Hegemon".** [Em linha]. Asian Times [Consult. Julho 09]. Disponível em <http://www.atimes.com/atimes/Front_Page/FI23Aa01.html>
- FAO (2003) - **FAO's Information System on Water and Agriculture.** [Em linha]. [Consult. Dezembro 2009]. Disponível em <<ftp://ftp.fao.org/agl/aglw/docs/wr23e.pdf>>
- FEINSTEIN, Lee (2007) - **Talking Points Memo. China and Sudan.** [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <http://tpmcafe.talkingpointsmemo.com/2007/04/24/china_and_sudan/>
- FELLERS, Gordon (2006) - **East Siberian oil pipeline construction start. Pipeline & Gas Journal.** [Em linha]. [Consult. Outubro 2009]. Disponível em <http://findarticles.com/p/articles/mi_m3251/is_6_233/ai_n24989267/>.
- FERREIRA, Álvaro; MOCITO, Filipe e MENDES, Nuno (2001) - **A legitimidade dos Estados Unidos da América nas relações internacionais.** 1ª ed., Lisboa: Garrido Artes Gráficas. ISBN: 972-8471-29-7.
- FERREIRA, Eduardo Paz (2004) - **Valores e interesses. Desenvolvimento Económico e**

Política Comunitária de Cooperação. Lisboa: Almedina. ISBN 972-40-2200-5.

FERREIRA, Manuel Ennes (2005) - **Realeconomie e Realpolitik nos Recursos Naturais em Angola.** IPRI, Instituto Português de Relações Internacionais. nº 6, 2005, Relações Internacionais.

FIK, Timothy (2000) - **The Geography of Economic Development – Regional Changes, Global Challenges.** New York: McGraw-Hill.

FONSECA, Patrícia (2008) - **Obama.** (Visão Nº 818, Novembro, Pág. 74)

FRIEDBERG, Aaron e SUTTER, Robert (2007) - **China's strategic objectives in Asia.** Princeton, USA: Princeton University.

FRIEDBERG, Aaron L. (2007) - **China's Strategic Ambitions in Asia.** Princeton, USA: Princeton University.

FRIEDMAN, George (2010) - **Os próximos 100 anos. Uma previsão para o século XXI.** 1ª ed., Lisboa. Publicações Dom Quixote. ISBN 978-972-20-3915-4.

FRIEDMAN, Thomas (2002) - **Longitudes and Attitudes: The World in the Age of Terrorism.** New York: Farrar, Straus and Giroux. ISBN 1-4000-3125-7.

FUKUYAMA, Francis (2006) - **Depois dos Neoconservadores. A América na encruzilhada.** 1ª ed., Lisboa: Gradiva. ISBN: 989-616-148-8.

FUKUYAMA, Francis (2008). **A queda da América Inc.** (Visão Nº 815, Outubro, Pág. 82 a 88)

GARCIA, Proença, SARAIVA, Francisca, (2004). **O Fenómeno da Guerra no novo século – Uma perspectiva.** Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

GARY, Ian; KARL, Terry Lynn (2003) - **O Fundo do Barril. O “Boom” do petróleo em África e os pobres.** EUA: Catholic Relief Services.

GASPAR, Carlos (2008) - **“The United States and East Asia”** in Tomé, Luis (Ed.), East Asia Today. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.

GELBER, Harry G. (2008) - **O dragão e os diabos estrangeiros.** [trad.] Pedro Garcia Rosado. 1ª Edição. Lisboa : Guerra e Paz, Editores, S.A.

GEP/MOPTC - **Petróleo: Condicionantes da formação dos preços e uso eficiente de energia** [Em linha]. [Consult. Agosto 2009]. Disponível em <<http://www.povt.qren.pt/tempfiles/20080116165638moptc.pdf>>

GIL, José (2008) - **Os Jogos monumentais.** (Visão Nº 809, Setembro, Pág. 28)

GILL, Bates (2007) - **Rising Star: China's New Security Diplomacy.** Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

GIPOULOUX, François (2005) - **A China do Séc XXI. Uma nova superpotência?** 1ª ed., Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 978-972-771-912-9.

GLOBAL POLICY. ORG. (2008) - **Oil and Natural Gas in Conflict - Dark Side of Natural Resources - UN Security Council - Global Policy Forum.** [Em linha]. [Consult. Setembro 2009]. Disponível em <<http://www.globalpolicy.org/security/natres/oilindex.htm>>

GLOBAL SECURITY.ORG - **Collective Security Treaty Organization (CSTO).** [Em linha]. n. s., [Consult. Março 2009]. Disponível em

<<http://www.globalsecurity.org/military/world/int/csto.htm>>

GOES, Eunice (2002) - **AMÉRICA: A República Imperial**. Política Internacional, Nº26, 2º Semestre, Pág. 64.

GONÇALVES, Arnaldo M.A. (2004) - **O diálogo Europa- China – Ásia – Pacífico**. 1ª ed., Lisboa: Edições Magno.

GRESH, Alain, [et al.] (2004) - **Atlas da Globalização**. 3ª ed. Lisboa: Campo da Comunicação.

GU ZHIBIN (2005) - **Made in China: O Maior Palco da Globalização no Século XXI**. 1ª ed., Lisboa: Editora Centro-Atlântico, Lda.

HAAS, Marcel de (2006) - **Russia-China Security Cooperation, Power and Interest News Report (PINR)**. [Em linha]. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <<http://www.pinr.com/about.php>>

HELMER, John (2009) - **China loan turns Russian oil east, Asiatimes online**. [Em linha]. [Consult. Fevereiro 2009]. Disponível em <http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/KB24Ag01.html>.

HIROKAW, Takashi, SATO, Shigeru, (2007) - **Japan Asks China to Halt Gas Output in Disputed Field, Bloomberg**. [Em linha]. [Consult. Fevereiro 2009]. Disponível em <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601101&sid=aGr_c9EYuevA&refer=japan>.

HIRSCH, R. *et al.* (2005) - **Peaking of World Oil Production: Impacts, Mitigation, & Risk Management**. [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em http://www.mnforsustain.org/oil_peaking_of_world_oil_production_study_hirsch.html.

HOBSBAWM, Eric (2008) - **Globalização, Democracia e Terrorismo**. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença. Depósito Legal n.º 268 373/07.

HU JINTAO (2007) - **Hold High the Great Banner of Socialism with Chinese Characteristics and Strive for New Victories in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects. Report to the Seventeenth National Congress of the Communist Party of China on Oct. 15, 2007**. [Em linha]. In Xinhua News Agency website. [Consult. Setembro 2009]. Disponível em: <http://www.news.xinhuanet.com/english/2007-10/24/content_6938749.htm>

HUMAN RIGHTS WATCH (2007) - **Darfur 2007: Chaos by Design**. [Em linha]. [Consult. Março 2009]. Disponível em <<http://hrw.org/reports/2007/sudan0907/>>

HUNDMAN, Eric (2008) - **CFE Treaty: Prospects for Asia, ISN, International Relations and security Network**. [Em linha]. [Consult. Dezembro 2009]. Disponível em <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail?hots591=4888CAA0-B3DB-1461-98B9E20E7B9C13D4&lng=en&id=88717>>.

HUNTINGTON, Samuel P. (1999) - **O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial**. 1ª ed., Lisboa: Gradiva.

IAEM (2000) - **Geografia, Geopolítica e Geoestratégia. Realidade Geopolítica (As principais teses)**. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

ICEP (2006) - **Instituto das Empresas para os Mercados Externos**. [em linha]. Lisboa. [Consult. Novembro 2009]. Disponível em <<http://www.icep.pt/>>.

- IEA/AIE (Agência Internacional de Energia) - **website - Statistics**. [Em linha] [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.iea.org/Textbase/stats/index.asp>>.
- IESM (2007) - **ME 71-00-08, Elementos de Análise geopolítica e geoestratégica**. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IZRAELEWICZ, Erik (2005) - **Quando a China mudar o mundo**. Porto: Ambar – Ideias no papel, SA.
- JAGUARIBE, Helio (2002) - **O Novo Sistema Internacional**. Estratégia, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Nº 16 – 1º Semestre, Pág. 19 a 46.
- JIN LIANGXIANG (2005) - **“Energy First: China and the Middle East” in Middle East Quarterly, Vol. XII, Nº 2, Spring 2005**. [Em linha]. [Consult. Julho 2009]. Disponível em: <<http://www.meforum.org/article/694>>.
- JING-DONG YUAN (2006) - **China-ASEAN relations: perspectives, prospects and implications for US interests**. USA: Strategic Studies Institute.
- JUSTIN YUFU LIN (2002) - **ASIA 2015: Future Role of China in Asia**. Beijing: China Center for Economic Research.
- JUSTIN YUFU LIN (2004) - **Is China's Growth Real and Sustainable**. Beijing: China Center for Economic Research.
- KAGAN, Robert (2003) - **O Paraíso e o Poder: A América e a Europa na nova Ordem Mundial**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-913-6.
- KALDOR, Mary (2003) - **Haz la ley y no la guerra: la aparición de la sociedad civil global. In Guerra y Paz en el siglo XXI: Una perspectiva europea**. 1ª ed. Barcelona: Kriterion Tusquets Editores, p. 67-98.
- KANE, Gregory C. (2006) - **The strategic competition for the continent of Africa. Carlisle Barracks, Pennsylvania**. [Em linha]. [Consult. Agosto 09]. Disponível em <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/ksil387.pdf>>.
- KHALILZAD, Zalmay, et al (1999) - **The United States and The Rising of China: Strategic and Military Implications**. Santa Monica: RAND. ISBN/EAN: 0-8330-2751-4.
- KLARE, Michael (2001) - **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict**. New York: Metropolitan Books.
- KLARE, Michael (2004) - **Blood and Oil: The Dangers and Consequences Of America's Growing Dependency on Imported Petroleum**. New York: Metropolitan Books.
- KLARE, Michael - **The Geopolitics of War**. [Em linha]. [Consult. Agosto 09]. Disponível em <http://www.hempfarm.org/Papers/Geopolitics_of_war.html>.
- KISSINGER, Henry (2002) - **Diplomacia**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva. ISBN 0-671-65991-X.
- KISSINGER, Henry (2003) - **Precisará a América de uma política externa**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva.
- KRISTOL, William, KAGAN, Robert (1996) - **Toward a Neo-reganite Foreign Policy**. In Foreign Affairs, v. 75, n. 5, 1996.

- KRUGMAN, P. (2002) - **The Third Oil Crisis?** [Em linha]. [Consult. Maio 09]. Disponível em <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9904E7D7133DF93AA35757C0A9649C8B63>>.
- KUNSTLER, James Howard (2006) - **O fim do petróleo. O grande desafio do século XXI.** 1ª ed., Lisboa: Editorial Bizâncio. ISBN: 978-972-53-0298-9.
- KURLANTZICK, Joshua (2006) - **RPC's Charm: Implications of Chinese Soft Power.** [Em linha]. Carnegie Endowment for International Peace. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.carnegieendowment.org/publications/index.cfm?fa=view&id=18401>>.
- KYNGE, James (2006) - **A China abala o mundo. Ascensão de uma nação ávida.** 1ª ed., Lisboa: Editorial Bizâncio. ISBN-10: 972-53-0322-9.
- LAKE, Anthony e WHITMAN Christine Tood (2006) - **More Than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa.** U.S.A.: Independent Task Force Report nº 56, Council on Foreign Relations, ISBN 0-87609-353-5.
- LAL, Deepak (2004) - **O Elogio dos Impérios: Globalização e Ordem.** Biblioteca das Ideias. Lisboa: Publicações Europa-América.
- LANGTON, Danielle (2007) - **U.S. Trade and Investment Relationship with Sub-Saharan Africa: The African Growth and Opportunity Act and Beyond.** [Em linha]. [Consult. Março 2009]. Disponível em <<http://fas.org/sgp/crs/row/RL31772.pdf>>
- LARSON, A. (2004) - **Oil and Natural Gas Geopolitics.** [Em linha]. [Consult. Maio de 2009]. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0504/ijee/larson.htm>>
- LAURENT, Éric (2007) - **A face oculta do petróleo: A mentira, a manipulação, a corrupção.** 1ª ed., Temas e Debates. ISBN 978-972-759-901-1.
- LI XIAOKUN (2009) - **China protests Japan's Diaoyu Islands stance, China Daily.** [Em linha]. [Consult. Março de 2009]. Disponível em <http://www.chinadaily.net/china/2009-02/28/content_7522234.htm>.
- LIEN, K. (2008) - **How Does an Oil Crisis Impact the US Dollar?** [Em linha]. [Consult. Julho 2009]. Disponível em <http://www.dailyfx.com/story/topheadline/How_Does_an_Oil_Crisis_1211477248407.html>
- LO BOBO - **Ten things everyone should know about the Sino-Russian relationship.** [Em linha]. Centre for European Reform p. 7. [Consult. Maio de 2009]. Disponível em <http://www.cer.org.uk/pdf/pb_china_bl_dec08.pdf>.
- LO BOBO (2004) - **The long sunset of strategic partnership: Russias's evolving China policy.** International Affairs. Nº 80, Vol. 2, p. 295-309.
- LOOY, Judith van de (2006) - **Africa and China: A Strategic Partnership?** [Em linha]. Leiden, Holanda. [Consult. Abril 09]. Disponível em <<http://www.ascleiden.nl/Pdf/wp67.pdf>>.
- LOPEZ, Philippe Sébille (2006) - **Geopolíticas do petróleo.** Paris: Instituto Piaget. ISBN: 978-972-771-910-5.
- LUSA (2008) - **Petróleo: Preço do barril de crude recua após recorde de sexta-feira.** [Em linha] [Consult. Março 09]. Disponível em

<<http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=350019&visual=26&tema=4>>

MACDONALD, Brad (2008) - **China Becomes Japan's Largest Trade Partner**. [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.thetrumpet.com/?q=5446.3771.0.0>>

MADDISON, Angus (2007) - **Chinese Economic Performance in the Long Run. Second Edition Revised and Updated 960-2030**. OCDE – Development Centre Studies: OCDE Publications.

MALAUQUIAS, Assis (2007) - **The United States and Africa In The Era of Globalization**. [Em linha]. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/15-Malaquias.pdf>

MANJI, Firoze, MARKS, Stephen (eds) (2007) - **African Perspectives on China in Africa**. [Em linha]. Nairobi e Oxford. [Consult. Junho 2009]. Disponível em: <http://www.fahamu.org/downloads/cia_download.pdf>.

MARCELLA, Gabriel (2007) - **American Grand Strategy for Latin America in the Age of Resentment**. Strategic Studies Institute. United States War College.

MARTIN, TCOR Joaquín Cecilio Carrasco (2003) - **Tipologia del conflicto al inicio del Tercer Milenio**, Monografias del CESEDEN, Fundamentos de la estrategia para el siglo XXI, Ministério de Defesa Espanhol;

MARKMAN, Jon D. (2009) - **MSN Money**. [Em linha] [Consult. Julho 2009]. Disponível em <<http://www.moneycentral.msn.com/content/P149330.asp>>.

MAYNES, Charles William (2006) - **President da Eurasia Foundation**. [em linha]. American Foreign Service Association. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <<http://www.afsa.org/fsj/mar00/maynes.cfm>>.

MATOS, João de. **Retratos de Angola**. Política Internacional. n.º 25, Primavera-Verão de 2002.

MEARSHEIMER, John J. (2006) - “**Structural Realism**.” In DUNNE, Timothy, KURKI, Milja, SMITH, Steve (eds.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. London: Oxford University Press.

MEARSHEIMER, John J. (2007) - **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva.

MEDEIROS, Evan S. (2007) - **THE AFRICAN DIMENSION IN CHINA'S FOREIGN POLICY**. [Em linha]. [Consult. Abril 2008]. Disponível em <http://www.ipri.pt/eventos/pdf/Evan_Medeiros.pdf>

MENDELL, David (2008) - **Obama do Desejo ao Poder**. 1ª ed., Lisboa: Alêtheia editores. ISBN: 978-989-622-133-1.

MENDES, Carmen Amado, FREIRE, Maria Raquel. (2008) - **A Organização de Cooperação de Xangai como instrumento**. Geopolítica. Aveiro. ISCIA.

MENDES, Carmen Amado (2008a) - **National Motives, Approaches and Goals of RPC's Foreign Policy**. In *East Asia Today*. Lisboa: EDIUAL, Prefácio, 2008. p. 107-118. ISBN 978-989-8191-02-1.

MENDES, Nuno Canas (1997) - **Segurança e Desenvolvimento Económico na Região Ásia-Pacífico**. Lisboa: ISCSP.

- MENDES, Nuno Canas (2008b) - **The ASEAN Group as “Main Actor”: Constraints and Potentialities.** In East Asia Today. Lisboa: EDIUAL, Prefácio, 2008. p. 271-281. ISBN 978-989-8191-02-1.
- MFA, Ministry of Foreign Affairs, People's Republic of China (2004) - **Forum on China-African Cooperation.** [Em linha] [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/>>.
- MICHEL, Serge; BEURET Michel David (2009) - **O Safari Chinês. Pequim à conquista do Continente Africano.** 1ª ed., Lisboa: Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-3775-4.
- MILLER, John H. (2004) - **Russia-Japan Relations: Prisoners of History?** [Em linha]. Asia-Pacific Center for security Studies. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.apcss.org/PublicationsSAS/AsiaBilateralRelations/Japan-RussiaRelationsMiller.pdf>>.
- MILZA, Pierre - **Le siècle de l’or noir.** [Em linha]. L’Histoire n.º 279, Setembro 2003. [Consult. Julho 2009]. Disponível em <<http://www.histoire.presse.fr/content/recherche/article?id=1831>>
- MOITA, Luis (2005a) - **Os conflitos dos últimos 25 anos (II).** in JANUS 2005 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL. [Em linha]. Artigo_janus2005_4_1_2. [Consult. Abril 2010]. Disponível em <<http://www.janusonline.pt>>
- MOITA, Luis (2005b) - **A propósito do conceito de Império.** in JANUS 2005 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e publicado na revista “Nação e Defesa”, nº 110, Primavera 2005, 3ª Série. [Em linha]. Artigo_MAISJanusOnline_pg_4. [Consult. Maio 2010]. Disponível em <<http://www.MAISjanusonline.pt>>.
- MOITA, Luis (2006) - **Nova diplomacia: paradigma, actores, espaços.** in JANUS 2006 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL. [Em linha]. Artigo_janus2006_3_b. [Consult. Março 2010]. Disponível em <<http://www.janusonline.pt>>
- MOITA, Luis (2007) - **Transições que se verificam no uso da violência e nos conflitos armados.** In Notas para a Cadeira de Guerra e Paz nas Relações Internacionais – Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto de Estudos Superiores Militares. Lisboa.
- MOREIRA, Adriano (1986) - **Relações entre as grandes potências.** Lisboa: Editado pela Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Boletim nº 14.
- MOREIRA, Adriano (1997) - **Teoria das Relações Internacionais.** 2.ª edição. Coimbra: Edições Almedina.
- MOREIRA, Adriano (2002) - **Teoria das relações Internacionais.** 1ª ed., Coimbra: Edições Almedina.
- MORI, Aki. (2007) - **Rich Country, Strong Armed Forces? The Sources of China’s Comprehensive National Power.** Japão: Doshisha University.
- NAIDU, Sanusha (2007) - **RPC’s Soft Power Diplomacy: How it Works in Africa.** In CCS Panel Discussion: “RPC’s Soft Power in Africa”. [Em linha]. Stellenbosch University,

- Centre for Chinese studies. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.ccs.org.za/downloads/Summary%20Panel%20Discussion%2010%20May.pdf>>.
- NM, NationMaster (2003-2009) - **Nation Master**. [Em linha]. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em <<http://www.nationmaster.com/country/ch-china>>.
- NOVOSTI, Ria - **Russian-Chinese Su-33 fighter deal collapses, China National News**. [Em linha]. [Consult. Março 2009]. Disponível em <<http://story.chinanationalnews.com/index.php/ct/9/cid/9366300fc9319e9b/id/476220/cs/1/>>
- NOVOSTI, Ria (2007) - **Russia for one China, against Taiwan's independence** [em linha]. ministry-1, Russian News & Information Agency [Consult. Julho 2009]. Disponível em <<http://en.rian.ru/russia/20070723/69515680.html>>
- NYE, Joseph S. Jr. (2002) - **Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História**. 1ª ed., Lisboa: Gradiva Publicações. ISBN 972-662-845-8.
- NYE, Joseph S. Jr. (2004) - **Foreign Policy Association**. [Em linha]. [Consult. Julho 2009]. Disponível em <<http://www.fpa.org/index.htm>>
- NYE, Joseph S. Jr. (2004) - **The Benefits of Soft Power**. [Em linha]. Harvard's Kennedy School. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://hbswk.hbs.edu/archive/4290.html>>
- NYE, Joseph S. Jr. (2005) - **O paradoxo do Poder Americano**. 1ª ed., Lisboa: Gradiva. Depósito Legal n.º 221 054/05.
- NYE, Joseph S. Jr. (2006) - **The Rise of RPC's Soft Power**. [Em linha]. Belferd Center for Science and International Affairs. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/publication/1499/rise_of_RPCs_soft_power.html>.
- NYE, Joseph S. Jr. (2008) - **The Olympics and Chinese Soft Power** [em linha]. The Huffington Post. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <http://www.huffingtonpost.com/joseph-nye/the-olympics-andchinese_b_120909.html>.
- PAN, Esther (2006) - **RPC's Soft Power Initiative**. [Em linha]. Council on Foreign Relations. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.cfr.org/publication/10715/>>.
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2006) - **China's National Defense in 2006** (Livro Branco). [Em linha]. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. [Consult. Outubro 2009]. Disponível em <http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2007) - **China's National Defense in 2008**. China's Energy Conditions and Policies. [Em linha]. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. [Consult. Setembro 2009]. Disponível em <http://www.china.org.cn/english/whitepaper/energy/237089.htm>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2009) - **China's National Defense in 2008**. [Em linha]. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. [Consult. Fev-Jul. 2009]. Disponível em <http://english.chinamil.com.cn/site2/special-reports/2009-01/21/content_1627631.htm>
- PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA - **Ministério dos Negócios Estrangeiros website em inglês, Countries and Regions - Western Asia and North Africa**. [Em linha]. [Consult.

- Dezembro 2009]. Disponível em <[http:// www.fmprc.gov.cn/eng/gjhdq/2797/](http://www.fmprc.gov.cn/eng/gjhdq/2797/)>
- PEREIRA, M. S. (2003) - **Voz(es) da América**. Negócios Estrangeiros , pp. 133-139.
- PEREIRA, Rui (2004) - **A Questão do Mar do Sul da China no Contexto das Relações entre a China e os Países ASEAN**. Nação e Defesa, n.O 109 - 20 Série, pp.97-122
- PEREIRA, Rui (2006) - **Relações Económicas Luso-Chinesas: Situação Actual e Perspectivas Futuras**, Revista do Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais, n." 14.
- PIACENTINI, Pablo (1984) - **O Mundo do Petróleo**. 1ª ed., Lisboa: Tricontinental Editora.
- PLOCH, Lauren (2007) - **Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa**. [Em linha]. [Consult. Março 2009]. Disponível em <<http://fas.org/sgp/crs/natsec/RL34003.pdf>>
- PORTER, Alan L., et al. (2007) - **High Tech Indicators-Technology-based Competitiveness of 33 Nations**. Atlanta GA, USA: Georgia Institute of Technology-Technology Policy and Assessment Center.
- PULIDO, João Paulo Nunes Garcia; FONSECA, Pedro Miguel Moreira da (2004) - **O Petróleo e Portugal: O mundo do Petróleo e o impacto no nosso país**. 1ª ed., Lisboa: Tribuna da História. ISBN: 972-8789-25-X.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (2003) - **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 3ª Edição. Lisboa: Gradiva. ISBN: 972-662-275-1.
- RAMONET, Ignacio (2001) - **Geopolítica do Caos**. 4.ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- RAMONET, Ignacio (2002) - **Guerras do Século XXI**. 1.ª ed. Porto: Campo das Letras-Editores, SA. ISBN 972-610-570-6.
- RAMONET, Ignacio (2004a) - **Atlas da Globalização**. 1.ª ed. Porto: Campo das Letras-Editores, SA.
- RAMONET, Ignacio (2004b) - **O Novo Rosto do Mundo**. 1.ª ed. Lisboa: Colecção: Maneira de Ver – Le Monde Diplomatique. Edição, Campo da Comunicação.
- RAMONET, Ignacio (2004c) - **China, a megapotência**. [Em linha]. Le Monde Diplomatique Brasil. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2004-10,a1005>>
- RAMONET, Ignacio (2005) - **A China contra a China**. [Em linha]. Le Monde Diplomatique [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://diplo.uol.com.br/2005-04,a1087>>
- RAMPINI, Federico (2006) - **O século Chinês**. 2ª ed., Lisboa: Editorial Presença. Depósito Legal n.º 243 108/06.
- RAMPINI, Federico (2007) - **China e Índia. As duas grandes Potências Emergentes**. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença. Depósito Legal n.º 254 747/07.
- RASHID, Ahmed (2001) - **Os Talibãs, o Petróleo e o Novo Grande Jogo na Ásia Central**. 1ª ed., Lisboa: Terramar. ISBN: 972-710-299-9.
- RELA, José Manuel Zenha (2005) - **Angola - O Futuro Já Começou**. Luanda : Editorial Nzila, 2005. IBSN: 972-8950-34-9.

- RENNER, Michael (1997) - **Small Arms, Big Impact: the Next Challenge of Disarmament**. [Em linha] Worldwatch, paper 137. Worldwatch Institute, Washington. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.worldwatch.org/system/files/EWP137.pdf>>
- RIBEIRO, Carlos J. O. (2003) - **Guerra de Informação. In Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa**. Lisboa: Seminário organizado pela Academia Militar e Instituto de Altos Estudos Militares. Maio de 2003, p. 187-204.
- RIBEIRO, Henrique M. Lages (2004) - **A Região da Ásia-Pacífico Pós-Guerra-Fria - Implicações!** Estratégias da Crise Asiática in Gonçalves, Arnaldo M. A (cord.), O Diálogo Europa-China, Ásia-Pacífico. Leiria: Edições Magno.
- RIBEIRO, Henrique M. Lages (2008) - **Dicionário de termos e citações de interesse político e Estratégico. Contributo**. 1ª ed., Lisboa: Gradiva. ISBN: 269-606.
- RIHANI, Dr Samir Rihani - **Hate of the USA? GLOBALCOMPLEXITY WEB SITE**. [Em linha]. [Consult. Junho 2009]. Disponível em <<http://www.globalcomplexity.org/Hate%20of%20the%20USA.htm>>
- RODRIGUES, J. (2002). **O Afeganistão e as rotas do petróleo da Ásia Central**. [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.galpenenergia.com/Galp+Energia/Portugues/academia+energia/papers/arquivo/O+Afeganistao+e+as+rotas+do+petroleo+da+asia+Central.htm>>
- RODRIGUES, José Caleia (2000) - **A Geopolítica do Petróleo: Anatomia dos Conflitos. Diplomacias, Seguranças, Soberanias**. Lisboa: Atelier de Livros.
- RODRIGUES, José Caleia (2006) - **Petróleo qual Crise?** 1ª ed., Lisboa: Booknomics. ISBN: 989-8020-00-8.
- RODRIGUES, J. P. (2004) - **Straits, Passages and Chokepoints. A Maritime Geostrategy of Petroleum Distribution** [Em linha]. [Consult. Março 2009]. Disponível em: <http://people.hofstra.edu/faculty/Jeanpaul_Rodrigue/downloads/CGQ_strategiccoil>
- ROMANA, Heitor Barras (2005) - **República Popular da China: A sede do Poder Estratégico - Mecanismos do Processo de Decisão**. 1ª ed., Coimbra: Edições Almedina.
- ROSA, Diogo - **Pico do petróleo e gás: evidências e consequências**. [Em linha]. [Consult. Julho 2009]. Disponível em <http://www.aspo-portugal.net/Shows/ASPO-INETI_files/frame.htm>
- ROSA, Rui - **O iminente declínio do petróleo** [Em linha]. [Consult. Junho de 2009], Disponível em <http://www.janelanaweb.com/digitais/rui_rosa11.html>
- SÁ, Jorge Alberto de Vasconcellos (1997) - **Os Senhores da Guerra**. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN: 972-25-1026-6.
- SACCHETTI, António E. Ferraz (2002) - **A conjuntura internacional e os novos conflitos**. In Estratégia. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Volume XIII, Pp. 153-176.
- SACCHETTI, António Emílio (2008) - **Sea Lines of Communication** in East Asia in Tomé, Luis (Ed.), East Asia Today. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.
- SALVADOR, Regina; MARQUES Bruno (2005) - **Geopolítica do petróleo: de Estrabão à(s) guerra(s) do Iraque**. Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – A Guerra. Lisboa. Nº 16.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (2008) - **O impensável aconteceu.** (Visão Nº 812, Setembro, Pág. 28)
- SANTOS, General Loureiro dos (2006) - **O Império debaixo de fogo – Ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar. Reflexões sobre Estratégia V.** Mem-Martins: Publicações Europa América. ISBN 972-1-05668-5.
- SANTOS, General Loureiro dos (2009) - **As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem. Reflexões sobre Estratégia VI.** Mem-Martins: Publicações Europa América. Depósito Legal n.º 302 498/09.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2008) - **O Sétimo Selo.** 12ª ed., Lisboa: Gradiva. ISBN: 270-982.
- SCHEINESON, Andrew - **The Shanghai Cooperation Organization, Council on Foreign Relations.** [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.cfr.org/publication/10883/#3>>.
- SCHMIDT, Brian C. (2002). “**On the History and Historiography of International Relations.**” In CARLSNAES, Walter, RISSE, Thomas, SIMMONS, Beth A. (eds.) (2002). Handbook of International Relations. Reprinted in 2006. London: Sage Publications.
- SCHNEIDMAN, Witney W. (2005) - **Confronto em África – Washington e a queda do Império Colonial Português.** Lisboa: Edições Tribuna.
- SCHRAEDER, Peter (2007) - **The African Dimension in U.S. Foreign Policy in the Post -9/11 Era.** [Em linha]. [Consult. Agosto 2009]. Disponível em <http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/13-Schraeder.pdf>
- SEMPA, Francis. (2000) - **Mackinder's World.** American Diplomacy. Nº 1, 2000, Vol. V.
- SHENKAR, Oded (2005) - **O Século da China.** Artmed Editora AS, São Paulo.
- SHOUMATOFF (2008) - **The Arctic Oil Rush.** [Em linha]. UN Security Council, Global Policy Forum. [Consult. Agosto 2009]. Disponível em <<http://www.globalpolicy.org/security/natres/oil/2008/052008arctic.htm>>
- SILVA, A. C. (2005) - **A Luta pelo Petróleo.** Relações Internacionais. Pág. 5
- SMITH, F. E. (2005) - **Ibn Saud, Wahhabis, and Oil, to 1945.** [Em linha]. De Macro History [Consult. Agosto 2009]. Disponível em <<http://www.fsmitha.com/h2/ch17arab.html>>
- SMITH, Rupert (2006) - **The Utility of Force: The Art of War in the Modern World.** London: Penguin Books.
- SOARES, Mário (2008) - **Geoestratégia em mudança** (Visão Nº 794, Maio, Pág. 40)
- SOLANA, Javier (2003) - **La seguridad global en un entorno geopolítico cambiante: la perspectiva europea.** In Guerra y Paz en el siglo XXI: Una perspectiva europea. 1ª ed. Barcelona: Kriterion Tusquets Editores, p. 21-34.
- SOLLER, Diana (2007) - **O Novo Negócio da China ou uma Nova Forma de Império?** Nação e Defesa - newsletter. 21, Setembro/Outubro de 2007, pp. 3-5.
- SONANGOL (2003) - **Sonangol.** [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <http://www.sonangol.co.ao/corp/home_pt.shtml>
- SOROS, George (2008) - **A Era da Falibilidade, consequências da guerra contra o**

- terrorismo**. 1ª ed., Coimbra: Edições Almedina, SA. Depósito Legal n.º 269 615/08.
- SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS (2007) - **Country Studies: China and Africa's Resources**. [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.saiia.org.za/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=1142>>
- SOUSA, Rita Mafalda Dionísio de (2000) - **Os preços do Petróleo: Da 2ª GG a 1999**. [Em linha]. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Economia e Gestão. Mestrado em Economia e Política da Energia e do Ambiente, Disciplina de Política Energética. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.globalpolicy.org/security/natres/oil/2009/052008arctic.htm>>
- STEINGART, Gabor (2009) - **O conflito global ou a guerra da prosperidade**. 1ª ed., Lisboa: Editorial Presença. Depósito Legal n.º 290 878/09.
- STERN, Nicholas Herbert (2008) - (Visão N.º 808, Agosto, Pág. 41 a 42)
- SUTTER, Robert G. (2005) - **China's Rise in Asia: Promises and Perils**. Lanham, Boulder, New York, Toronto and Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.
- SUTTER, Robert G. (2006) - **China's Rise: Implications for US Leadership in Asia**. East-West Center Washington: Policy Studies 21.
- SUTTER, Robert G. (2008a) - "Preface" in Tomé, Luis (Ed.), **East Asia Today**. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e Prefácio, no prelo.
- SUTTER, Robert G. (2008b) - **Chinese Foreign Relations: Power and Policy Since the Cold War**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.
- SWAINE, Michael D. and TELLIS, Ashley J. (2000) - **Interpreting China's Grand Strategy: Past, Present and Future (Project Air Force): Past, Present and Future**. USA : RAND.
- TANG SHIPING (2006) - **Understanding China's Security Strategy**. Estudos sobre a China VIII, ISCSP (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), Vol. 1.
- TAYLOR, Paul, CURTIS, Devon (2006) - "The United Nations." In BAYLIS, John, SMITH, Steve (eds.). **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. 3rd ed. with corrections. New York: Oxford University Press.
- TEUNISSEN, Lara (2005). **Países em conflito ou sob risco de conflito**. In "Água – a guerra do século XXI?" [em linha]. [Consult. Outubro 2009]. Disponível em <<http://www.webjornal.info>>.
- TG, Thompson Gale. (2007) - **Worldmark Encyclopedia of the Nations**. [ed.] Timothy L. Gall and Jeneen M. Hobby. 12. Farmington Hills, USA: s.n., Vol. 4.
- THOMPSON, Drew (2005) - **RPC's soft power in Africa: from the "Beijing consensus" to health diplomacy** [em linha]. The Jamestown Foundation, RPC Brief, Volume 5, Assunto 21, 13 de Outubro de 2005 [Consult. Abril 2009]. Disponível em <http://www.csis.org/media/csis/pubs/051013_RPC_soft_pwr.pdf>.
- TODD, Emmanuel (2002) - **Após o Império: Ensaio sobre a decomposição do sistema Americano**. Lisboa: Edições 70. ISBN: 972-44-1068-4.
- TOFFLER, Alvin e Heidi (1995) - **Criando uma Nova Civilização – A Política da Terceira**

- Vaga. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- TOMÉ, Luís Leitão (2001a) - **A Segurança na Ásia Oriental**. Macau: Instituto Internacional de Macau (IIM), colecção Milénio Hoje, edições em português e em chinês.
- TOMÉ, Luís Leitão (2001b) - **A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da bacia do Pacífico**. Lisboa: EdiUAL.
- TOMÉ, Luís Leitão (2002) - **11 de Setembro – consequências estratégicas para a Ásia–Pacífico**, in JANUS 2003 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e jornal *Público*: 174-175.
- TOMÉ, Luís Leitão (2004) - **Novo Recorte Geopolítico Mundial**. Lisboa: EDI-UAL e Quid Juris (também editado em inglês com o título *The New World's Geopolitical Outline*). ISBN 972-8094-76-0.
- TOMÉ, Luís Leitão (2005a) - **Geopolítica da Ásia e da China**, in JANUS 2006 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da UAL e jornal *Público*: 40.
- TOMÉ, Luís Leitão (2005b) - **A dissimetria dos EUA e a Guerra Assimétrica**. In Janus 2005: Anuário de Relações Exteriores. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa: 130.
- TOMÉ, Luís Leitão (2006) - **Gato Preto, Gato Branco – Geoestratégia da China**, in *Política Internacional*, II Série, Nº 30: 13-36.
- TOMÉ, Luís Leitão (2008) - **China e Médio Oriente**. Nação e Defesa, IDN, 2008/09. [*a versão que utilizámos neste trabalho foi gentilmente cedida em ficheiro pdf pelo autor, pelo que as páginas por nós referenciadas ao longo do trabalho remetem para esta versão e a não para a versão publicada*].
- TULCIDÁS, Jitendra (1997) - **Negociar na Ásia: República Popular da China**. 1ª ed., Livros do Oriente, Centro Português de Negócios na Ásia. ISBN: 972-9418-57-8.
- UN (2004) - **World Population to 2300. ST/ESA/SER.A/236**. [Em linha]. [Consult. Maio 2009]. Disponível em <<http://www.un.org/esa/population/publications/longrange2/WorldPop2300final.pdf>>.
- US SENATE, Committee on Foreign Relations (2008) - **RPC's foreign policy and “soft power” in South America, Asia, and Africa** [em linha]. Washington: US Government Printing Office. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <http://www.fas.org/irp/congress/2008_rpt/crs-RPC.pdf>.
- VASCONCELOS, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e (2009) - **A ascensão da China. Acomodação Pacífica ou grande guerra**. 1ª ed., Coimbra: Edições Almedina. ISBN: 978-972-40-3916-9.
- VAUGHN, Bruce. (2005) - **China-Southeast Asia Relations: Trends, Issues, and Implications for the United States**. Washington: CRS, p. 12-14.
- WALTON, C. Dale (2007) - **Geopolitics and the Great Powers in the Twenty-first Century**. New York: Routledge.
- WALTZ, Kenneth (2002) - **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva.
- WARDEN, William E. (2008) - **United States Africa Command**. [em linha]. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.africom.mil/getArticle.asp?art=1644>>

- WEITZ, Richard (2007) - **Iran Again Fails to Secure Shanghai Cooperation Organization Membership, World Politics Review Exclusive.** [Em linha]. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em <<http://www.worldpoliticsreview.com/Article.aspx?id=1070>>.
- WEITZ, Richard (2008) - **China-Russia Security Relations: Strategic Parallism Without Partnership or Passion?** Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.
- WHITE HOUSE (2002a) - **The National Security Strategy of the United States of América** [Em linha]. Washington D.C. [Consult. Abril 2009]. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>>.
- WHITE HOUSE (2006a) - **The National Security Strategy of the United States of America** [Em linha]. Washington D.C. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf>>.
- WHITE HOUSE (2008) - **AFRICA POLICY.** [Em linha]. [Consult. Abril 2009]. Disponível em <<http://www.whitehouse.gov/infocus/africa/#>>
- WILENSKY, Alfredo Héctor, JANUÁRIO, Rui e DIOGO, Luís da Costa. (2005) - **Geopolítica e Relações Internacionais.** Lisboa: Quid Juris.
- WINNING, David (2008) - **“Saudi Arabia Remains China’s Top Crude Supplier”** in Marketwatch, 22 de Janeiro de 2008.
- WISHNICK, Elizabeth (2009) - **Russia, China, and the United States in Central Asia: prospects for great power competition and cooperation in the shadow of the Georgian crisis.** Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.
- WOLTON, Thierry (2008) - **O grande Bluff Chinês: Como Pequim nos vende a sua "revolução" capitalista.** 1ª ed., Lisboa: Editorial Bizâncio. ISBN 978-972-53-0372-6.
- WRI, World Resources Institute (2003) - **Environmental Information.** [Em linha]. [Consult. Dezembro 2009]. Disponível em <http://earthtrends.wri.org/pdf_library/country_profiles/pop_cou_356.pdf>.
- WS, Worldstrategy - **Armed forces of the world database. Military news, Military History.** [Em linha] StrategyWorld.com, 2002-2008. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em <<http://www.strategypage.com/default.asp>>.
- WW, Wars of the World (2000) - **Sino-Japanese War 1894-1895.** [Em linha]. [Consult. Janeiro 2009]. Disponível em <<http://www.onwar.com/aced/data/sierra/sinojapanese1894.htm>>.
- XIN MA (2008) - **“China’s Energy Strategy in the Middle East”** in Midle East Economic Survey, Vol. LI, Nº 23, 9 de Junho de 2008.
- YAN XUETONG (1995) - **Economic Security, Good-neighbor Policy Emphasized in Post-Cold War Security Strategy.** Contemporary International Relations. Nº 8, Agosto 1995, pp. 23-28.
- YEOMANS, Matthew (2006) - **Petróleo: Guia conciso para o produto mais importante do mundo.** 1ª ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote. ISBN 972-20-3090-6.
- ZAKARIA, Fareed (2008) - **O Mundo Pós-Americano.** 1ª ed., Lisboa: Gradiva, Publicações, S.A. Depósito Legal n.º 281 853/08.
- ZOELLICK, Robert B. (2005) - **Whither China: From Membership to Responsibility?** [em

linha]. Remarks to National Committee on U.S.-China Relations, September 21, 2005 in National Committee on [Consult. Maio de 2009]. Disponível em www.ncuscr.org/files/2005Gala_RobertZoellick_Whither_China1.pdf

ZWEIG, David, BI JIANHAI (2005) - **China's Global Hunt for Economy**. Foreign Affairs. Setembro/Outubro, 2005.